

REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE

ÓRGÃO OFICIAL DA
SOCIEDADE PORTUGUESA
DE PSICANÁLISE

Trauma and Memory

VLADIMIR JÓVIC, SVERRE VARVIN

Le Négatif du Trauma: pour une Métapsychologie de l'Irreprésentable?

MARIO DE VINCENZO

“This work opens my mind...

It is a marvellous gift...”

Interview with Franco De Masi

NUNO SOUSA MONTEIRO

Comentário à entrevista
com Franco De Masi

SANDRA OLIVEIRA



Editorial

- 5 *Trauma psíquico e internalização traumática indelével, revivescência dismnésica, omissão (a)mnésica e desconstrução mnésica de narrativas elusivas*
(In memoriam Teresa Campos)
Carlos Farate

Teoria e Epistemologia

- 9 *Trauma and Memory*
Vladimir Jóvic, Sverre Varvin
- 20 *En las fronteras de Cronos: Del tiempo del Trauma a la Creación de un Tiempo Inédito*
Silvia Acosta
- 35 *Le Négatif du Trauma: pour une Métapsychologie de l'Irreprésentable?*
Mario De Vincenzo
- 46 *Trauma Cumulativo: Quando a Estória Sobrevive entre a Repetição Relacional do Trauma e o Corpo*
Paulo Ferrajão, António Esteves, Mairí Stumpf

Estudos Experimentais e Empíricos

- 58 *Controversies on Psychoanalytic Psychotherapies: Is Psychodynamic Psychotherapy Effective for the Treatment of PTSD?*
Joana Becker, Rui Paixão, Maria João Quartilho

Ética e Educação Psicanalítica

- 65 *Intervenção Clínica no Trauma: Implicações Terapêuticas*
Rui Aragão Oliveira

Estudos interdisciplinares

- 74 *Rebeldía y Obediencia: Una Dualidad Necesaria.*
Olmo Jesus Sierra Moreno

Arte, literatura e humanidades

- 88 *Eros e Tanatos: Reflexões sobre a Destrutividade Contemporânea*
Emílio Salgueiro

Ética e educação psicanalítica

- 101 *"This work opens my mind... It's a marvellous gift..."*
An Interview with Franco de Masi
Nuno Sousa Monteiro

- 109 *Comentário à entrevista*
Sandra Oliveira

Temas em Debate

- 112 *Memória, Transferência e contratransferência: aliados ou inimigos*
Emílio-Eduardo Salgueiro

Discussão

Conceição Tavares de Almeida, Jorge Câmara, Maria José Azevedo, Roosevelt Cassorla

Recensões

- 123 *Psicanálise em Linguagem Intermediária*
João Mendes Ferreira
- 126 *A "Paixão" do Analista e o Campo Emocional Intersubjetivo, como Espaço de Cocriação de Esperança*
Ana Marques Lito



Editorial

Trauma psíquico e internalização traumática indelével, revivescência dismnésica, omissão (a)mnésica e desconstrução mnésica de narrativas elusivas

(In memoriam Teresa Campos)

Carlos Farate

Este número temático da Revista Portuguesa de Psicanálise, além da expectável riqueza teórica-epistemológica e científica dos artigos que o compõem, de exemplar variedade metodológica, apresenta ainda uma coerência editorial inédita, já que o *keynote article* original é secundado por cinco artigos que exploram os caminhos da descriptação psíquica de narrativas neurocognitivas (i)memoráveis. O *corpus* editorial temático é complementado por dois artigos que especulam sobre as vias de leitura psicanalítica dos conflitos de poder sociopolítico contemporâneos, animados pela sempiterna luta entre os instintos de vida, condensados na força generativa de *Eros*, e os instintos destrutivos, dominados pela dispersão fragmentária de *Thanatos*. A curiosidade, aberta ao espanto e à inquietação iniciática, entrevista pelo diálogo entre um candidato em formação psicanalítica e um mestre na exploração psicanalítica pós-bioniana da mente psicótica, a inquietação especulativa dialógica do debate acerca das contradições mnésicas e fantasmáticas de transferência e contratransferência no diálogo terapêutico intersubjetivo do campo psicanalítico e as recensões críticas de três obras que divulgam a psicanálise aplicada à psicologia clínica, à clínica psicológica e à educação, completam o “retábulo” editorial deste número de leitura viva e entusiasmante.

Em abertura, o artigo original de Vladimir Jovi e Sverre Varvin, um distinto psicanalista norueguês, reputado estudioso e investigador internacional das diferentes dimensões teóricas e efeitos clínicos do trauma psíquico, expõe a importância da recuperação mnésica, no decurso da cura psicanalítica, da “memória gelada” de eventos traumáticos cumulativos indeléveis, cuja intensidade ansiógena extrema destruiu o “escudo protetor” e impediu a constituição de uma função psíquica terceira adaptada a um testemunho narrativo que possa fazer sentido da experiência traumática originária, em função da fragmentação psicótica transitória, ou definitiva, da capacidade de simbolização e mentalização do sujeito, particularmente evidente em situações de grave PSPT.

Pelo seu lado, a psicanalista argentina, recém-chegada à Sociedade Portuguesa de Psicanálise, Sílvia Acosta presenteia-nos com um ensaio reflexivo acerca das convergências e divergências, da continuidade-descontinuidade e da simultaneidade da relação oblíqua de sujeito, trauma e tempo no espaço-tempo da sessão psicanalítica,

que constrói-desconstrói e reconstrói, a cada momento, a identidade da práxis psicanalítica. A autora desenvolve a reflexão diacrónica com o recurso à mitologia grega, mais precisamente às figuras de Chronos, analogia da temporalidade, o tempo objetivável, mensurável e finito, de Aión, a atemporalidade inefável e extensiva do inconsciente dinâmico, o inconsciente Freudiano, e de Kairós, o tempo oportuno, o tempo da dessubjectivação, da transformação interpretativa, do escanção da palavra que desvela o significante.

Já o psicólogo e psicoterapeuta francês Mario de Vincenzo, escreve um artigo de apreciável solidez teórica e bem ancorado em muitos dos contributos mais significativos da psicanálise francesa não lacaniana ao estudo do trauma psíquico, neste caso dos restos traumáticos que, pela sua intensidade desorganizante, são vazios do *ego* e ficam “cristalizados” num estado de irrepresentabilidade, já que não acedem a um registo psíquico pensável, sequer figurável, e, deste modo, se inscrevem na mente como inscrição negativa do trauma, o negativo do trauma.

Numa perspetiva diferente, embora complementar, o psicólogo clínico, docente e investigador universitário Paulo Ferrajão, autor de estudos empíricos qualitativos sobre o *aftermath* psíquico e psicossomático dos estados de prolongado *stress* pós-traumático em ex-combatentes da guerra colonial publicados em revistas internacionais de referência, alguns em coautoria com Rui Aragão Oliveira, coautora com António Esteves e Mairí Stumpf um artigo teórico-epistemológico no qual hipotetiza um modelo de dissociação estrutural terciária da personalidade de interessante heurística neuropsicológica e, que, de acordo com a tese explicativa dos autores, resulta da desorganização narrativa dismnésica em situações de trauma cumulativo severo e repetitivo.

Mas, qual é o “estado da arte” da literatura científica a propósito da eficácia da psicanálise e da psicoterapia psicodinâmica, em comparação com outras terapias psicológicas e neuropsicológicas, no tratamento dos estados de *stress* pós-traumático, mais particularmente quando cumprem as consignas de um diagnóstico clínico de PSPT? É este o tema do artigo teórico-empírico de Joana Becker, Rui Paixão e Manuel João Quartilho, que nos proporciona uma *overview* atualizada dos estudos empírico-quantitativos de avaliação do processo e dos resultados terapêuticos (*process and outcome studies*), de metodologia naturalística ou aleatorizada (RCT), que, a despeito das limitações avaliativas, têm implicações significativas na validação empírica e social dos tratamentos disponíveis. Os autores concluem então que, mesmo se a eficiência das psicoterapias psicodinâmicas na melhoria sintomatológica é menos favorável em relação a outras terapias, a sua efetividade, isto é a permanência da melhoria terapêutica em follow-up, é superior à das outras terapias avaliadas.

Finalmente, Rui Aragão Oliveira oferece-nos uma súpula pedagógica atualizada da intervenção psicanalítica nos estados de trauma psíquico, na qual, a partir da evolução histórico-conceptual dos contributos psicanalíticos relevantes, nos propõe a leitura compreensiva da posição atual do conhecimento clínico e terapêutico no que concerne a possibilidade de mobilização empática, e secundariamente reflexiva, de um retículo mnésico fragmentado pelo estado de extrema fragilização emocional resultante da desproteção subjetiva de um invólucro psíquico lesado pela intensidade do(s) episódio(s) traumático(s) em causa.

Numa linha epistemológica diferente, embora complementar, o psicanalista colombiano Sierra Moreno propõe-nos uma interessante digressão especulativa interdisciplinar, entre a filosofia política marxiana e a psicanálise, acerca da relação para-

doxal de rebeldia e obediência, e vice-versa, na complexa urdidura dos laços sociais na contemporaneidade social e política, com *inscriptio* preferencial na realidade do continente sul-americano (coextensiva, embora, à realidade de outros continentes). O seu ensaio recorre, muito em particular, à metalinguística dos quatro discursos de Lacan (o quaternário, a tetrápode), com esperável relevância da dialética cripto-capitalista dos discursos (reversos) do amo e do escravo, inspirada na fenomenologia Hegeliana, de acordo com a expansão especulativa proporcionada pela superior releitura psicanalítica proposta por Jacques-Marie Lacan.

Pelo seu lado, a mente especulativa inquieta de Emílio Salgueiro proporciona-nos o prazer da leitura de um ensaio psicanalítico de grande atualidade acerca dos caminhos controversos de *Eros* e de *Thanatos* na urdidura das crises violentas com que a humanidade se confronta, é confrontada, no âmbito dos *proctated conflicts* (Ricarte, 2022) que agitam o nosso viver em comum no dealbar do segundo milénio da era cristã. A dimensão filosófica da sua reflexão, escrita em atraente modo coloquial, recorre, de forma assaz interessante, à formulação pós-Kleiniana do “rasto” da dualidade persecutória-depressiva-persecutória do objeto externo que expõe o sujeito-grupo, e o grupo-sujeito, à encruzilhada da sempiterna luta dos factores destrutivos-thanáticos e construtivos-eróticos no destino do Homem contemporâneo.

A entrevista que Nuno Sousa Monteiro conduz a, em que é conduzido por, Franco de Masi expõe-nos a riqueza do pensamento heurístico deste relevante psicanalista italiano na compreensão-descoberta empática do (outro) mundo sensorial, desprovido de intuição e de capacidade simbólica, da mente psicótica, melhor na descoberta da mente de um indivíduo psicótico que, nesta abordagem ética, De Masi faz advir sujeito. Muito interessante o acento didático de De Masi no deslocamento do interesse, ético e técnico, para a investigação ao funcionamento da mente do psicanalista neste confronto com pacientes imersos num registo protomental, ou, quando muito, numa tela-b inescrutável. Em interessante formulação pós-Bioniana De Masi realça a dificuldade do analista em sonhar os sonhos não sonhados (*undreamed dreams*) do paciente psicótico. Ainda mais interessante nesta entrevista, quase tocante, é a forma como o candidato-entrevistador nunca perde a posição crítica do formando curioso, ao estimular a reflexão do didacta sage e esclarecido em relação às possibilidades e limites do treino psicanalítico prodigalizado nas Sociedades e Institutos da IPA (a fazer recordar, entre outras posições críticas, o pensamento de Bion, de Meltzer ou de Kernberg a este respeito).

O comentário de Sandra Oliveira à entrevista realça, de modo pertinente, os pontos mais significativos do pensamento do entrevistado, e alude, em asserção ontológica assaz curiosa, e inspirada, ao modo como temos, cada um de nós, de pensar no futuro da nossa práxis e função psicanalítica à medida que amadurecemos, que envelhecemos.

Já o Tema em Debate, de grande riqueza teórico-clínica e alcance dialógico, é brilhantemente introduzido por Emílio Salgueiro, que destaca a importância da capacidade analítica na triangulação de memória, transferência e contratransferência na sessão analítica, para discorrer, mais adiante, sobre a adaptação analógica da heurística das dimensões dialógica, recursiva e hologramática do pensamento complexo e hipercomplexo, hipotetizado por Edgar Morin, à intersubjetividade da escuta analítica e concluir com a recomendação de que os analistas leiam poesia, muita poesia!

O distinto painel de discutidores reparte-se por duas avenidas teórico-conceituais em resposta ao propósito introdutório. Assim, M.^a José Azevedo discorre acerca

da disponibilidade amorosa que subjaz à capacidade psicanalítica contratransferencial, contrabalançada, é certo, pelo eventual ódio transferencial à realidade psíquica, contrapondo, em acento Bioniano, à incompreensão transferencial a criatividade da busca da verdade implícita à capacidade analítica. Na mesma avenida construtiva, Jorge Câmara realça o lugar da linguagem interrogativa, dialogante e especulativa, na procura da verdade psíquica, linguagem-pensamento apto a discernir emoções e a desfazer equívocos psíquicos. Assaz interessante a referência alegórica ao mito de Asclépio-Esculápio a fim de aludir à indelével ferida transferencial-contratransferencial do analista-cuidador, concluindo, tal como Salgueiro, pela valorização do pensamento complexo de Morin na consideração do sujeito multifacetado, sempre desconhecido do outro si mesmo, no lugar de interrogação filosófica da psicanálise.

A avenida desconstrutiva é trilhada por Conceição Tavares de Almeida e por Roosevelt Cassorla, a primeira advogando o reconhecimento da importância do erro transferencial-contratransferencial na ética da relação analítica seja em *enactment* expressivo, seja em dúvidas, incertezas e perplexidades intersubjetivas, mas sempre numa equação interrogativa que estimule o trabalho do negativo. Salienta ainda, tomando emprestado, à guisa de alegoria, o título e o espírito do romance de Saramago “Todos os nomes, todos os lugares” que o analista deverá estar atento às diversas figurações, aparições e desaparecimentos das personagens-elementos de um inconsciente dinâmico que constrói, desconstrói e reconstrói, em cada sessão e a todo o momento, a práxis psicanalítica. Já o segundo, um distinto pensador da psicanálise além de Bion, destaca a complexidade da noção de campo psicanalítico no *quantum* das trocas emocionais entre paciente e analista configurado pelo *setting* analítico. Realça, muito em particular, a importância de “sonhar a sessão analítica” numa atividade de *rêverie* a dois, em que o imaginário contratransferencial do analista deve substanciar a verdade emocional do momento, por mais angustiante, violento ou contraditório que esta possa ser.

As recensões críticas das três obras psicanalíticas que fecham com “chave de ouro” este número da revista valem pela poética dos prefácios exploratórios das obras lidas pelos apresentadores-comentadores, que, cada um à sua maneira, convidam à curiosidade da leitura-descoberta de cada uma das obras: Ana Marques Lito leu e comenta *Ressurreição – o lugar do futuro e a função esperançosa do objeto* de Maria José Martins de Azevedo; Bruno Caivagnac Campos Cardoso leu e comenta *Psicanálise ao seu alcance: como ler e compreender Freud* de Crisélia Sanromán Barral; João Mendes Ferreira leu e comenta *Psicanálise em linguagem intermédia: conversas com educadores* de Maria Teresa Sá.

Finalmente, e não menos importante, bem pelo contrário, uma longa palavra final de despedida sentida da nossa colega e amiga Teresa Campos, que integrou efemeramente o Conselho Editorial (CE) da Revista Portuguesa de Psicanálise (RPP) como Assistente Editorial, tarefa em que se empenhou com a generosidade que é seu apanágio, e que teria continuado se a morte não tivesse traiçoeiramente posto fim a esta aventura (e a outras aventuras) da sua vida.

Um abraço de despedida do Diretor e da(o)s colega(o)s-amiga(o)s do CE da RPP e um Até Sempre vivo e sentido. 🍷

REFERÊNCIAS

Ricarte, J. (2022). *The Impact of Protracted Peace Processes on Identities in Conflict. The case of Israel and Palestine*. Palgrave Macmillan (forthcoming).



Trauma and Memory

Vladimir Jović¹

Sverre Varvin²

Abstract

A theory of traumatic memory was developed by Breuer and Freud in “Studies on Hysteria” based on Charcot’s theory on the traumatic origin of mental disorders. This was again developed in DSM-III in 1980 with the introduction of posttraumatic stress disorder (PTSD), where traumatic memory was conceptualized as a core of the syndrome and set in causal relationship with its manifestations. This implied that “trauma” tended to be seen as something static and reified, like a “thing” in the mind. It is shown that this conceptualisation diverts attention from the dynamic and reorganizing processes in the traumatized person’s mind, body and relations to others. The psychoanalytic conceptualization includes a wider spectre of the manifestations in posttraumatic conditions and it differs in the understanding of underlying processes. What is common for both childhood and adult trauma and their posttraumatic manifestations are deficiencies in symbolization processes related to the traumatic experiences. The signal anxiety function fails and the ego is overwhelmed by automatic or annihilation anxiety. The ability to distinguish between real danger and neutral stimuli which function as triggers fails. As anxiety related to trauma cannot be mentalized, fragments of the self are split off and evacuated. These experiences remain as fragmented bits and pieces that can express themselves in bodily pain, dissociated states of mind, nightmares and relational disturbances. Thus, the consequences of psychological trauma may be conceptualised as processes characterised by splitting off of not mentalized inner objects/introjects and parts of the mental apparatus. These processes are illustrated with a short clinical vignette.

Keywords

Posttraumatic stress disorder, posttraumatic processes, psychological trauma, symbolization, mentalization.

¹ MD, Dr. Sci. Med., psychiatrist, training analyst of the Belgrade Psychoanalytical Society in private practice in Belgrade and consultant of the Center for Rehabilitation of Torture Victims, IAN, Belgrade. E-mail: vladimir.jovic@gmail.com

² Professor emeritus, OsloMet – Oslo Metropolitan University. Training analyst, Norwegian Psychoanalytic Society. E-mail: svsvarv@oslomet.no

© The Authors 2022. Published online at <https://rppsicanalise.org>, under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Following the requirement of preserving the anonymity and confidentiality of patients, the clinical material is presented with a change in the patient’s identity and clinical data.

It is said that “Psychoanalysis began as a theory of trauma” (Bohleber, 2007, p. 330). A theory of traumatic memory was developed by Breuer and Freud in “Studies on Hysteria” (Breuer & Freud, 1955); in “Preliminary communication” they define from the start a “precipitating cause” of “a great variety of different forms and symptoms of hysteria” *the event* that provoked the first occurrence of hysterical symptoms. This event may have happened many years ago, patients may be reluctant to talk about it or they are “genuinely unable to recollect it and often [have] no suspicion of the causal connection between the precipitating event and the pathological phenomenon” (p.2). Breuer and Freud argued that “As a rule it is necessary to hypnotize the patient and to arouse his memories under hypnosis” (*ibid.* p.2). How the curative effect is achieved by remembering will be elaborated later in their text, but from these few sentences we see that the event and lack of connection (association) between the event and the pathological expression are seen as the cause of illness and retrieving a memory of the event as the cure.

When Breuer and Freud wrote this, hypnosis was perceived as a technique which can facilitate the retrieval of memories. Trauma was practically equated with „traumatic memory“, i.e. memory of the adverse event(s) was the pathological substrate, external noxa that pierced the mind of the victim, stayed there as an foreign object and created symptoms in an hypothetic pathophysiological mechanism which was almost a pure analogy with physical damage to the tissues. This was famously explicated by Breuer’s and Freud’s sentence that “hysterics suffer from reminiscences” (Breuer & Freud, 1955, p.6). This theory, which in essence holds that hysteria is an “ideogenic” disorder (caused by idea or thought) was meant to solve the problem of inexistent connection between pathological changes in structure of the brain and clinical presentation of hysterical patients and at the same time should be basis for the universal etiological, i.e., causative agent for all neuroses, which was, at that time, recognized in sexual abuse in childhood. As we know, this

theory will later be called “seduction theory” and will be soon abandoned by Freud; in fact he will abandon universality of traumatic experience and focus on unconscious fantasy, that will to be the start of a psychoanalysis as we know it.

Theory of traumatic memory from the “Studies..” was “initially an extension and modification of Charcot’s traumatic theory of hysteria” (Baranger, Baranger, & Mom, 1988). Charcot was able to induce paralyzes by hypnotic suggestions that would fully resemble hysterical paralyzes. His conclusion was that suggestion under hypnosis (“Your arm is paralyzed”), will allow “an idea to enter the mind in a disassociated, unconscious, quite isolated state” (Makari, 2008, p. 18). When Charcot encountered with symptoms (paralyzes) developed after a minor injury in two men who were not hypnotizable, he suggested an equation: suggestion + hypnotic state=symptom had to incorporate trauma; it was trauma that induced a hypnotic state which then allowed an idea to enter and occupy the mind. This “auto-suggestion” (“My arm is paralyzed”) would be treated by doctors with a counter-suggestion - basically reassuring the patient that he/she will be cured. These basics were further elaborated by Pierre Janet; he persisted with the idea of in-born weakness of the mind, which can result in narrowing of the “field of consciousness” in hysterical patients, but he also hypothesizes that hysterical symptoms can be related to the existence of split parts of personality, which he called subconscious fixed ideas, which he saw as highly autonomous in relation to other parts of the psyche. He showed that fixed ideas have “origin in traumatic events of the past and the possibility of a cure of hysterical symptoms through the discovery and subsequent dissolution of these subconscious psychological systems” (Ellenberger, 1970, p. 361). This “discovery” will in technical terms mean to go into details of personal history and find a specific event which caused the symptom to appear. Since the memory of this event may appear to be lost, Janet would (in the case of *Marie*) “put her into a deep somnambulist condition, a state where (as we have seen) it is possible to bring back seemingly forgotten memories, and

thus [he] was able to find out the exact memory of an incident which had hitherto been only very incompletely known” (Ellenberger, 1970, p. 363). The cure would be a *concrete intervention on memory*, i.e. active transformation. In this case one of events that Marie experienced was witnessing of a suicide of a woman who fell of the stairs. Janet managed to cure symptoms “through bringing the subject back by suggestion to the moment of the accident”. Furthermore he writes: “I succeeded, not without difficulty, to show her that the old woman had only stumbled but had not killed herself” (Ellenberger, 1970, p. 363).

TRAUMATIC MEMORY PARADIGM

This is an extremely brief and insufficient overview of Charcot’s and Janet’s complex theories, and this fragment is here just to illustrate how in Janet’s theory and treatment of patients, a traumatic memory served as a main pathological substrate as well as a target of intervention.

Why is this of interest in relation to present discussion on trauma and traumatising? An immediate answer is related to the fact that the posttraumatic stress disorder (PTSD) as it is defined in *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder* of the American Psychiatric Association since its Third Edition (American Psychiatric Association, 1980) to the very last one (DSM-5) (American Psychiatric Association, 2013), in fact has an inner “memory logic” (Young, 2007), which means that it is conceptualized in relation to traumatic memory which function as a core of the syndrome and is in causal relationship with other symptoms. This memory logic was created in the times of Charcot and Janet, but the revival of ancient and abandoned theories is a consequence of a complex interplay of social, political and theoretical/philosophical factors that determine development of nosological concepts in the last decades. So, the question – Why bother reading about Charcot and Janet? – should be answered carefully and in at least three different domains. The first domain lays in the realm of the role of psychological trauma in the over-

all philosophy and method of investigation of mental disorders, the second is related to historical trajectories of development of concepts of posttraumatic disorders within the psychology and psychiatry and the third, but not the least in importance, is related to practical implications, i.e. modes of treatment of posttraumatic mental states that are becoming increasingly needed in times of turbulence brought by wars, social crises and ways of living.

Since the publication of DSM-III in 1980 (American Psychiatric Association, 1980) mental disorders were defined as syndromes or as clusters of symptoms that appear together. It was in this edition that PTSD was officially introduced as one of a few etiologically defined disorders, with four diagnostic criteria; the first one being the defining criterion – “Existence of a recognizable stressor that would evoke significant symptoms of distress in almost everyone” (p. 238), and three clusters of symptoms, causally connected to the traumatic experience. The possibility to have a diagnosis which is described as a direct effect of a traumatic event hugely helped victims to obtain recognition, compensation and treatment. But it also inherited several paradoxes which this newly established PTSD diagnosis shared with other disorders defined with a similar methodology.

The DSM-III approach, it was held, has to be restrained from any theoretical assumptions, especially regarding etiology. The idea that psychological facts could be “described” without a theoretical system has its long tradition reaching back to Karl Jaspers, who advocated such a position in his *General Psychopathology*: “Conventional theories, psychological constructions, interpretations and evaluations must be left aside. We simply attend to what exists before us, in so far as we can apprehend, discriminate and describe it” (Jaspers, 1963, p. 56). The idea to separate description of mental symptoms from any theoretical system is basically anti-psychoanalytic, which is conceivable/understandable if we are reminded to Jaspers’ negative attitude toward Freud and psychoanalysis (Bormuth, 2006).

PTSD was a child of DSM-III, and thus inherited the same main characteristics and inner par-

adoxes. To put it into context, it was conceived in times of and immediately after the Vietnam war, which significantly “redefined the social role of the psychiatry and society’s perception of mental health” (Shephard, 2001, p. 355). The first published account on “Post-Vietnam Syndrome” came in *The New York Times* on May 6, 1972 by Chaim F. Shatan (1972), and it differed significantly from the concept of PTSD defined in the DSM-system. The latter was conceived mostly by Mardi J. Horowitz who published “Stress Response Syndromes” in 1976, based on the “information processing model”, and his influence proved to be decisive in shaping what became criteria for PTSD (Young, 1995). As Shephard argues: “Everything was factored into Horowitz’s equation – except experience with military cases and an awareness of the role of social culture. The building bricks of his model were intellectual not practical. In the battle between the consulting room and the laboratory, the field hospital and the study, the intellectuals had triumphed” (Shatan, 1972, p. 367).

Thus, the implicit pathogenic mechanism of PTSD became a processing of traumatic memory, i.e. memory of a traumatic event. As such memory cannot be integrated, it “jumps up” into the mind in a form of intrusive re-experiencing, that needs to be avoided as it creates an unpleasant hyperarousal. Though included in DSM-III which was declaratively “atheoretical”, its’ composition of signs and symptoms were indicating an implicit theoretical framework of pathological mechanisms. Explaining its “inner memory logic”, Young explicates that within PTSD criteria, it is not the event (Criterion A), but intrusive re-experiencing, i.e., memory, that “drives the syndrome” (Young, 2007, p. 23). At first “the defining symptoms alone (intrusive re-experiencing), without a connection to the stressor, are not regarded as PTSD” (Breslau, Chase, & Anthony, 2002) for example, re-experiencing the stressor and avoidance of stimuli that symbolize the stressor. Temporal ordering is also required: when sleep problems and other symptoms of hyperarousal are part of the clinical picture, they must not have been present before the stressor

occurred. The ICD-10 definition of PTSD follows the same model. The defining symptoms alone, without a connection to the stressor, are not regarded as PTSD (Green et al. 1995). Without intrusive symptoms, there will be no avoidance and numbing nor hyperarousal, which come as a result of re-experiencing of a traumatic event. The practical consequences are manifold.

The first one is a reduction of descriptive power: relying on behavioral analysis only, the concept of PTSD deletes many aspects of patients’ presentations which can be observed in clinical settings, like depressive syndromes, anxiety disorders, somatizations and conversion symptoms, traumatic hallucinations, substance abuse, self-harm and guilt, and many more. In the DSM model, these symptoms are described as “comorbidity”. One factor contributing to this has been “the rule laid down in the construction of DSM-III that the same symptom could not appear in more than one disorder” (Robins, 1994).

If it is the memory which “drives the syndrome”, it is logical to conclude that the “traumatic memory” must be specifically different from other forms or “normal” memory. This notion was elaborated over the years and in essence it holds that: “[i]n contrast to ‘ordinary’ memories (both good and bad), which are mutable and dynamically changing over time, traumatic memories are fixed and static. [...] These harsh and frozen imprints do not yield to change, nor do they readily update with current information.” (Levin & van der Kolk, 2015, p. 21). Further distinction lays in the fact that “ordinary” memories “can generally be formed and revisited as coherent narratives”, while traumatic memories “tend to arise as fragmented splinters of inchoate and indigestible sensations, emotions, images, smells, tastes, thoughts, and so on” (ibid.). The stress on the difference between “coherent narratives” and raw sensations reflects the idea, elaborated by van der Kolk, that the traumatic event prevents consolidation of an explicit memory which can be verbalized and implicit memory which can be “stored” in bodily sensations (van der Kolk, 1994). In the same manner, traumatic dreams became “replicative dreams”, “an exact replay

(‘replication’) of the original event” (Schreuder, van Egmond, Klein, & Visser, 1998) – which designates that they are not dreams proper, that is, mental materials changed by the dream work, but explicit memory of or replication of the event that happened in reality.

The notion that the traumatic memory is different and specific, in the way that it is frozen, unchanged, fixed, helped development of “recovered memory therapy” which is relying on “trauma-memory argument” (Shobe & Kihlstorm, 1997). This, as is well known, led to “recovered memories debate” (Fonagy & Target, 2018), and “memory wars”, which continue still (Patihis, Ho, Tingen, Lilienfeld, & Loftus, 2013) In practical terms, mainstream treatment for PTSD became “trauma-focused psychotherapies” (Rosenbaum, Jovic, & Varvin, 2020). Fonagy and Target systematized findings which are in opposition to this view, which suggests that memory does not have a mechanical but more active nature, such as the one that the individual’s memories correlate strongly with adult outcomes, particularly psychological disorders. That is, memories may be distorted by phantasy and defense, and memory is strongly influenced by the social situation where events are remembered. Memory has thus a self-serving bias, it is distorted to place the individual in a more prominent causal role and memories are affected by mood and expectation of what is to be recalled influences memory (Fonagy & Target, 2018). In other words, what memories are basically reconstructive and dependent on the situation in which events are remembered.

We will not go further in explicating conflictual concepts related to the traumatic memory model. Our main aim in this article is to present psychoanalytical concepts which can help us understand complexities of interplay between past events that have had a destructive power within the psyche and dynamics of posttraumatic mental states that the foundations of different clinical expressions of traumatized persons.

PSYCHOANALYTICAL UNDERSTANDING OF POSTTRAUMATIC STATES

At the descriptive level, i.e. recognition of signs and symptoms in relation to trauma, the DSM concept of PTSD and of posttraumatic states conceptualized in psychoanalytical theory, do not differ much. Nightmares, vivid recollections with hyperarousal, flashbacks, etc. are included in the psychoanalytic conceptualization. The psychoanalytic conceptualization includes, however, a much wider specter of the manifestations in posttraumatic conditions and it is especially in the understanding of underlying processes that differences become apparent.

PROCESSES RELATED TO TRAUMATIZATION

Traumatized persons struggle with mental and bodily pains which are difficult to understand and difficult to put into words. The pains may be expressed as dissociated states of mind, as bodily pains and other somatic experiences and dysfunctions, as overwhelming thoughts and feelings, as behavioral tendencies and relational styles, and as ways of living. The effects of both early and later traumatization may show itself in many diagnostic categories where symptoms characterizing PTSD is only one form. Manifestations related to traumatization in the psychiatric illness picture may include depression, addiction, eating disorders, personality dysfunctions and anxiety states. What is common for these manifestations are deficiencies in the representational system related to the traumatic experiences. The traumatic experiences are painfully felt and set their marks on the body and the mind without, however, being inscribed in the mind’s life narratives. They are not symbolized, or deficiently symbolized, in the sense that they cannot be expressed in narratives in such a way that meaning can emerge that can be reflected upon.

The complex underlying processes of posttraumatic states can be seen in one specific feature of posttraumatic states - “re-experiencing symp-

toms” such as : “[r]ecurrent, involuntary, and intrusive distressing memories”, “[d]issociative reactions (e.g, flashbacks) in which the child feels or acts as if the traumatic event(s) were recurring”, “[i]ntense or prolonged psychological distress at exposure to internal or external cues that symbolize or resemble an aspect of the traumatic event(s)”, and “[m]arked physiological reactions to reminders of the traumatic event(s)” (American Psychiatric Association, 2013, p. 273). War veteran will see a ditch prepared for telephone cables but will have a vivid image of tranches and will have an anxiety attack. Victim of torture will see a postman in a uniform and anxiety will overwhelm him. These symptoms were understood as a direct consequence of a “traumatic memory” mechanism, but in a psychoanalytic perspective they can better be explained by the collapse of the symbolization process.

Freud distinguished anxiety which arouses in actual situations of danger, like in combat, called automatic anxiety, from anxiety which arouses in case of perceived threat, named signal anxiety. The function of the signal anxiety, the normal protective function, is to warn the ego so that defensive measures may be taken to hinder the ego from becoming overwhelmed. In favorable development and in absence of trauma, mature Ego can distinguish between these two anxieties. Trauma is thus a situation in which this signaling function fails and automatic anxiety sets in, the result being that the ego is overwhelmed,

Trauma may in effect unleash annihilation anxiety (unbinds them from neutralizing effects of Eros), and Ego cannot distinguish between automatic anxiety and signal anxiety, i.e. between real danger and neutral stimuli which function as triggers. For Caroline Garland “[t]his is a crucial factor in the loss of symbolic thinking, at any rate in the area of the trauma, which is such a marked feature of the behavior of survivors. Certain smells, sounds, sights, situations, even words connected with the traumatic events all produce states of immense anxiety, and the mental state known as the flashback. There is no capacity and no place for belief in ‘signals’ or ‘warnings’: this is it” (Garland, 2018, p.17).

Within the moment of trauma, an automatic anxiety will arouse of such an intensity that it destroys the protective shield, protective barrier, i.e., safety system developed during favourable psychosexual development. These anxieties, released of its neutralising counterpart – good, soothing, nurturing force developed through the introjection of a relationship with (a good enough) primary object, are deep, comprehensive and may best be understood as annihilation anxiety (Hurvich, 2003) or nameless dread (Bion, 1962). This impending catastrophe reflects the early fear of breakdown experienced in infant life (Winnicott, 1974). Traumatization effected by human beings influences internal object relations scenarios in different ways. Early traumas that bear some similarity to the present traumatization may be activated, causing the present trauma to be imbued with earlier losses, humiliations and traumatic experiences. Even early safe-enough relationships may be coloured by later traumatizing relationships (Varvin, 2013). Unbearable losses may bring the traumatized to eternally seek a rescuer or substitute in others (Varvin, 2016).

Extreme traumatization precludes forming of an internal third position where the person can create a reflecting distance to what is happening and what has happened. The inner witnessing function, so vital for making meaning of experiences, is attacked during such extreme experiences impeding the individual from being able to experience on a symbolic level the cruelties they undergo. When the external witnessing function that can contain the pain also fails, the traumatized person is left alone.

As anxiety related to trauma cannot be mentalized, fragments of the self are split off and evacuated, probably in more than one way and form. The result is often that these experiences remain as fragmented bits and pieces that can express themselves only in bodily pain, dissociated states of mind, nightmares and relational disturbances. The traumatized person will try to organize experiences in unconscious templates or scenarios that are expressed in different more or less disguised ways in relation to others and the self.

“When a patient separates from a painful and unbearable emotion, he is also splitting from the part of the self-capable of having that emotion. This impoverishment occurs in various manners. The person loses a sense of continuity of his mental life so that his capacity to hold himself responsible for his feelings and actions is diminished, and thus his capacity to interfere in his destiny is brutally affected. On splitting due to loss of links between emotional experiences, the capacity for symbolizing and the possibility of construction of mental representations is sensibly hindered” (da Rocha Barros, 2009, p. xviii).

Thus, the consequences of psychological trauma are a result of a schizoid process, governed by a splitting of more or less large “chunks” of mental apparatus and damage being done by this process.

At the descriptive level, symptoms of PTSD as well as other manifestations of posttraumatic mental states are possible to explain by recognizing manifestations of disturbed symbolisation. Lecours and Bouchard describe one possible categorisation of different levels of mentalization, i.e., “five descriptive levels of affect tolerance or containment and abstraction: disruptive impulsion, modulated impulsion, externalisation, appropriation of affective experience and abstract-reflexive meaning association” (1997, p.860). At the most basic level of disruptive impulsion, when drive/affect experiences are neither tolerated nor contained we can find many aspects of posttraumatic states recognizable. Affects related to the trauma are expressed basically without mentalization, through different “channels”: at the somatic level we can see chronic somatic complaints, usually different pains, often resistant to medicines. At the level of motor activity, we will recognize proneness for self-stimulation (substance abuse, risky driving and sports), outbursts of anger which result in physical fights, etc. At the level of imagery, we see what is usually described as re-experiencing: hallucinations and obsessive, intrusive images, and finally at the verbalization level, there are frequent argu-

ments, uncontrolled or inappropriate shouting and insulting, usually triggered or accompanied by trauma-related incidents, etc.

There is increasing evidence that psychoanalytic therapies are helpful for traumatized persons in comprehensive ways, in that this approach may help address crucial areas in the clinical presentation of posttraumatic states that are not targeted by other currently so-called empirically supported treatments. Psychoanalytic therapy has a historical perspective and works with problems related to the self and self-esteem, enhancing the person’s ability to resolve reactions to trauma through improved reflective functioning. It aims at internalization of more secure inner working models of relationships. A further focus is work on improving social functioning. Finally, and this is increasingly substantiated in several studies, psychodynamic psychotherapy tends to result in continued improvement after treatment ends (Schottenbauer, et al., 2008).

In our recent papers (Jovic, 2018; Rosenbaum, Jovic, & Varvin, 2020; Jovic, 2022) we presented short clinical vignettes of individuals who were traumatized by recent wars and in their adult life or late adolescence. Here we would like to present a case where acute disruption of symbolization led to a psychotic state of mind which happens to be related to an early childhood trauma.

A woman in her early thirties engages in psychoanalytical therapy mostly due to her anxieties related to love relationship with a man who is not willing to commit to her. She was working in a day care for children and often felt anxieties about her competence, which appeared as overwhelming anxieties. She describes herself as a sensitive child, who for a prolonged period during childhood suffered from severe fears (which were not understood by her family). During the second year of psychotherapy, it was obvious that the man whom she was seeing was having another relationship, and she reacted in severe panic. When she encountered information that could function as trigger, she reacted with severe anxieties and she could not control herself. She was unable to focus on tasks, even the simplest one, she could

not sleep, she would cry endlessly. At some point during the second year of psychotherapy she reported a dream:

There is a car of her boyfriend, parked on the hill, and it is full of his children. She sees that the car will slide down the hill and that the children will be in danger – so she jumps up into the car and pulls up the breaks.

At that moment therapist interpreted her jealousy toward possible future relationships of her boyfriend and his babies that he will create with other women, which she accepted. Other anxieties related to her relationship or rivalry with her sister, jealousy toward other women came up. She understood that in her unconscious phantasy, all other women who have husbands, or boyfriends, or children (especially sons), were „complete“, or successful, or worthy, while at the same time she felt as worthless, empty and without any values.

Over couple of weeks her anxiety developed into a psychotic crisis, and antipsychotics had to be introduced. She brought several dreams that were related to pregnancy. In one of them *she is walking with her sister-in-law, who is on roller skates and seven-month pregnant* (in reality as well as in the dream). *She is worried that she will fall and hurt the foetus, and she is holding her at the hand.* In the session she spoke about anxiety and confusion she had over the weekend: she went out, but every remark about marriage or children would create overwhelming anxiety. She was perceiving that all other people were looking at her and talked about her, thinking of her as being crazy. When the fear that she will hurt somebody other's child came up, a memory while she was approximately two and a half year old came up: it was several days after her grandfather on mother's side died, that her mother had a miscarriage in a late pregnancy. She entered the room, where mother was with other women, but she remembered only seeing blood.

This early childhood trauma was created by the situation in which child omnipotently connects her envious feeling toward mother's pregnancy with the real outcome in a form of a dam-

aged mothers body and baby being dead. The ensuing overwhelming guilt, connected with envy, desire for her own babies and for a man who can give her babies, were dissociated, split off and were never really integrated and mentalized since the trauma of her early Oedipal period (first realization of mother's pregnancy and then a shock of observing an abortion). This prevented her to understand the "facts of life" (Money-Kyrle, 1968, p. 693), to suffer the pains of an Oedipus complex, and eventually to become reconciled to the parental relation and achieve maturity. This situation in her adult life which revoked her envy, aroused thus signal anxiety that became unbearable. Her harsh superego had been projected in a massive chunks and created symbolic equation, which led to her experience she did actually murder a child.

CONCLUSION

We have argued that it is essential to focus on processes underlying symptoms and signs that appear after traumatizing experiences to be able to understand and organize rational treatment. The word "trauma" is often used in a confusing way naming the traumatizing agent, the effect in the personality, the cause of mental illness etc. We hold that this implies something static and reified, like a "thing" in the mind, that tends to divert attention from the dynamic and reorganizing processes in the traumatized person's mind, body and relations to others that happen after being exposed to events that trigger overwhelming anxiety. Posttraumatic processes depend on the level of personality organization, on past traumatizing experiences, on the circumstances during trauma and on the context that meets the person afterwards. We have argued that the "reified" understanding of posttraumatic states rely fundamentally on the traumatic memory concept described earlier. We hold that understanding of posttraumatic states and their phenomenology, should rely on understanding of dynamic forces and psychic structures that are part of the developmental process but that may be shattered when

person experience catastrophic events. Recovery can thus be seen as reintegration of fragmented parts of personality and reparation of symbolic function. ❧

REFERENCES

- American Psychiatric Association. (1980). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 3rd Edition*. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition*. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Baranger, M., Baranger, W., & Mom, J.M. (1988). The infantile psychic trauma from us to Freud: Pure trauma, retroactivity and reconstruction. *Int J Psychoanal*, 69, 113.
- Bion, W. (1962). *Learning from Experience*. New York: Basic Books.
- Bohleber, W. (2007). Remembrance, trauma and collective memory: The battle for memory in psychoanalysis. *Int J Psychoanal*, 88(2), 329–52.
- Bormuth, M. (2006). Life conduct in modern times: Karl Jaspers and psychoanalysis. Dordrecht, The Netherlands: Springer.
- Breslau, N., Chase, G. A., & Anthony, J. C. (2002). The uniqueness of the DSM definition of post-traumatic stress disorder: implications for research. *Psychological medicine*, 32(4), 573–576. <https://doi.org/10.1017/S0033291701004998>
- Breuer J, Freud S. (1955). *Studies on Hysteria*. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis.
- da Rocha Barros, E. M. (2009). Foreword. In T. Bokanowski & S. Lewkowicz (eds.), *On Freud's "Splitting of the ego in the process of defence."* (pp. xv–xx). London: Karnac Books.
- Ellenberger, H.F. (1970). *The Discovery of the Unconscious: The History and Evolution of Dynamic Psychiatry*. New York: Basic Books.
- Fonagy, P, Target, M. (2018). Perspectives on the recovered memories debate. In J. Sandler & P. Fonagy (Eds.), *Recovered memories of abuse: True or False*, (pp. 183–216). Routledge.
- Garland C. (2018). Understanding trauma: A psychoanalytical approach. Routledge.
- Hurvich, M. (2003). The place of annihilation anxieties in psychoanalytic theory. *J Am Psychoanal Assoc*, 51(2), 579–616.
- Jaspers, K. (1963). *General Psychopathology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Jović, V. (2018). Working with Traumatized Refugees on the Balkan Route. *Int J Appl Psychoanal Stud*, 15, 187 – 201. <https://doi.org/10.1002/aps.1586>
- Jović, V. (2022). Schizoid mechanisms in posttraumatic states. In V. Elton, V. Pender, G. Schlesinger-Kipp, & M. Leuzinger-Bohleber (Eds.), *Trauma, Flight and Migration*. London: Routledge.
- Leuzinger-Bohleber, M. (2012). Changes in dreams—From a psychoanalysis with a traumatised, chronic depressed patient. In P. Fonagy, H. Kächele, M. Leuzinger-Bohleber, & D. Taylor (Eds.), *The significance of dreams: Bridging clinical and extraclinical research in psychoanalysis* (pp. 49–85). Karnac Books.
- Lecours, S., Bouchard, M-A. (1997). Dimensions of mentalisation: Outlining levels of psychic transformation. *Int J Psychoanal*, 78(5):855.
- Levine, P.A., & van der Kolk, B.A. (2015). *Trauma and Memory: Brain and Body in a Search for the Living Past: A Practical Guide for Understanding and Working with Traumatic Memory* [Internet]. North Atlantic Books. Retrieved from https://books.google.rs/books?id=4_RnBgAAQBAJ
- Makari, G. (2008). *Revolution in mind: The creation of psychoanalysis*. HarperCollins New York.
- Money-Kyrle, R. E. (1968). Cognitive development. *Int J Psychoanal*, 49, 691.
- Patihis, L., Ho, L. Y., Tingen, I. W., Lilienfeld, S. O., & Loftus, E. F. (2013). Are the “Memory Wars” Over? A Scientist-Practitioner Gap in Beliefs About Repressed Memory. *Psychol Sci*, 25(2), 519–30.

- Purnell, C. (2010). Childhood trauma and adult attachment. *Healthc Couns Psychother J*, 10(2), 1-7.
- Robins L. N. (1994). How Recognizing “Comorbidities” in Psychopathology May Lead to an Improved Research Nosology. *Clin Psychol Sci Pract*, Jun,1(1), 93-5.
- Rosenbaum B, Jovic V, Varvin S. (2020). Understanding the refugee-traumatized persons. *Psychosozial*, 43(3):11-23. <https://doi.org/10.30820/0171-3434-2020-3-11>
- Schottenbauer, M. A., Glass, C. R., Arnkoff, D.B., & Gray, S. H. (2008). Contributions of Psychodynamic Approaches to Treatment of PTSD and Trauma: A Review of the Empirical Treatment and Psychopathology Literature. *Psychiatry Interpers Biol Process*, 71(1):13-34. <https://doi.org/10.1521/psyc.2008.71.1.13>
- Schreuder B, van Egmond M, Kleijn WC, Visser AT. (1998). Daily Reports of Posttraumatic Nightmares and Anxiety Dreams in Dutch War Victims. *J Anxiety Disord*, 12(6), 511-24. Retrieved from <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0887618598000322>
- Shatan, C. F. (1972). Post-Vietnam Syndrome [Internet]. The New York Times. Retrieved 2018, Feb 8 from <http://www.nytimes.com/1972/05/06/archives/postvietnam-syndrome.html>
- Shephard, B. (2001). *The War on Nerves: Soldiers and Psychiatrists in the Twentieth Century*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press.
- Shobe, K. K, Kihlstorm, J.F. (1997). Is Traumatic Memory Special? *Curr Dir Psychol Sci*, 6(3),70-4. <https://doi.org/10.1111/1467-8721.ep11512658>
- Taft, C. T., Kaloupek, D. G., Schumm, J. A., Marshall, A. D., Panuzio, J., King, D. W., & Keane, T. M. (2007). Posttraumatic stress disorder symptoms, physiological reactivity, alcohol problems, and aggression among military veterans. *Journal of abnormal psychology*, 116(3), 498-507. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.116.3.498>
- Vaage, A.B., Thomsen, P.H., Silove, D., Wentzel-Larsen, T., Van Ta, T., & Hauff E. (2010). Long-term mental health of Vietnamese refugees in the aftermath of trauma. *Br J Psychiatry*, 196(2), 122-5.
- Van der Kolk, B. A. (1994). The body keeps the score: Memory and the evolving psychobiology of posttraumatic stress. *Harv Rev Psychiatry*, 1(5), 253-65.
- Varvin, S. (2013). Psychoanalyse mit Traumatisierten. *Forum der Psychoanalyse*, 29(3), 373-389.
- Varvin, S. (2016). Atrocities against mother and child re-presented in the psychoanalytic space. In V. Pender (Ed.), *The Status of Women: Violence, Identity, and Activism* (pp. 193-219). London: Karnac Books.
- Winnicott, D. W. (1974). Fear of breakdown. *Int Rev Psychoanal*, 1(1-2), 103-107.
- Young, A. (1995). *The Harmony of Illusions: Inventing Post-traumatic Stress Disorder*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Young, A. (2007). Posttraumatic stress disorder of the virtual kind: Trauma and resilience in post-9/11 America. In A. Sarat, N. Davidovitch, & M. Alberstein (Eds.), *Trauma and memory: reading, healing, and making law* (pp. 21-48). Stanford University Press.

Trauma e Memória

Resumo

Uma teoria da memória traumática foi desenvolvida por Breuer e Freud em “Estudos sobre a histeria” baseada na teoria de Charcot sobre a origem traumática dos transtornos mentais. Isso foi novamente desenvolvido no DSM-III em 1980 com a introdução da Perturbação de stress pós-traumático (PSPT), onde a memória traumática foi conceituada como um núcleo da síndrome e colocada em relação causal com suas manifestações. Isso implicava que “trauma” tendia a ser visto como algo estático e reificado, como uma “coisa” na mente. Mostra-se que essa conceituação desvia a atenção dos processos dinâmicos e reorganizadores na mente, no corpo e nas relações da pessoa traumatizada com os outros. A conceituação psicanalítica inclui um espectro mais amplo das manifestações em condições pós-traumáticas e difere na compreensão dos processos subjacentes. O que é comum tanto no trauma infantil quanto no adulto e suas manifestações pós-traumáticas são deficiências nos processos de simbolização relacionados às experiências traumáticas. A função de ansiedade de sinal falha e o ego é dominado pela ansiedade automática ou de aniquilação. A capacidade de distinguir entre perigo real e estímulos neutros que funcionam como “gatilhos” falhados. Como a ansiedade relacionada ao trauma não pode ser mentalizada, fragmentos do self são cindidos e evacuados. Essas experiências permanecem como pedaços fragmentados que podem se expressar em dores corporais, estados mentais dissociados, pesadelos e distúrbios relacionais. Assim, as consequências do trauma psicológico podem ser conceituadas como processos caracterizados pela cisão de objetos/introjectos internos não mentalizados e partes do aparelho mental. Esses processos são ilustrados com uma pequena vinheta clínica.

Palavras-Chave

Transtorno de estresse pós-traumático, processos pós-traumáticos, trauma psicológico, simbolização, mentalização.



En las Fronteras de Cronos

Del Tiempo del Trauma a la Creación de un Tiempo Inédito

Silvia Acosta ¹

Resumen

Se presenta en este artículo un recorrido conceptual sobre las diferentes formas de pensar la temporalidad y lo traumático donde es posible percibir que la capacidad de encontrar evidencias de la ligadura indisoluble sujeto-trauma-tiempo es claramente un emergente central de la identidad y el quehacer psicoanalíticos. En ese sentido, la consideración de una temporalidad singular representa uno de sus actos más persistentes de rebeldía frente a la voracidad de Cronos. A partir de la conceptualización de los procesos inconscientes, Freud desmonta la certeza de la causalidad y la explicación asestando una marca indeleble a esta pretensión. La potencialidad de nuevas representaciones y condiciones de inscripción de vivencias -y, por lo tanto, nuevos trayectos subjetivos-, donde el analista actúa creando un pasado/futuro para un sujeto que aún no existe, implica afirmar no solo que el tiempo subjetivo no se puede mensurar, sino que se puede re-crear en análisis, en la transferencia.

Palabras Clave

Temporalidad, trauma, subjetivación, memoria.

El advenir no es posterior al sido y este no es
anterior al presente.

La temporalidad es temporaria como adve-
nir presente que va siendo sido”
(Heidegger 2000, pp. 378-920)

Ayer en la escalera Encontré un hombre que
no estaba allí

No estaba allí de nuevo hoy
Oh, cómo me gustaría que se hubiera ido
(Mearns, 1899)

¹ Psicanalista, membro da Sociedade Portuguesa de Psicanálise.
E-mail: sila.usal@gmail.com

© do Autor 2022. Publicado online em <https://rpppsicanalise.org>, sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Seguindo a exigência da preservação do anonimato dos pacientes e da confidencialidade, o material clínico é apresentado com alteração da identidade do paciente e de dados clínicos.

INTRODUCCIÓN

La noción del tiempo es tan fascinante que ha motivado miles de escritos dedicados a esa invención humana que permite fragmentar y ordenar nuestras vivencias. Por supuesto que uno sabe que el trayecto entre la vida y la muerte no suele ser lineal, que siempre ha habido historias poco razonables, trayectos difícilmente mensurables, relaciones impredecibles entre tiempo y espacio, y su consecuencia: los múltiples pliegues simultáneos de la experiencia, nuestras marcas y el modo que subjetivamos y narramos nuestra historia.

Curiosamente, mi formación académica, previa al training analítico, ha sido clásica, epistemológicamente basada en la evidencia y sostenida, fundamentalmente, en la motivación por reconocer relaciones causales entre los hechos de la vida de una persona, entre sus causas y las consecuencias, entre una conducta y otra, entre el síntoma y su correspondiente origen traumático.

De hecho, los años dedicados a la epistemología y a la ciencia descriptiva, me pusieron frente al desafío de tratar de aprehender algo de ese registro, de identificar causas para ciertos trayectos, aceptando, de antemano, la inevitable derrota. Confieso que, desde siempre, desde antes, cada pequeño fracaso en esa lógica explicativa me ha provocado un profundo regocijo: la sobrevivencia del azar, de lo indómito, de lo inesperado, ha sido y sigue siendo para mí, el fundamento de la esperanza.

En este documento, partiré del supuesto de que tiempo es experiencia. Experiencia es experiencia del sujeto, es subjetivación. De este modo, tiempo es condición de posibilidad para el sentido. Sentido que reorganizará las coordenadas traumáticas de la subjetividad. De este modo, revisar la noción de temporalidad en sus posibles variantes nos permite ampliar la mirada sobre las vivencias traumáticas, la compulsión a la repetición inmutable y la apertura a un tiempo nuevo, propio de la creación.

Esta afirmación deriva de una complejidad paradigmática, que no es ingenua ni es despre-

venida, es el emergente de una serie de construcciones conceptuales y filosóficas que se han consolidado en rebeldía durante el último siglo y que el Psicoanálisis ha ligado a la experiencia humana. Tratar de relacionar las distintas formas de temporalidad con las vivencias traumáticas, las condiciones del análisis, con las vivencias de temporalidad del sujeto, invita a un rastreo de su devenir, que tiene mucho más de genealogía que de historia.

El objetivo último es cuestionar la simplificación de un tiempo inerte y recobrar el valor de la oportunidad. Es decir, este trabajo pretende aportar a la idea de que el tiempo lineal es, literalmente, la mayor de las convenciones sociales es la gran renuncia subjetiva en pos de la civilización pues ha implicado la desmentida –y posterior redescubrimiento freudiano– del tiempo-atemporal del inconsciente y de la memoria como en reinscripción permanente.

Las lógicas de las sociedades occidentales contemporáneas han ido borroneando aquellas vivencias del tiempo que no se asimilen a sus ideales de eficacia y de rendimiento. Las máquinas tecnológicas hoy miden, anticipan y marcan el ritmo que regula no sólo la rueda del engranaje social, sino también nuestros modos de vivir, de pensar, de actuar y de sentir. Las posibilidades de nuestra experiencia quedan así amalgamadas a una misma lógica: las prácticas de los sujetos se cuantifican y evalúan según sus resultados: “éxito” o “fracaso”. Los ordenamientos discursivos, a la vez, consolidan una diversidad aparente de un mundo que ha adoptado los mismos parámetros de medida para todos sus espacios. El devenir se ha reducido al tiempo de un “trayecto”: así, se esgrime siempre rastreable, ordenable, evaluable, transmisible, en un juego equivalente de polaridades: anterior/posterior, causa/efecto, incluso progrediente/regrediente en cualquiera de sus versiones sucesivas.

En esta dinámica, la experiencia de la temporalidad supone la visibilidad de un espacio en el cual, o bien se despliega como una dirección –progreso o retroceso–, o bien queda disuelta en un instante que parece sin dejar marca. Esto abarca claramente muchas de las formas en las que in-

tentamos dar cuenta de nuestros procesos analíticos. El tiempo pareciera no poder pensarse – ni, por lo tanto, vivirse – por fuera de los términos imperativos de esta bipolaridad.

Sin embargo, hay un tiempo otro que existe y ocurre a nivel de la vida, afirmando, insistentemente que se puede vivenciar a partir acto de diferir. De hecho, el acto de sentido, remite a la creación de una diferencia. Una diferencia entre un antes y un después para el sujeto, entre repetir y recordar, entre no saber y saber. La cuestión entonces reside en cómo nominar, en cómo otorgar materialidad a la ocurrencia de este acontecer. El tiempo de la diferencia, el tiempo de la oportunidad. Momento y acto son distintos, pero, en este escrito, no existen uno sin el otro.

Para ello parece oportuno situarse en la frontera del tiempo cronológico y rastrear las huellas de otros modos de la temporalidad.

La interpelación a la temporalidad en psicoanálisis es evidente, más allá de mi propio interés, en los diversos escenarios de producción y debate dentro de nuestras instituciones: tradición/invencción; frontera, umbral, borde, ruptura, discontinuidad, transformaciones son significantes que intentan nominar, captar el instante inédito del acontecimiento, los rastros dispersos y contingentes del evento anómalo de la creación de una diferencia.

La tensión se manifiesta frente la inercia teórica de encontrar regularidades, orígenes, permanencias, tradiciones, líneas evolutivas, curvas de desarrollo y corrientes de influencias de las que tratan de racionalizar y hacer discernibles las lógicas del psiquismo y la experiencia subjetiva. De hecho, la misma construcción teórica en Freud, ha surgido como un ejercicio de escritura, de generación de un espacio, donde se hizo lugar – y tiempo – a las historias menores, compuestas por una infinidad de marcas silenciosas, de relatos de vidas, de fragmentos de lo cotidiano; conformando un “archivo” que luego, la tradición, por momentos parece buscar reproducir o salvar acuñadas en grandes memorias de nuestra historiografía psicoanalítica.

Lo que trato de enfatizar, es que nunca sucede una reconstrucción cronológica hacia delante

(o hacia atrás) donde se marcan los mojones de la intervención analítica como pistas del trayecto, sino que se inaugura un tiempo otro, el tiempo de la supervisión, el tiempo de la apertura, el escenario “sin tiempo” donde se juega un pensar, que efectivamente articula con el relato recortado de la viñeta. Es un tiempo que, lejos de poder encontrarse en algún lado (en el pasado o en una promesa de futuro), se actualiza en aquello que va aconteciendo efectivamente.

Este ensayo pretende ser, un ejercicio empezando por tres figuras mitológicas para intentar recobrar la trama de un tiempo de tres dimensiones: el tiempo de la historia, el tiempo freudiano y el borde: la novedad, la expresión de una potencialidad propia del instante. El tiempo de la marca traumática, la cuña en la memoria, el tiempo de la interpretación, el tiempo nuevo de la significación, el tiempo de la acción que conecta los otros dos universos que cursan en paralelo y el tiempo indeleble de aquellas vivencias perennes que configuran nuestro psiquismo. Sin embargo, el acto analítico implica la posibilidad de pensar en un tiempo no advenido aún, como plena potencialidad del análisis.

LAS FIGURAS DEL TIEMPO, CRONOS, AIÓN Y KAIRÓS.

Apelar a los mitos de la Grecia clásica permite recobrar un supuesto que nosotros a veces olvidamos: es imposible asimilar la vivencia del tiempo a los términos de una dicotomía. En el lenguaje mitológico encontramos tres figuras que básicamente han organizado la experiencia del tiempo en la Grecia Antigua: Aión, Cronos y Kairós.

En primer lugar, tomaremos el personaje que ha devenido una pieza fundamental de la organización histórica del tiempo en Occidente. Estamos haciendo referencia al mito y a la figura de Cronos. En la mitología griega el cielo y la tierra han estado desde siempre unidos, Cronos nace de esta unión eterna entre Urano y Gea y su acción principal es la de provocar una separación entre sus progenitores mediante la castración de su padre. La introducción de la distancia en el

vínculo implicará la posibilidad de un nuevo ordenamiento de creaciones: el orden cósmico, de las cosas y más adelante, el orden de los hombres. Este nuevo ordenamiento supone un largo proceso, explicado con violencia en el relato mítico de Cronos.

Una vez producida la castración de Urano, Cronos reina sobre el mundo y procrea con su madre, Gea. Advertido por los oráculos que morirá en manos de uno de sus hijos, Cronos los engulle uno a uno. Cronos teme el tiempo; teme su final. Aunque su ilusión es la eternidad, su acción es, paradójicamente, el ejercicio de la muerte, la reproducción de la finitud. Cronos representa aquello que sucede entre la vida y la muerte. Cronos destruye a todos sus hijos excepto uno, Zeus – salvado por Gea – quien derrocará a Cronos y reordenará el mundo de los hombres.

Por otro lado, como contrafigura, se nos ofrece el mito de Aión quien no tiene origen ni descendencia. El comienzo y el final no le implican en lo absoluto. Aión siempre estará. Sus figuras son dos. Por un lado, es representado como un anciano, imagen de lo permanente. Podemos animarnos a decir que es el Dios del tiempo de la vida. Siempre vida. Puede aparecer rodeado de una serpiente que se muerde la cola, en tanto imaginario del “eterno retorno” (Nietzsche, 2014). Aión alude a una potencialidad humana, de exceptuar la muerte. Afirma una fuerza constitutiva del hombre, la plena potencia. La vida sin muerte. Por otro lado, la misma figura de Aión ha sido presentada con la imagen de un joven que sostiene la totalidad del Zodíaco, en la que se van sucediendo las estaciones, los ciclos de la tierra, aquello que finalmente ha de permanecer.

Cronos y Aión son dos formas del todo: El eterno nacer y morir y, también, el eterno estar y retornar. La duración, el intervalo, la medida son las marcas Cronos, y con ellas, la instauración de un espacio de tiempo que se sucede entre la vida y la muerte. Aión, en cambio, personifica el tiempo de lo perenne. Tales figuras se corresponden con imaginarios que rigen distintas relaciones tiempo/espacio. En la línea de la causalidad se asienta toda la lógica aristotélica, por ejemplo, en las grandes conceptualizaciones sobre la eternidad,

se encuentran Heráclito, Platón y más adelante, San Agustín.

Como sea, la apropiación que Occidente ha hecho del legado clásico griego ha empobrecido el juego dinámico presente en las figuras descritas. Al insertarse en un lenguaje de juicios y valoraciones, Aión ha sido desplazado por Cronos. A partir de esta “decisión”, la potencialidad humana de creación plena ya no podrá exceder los esquemas mensurables de una disciplina. Esto es: aquello que no se puede medir no importa o, con frecuencia, no existe.

Casi como una alternativa, el mundo clásico intenta introducir una tercera figura que habilite a concebir un tiempo otro, un tiempo “propio” que permita realizar una lectura de las emergencias singulares de la experiencia humana. De ahí Kairós, entonces, tercer tiempo capaz de sortear la dualidad planteada en la separación de las dos figuras anteriores.

La cuestión acerca de la “naturaleza divina” de Kairós es controvertida; lo cierto es que, se trata curiosamente de un dios menor, un duendecito, las fuentes coinciden en postular que es hijo de Zeus (que destituyó a Cronos) y de Tjé (diosa de la suerte y de la fortuna). Este doble parentesco será fundamental: Kairós surge del tiempo mensurable, pero también del azar. Kairós no es representado ni a la manera de un titán, ni de un anciano, es un adolescente. Tiene los pies alados y en la mano izquierda sostiene una balanza desequilibrada. Una navaja afilada en la mano derecha le permite ir produciendo su propio corte del tiempo. Es bello y su cabeza conserva un pequeño mechón de pelo que le cae sobre la frente. Kairós es increíblemente veloz, sus pies alados no le permiten volar muy alto, ni tocar el suelo. No permanece nunca por mucho tiempo en un lugar. Es el dios de las oportunidades. Es bello porque las oportunidades son, para los griegos, artífices de la belleza.

Azarosas y fugaces como las apariciones de Kairós, estas oportunidades deben ser aprovechadas cuando aparecen; de lo contrario, escaparán y no habrá posibilidad de retenerlas. Kairós entonces se vuelve la figura del “momento oportuno”.

Barbara Cassin (1986) nos recuerda que esta noción implica siempre un punto crítico e introduce discontinuidad en toda línea temporal. Por eso su propio tiempo es otro, no puede reconocerse ni en la línea, ni en el círculo, ni dentro del bucle dialéctico. Su tiempo no es tampoco el instante sin marca. Al contrario, exige una acumulación de saberes, de enunciados, de prácticas, que puedan llevar a ese *momentum* como emergente de una tensión crítica de un movimiento que no busca una realización.

Hay entonces una tarea, un hacer, que forma parte de Kairós, produciendo y creando puentes entre las dicotomías establecidas, poniendo en tensión las posibilidades de apertura entre Cronos y Aión. Kairós tiende puentes entre los dos polos. Es el tiempo de irrupción de una potencia en el centro del diagrama de las posibilidades mensurables. El tiempo de Kairós no es otro que el de la ocasión de poder efectuar un pliegue que haga diferencia en un contexto que ha uniformizado las posibilidades de la experiencia. En el concepto se afirma, la importancia de la apertura de un espacio y de un tiempo para la dispersión y la disolución de lo identificatorio, donde el sujeto crea (y crea las condiciones para su potencia) a partir de las tensiones de estos movimientos. Sin duda, ni Cronos ni Aión nos ofrecen un paisaje de “discontinuidad”.

Las condiciones para un cambio posible y efectivo, para un uso del tiempo disruptivo, requieren a la vez un cuestionamiento de las condiciones de sus procesos de subjetivación asignándole un valor lógico a este “trabajo de la diferencia”. ¿Es posible reflexionar sobre las dificultades para figurarnos la discontinuidad? ¿Incluir lo “accidental” en nuestras experiencias de subjetivación? No se trata nomás de “puras invenciones”; recoger estos retazos de tiempo, estos “accidentes”, sino de asir los acontecimientos en su singularidad. Es posible entonces pensar que, por ejemplo, el instante creativo de la intervención analítica sucede “en el momento justo”, más allá de la cronología propia del proceso, de la propia cronología histórica, y que además del escenario de la transferencia como plena potencia, sucede una “ruptura” – un rasguño en

la línea - que tiene su propio tiempo, que es en sí misma una diferencia.

LAS ESTOCADAS FREUDIANAS A CRONOS

En términos generales, puede afirmarse que hasta mediados del siglo XX se asumieron cuestiones centrales para la ciencia: por un lado, que la realidad (natural, social y humana) era inmóvil y lineal y; por otro, que dicha realidad sufría cambios bruscos, discontinuidades o “accidentes” que eran reducidos a problemas simples o descartados. En los últimos 100 años, sin embargo, al revalorizarse el tiempo como variable, tales saltos discontinuos pudieron verse en el contexto de un proceso y surgieron conceptos como irreversibilidad, relatividad, incertidumbre e inconsistencias. Una de las voces más potentes en rebeldía frente a la causalidad simple, marcando la necesidad de hablar de más de un formato temporal para el psiquismo, fue la de Sigmund Freud.

Tal vez, la hipótesis temporal freudiana más audaz no haya sido el sostener inicialmente que fuera necesario la evocación de un pasado donde se ubicaba la causa del padecer del sujeto, sino que lo traumático no proviene exclusiva ni principalmente del acontecimiento sino de su recuerdo. Incluso, aún más, parte de su obra fue afirmar que la activación de la escena traumática, ni es un recuerdo, ni es una escena, se trata de algo *que nunca ocurrió*.

En el comienzo de sus investigaciones, la lógica temporal freudiana sobre la causación de los síntomas histéricos era lineal y cronológica, por tanto, su búsqueda inicial remitía a la identificación de la causa en el pasado de la vida del sujeto. Así, la primera hipótesis sobre la emergencia del síntoma histérico, compartida con Breuer, le otorga un valor etiológico decisivo al trauma o a una serie de traumas (Freud, 1895). Esta hipótesis no es original, pues aparecía ya en Charcot y en Janet, pero con Freud y Breuer adquiere un mayor relieve con fórmulas que orientaban el trabajo clínico. Sin embargo, la regularidad en los relatos y su enorme frecuencia dio pie a la aparición de nuevas preguntas que exigieron hipótesis cada vez más agudas.

En las elaboraciones de Freud posteriores a su colaboración con Breuer, el valor etiológico del trauma se mantiene como parte integrante de un sistema conceptual mucho más elaborado donde la causalidad tomará una nueva perspectiva. La primera concepción estrictamente freudiana del trauma se puede situar en la teorización sobre la patogenia de la histeria, desarrollada en varios textos, escritos en los años 1895-96. Donde se despliega un primer modelo sobre lo traumático a partir de las siguientes afirmaciones: Primer punto: *el trauma es siempre un trauma sexual*; segundo punto: *el trauma se constituye en la temporalidad del après-coup*. Freud propone una lógica absolutamente innovadora para explicar por qué son necesarios dos momentos, separados en el tiempo, para que se constituya el trauma. Así, se vincula un acontecimiento reciente (no necesariamente sexual) con un evento anterior (el trauma sexual), consiguiendo así despertar, après-coup, la potencialidad traumática del recuerdo que se vuelve traumático a través de la rememoración.

Con el desarrollo de sus investigaciones, Freud va a sustituir la condición necesaria de la existencia de un acontecimiento real de seducción vivido pasivamente, por las teorías de la sexualidad infantil, las fantasías sexuales inconscientes, la realidad psíquica. Pero esto afectará su postulado sobre una causalidad retroactiva. El trayecto freudiano en el desarrollo de la teoría sobre trauma, precisa incluir sus ideas sobre las tensiones entre trauma, sexualidad, represión y pulsión. Es un modelo que va complejizándose, que tiene un recorrido que incluye modificaciones, y que permite inferir las diferentes lógicas temporales freudianas. Y, al mismo tiempo, el nacimiento del concepto de “realidad psíquica”.

Sus ideas formuladas en la Carta 69 a Fliess (Freud, 1897), afirmaban que su teoría de la neurosis no se sostenía en la teoría traumática de la seducción y comenzaba a delinear la prevalencia de las fantasías en la causación de los traumas sexuales.

Más adelante, en sus estudios sobre las neurosis traumáticas (Freud, 1920) el trauma no se origina en la vida sexual infantil del sujeto, sino

en el momento mismo de la experiencia. La temporalidad de lo traumático es el presente. Surge la “compulsión a la repetición” como intento perenne de descarga del exceso de excitación y se consolida un tiempo traumático ligado al “eterno retorno”, a una lógica propia de Aión, de lo que siempre existe en presente y, por tanto, no pierde eficacia causal.

Sin embargo, el telón de fondo de una dinámica pulsional siempre tendiente a recuperar la homeostasis, la pulsión como traumática en sí misma y el *más allá del principio del placer*, permite delinear dos dinámicas paralelas, consciente e inconsciente, dos temporalidades concurrentes: la línea cronológica del presente y la vida inconsciente atemporal y permanente.

El peso acordado a la realidad, concebida como realidad vital, sólo es tomada por él como modelo, no está situada dentro de la teoría sino en sus fronteras. La realidad que se encuentra efectivamente en la teoría, capaz de producir síntomas neuróticos, es la sexualidad infantil, manifiesta en el lugar central del complejo de castración. Así, Freud reafirma el papel central de la sexualidad y de lo pulsional en el campo del psicoanálisis, manteniendo la idea de conflicto psíquico donde uno de los polos es siempre la sexualidad.

La tensión entre realidad material y realidad psíquica se encuentra a lo largo de toda la historia del psicoanálisis, al punto que en 1937 Freud enuncia el concepto de verdad histórica, relativo al peso causal del modo en que subjetivamente una persona significa sus experiencias en el encuentro singular de los acontecimientos del mundo exterior en el enclave singular de su mundo interno y sus vivencias inconscientes (conflictos, deseos, defensas). La relación entre trauma y tiempo necesita de un enclave donde las temporalidades consciente e inconsciente puedan anudarse. Esta afirmación es válida para el potencial traumático de una experiencia y una fantasía; pero también para el potencial elaborativo del análisis.

Finalmente, en *Análisis terminable e interminable* (Freud, 1937) vuelve sobre el debate entre lo innato y adquirido con el concepto de *herencia ar-*

caica es matizado al incluir factores de la historia personal y la etiología específica individual. Afirma que la herencia arcaica del hombre la forman fragmentos de vida psíquica transmitida de generación en generación que constituyen el bagaje inconsciente y que tienen eficacia causal puesto que son aportados filogenéticamente (Freud, 1939). La consideración de las huellas mnémicas referidas a lo vivido por generaciones anteriores no solo amplía la noción de herencia sino que permite considerar la transmisión generacional como el modo natural (consciente e inconsciente) en que los saberes, los bagajes emocionales y los legados se traspasan a los herederos. El tiempo entonces incluye una extensión inmemorial, eterna, siempre vigente y pulsante, una línea temporal donde el sujeto es arrojado y se constituye con determinantes que ya están allí, en la prehistoria de su existencia.

De algún modo, Freud siempre otorgó una extensión y tiempo imponderables y eternos a su territorio de lo inconsciente. Esto es evidente a lo largo de toda su obra. Textos como *Tótem y Tabú* (Freud, 1913), *Pegan a un niño* (Freud, 1919) y *Construcciones en psicoanálisis* (Freud, 1937), trabajan este lugar y función de un escenario vacío. Los conceptos freudianos van surgiendo a partir de encuentros que dejan vislumbrar el tiempo de lo inconsciente.

Estos registros inconscientes, que permanecen ocultos, emergen por un instante apenas a una superficie siempre presente, como lo evoca esa “pizarra mágica” al cual Freud hiciera referencia en 1924. De hecho, en su *Nota sobre la pizarra mágica*, Freud señala que el aparato psíquico “es ilimitadamente receptivo para percepciones siempre nuevas, y además [procura] huellas mnémicas duraderas —aunque no inalterables” (Freud, 1924, p. 244). Esto implica que la huella mnémica tiene la capacidad de modificarse y, por lo tanto, existe la posibilidad de retranscripción o reescritura en el aparato psíquico.

La alterabilidad de la huella mnémica no apunta exclusivamente a la apertura a la modificación, sino también a un fenómeno de efecto retroactivo (*Nachträglichkeit*) donde no solo un recuerdo se recupera, sino que toda recuperación

la modifica, conformando un producto psíquico *a posteriori*. Por otro lado, las nuevas impresiones ocurridas “aquí y ahora” también están abiertas al impacto de aquello que podría venir. El futuro y la expectación de este futuro toman parte en la formación y alteración de la huella mnémica. De este modo, la noción de inscripción psíquica y recuperación involucra la significación, la resignificación en un punto de encuentro potencial entre pasado, presente y futuro.

La obra de Freud es despliegue y apertura de esta singularidad temporal que configura la subjetividad, cuya base y condición se encuentra en este entramado último que constituye el sujeto del inconsciente. Hasta el texto de *Estudios sobre la histeria* (Freud, 1895) que escribe juntamente con Breuer, se vuelve evidente a este acto en el cual se va abriendo la puerta a una nueva manera de temporalizar al sujeto, de contarle en su historia. A partir del psicoanálisis, este tiempo será vida eterna, una fuente inagotable, pues ella se funda en el desencuentro mismo con el objeto, “La falta expresa la vida del lenguaje” dirá Lacan tiempo después (1975, p. 145).

Más adelante se irá creando el dispositivo necesario para que este tiempo pueda transitar. Primero se reconocen sus manifestaciones a través de las formaciones del inconsciente, *La interpretación de los sueños* (Freud, 1900) nos proporcionará las pautas de este movimiento. La transferencia, a su vez, se erige como el espacio en donde se despliegan los relatos. En este cauce que la transferencia crea van apareciendo los contenidos: los deseos inconscientes. El tiempo así va mostrando sus ataduras, hay que hacerlo discurrir. Si se atora es sufrimiento, si discurre es creación. Aunque esta separación es meramente didáctica, puesto que ambos son distintas caras de la misma moneda.

El tiempo en psicoanálisis puede llevar muchos nombres, el tiempo de la formación de síntomas, el tiempo del Edipo, los tres tiempos del análisis expuesto por Freud en *Recuerdo, repetición y reelaboración* (1914), o el tiempo finito e infinito. La temporalidad de la clínica psicoanalítica apunta al tiempo del cual surgen estos tiempos, el tiempo de búsqueda y falla del objeto de satisfac-

ción, el tiempo del recorrido alrededor de la zona erógena, el tiempo de la libidinización. También el tiempo en el que se constituye y habita este sujeto como punto de encuentro del psicoanálisis con lo social, pues es también este tiempo, lazo entre el sujeto y la civilización.

En su texto de 1929 *El Malestar en la Cultura* ya Freud habló de este desencuentro entre la pulsión y la cultura. Es a partir de esta contradicción que encuentra la especificidad de su clínica, donde se le da cauce a aquello que da lugar a la diferencia. Es este lazo entre dos momentos que producen un agujero en su diferencia lo que le va a otorgar al tiempo de la subjetividad su especificidad. Dentro de la teoría psicoanalítica, la nominación de tiempos paralelos – de la conciencia y de los procesos inconscientes –, de los procesos primarios y secundarios, de los mecanismos de desplazamiento y condensación y luego, de las metáforas, metonimias y construcciones, intentan dar cuenta de los signos dispersos, de los enigmas a descifrar, en esos cruces temporales entre un relato continuo – la propia historia –, un escenario de potencialidad plena – la transferencia – y un rasguño en esa trama, una ruptura, que permite el encuentro entre esas dos dimensiones. Nuevamente, Cronos, Aión y Kairós permiten pensar ese acontecer.

Freud trajo al escenario de Cronos, la figura de Aión ofreció una lectura en paralelo de aquel desencuentro: la cultura y la pulsión, la conciencia y lo inconsciente, lo que Le Poulichet llamará “el tiempo que pasa y el tiempo que no pasa” (2014, p.75).

AIÓN, LO INCONSCIENTE Y EL TIEMPO QUE NO PASA

Dentro del corpus psicoanalítico, la desestimación del tiempo cronológico no es tan sencilla como parece. Probablemente esto se relacione con el hecho de que dentro de la teoría existen preguntas simples –que pueden ser respondidas por la causalidad lineal o mediante el establecimiento de líneas evolutivas– y preguntas complejas – que apelan lisa y llanamente a la indeterminación del inconsciente – que necesitan de otra

lógica y constituyen otro objeto.

Green es uno de los autores que defiende lo que él considera irreductible en el psicoanálisis, más allá de su noción sobre lo inconsciente, sino la conceptualización de “la mente del analista trabajando”. Específicamente, Green en *La Diacronía en Psicoanálisis* (2002) afirma que ambas pretensiones de causalidad, la remitida por Green a la complejidad y la aristotélica – erigida como ideal por Freud en sus comienzos –, no son de ningún modo excluyentes. Que conviven, que paradójicamente se necesitan. No solo porque coexisten en el modo en que el sujeto se representa su vivenciar, no solo porque es escenario clínico es diacrónico, sino porque Freud nunca quiso desasirse de ambas pretensiones: con la misma pasión con la que exploró y describió la causalidad no lineal del inconsciente, sostuvo el intento de alcanzar una verdad previsible.

He aquí tal vez uno de los deslizamientos más interesantes: rebelarse contra la causalidad simple no implica necesariamente desentenderse del mito de Cronos. Apelar a la indeterminación, a la reversibilidad, a los tiempos paralelos, no deriva necesariamente en una protesta contra la búsqueda de permanencias, de regularidades o líneas evolutivas.

LA NOCIÓN DE NO-CONTRADICCIÓN EN LA TEMPORALIDAD DE LA MEMORIA

Antes del nacimiento del psicoanálisis, cuando Freud construía su teoría, se puede observar la importancia que desde entonces daba a la recuperación de los recuerdos. En 1896, año en cuando utilizó por primera vez el término psicoanálisis, ya se había ocupado del tema de la memoria. Es en la famosa *Carta 52*, escrita el 6 de diciembre, cuando expuso a Fliess sus ideas sobre “el mecanismo psíquico” y la memoria:

Tú sabes que trabajo con el supuesto de que nuestro mecanismo psíquico se ha generado por estratificación sucesiva, pues de tiempo en tiempo el material preexistente de huellas mnémicas experimenta un reordenamiento según nuevos

nexos, una retranscripción {*Umschrift*}. Lo esencialmente nuevo en mi teoría es, entonces, la tesis de que la memoria no preexiste de manera simple, sino múltiple, está registrada en diversas variedades de signos (Freud, 1896, p. 274).

Para Freud, conciencia y memoria eran fenómenos excluyentes. Existía un espacio entre percepción y conciencia en el cual se producían distintos tipos de transcripciones de la percepción, diferenciadas en virtud de su modo de asociación: por simultaneidad, por causalidad y por representación. La memoria, además de encontrarse separada de la conciencia, se caracterizaba por tener el valor de una escritura, en ella quedaban inscriptos trazos, huellas que respondían a una lógica y a una dinámica.

Las conceptualizaciones freudianas tenían que ver directamente con su práctica clínica. En *La etiología de la histeria* (Freud, 1896) propuso que el origen de la histeria se encontraba infaliblemente en el vivenciar sexual. Una vivencia sexual, recuerdo y olvido en una misma consideración; Freud ahonda en el efecto cobrado por los recuerdos inconscientes, tiempo después de que la vivencia sexual había ocurrido. De esta manera, un suceso acontecido en la infancia podía llegar a manifestarse bajo la forma de elemento patógeno en la adolescencia o en la edad adulta, gracias al efecto retroactivo provocado por el enlace entre percepciones actuales y recuerdos reprimidos.

En su trabajo *La sexualidad en la etiología de las neurosis* (Freud, 1898), “llenar las lagunas del recuerdo” (pp. 266-7) era ya un precepto de la cura psicoanalítica. Un año después, en su texto *Sobre los recuerdos encubridores* (1899), retomó la idea del olvido como consecuencia de un conflicto permanente entre fuerzas contrapuestas en el aparato psíquico. Por una parte, había un impulso el cual dirigía el recuerdo hacia la conciencia; por otra, una resistencia estaba encargada de impedirle el paso.

Es en 1899 cuando, paralelamente a los preparativos de la publicación de *La interpretación de los sueños*, Freud llevó a cabo concepciones las cuales hoy siguen siendo audaces en relación con el tipo de construcción entre subjetividad y tem-

poralidad: todos nuestros recuerdos eran de una u otra forma encubridores. Encubridores porque no sólo no correspondían con exactitud a la historia vivida, sino porque, fundamentalmente, ocultaban “lo realmente” vivido.

En esta alternancia – encubierta – entre la historicidad y la realidad de lo vivido, se evidencia la dificultad de discernir cuál recuerdo es *verdadero* y cuál *falso*: “Acaso

sea en general dudoso que poseamos unos recuerdos conscientes de la infancia, y no más bien, meramente, unos recuerdos sobre la infancia” (Freud, 1899, p. 315).

Así afirmará que esta es la condición esencial de nuestra infancia: los recuerdos encubridores que “contienen y transportan el olvido desde el que se teje nuestra historia. Lo recordado se juega en el tiempo de un devenir actualizado, es la historia tal y como se le da sentido retroactivamente”. (Freud, 1899, p. 315)

Espacio y tiempo para Freud, implican los procesos contrapuestos de continuidad y simultaneidad. En el movimiento producido en la generación de una obra, en su recreación cada vez que se lee, se impone la dimensión del tiempo como trasfondo y estructura de esta. Con el modelo de los sueños, Freud produjo un gran cambio en el pensamiento contemporáneo, al dar cuenta de los mecanismos responsables de la producción onírica, al menos en términos más exhaustivos de los propios de la psicología de conciencia. Propuso cuatro mecanismos para explicar las formaciones oníricas: condensación y desplazamiento, los otros dos subordinados a estos primeros, el miramiento por figurabilidad y la elaboración secundaria. Bajo este modelo explicativo más que descriptivo, Freud pudo incursionar no sólo en el estudio del inconsciente, sino en el de todas las formaciones generadas en él: olvidos, lapsus, actos fallidos y síntomas: signos de la oportunidad, disidencias, excepciones que ofrecen la oportunidad de ligar nuestras temporalidades paralelas (Freud, 1900).

De hecho, un tiempo después afirma:

Lo inconsciente es totalmente atemporal. El carácter más importante, y también el más asom-

broso, de la fijación psíquica es que todas las impresiones se conservan, por un lado, de la misma manera como fueron recibidas, pero, además de ello, en todas las formas que han cobrado a raíz de posteriores desarrollos, relación esta que no se puede ilustrar con ninguna comparación tomada de otra esfera. Teóricamente, entonces, cada estado anterior del contenido de la memoria se podrá restablecer para el recuerdo, aunque todos sus elementos hayan trocado de antiguo sus vínculos originarios por otros nuevos” (Freud, 1901, p. 266).

En 1915, Freud formula, en uno de los trabajos comprendidos dentro de *La metapsicología, Lo inconsciente*, su tesis sobre la atemporalidad del inconsciente: “Los procesos del sistema Ics son atemporales, es decir, no están ordenados con arreglo al tiempo, no se modifican por el transcurso de este ni, en general, tienen relación alguna con él” (pp. 164) En esta propuesta, encontramos de forma clara como Freud plantea para el inconsciente un modo de tiempo completamente diferente al funcionado en la conciencia, uno desde el cual no es posible hacer referencia a hechos pasados: ¿cómo pensar, entonces, los procesos inconscientes que están exentos de cualquier vínculo con el tiempo y de los no registrados por la conciencia?

En este tema podría afirmarse que hay un salto lógico, una disrupción entre los dos primeros enunciados de Freud, pues si bien se puede comprender el hecho de que los procesos inconscientes no están sujetos al tiempo ni se vean afectados por él; esto no significa que estos procesos no tengan ninguna relación con el tiempo. En el inconsciente se llevan a cabo operaciones a través de procesos los cuales suceden en el tiempo; sin embargo, en sí mismos no establecen una temporalidad. A este respecto, Le Poulichet (2014) se pregunta sobre esta misma cuestión: ¿cómo es posible hablar de “procesos” inconscientes sin pensar en el transcurrir del tiempo en ellos?

La solución propuesta por esta autora es afirmar la no contradicción existente entre el enunciado de la atemporalidad de los procesos inconscientes y el enunciado de la no ordenación

de estos en relación con el tiempo. No un suceso después del otro, sino uno a la vez del otro. En la funcionalidad del inconsciente simultaneidad y sucesión no se contraponen, y, en esta no contraposición, se nos muestra como las leyes del inconsciente dominan la función de la memoria (Le Poulichet, 2014).

A través de la aparente contradicción existente en el postulado freudiano acerca de la atemporalidad del inconsciente, Sylvie Le Poulichet (2014) propone pensar en una división entre dos formas de tiempo: el tiempo que pasa y el tiempo que no pasa. El primero responde al modelo de la sucesión ordenada, pasado, presente y futuro. El segundo es el tiempo el cual actúa de forma simultánea sin que tengamos noticias de él, tiempo de los procesos inconscientes desprovistos de síntesis y que, por lo tanto, tampoco pueden devenir pasado (Le Poulichet, 2014, p. 41). Sin embargo, entre ellos existe la posibilidad del encuentro, la contingencia jugada en el azar, en la combinatoria simbólica de cada historia y de la fuerza de la pulsión la cual interviene definiendo también la configuración de oportunidades abiertas entre un devenir de algo que está por llegar.

KAIRÓS Y EL TIEMPO OPORTUNO

Entonces, es el choque de los tiempos cuales pasan y aquellos que no, y no la simple actualización del pasado en el presente en un sentido lineal, lo que opera como determinante sobre los efectos del tiempo en la subjetividad. Los actos jugados en la repetición dan cuenta de la fuerza pulsional sin ciclos, sin detenimiento, insiste en un permanente transitar porque por los procesos inconscientes no pasa el tiempo, sino ellos mismos constituyen el tiempo del pasar (Le Poulichet, 2014).

La jugada implicaría percibir los accidentes, las desviaciones ínfimas, los errores, los fallos de apreciación, los malos cálculos que han producido aquello que existe y es válido para nosotros; es descubrir que en la raíz de lo que conocemos y de lo que somos no están en absoluto la verdad ni el ser – diría Foucault en 1983 -, sino en el accidente.

El Kairós, el instante. Lugar-tiempo donde se nos arrebató de Cronos y se nos sitúa en Aión. Es dable pensar que, de manera análoga, la escena clínica montada por la potencialidad de la transferencia permite, en sesión, ese desdoblamiento del tiempo. Esa vivencia en paralelo, en la que analista y paciente entran, asumiendo que sucederá algo “en el momento oportuno”. De hecho, varios autores remarcan el valor teórico y técnico de esa expectativa.

Moreno (2018) refiere que los procesos psíquicos son más de uno y se cruzan y se hacen tope. No se relacionan, no se complementan, se topan. Los procesos asociativos, ligados a las cadenas representacionales que se activan y vinculan dentro de un discurso hilado por un tiempo lógico de significación consciente y, los procesos conectivos, que son irrupciones, anomalías, que provocan la posibilidad de cambio y resignificación, incluso de inscripción de nuevas vivencias. Esos dos procesos, de manera indómita e inédita se cruzan y promueven un nuevo discurso. Habla de una actualización de representaciones, mucho más de una resignificación del pasado.

Esa actualización es un acto de creación, se sostiene en la acción, en la realización de un potencial. Es invención. La apuesta es atender a lo que produce un rastreo de lo discontinuo. Para ello, el analista habrá de armarse de otro vocabulario: “umbral”, “ruptura”, “mutación”, “transformación”, “accidente”.

Así, es posible estar puede estar atento a los cortes, los intentos de sutura, los sucesos en lucha. Es decir, se trata de arriesgar las verdades y las certezas de la historia pasada, de las memorias consolidadas – y su cronología - que nos dan existencia para sostener la búsqueda del saber. Arriesgar el archivo histórico de nuestra memoria para producir un contra archivo historiográfico cada vez que sea posible.

Este hiato es permitido, justamente, por la mirada atenta de un saber que se produce en movimiento, como juego creador en el tiempo. El instante de la asociación creadora, de la intervención analítica, de la ligadura entre los tiempos coexistentes. Aquello que sucederá “en el momento oportuno”. La tarea no es otra, entonces, que la

de aprestarse a acoger cada momento del discurso irrumpiendo como acontecimiento, en esta puntualidad en la que hace aparición y en esta dispersión temporal que le permite poder ser repetido, conocido, olvidado, o transformado.

Acontecimiento y archivo jugarán aquí su apuesta tratando no sólo de registrar las marcas singulares que han dejado en el pasado sino de explorar la potencialidad de esas huellas en nuestro presente. La fuerza de la actualidad – y de la acción de la palabra - se asienta en las formas en que ésta puede ser parte de una inquietud, de una pregunta que explora las posibilidades de crítica y de producción de una diferencia en nuestro escenario analítico. Se hará evidente así la función de un Kairós al que veremos jugando a producir vuelcos en la linealidad del tiempo. Kairós es pieza clave de este juego, de esta aventura azarosa y de esta producción profundamente analítica.

Llegado este punto, el proceso de transformación es irreversible y el azar ya no es una amenaza a la parsimonia de la certeza, sino que se transforma, en tanto expresión de incertidumbre, en uno de los nodos de “la mente del analista trabajando” (Green, 2002): la espera atenta de esa discontinuidad que abre camino a la significación.

EL TIEMPO NO ADVENIDO, LA CREACIÓN DE UN FUTURO/PASADO

En este documento, parto de la afirmación de que “tiempo es experiencia”. Es sentido, es subjetivación. Hasta acá hemos reseñado la métrica del tiempo cronológico, el magma atemporal de lo inconsciente, el instante del acontecer donde se encuentran estos procesos gracias a potencial de una asociación, gracias a la intervención del analista, quien ha inventado/encontrado una oportunidad.

En términos de aquello representado y reprimido, una de las formas del acontecimiento tiene que ver con el encuentro de aquello olvidado con su recuerdo. Sin embargo, aquello no representado, aquello que repite, que no puede evocarse, que insiste es inasible aún para nuestro Kairós.

Simplemente porque nunca ha estado allí.

Freud consolidó la noción de *Nachträglichkeit* (1896, 1914) como un proceso activo que por medio del significado rellena las lagunas entre vicisitudes afectivas - pasadas e inconscientes - y el presente. De esta manera, la simbolización se confiere con posterioridad [*Nachträglich*] a los sucesos traumáticos anteriores, pasando a ser susceptibles al control omnipotente. Esta noción concibe dos vectores temporales para *Nachträglichkeit*: el primero se refiere a un proceso causal que opera en dirección al avance del tiempo contra la tela de fondo de la realidad fáctica, mientras que el segundo alude a un movimiento regresivo que permite la comprensión de escenas y fantasías inconscientes que ocurren en un nivel de proceso primario. Ese movimiento temporal que ocurre en dos partes fue anteriormente observado y descrito por Freud en *Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa* en 1896.

Dice Dahl (2011) que la mala traducción del término como acción diferida o *après-coup* provocó una desatención sobre este concepto hasta que Freud, en su trabajo sobre Moisés (1937), describe plenamente los aspectos temporales del *Nachträglichkeit*, buscando no solamente reconstruir los sucesos del pasado con una base causal determinista -cronológica-, sino comprender la verdad subjetiva de este acontecimiento en la transferencia siguiendo un trayecto retroactivo en el tiempo.

De algún modo permite la confrontación de dos filosofías acerca del mundo; una mirada del eterno retorno de la repetición estoica, al cabo que la repetición del mundo y su extinción -donde todo ardía en fuego- para volver a crearse. Que implica una repetición desde cero y sin cambios, pues una vez quemado, se reconstruía para que los mismos actos ocurrieran una vez más en él. O, una interpretación de esa repetición - dentro del marco de la filosofía oriental - donde la existencia sigue siendo un hecho cíclico, en donde cada acto, cada instante y acontecimiento se repetirán eternamente. En contraposición con la filosofía occidental, en el pensamiento oriental, el eterno retorno llevará a la perfección del universo, pues en cada reinicio se pulirá cada hecho, hasta ser

perfecto.

La noción de cambio psíquico para el psicoanálisis que propone el último Freud hasta Faimberg (1998), tiene que ver con el potencial de cambio de la repetición pues es allí, en la eternidad del tiempo que no pasa, donde pueden inscribirse las condiciones para nuevas acciones diferidas que impactan en el pasado y en el futuro al mismo tiempo. Acá es necesario hacer un punto en el desarrollo y enfatizar, el último Freud - señala Faimberg - y Winnicott se expresan sobre - mucho más que crear nuevas representaciones- crear nuevas condiciones de inscripción. Es decir, experiencias inéditas para nuevas potencialidades de inscripción (nuevas líneas temporales posibles).

La comprensión del tiempo retroactivo de la resignificación tiene un impacto extendido en la teorización psicoanalítica sobre lo traumático. Sin embargo, es Faimberg quien se sirve de Winnicott para explorar una nueva hipótesis sobre la temporalidad psíquica (1998, 2016). Faimberg habla de la situación aún no advenida a partir de su lectura de "Fragmento de un análisis" de Winnicott. La autora propone que es esta facultad del psicoanalista, la de creación de las condiciones psíquicas necesarias en el paciente para el advenimiento de una situación nunca ocurrida, la que permitirá el advenimiento del sentido.

Faimberg (2016) dice, que es posible pensar que algunos pacientes, frente a la ruptura temprana del ambiente facilitador, no podrán acceder a aquello que nunca tuvieron. Y también dice que, por el contrario, el cambio psíquico radica en ese potencial de crear en el presente las condiciones de ocurrencia de algo que en el pasado no ocurrió aún. Winnicott dice, originalmente, as "yet situation": la situación todavía no advenida. Faimberg afirma:

Las situaciones todavía no advenidas formaron frecuentemente parte de las interpretaciones de Winnicott, otorgando un significado retroactivo a aquello que no estaba ahí... aún. En este sentido, establecieron las condiciones psíquicas para desplegar las dos fases de la operación de *Nachträglichkeit* (2016, p.15).

Por supuesto, en términos de pensar la temporalidad que liga a dos eventos, y la causalidad que los vincula; si asumimos que las condiciones de repetición cambian – por efecto del advenimiento de una nueva situación –, también cambian las cualidades de aquello que se repite. Dicho de otro modo, La inscripción de “marcas” (como categoría de sucesos) es condición necesaria de la retroacción, en la medida en que sin tal inscripción resultaría imposible el movimiento de retorno libidinal y la elaboración de nuevos nexos. Pero cada marca es (en su singularidad) condición suficiente relativa de la retroacción².

Dice Faimberg:

La capacidad de transformación que vuelve posible el método psicoanalítico mismo es un concepto clave con el cual comprender –por más paradójico que resulte–, que la insistencia es una precondition para el cambio psíquico, para un cambio de aquello que insiste en ocurrir (2016, p. 16).

Esta precondition es la creación de una situación en el pasado que haga posible la representación y la significación. Es una noción de temporalidad que tiene sentido exclusivamente dentro de la dimensión clínica del análisis y ayuda a comprender aquellos textos finales freudianos sobre “Construcciones en Análisis” (Freud, 1937) donde, más allá de la resignificación, se apela a la creación activa de vivencias psíquicas. Faimberg dice “las situaciones todavía no advenidas son creadas activamente por Winnicott, quien por medio de sus interpretaciones otorga dimensión al futuro de un paciente que aún no está ahí” (2016, p. 15); es decir, el analista está creando las condiciones para que su paciente sea capaz de ex-

perimentar aquello que le sucedió en el pasado. Tomando las palabras de Bion

(1990), la creación de “memorias del futuro” donde el analista es una voz más en un concierto de múltiples personajes psíquicos que nos habitan.

Luego de este recorrido conceptual es posible afirmar que la capacidad de encontrar evidencias de la ligadura indisoluble trauma-vivencia-tiempo en la construcción del sujeto psíquico es claramente un emergente central de la identidad psicoanalítica. En ese sentido representa uno de sus actos más persistentes de rebeldía frente a la voracidad de Cronos. A partir de la conceptualización de los procesos inconscientes, Freud desmonta la certeza de la causalidad y la explicación asestando una marca indeleble a esta pretensión. La potencialidad de nuevas representaciones y condiciones de inscripción de vivencias – y, por lo tanto, nuevos trayectos subjetivos –, donde el analista actúa creando un pasado/futuro para un sujeto que aún no existe, implica afirmar no solo que el tiempo subjetivo no se puede mensurar, sino que se puede re-crear en análisis, en la transferencia.

Dentro de esta perspectiva, la esperanza en la cura está fundada en la noción de un sentido potencial (Khan, 1978) que permitirá la reunión, en el objeto analítico, del sentido presente y del sentido ausente. Esa reunión se inventa /encuentra, en un sentido winnicottiano, en el momento oportuno, en tanto discontinuidad.

Este es un cuarto tiempo freudiano donde experiencia es tiempo. Donde un nuevo trayecto se crea a partir de una experiencia. Y en ese acto, la intervención del analista crea objetos que permiten pasar de la potencialidad a la realización de un tiempo oportuno y creativo. 🍀

REFERENCIAS

- Bion, W. (1990). *A memoir of the future*. London: Karnac. (Original publicado en 1975)
- Cassin, B. (1986). *Le Plaisir de parler*. Études de *sophistique comparée*. Collection Arguments. Les Éditions de Minuit

2. Aquí se articulan tiempo, causalidad y lógica, constituyendo el nudo de la invención freudiana del tiempo inédito. En ese sentido, cada marca o inscripción en el aparato, ubicada en un marco específico de circunstancias, funciona como condición suficiente relativa de su retroacción. Para más detalle ver Von Wright, G. H. (1971) quien explica la causalidad retroactiva mediante la posibilidad de que, ocurrido A, sucedan B y B'. En este caso afirma que la relación de B con A depende de las *condiciones* en las que A sucede. Así, cuando A sucede en las condiciones p, se obtendrá B o B', estableciendo la opción de pensar en el cambio de las condiciones p – para lograr B o B' – en tanto la existencia fáctica de A es inmodificable.

- Dahl, G. (2011). Los dos vectores temporales de Nachträglichkeit en el desarrollo de la organización del yo: la importancia del concepto para la simbolización de los traumas y ansiedades sin nombre. *J. psicanal.* [online]. 44(80), 95-114. ISSN 0103-5835.
- Faimberg, H. (2016). La “situación todavía no advenida” en Fragmento de un análisis de Winnicott: “su padre nunca le hizo el honor de”... aún en Psychoanalytic Quartely en español, Jarast G (compilador) Nro.1 . EA Editorial.
- Faimberg, H., & Corel, A. (1989). Repetition and surprise. In *The Telescoping of Generations: Listening to the Narcissistic Links Between Generations*, by H. Faimberg. London/New York: Routledge, 2005
- Foucault, M (1983) “Structuralisme et poststructuralisme”. *Telos*, Vol. XVI, no 55, primavera, 195-211.
- Freud, S. (1991). *Estudios sobre la Histeria*. OC, Tomo II, Amorrortu. (Trabajo original de 1893 publicado en 1895).
- Freud, S. (1991). *Estudios sobre la Histeria*. OC, Tomo III: Amorrortu, (Trabajo original publicado en 1895)
- Freud, S. (1991). Fragmentos de la correspondencia con Fliess: Carta 52. En Freud, S. (1895) Vol. I. pp 164. OC, Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1896)
- Freud, S. (1991). Sobre el mecanismo psíquico de la desmemoria. OC, Tomo III: Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1898)
- Freud, S. (1991). La interpretación de los sueños. OC, Tomo V: Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1900)
- Freud, S. (1991). Totem y Tabú. OC, Tomo XIII: Amorrortu. (Trabajo original de 1913 publicado en 1914)
- Freud, S. (1991). Recuerdo, repetición y elaboración. OC, Tomo XIII: Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1914)
- Freud, S. (1991). Pegan a un niño. OC, Tomo XIX: Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1919)
- Freud, S. (1995). Nota sobre la «pizarra mágica, OC, Tomo XIX: Amorrortu. (Trabajo original de 1924 publicado en 1925)
- Freud, S. (1995). El malestar en la cultura en OC, Tomo XXI. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1929)
- Freud, S. (1995). Moises y la religión monoteísta, OC, Tomo XXIII: Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1937)
- Freud, S. (1995). Construcciones en análisis. OC, Tomo XXIII: Amorrortu, (Trabajo original publicado en 1937)
- Freud, S. (2000). Sobre los recuerdos encubridores. OC, Tomo III. Amorrortu. (Trabajo original publicado en 1899)
- Freud, S. (2000). Psicopatología de la vida cotidiana, OC, Tomo VI: Amorrortu, (Trabajo original publicado en 1901)
- Green, A. (1996a). ¿Qué clase de investigación para el psicoanálisis? En Sandler, J., Sandler, A. M., Davies, R., et al. *La investigación psicoanalítica clínica y observacional: raíces de una controversia*, André Green y Daniel Stern. Londres, Karnac, 2000
- Green, A. (2002). *La Diacronia en Psicoanálisis*. Amorrortu
- Heidegger, M. (1953). Introduction to Metaphysics. (Trad.) Gregory Fird & Rochald Port. New Haven: Yale University Press.
- Khan, M. (1978). Vicissitudes de l'Être, du connaître et de l'éprouver dans la situation analytique. En “*Le Soi Caché*”. (*The Privacy of the Self*). Ed. Gallimard.
- Lacan, J. (1975). *Seminario 23. El Sinthome*, (p. 145). Buenos Aires: Paidós.
- Le Poulichet, S. (2014). *La Obra del Tiempo en Psicoanálisis*. Amorrortu.
- Mearns, W. H. (1899). Antigonish. En Colombo, J.R., *Canadian Literary Landmarks*. Dundurn Press, 1984.
- Moreno, J. (2018). En F. Gomez y J. M. Tausik, (Eds.), *Psicoanálisis Latinoamericano Contemporáneo*. Buenos Aires: APA Editorial.
- Von Wright, G. H. (1971). *Explicación y comprensión*. Madrid: Alianza.

Nas Fronteiras de Chronos: Do Tempo do Trauma à Criação de um Tempo sem Precedentes

Resumo

Este artigo apresenta um panorama conceptual das diferentes formas de pensar a temporalidade e o traumático, onde é possível perceber que a capacidade de encontrar evidências do vínculo indissolúvel sujeito-trauma-tempo é claramente um emergente central da identidade e do trabalho psicanalíticos. Nesse sentido, a consideração de uma temporalidade singular representa um de seus mais persistentes atos de rebelião contra a voracidade de Cronos. A partir da conceptualização dos processos inconscientes, Freud desmonta a certeza da causalidade e da explicação, deixando uma marca indelével nessa afirmação. A potencialidade de novas representações e as condições de inscrição de experiências - e, portanto, de novas trajetórias subjetivas -, onde o analista atua criando um passado/futuro para um sujeito que ainda não existe, implica afirmar não só que o tempo subjetivo não pode ser medido, mas que pode ser recriado na análise, na transferência.

Palavras-chave

Temporalidade, trauma, subjetivação, memória.

In the Frontiers of Cronos: From the Time of Trauma to the Creation of an Unprecedented Time

Abstract

This article presents a conceptual overview of the different ways of thinking temporality and the traumatic, where it is possible to perceive that the ability to find evidence of the indissoluble link between subject-trauma-time is clearly a central emergent of psychoanalytic identity and psychoanalytic work. In this sense, the consideration of a singular temporality represents one of its most persistent acts of rebellion against the voracity of Chronos. From the conceptualization of unconscious processes, Freud dismantles the certainty of causality and explanation, striking an indelible mark on this pretension. The potentiality of new representations and conditions of inscription of experiences -and, therefore, new subjective trajectories-, where the analyst acts creating a past/future for a subject that does not yet exist, implies affirming not only that subjective time cannot be measured, but that it can be re-created in analysis, in the transference.

Keywords

Temporality, Trauma, Subjectivation, Memory.



Le Négatif du Trauma pour une Métapsychologie de l'Irreprésentable

Mario De Vincenzo¹

Résumé

L'auteur se propose de problématiser les conceptions psychanalytiques du trauma à partir de la prise en compte des conditions cliniques marquées par le vide psychique que l'on retrouve chez les pathologies limites caractérisées par des traumatismes précoces non représentés. À travers une analyse théorique et métapsychologique des différentes conceptions freudiennes et post-freudiennes des traumas primaires, l'auteur propose de concevoir les restrictions du moi et les difficultés d'accès à la représentation comme des issues subjectives liées au négatif du trauma. Ce dernier sera compris comme la trace en creux et non représentée d'expériences fondamentales, comme l'absence de mirroring, qui n'ont pas eu lieu dans la préhistoire du sujet et que de ce fait se révèlent traumatiques en entravant ainsi la construction d'un appareil pour penser les pensées.

Mots clés

Négatif du trauma, vide, représentation, construction, irreprésenté.

Les maîtres de la psychanalyse qui se sont engagés dans les cures de patients dits difficiles nous ont légué un héritage théorico-clinique qui demande aux générations successives d'analystes un long travail de métabolisation et d'élaboration théorique après-coup. Le travail clinique avec des patients limites présentant des traumatismes précoces témoigne, comme le dit Pontalis, que le clinicien doit « aller où ça résiste, comme s'il ne

pouvait y avoir de psychanalyse que là où se fait la rencontre, l'épreuve, les limites de l'analysable » (1974, p. 8).

En ce sens, en suivant le propos de Pontalis, nous essayerons à travers ce travail de reproblématiser la vaste question du trauma et de l'irreprésentable en prenant en compte les situations psychopathologiques marquées par l'empreinte négative du trauma. C'est-à-dire nous étudierons la question du trauma au prisme de la clinique de l'absence de représentation qui confronte le psychanalyste à ce qui résiste à sa méthode en le poussant à aller plus loin dans l'exploration des territoires du non analysable.

Les fonctionnements psychiques auxquels nous nous référons sont souvent le résultat de trajectoires psychopathologiques marquées

¹ Psychologue clinicien, docteur en Recherches en psychopathologie et psychanalyse dans le Centre de Recherches Psychanalyse, Médecine et Société, Université de Paris. E-mail: ma.devincenzo@gmail.com

par des traumatismes précoces dans lesquelles nous n'avons pas affaire à la question de la présence d'un matériel traumatique représenté doté d'une valeur désorganisant pour le sujet, mais nous constatons plutôt l'impossibilité du sujet à inscrire psychiquement une expérience traumatique à travers un processus de représentation.

Dans le monde interne de ces patients, il n'y a pas de souvenir ou de trace représentative, le clinicien se confronte à des états de vide et à l'absence d'associations, comme si ce qui fait souffrir le sujet était quelque chose qui n'a pas pu être mis en forme et qui demeure non symbolisable. C'est ce que dans la clinique contemporaine se manifeste à travers les états de vide affectif et le tarissement de la vie psychique ou à travers l'opacité du symptôme psychosomatique hors de toute possibilité de mise en lien avec le réseau associatif et coupé de toute trame historique.

Dans ce travail, nous envisagerons donc les figures psychopathologiques caractérisées par le vide de la pensée et le gel des affects — qu'il s'agisse de la pensée opératoire (Marty & de M'Uzan, 1963), des fonctionnements en extériorité des pathologies limites (Green, 1982) ou du faux self (Winnicott, 1960) — comme des issues subjectives liées à des stratégies anti-traumatiques qui présentent un noyau commun : l'impossibilité de mettre en forme l'expérience en créant des *représentations* d'un vécu traumatique archaïque qui est au cœur du fonctionnement psychique du sujet.

CLINIQUE DU VIDE

Les fonctionnements mentaux qui constituent l'objet de notre étude sont souvent le résultat de processus traumatiques dans lesquels nous n'avons pas affaire à la question du refoulement du souvenir ou d'une représentation suscitant un conflit psychique de type névrotique. Dans ces états mentaux caractérisés par la « désertification psychique » (Green, 2005), il n'y pas de souvenir ou de trace représentative, mais une trace à l'état brut qui persiste sous la forme de symptôme ou de répétition, quelque chose qui n'a pas été représenté et qui demeure non symbolisable.

Ces sujets se coupent d'une partie d'eux-

mêmes, ils perdent progressivement le contact avec leur monde interne, leur capacité de ré-investir des représentations est fortement compromise par l'action de la déliaison entre affects et représentations et par les attaques contre les liens. En ce sens, le concept de négatif (Green, 1993), divinité négligée du panthéon psychanalytique, permet de reparcourir les théorisations et l'aventure clinique des analystes du passé qui se sont confrontés au négatif du trauma afin d'en saisir le rôle de pierre angulaire métapsychologique pour penser la clinique du vide.

Déjà certaines intuitions cliniques de Ferenczi (1934a) nous apprenaient que les résistances outrancières rencontrées dans la cure — de la réaction thérapeutique négative aux différentes formes de neutralisation de l'affect paralysant le processus thérapeutique — sont liées au fait que ces patients se clivent psychiquement face aux traumatismes pour les rendre inaccessibles à la conscience. En effet, nous retenons que les tempêtes transférentielles et l'aggravation des symptômes du patient typiques de la réaction thérapeutique négative ou les multiples formes de désaffectation qui séparent affects et représentation peuvent être comprises comme des épiphénomènes cliniques renvoyant à une aire traumatique que le sujet ne peut pas représenter. C'est pour cela que l'irreprésentable du patient s'exprimera dans le cabinet du psychanalyste à travers les différents avatars des attaques contre les liens : attaques contre le lien transférentiel dans la réaction thérapeutique négative et attaque contre la pensée à travers la neutralisation des affects et les multiples formes de blocage du processus thérapeutique.

Le concept de clivage autonarcissique (Ferenczi, 1934b) constitue ainsi un jalon théorique initial pour comprendre certaines constellations cliniques caractérisées par la sidération psychique et l'absence de contenus qui font suite à une expérience traumatique précoce, une véritable blessure narcissique qui constituera une « modification permanente de la structure du Moi » (Freud, 1938). Ce mécanisme se fonde sur un clivage profond impliquant une forme de désinvestissement de l'activité de la pensée, de sorte que même la possibilité d'éprouver la dou-

leur psychique est compromise. Il s'agit pour le sujet de ne plus éprouver, de ne plus sentir exister une partie de son psychisme pour faire face à une angoisse extrême qui l'amène à une sorte d'amputation du Moi et aux impasses du processus de subjectivation.

Nous utilisons le terme amputation — terme qui n'a pas de valeur conceptuelle ou métapsychologique — dans son acception métaphorique en référence aux recherches freudiennes sur les défenses archaïques dans les psychoses et dans le fétichisme qui ouvrent le champ à la compréhension du clivage (*Spaltung*), comme mécanisme qui désigne la coexistence au sein du Moi de deux parties : une qui accepte la réalité et l'autre qui la dénie, sans relations dialectiques possibles. En effet, dans la littérature psychanalytique nous constatons une certaine superposition conceptuelle entre la *spaltung* freudienne et le concept de *splitting* Kleinien. La *spaltung* freudienne concerne principalement le clivage du Moi, elle opère comme une sorte d'amputation du Moi, alors que le *splitting* kleinien est principalement un clivage entre le bon et le mauvais et concerne d'abord l'objet.

Freud (1938) écrit que cette défense advient « au prix d'une déchirure dans le Moi, déchirure qui ne guérira jamais plus, mais grandira avec le temps. Les deux réactions au conflit, réactions opposées, se maintiennent comme noyau d'un clivage du Moi » (1938, p. 284). Il est possible penser que l'inflation dans la littérature psychanalytique de l'association du couple déni et clivage souligne que le processus défensif *constituant* est le déni tandis que le clivage est la défense *constituée* qui exige des contre-investissements massifs aprivissant la pensée.

Ces ruptures créent une division au sein du Moi, déjà entrevue par Ferenczi dans ses réflexions sur le clivage auto-narcissique où il décrit justement une division entre une partie du Moi hypermature et adaptée aux exigences externes et une partie traumatisée qui tient à l'écart des zones de souffrance enkystées et non pensables.

L'émergence dans le paysage psychopathologique contemporain de ces conditions subjectives marquées par le vide et par l'anesthésie de la pensée, nous amène ainsi à reconsidérer ce que

Freud a laissé en germe dans un de ses derniers essais de 1938 « *Le clivage du Moi dans les processus de défense* ». Dans ce texte écrit à la fin de sa vie, le génie freudien nous aide à aller au-delà des *colonnes d'hercule* de la névrose pour ouvrir la voie à l'étude des ruptures et des déformations du Moi.

Freud évoque dans ce texte les facteurs traumatiques précoces qui contraignent le Moi à se déformer et à cliver une partie de la subjectivité pour faire face à une rupture de la continuité psychique. Il nous indique que la menace du facteur traumatique n'est pas seulement liée à un événement circonscrit et à ses effets dans l'après-coup, mais également à des expériences précoces de rupture de la continuité narcissique survenues lorsqu'un sujet doté d'un psychisme capable de les représenter n'était pas encore constitué.

L'exploration de ces traumatismes primaires nous aide à prendre en compte la nature des traces non accessibles au souvenir et les modalités d'inscription ou de non-inscription psychique de celles-ci : protopsychique (Bion 1962), originaire (Aulagnier, 1975) cryptes (Abraham et Torok, 1987), connu-impensé (*unthought known*) (Bollas, 1987) mémoires sensorielles ou corporelles, mémoire sans souvenir (Botella, 2015), mémoire amnésique (Green, 1995), etc. L'émergence de ce vaste répertoire terminologique conceptualisé par les psychanalystes contemporains pour désigner les formes d'inscriptions non représentatives, malgré leurs différentes acceptions, nous révèle l'intérêt clinique croissant pour ces restes traumatiques primaires non représentés (Levine et al., 2019). En effet, nous ne pouvons qu'en déduire l'existence à partir des signes indirects sollicitant un travail de construction et de signification sur le vide que le patient nous fait vivre dans la coalescence de l'expérience de transfert-contre-transfert.

LE NÉGATIF DU TRAUMA

Pour comprendre la nature de cette partie non représentée de la psyché, nous devons revenir à un des derniers textes du père de la psychanalyse : *L'homme Moïse et la religion monothéiste* (Freud, 1939). À la fin de sa vie s'impose à Freud l'exigence de revenir sur sa théorie du trauma en

réintroduisant une nouvelle élaboration théorique « après-coup » dans l'épineuse question de l'étiologie des traumatismes.

Suite aux expériences accidentées avec des patients difficiles, notamment avec la cure de l'homme aux loups, et après avoir dû abandonner la théorie de la séduction, Freud revint de manière radicalement différente à la « source du Nil » de l'origine du trauma. Et ce grâce à l'étude de la répétition (Freud, 1914) et de la fonction traumatolytique du rêve (Martin Cabré, 2013) qui ouvrirent un des plus féconds chantiers théoriques de la pensée freudienne.

En effet, en 1939 Freud écrivit au sujet de ces traumatismes primaires:

Les événements en question [traumatiques] sont en règle générale totalement oubliés et inaccessibles au souvenir, appartiennent à la période d'amnésie infantile, laquelle est souvent interrompue par quelques fragments de souvenirs. Il s'agit d'impressions d'ordre sexuel ou agressif et certainement aussi de blessures précoces faites au Moi [blessures narcissiques] [...]. Les traumatismes ont deux sortes d'effets: des effets positifs et des effets négatifs. Les premiers constituent des tentatives pour remettre le traumatisme en valeur, c'est-à-dire pour ranimer le souvenir de l'incident oublié ou plus exactement pour le rendre réel, le faire revivre. [...] Les réactions négatives tendent vers un but diamétralement opposé. Les traumatismes oubliés n'accèdent plus au souvenir et rien ne se trouve répété; nous les groupons sous le nom de « réactions de défense » qui se traduisent par des « évitements », lesquels peuvent se muer en « inhibitions » ou en « phobies ». Ces réactions négatives contribuent considérablement, elles aussi, à la formation du caractère (Freud, 1939, p.103).

Si nous analysons attentivement ce long fragment du texte freudien, alors nous remarquons que Freud ne parle pas de deux types de traumas, mais il parle précisément de deux sortes d'effets, deux formes de réactions face au trauma: des formes positives et des formes négatives.

Cette nature biface des réactions face aux traumas une face en plein et une en creux permet

de comprendre que le traumatisme peut présenter un versant *aux effets positifs* d'ordre représentationnel qui fonctionne selon le modèle de l'après-coup, avec un fond de névrose infantile se réactualisant dans la névrose de transfert et donne lieu à des symptômes psychonévrotiques, des figures de la répétition ou des retours de la scène traumatique, et un autre versant *aux effets négatifs*, une face en creux de l'expérience traumatique qui se configure comme une non-experience, un non-événement, comme quelque chose qui n'a pas produit de représentations, mais laisse une empreinte négative au cœur du psychisme

Le premier modèle — celui représentationnel ou des effets « positifs » du trauma — correspond à ce que Janin (1996) appelle le « noyau chaud » du trauma, c'est-à-dire un trauma par excès, dans le sens d'un débordement d'excitations internes et/ou externes qui ne peuvent pas être liées et qui en raison de leur intensité font effraction dans le pare-excitation. Il s'agit du premier modèle étiologique du trauma qui, comme le remarquent Laplanche et Pontalis (1964), était initialement une notion d'origine médicale indiquant une effraction, un choc lié au facteur économique (l'excès quantitatif) et à la rupture du pare-excitation.

Bokanowski (2005) décrit cette expérience du *trauma par excès* comme un événement non élaborable par le psychisme, mais « identifiable » dans lequel il y a une scène avec un avant et un après, un événement réel et fantasmé à la fois qui peut donc être pensé comme tel et qui est donc susceptible d'un travail de mise en représentation après-coup. Ce type de traumatisme peut susciter chez le sujet des symptômes de répétition et une hantise des images traumatiques typiques des syndromes post-traumatiques.

Au contraire, le *noyau froid du trauma* dont parle Janin et que nous voulons étudier s'exprime à travers ce que Freud nomme les *effets négatifs du trauma*, c'est-à-dire des restes de l'expérience sans forme, une trace en creux qui ne pourra ni se représenter ni se constituer comme une scène, fut-elle refoulée ou clivée. Bokanowski compare ce noyau froid du trauma à une expérience précoce non pensable, souvent liée à l'impossibilité

de la part du sujet de se constituer une représentation de cette expérience. Cela est à comprendre comme un élément traumatique dépourvu d'inscriptions représentatives et que, par conséquent, ne se constitue pas comme un souvenir, mais qui laisse toute de même une trace en creux au cœur du psychisme. Les manifestations des traumatismes aux effets négatifs seront plutôt liées à l'impossibilité de penser, aux dépressions blanches et aux différentes restrictions du fonctionnement psychique qui clivent le Moi. Le sujet est donc coupé d'un noyau traumatique qui loge au cœur du Moi. Ce secteur traumatique non représenté résulte d'investissements actifs et d'autres mécanismes de défense d'appui, tels que la désaffectivité, la décharge dans l'agir et différentes formes d'attaques contre les liens qui auparavant soutenaient une adaptation de surface fondée sur un clivage du Moi.

Cette négativité non pensable fait en sorte que le fonctionnement mental du patient sera plutôt caractérisé par l'absence d'associations libres, par l'abrasion du conflit et le gel des affects. C'est pourquoi il restera la plupart du temps inaccessible à l'action du travail thérapeutique en posant ainsi un défi paradoxal au clinicien.

Si nous faisons un pas de plus dans notre démarche, alors nous comprenons que la composante négative du trauma n'est donc pas liée à un excès quantitatif de l'excitation, c'est-à-dire au seul facteur économique réveillé par la scène traumatique réelle et/ou fantasmée, mais les effets négatifs des traumatismes se fondent sur *ce qui ne s'est pas produit*, c'est qui a manqué dans l'expérience primaire du sujet. L'absence de ce que pour le narcissisme infantile aurait dû aller de soi et n'a pas eu lieu ; il s'agit d'un trauma par défaut.

Comme le remarquent César et Sara Botella (2001), il s'agit de quelque chose lié à la non-pensabilité d'une expérience précoce d'absence de l'objet :

Le caractère traumatique ne peut venir en aucun cas du contenu d'un événement en soi représentable. La névrose traumatique serait à comprendre dans une négativité : une violente

et brusque absence des topiques et des dynamiques psychiques, la rupture de la cohérence psychique, l'effondrement des processus primaires et secondaires, dans la perte par le Moi de ses moyens. La désorganisation brutale trouverait son origine, non pas dans une perception, mais dans l'absence de sens du violent excès d'excitation et de l'état de détresse du Moi, dans l'impossibilité pour le Moi de se les représenter, de les présenter à la conscience (Botella, C. & S., 2001, p. 154).

Ce qui est traumatique est la perte de la capacité de représenter et de se représenter, plutôt qu'une expérience supposée intrinsèquement traumatique. Cette perspective théorique implique de ne pas réifier l'événement ou le contenu comme traumatique en soi, mais elle pousse à examiner les aléas des processus qui conduisent le sujet à ne pas pouvoir se représenter ce traumatisme enfoui. Notre vertex théorique déplace donc la question du traumatisme des *contenus* — réels et fantasmatiques — supposés traumatogènes vers la question des *contenants* et de leurs dysfonctionnements dans la non-élaboration de l'expérience.

Si nous suivons le cheminement théorico-clinique winnicottien élaboré dans l'écrit posthume « *La crainte de l'effondrement* » (Winnicott, 1959), alors nous pouvons jeter une nouvelle lumière sur ces expériences archaïques qui n'ont pas encore été éprouvées par le sujet, mais qui ont déjà eu lieu dans un passé qui ne passe pas (Scarfone, 2014). Le *breakdown* — ou selon notre perspective — le négatif du trauma se configure ici comme quelque chose qui ne s'est pas produit, là où quelque chose d'essentiel pour la constitution de l'appareil psychique du sujet aurait dû se produire ; c'est cette non-expérience que dans son absence se révèle non représentable et donc traumatique. C'est ce *qui n'a pas eu lieu* dans la préhistoire du sujet qui constitue le cœur du négatif du trauma. Cette non-expérience n'a pas pu être psychiquement élaborée comme une représentation, car un sujet doué d'un appareil psychique capable de représenter n'était pas encore constitué, et sont justement ces expériences

qui n'ont pas eu lieu qu'auraient pu permettre la construction d'un appareil pour penser les pensées.

Le traumatique introduit de cette manière une rupture dans le processus de psychisation, car le sujet ne peut pas parvenir à représenter ce qui n'a pas eu lieu, il se coupe ainsi d'un pan de son expérience qui est aux fondements de sa subjectivité. C'est en cela que consiste tout le paradoxe de cette position subjective, la « survie » est assurée par la coupure de la vie psychique. Le sujet n'éprouve plus l'état traumatique, il se clive d'une partie de sa subjectivité. Il s'agit bien d'un paradoxe puisque cela ne concerne pas une expérience en tant que telle, mais une non-expérience, une expérience en creux non représentée.

Ces réflexions autour du négatif du trauma que nous qualifions comme des non-expériences peuvent être comparées à la *mémoire sans souvenir* dont parlent les Botella (2015), aux *agonies primitives* de Winnicott (1959) ou à la *mémoire amnésique* d'André Green (1995), c'est-à-dire des éléments non représentés qui demeurent au cœur du sujet en bloquant le déploiement des capacités de pensée.

Le trauma n'est donc plus seulement un événement interne ou externe qui provoque une excitation psychique, dont le facteur économique — le quantum d'excitation énergétique — est tel qu'il ne peut pas être lié selon les modalités habituelles de traitement de l'excitation. Au contraire, il nous semble heuristiquement pertinent pour la compréhension des états de vide psychique de prendre en compte le négatif du trauma comme la trace en creux et irréprésentée d'expériences essentielles pour le psychisme naissant qui n'ont pas eu lieu. Il s'agit d'un trauma narcissique lié à l'expérience non représentable de l'absence du *Nebenmensch* (Freud, 1895), de l'autre secourable, qui, dans la préhistoire du sujet, n'a pas pu exercer une fonction de *mirroring* et de *holding* (Winnicott, 1969).

La problématique du trauma se déplace ainsi de ce qui s'est passé et fait effraction dans le pare-excitation, vers l'absence d'expériences fondamentales qui n'ont pas eu lieu, quelque chose de non-advenu psychiquement, non signifié et non investi. Comme l'écrit Claude Janin :

[La] trace mnésique de l'événement s'inscrit dans le Moi comme trace absente. J'ai ainsi proposé de postuler l'existence d'une « trace amnésique » qui est l'inscription en creux d'une trace mnésique négativée, qui vient prendre corps et représentation chez l'analyste, dans le travail de contre-transfert (Janin, 2005, pp. 49-50).

La confrontation précoce de l'infans à la perte de l'investissement et du reflet venant de l'objet primaire peut être comprise ainsi comme l'exemple paradigmatique du négatif du trauma. Trauma *in absentia* pouvant déclencher les formes malignes du travail du négatif, comme les attaques contre la pensée (Bion, 1959) et en même temps une identification inconsciente avec le désinvestissement de l'objet et de son énigmatique absence. L'essentiel se joue dans cette impossibilité pour l'infans de se penser non-investi par l'autre. C'est ainsi que, pour reprendre la formulation freudienne, « l'ombre de l'objet tombe sur le Moi » (Freud, 1915) ; cette phrase énigmatique de Freud serait à entendre ici comme l'identification inconsciente au vide et à l'absence d'investissement de l'objet primaire incapable de voir, contenir et refléter l'infans.

Nous retenons donc que dans ces situations où l'expérience de *mirroring* du sujet est caractérisée par l'impossibilité de re-trouver dans le regard et dans la psyché de l'autre des traces de lui-même, se constituent des sortes de zones d'ombre et de non-investissement pouvant le porter à méconnaître ces parties de la psyché non reflétées. Ce qui est impensable est la perte du sens et de continuité qui plonge le sujet dans l'énigme du regard et de la psyché vides de l'autre. En ce sens, ce n'est pas la perte de l'objet *en soi* qui est traumatique, mais plutôt la perte de la représentation interne d'un objet psychiquement vivant. Ce que l'infans vit de son expérience intérieure, faute de reconnaissance assurée par le regard, par la pensée et par la parole de l'autre, demeurera énigmatique et de toute manière non pensable. L'absence de *mirroring* produirait ainsi une non-expérience porteuse des traces en creux qui se manifestent à travers les restrictions du Moi où à travers le sentiment de crainte d'un ef-

fondrement futur qui en réalité a déjà eu lieu (Ogden, 2016).

Dans la préface à *Jeu et Réalité*, Pontalis écrit justement que l'effondrement qui est craint ce « n'est pas un traumatisme enfoui dans la mémoire ». C'est une catastrophe « qui a eu lieu sans trouver son lieu psychique (et qui, de ce fait) échappe à toute possibilité de mémorisation. Ce qui n'a pas été vécu, éprouvé, qui détermine tout le fonctionnement de l'appareil, est hors des prises de celui-ci. Au tréfonds du sujet gît le non-advvenu, trace blanche et lacunaire d'une « mémoire amnésique » de « quelque chose (qui) aurait pu être bénéfique (et où) rien ne s'est produit » (Pontalis, 2000, p. 11)

Nous comprenons donc cet effondrement comme la rupture traumatique du lien psychique mère-enfant qui provoque l'impossibilité de l'objet de regarder et refléter certaines parties ou expériences du sujet. Celles-ci se constitueront comme des fragments de vie non vécue et non symbolisés se manifestant chez le patient comme un sentiment d'incomplétude ou comme un manque de quelque chose de fondamental que le sujet recherche inconsciemment sans parvenir à le re-trouver.

Winnicott formule ainsi une hypothèse féconde qui relance le travail sur l'irreprésentable et sur la géométrie du négatif du trauma ; il existe des événements qui ont laissé une forme paradoxale de traces en négatif, sans pour autant que l'on puisse dire qu'elles aient été mises au compte de l'expérience du sujet. Au contraire, ce sont des *expériences sans sujet*, des expériences d'un sujet non encore advvenu. Le paradoxe winnicottien illustre de cette manière la nature impensable et impensée d'une *expérience qui n'a pas eu lieu* avant la construction d'une psyché capable de représenter ce qui n'est pas advvenu.

Comme la clinique le montre, le désinvestissement présentifié par l'absence de regard, dont le complexe de la mère morte décrit par Green (1983) en est le paradigme, porte le sujet à anesthésier sa vie psychique. Le fait de ne pas avoir été vu, entendu, ni pensé porterait le sujet à ne plus parvenir à se voir, à se penser, ni à se sentir. C'est-à-dire que le défaut de la fonction miroir du regard de la mère a entravé le déploiement des pro-

cessus de construction psychiques nécessaires à la symbolisation.

FIGURES DU RETOUR DE L'IRREPRÉSENTÉ : ENTRE CONSTRUCTION ET RÉPÉTITION

Le statut non représenté de ces traumatismes précoces pose un défi paradoxal au psychanalyste dont la méthode se base sur les libres associations et sur la reconstruction à partir de matériels polymorphes que le patient nous amène. Comment pouvons-nous conduire le patient vers la remémoration, là où le manque d'inscription représentative nous confronte à une apparente absence de contenu et au vide psychique ? Si généralement l'inconnaissable, l'indéfiniment inconscient, est par définition susceptible d'être inféré seulement à partir de ses dérivés, comment faire alors lorsque nous nous heurtons au vide et à l'absence de formations de compromis ? Comment donner une forme, comment assurer la *Gestaltung*, lorsque nous sommes confrontés au vide d'un trauma en creux ? Si nous suivons les hypothèses de Freud exprimées dans *Construction dans l'analyse* concernant ces aires traumatiques et non représentées de la psyché (1937), alors nous pouvons considérer que ce matériel enfoui au tréfonds du sujet peut continuer à se manifester, mais sous une forme non représentative :

Tout l'essentiel est conservé, même ce qui paraît complètement oublié subsiste encore de quelque façon et en quelque lieu, mais enseveli (*verschüttet*), rendu inaccessible à l'individu. On le sait, il est douteux qu'une formation psychique quelconque puisse vraiment subir une destruction totale. C'est une simple question de technique analytique que de savoir si on réussira à faire apparaître entièrement ce qui a été caché [...] notre connaissance n'est pas assez préparée à ce que nous devons trouver, parce que la structure intime de son objet recèle encore beaucoup de mystère (Freud, 1937, p. 271).

Confronté à des expériences inaccessibles par la technique analytique classique, Freud

s'interroge sur les destins des traces de ce qui est « complètement oublié », « enseveli, rendu inaccessible à l'individu ». Selon notre conception, par « enseveli » il faut entendre dépourvu de représentation, en d'autres termes la mémoire traumatique sans souvenir, non pensable et donc inaccessible avec la technique analytique de la reconstruction.

Mais si nous continuons à suivre Freud lorsqu'il écrit que « il est douteux qu'une formation psychique quelconque puisse vraiment subir une destruction totale » et si nous tirons les plus extrêmes conséquences de la leçon freudienne de la compulsion de répétition et d'au-delà du principe de plaisirs, alors ce qui se manifeste dans l'acte ou dans le soma de nos patients peut être considéré comme une tentative du patient pour présentifier ce négatif du trauma, c'est-à-dire de faire advenir le non représenté et de trouver un regard dans lequel le sujet puisse re-trouver les expériences non vécues.

Nous entendons que ce « quelque chose » d'inaccessible se *présentifie* dans le symptôme ou dans ce que Roussillon (1991) nomme le « *transfert par retournement* » comme des restes non symbolisés des expériences que les objets primaires n'ont pas pu regarder et investir à cause de la résonance avec ses aires de souffrance irreprésentée. Le patient limite chercherait ainsi à mettre dehors et à faire vivre au clinicien ce qui n'a pas pu jamais s'inscrire psychiquement au dedans, comme si le dehors de la situation analytique pouvait lui offrir le regard matriciel constitutif du fonctionnement représentatif qu'il n'avait pas pu introjecter (Auteur, 2020).

C'est de cette manière paradoxal que ces patients tendent à faire revivre au clinicien, dans son contre-transfert, le négatif du trauma, c'est-à-dire les éléments de l'histoire du patient qui n'avaient pas pu être représentés en raison de l'impossibilité de trouver un écho dans le regard, dans le discours et dans les gestes des objets primaires. Ce négatif traumatique, sans reflet et sans représentation, ne peut que s'exprimer sous la forme des symptômes décrits en permettant au clinicien d'accéder, par le biais de l'analyse du contre-transfert, à l'expérience irreprésentable d'être absent dans le regard et dans la psyché de l'autre.

Les restes traumatiques non représentés se manifestent ainsi dans le cabinet de consultation à travers les actes-signes qui sont destinés à faire revivre à l'analyste ce que le sujet ne peut pas représenter. Ces expériences que le patient nous fait revivre sont des mises en scène nécessaires pour que la cure évolue et ait lieu, parce que c'est seulement grâce à eux que le sujet met dans l'espace partagé du cadre analytique un matériel inconnu et non représenté.

L'analyse de certaines tempêtes transférentielles, des blocages de la pensée et des figures de la destructivité nous aide alors à comprendre ces phénomènes psychopathologiques comme des restes non élaborés des expériences primaires qui ont tendance à revenir sur la scène actuelle afin d'acquérir une certaine représentabilité à travers des formes de *liaisons non symboliques* dans la réalité ou dans le soma (Roussillon, 1991). Au danger interne de la prise en compte de cet impensable qui hante la psyché, le sujet répond par la défense externalisante : le transitionnel cède alors le pas à l'actuel et donne lieu aux passages à l'acte et aux états de blanc qui hantent l'esprit.

Le matériel non-représenté qui se manifeste dans la cure pourra alors être compris par la psyché d'un autre comme le résultat de conjonctures subjectives et interpsychiques qui n'ont pas permis d'opérer les transformations nécessaires à la construction d'un appareil à penser les pensées. Cela permet de concevoir le traumatisme comme quelque chose de non-advenu, ce que selon notre hypothèse devrait correspondre à l'expérience paradigmatique de ne pas être présent dans le regard et dans la psyché de la « mère morte ». Cette expérience qui a manqué peut être considérée comme le modèle princeps du traumatisme négatif.

POUR CONCLURE, ENTRE CONSTRUCTION THÉORIQUE ET CONSTRUCTION EN ANALYSE

Comme le souligne Pierre Fédida, ce type de constellations psychiques imposent au clinicien un travail qui s'éloigne sensiblement du travail analytique avec des patients avec un fonctionnement névrotique :

On est bien là en présence d'une métapsychologie négative qui implique de dépositiver les contenus spatiaux de repérage topique [...]. S'il [le psychanalyste] cherche, en écoutant le patient, à conférer un contenu positif à l'effondrement ou au vide, il est de fait porté à se représenter un traumatisme localisé dans une zone psychique déterminée et temporellement réalisé dans un passé ancien de la vie — ce qui ne manque pas de conduire à une impasse thérapeutique. Si, par contre, son écoute est réglée sur l'insistance répétitive de la menace en instance, comme suspendue dans son imminence, il entend le déjà eu lieu-nulle-part-jamais et c'est la menace de l'imminence à venir qui donne un pouvoir métaphorique à l'effondrement ou au vide (Fédida, 1978, p. 309).

En effet, comme le dit Fédida, un des paradoxes du négatif est que, dans nos théorisations et dans notre travail clinique, nous sommes tentés de le « positiver » à travers l'utilisation de métaphores comme celle du « corps absent », de « crypte », de « trou dans le psychisme ». L'usage de cette terminologie métaphorique est, à notre sens, révélateur d'un écueil épistémologique majeur ; c'est la difficulté pour l'esprit humain, peut-être de l'impossibilité, de parler de ce qui « n'est pas » sans recourir à une positivisation, une forme de *construction* qui le rende figurable. Cette aporie du négatif constitue le « péché originel » épistémologique de notre travail d'analystes aux prises avec l'irreprésentable. C'est pour cela que nous suivons l'enseignement de Freud dans le Moïse (1939) et dans « *Constructions dans l'analyse* » (1937) : nous avons essayé à travers l'écriture théorisante en tant qu'œuvre de construction potentiellement infinie de donner à cet informe traumatique une forme pensable.

De la même manière, si le non-être, le non représenté qui gît au cœur du psychisme des patients atteints par des ruptures narcissiques peut se manifester, selon Freud, à travers les effets négatifs du trauma, alors nous pouvons essayer de faire parvenir « à être le non-être » à travers les constructions ancrées sur ce qui s'actualise dans la dynamique du transfert et du contre-transfert.

C'est justement face à l'opacité irréductible du négatif irreprésenté du trauma que le clinicien est appelé à recourir à la construction analytique afin de solliciter le potentiel auto-poïétique de la cure. Nous considérons ici la *poièsis* au sens platonicien comme « La cause qui, quelle que soit la chose considérée, fait passer celle-ci du non-être à l'être » (Platon, n. d., p. 205).

Les réflexions que nous avons élaborées nous permettent de mieux comprendre l'origine traumatique des formes de la destructivité dirigée contre la pensée (Aisenstein, 2005) pouvant susciter des formes de désertification psychique (Green, 2005). En ce sens, prendre en considération le seul facteur économique de la force du traumatisme ou le facteur développemental de la prématurité du Moi face à l'expérience traumatique, ou encore le facteur environnemental du rôle de l'objet, nous amène à une simplification trompeuse qui ignore le point de vue dynamique et la diachronie du psychisme. Sans ignorer le rôle joué par les facteurs énumérés et les interactions entre eux, nous retenons que la complexité de certaines formes psychopathologiques devrait être pensée comme une série de mouvements successifs interpsychiques et intrapsychiques s'influçant réciproquement et donnant lieu à des formes d'organisation ou de désorganisation psychique. La psychisation se configure ainsi comme un processus complexe, dans lequel sont en jeu des facteurs qui devraient nous ramener vers une véritable épistémologie freudienne qui tient compte à la fois des *séries complémentaires* et de l'enchevêtrement circulaire entre réalité psychique et réalité externe.

Ce point de vue permet au psychanalyste de mieux comprendre le silence et le vide psychique que hantent certains patients et nous aide à problématiser nos théories du trauma et du négatif, car lorsque le psychisme du patient est habité par un blanc, l'énigme qui nous interroge est justement celle de l'irreprésentable du trauma non réifié en tant que tel, ni comme un pur facteur économique ni comme un simple déficit, mais plutôt comme l'issue d'un processus complexe qui fait dialoguer l'économique et le dynamique à travers l'exploration de la formation de la topique ; il s'agit d'articuler *la force et le sens* à travers le fil rouge de la

constitution d'un psychisme vivant.

Pour conclure, nous sommes persuadés que les altérations des processus représentatifs qui caractérisent ce type de patients ne peuvent pas être comprises en réduisant le non-représenté à un simple facteur économique du trauma, c'est-à-dire à un événement circonscrit qui susciterait un excès d'excitation non traitable par le psychisme. Pourtant, nous ne pensons pas non plus qu'il faille attribuer les défauts de symbolisation à un déficit ou à une incapacité d'élaboration inhérente au patient pris isolément ; nous sommes entre la *Schylla* de la réification d'un facteur exogène — l'excès d'excitation ou le trauma, supposé non représentable en soi — et la *Charybde* du verdict d'incapacité de symbolisation comme d'un défaut intrinsèque au sujet.

Pour sortir de cette impasse épistémologique, nous avons privilégié l'option théorique qui consiste à problématiser ces formes de cicatrices traumatiques en les comprenant comme les produits de processus dynamiques dans lesquels le facteur traumatique assume la valeur d'un négatif non transformable, seulement en raison des vicissitudes de la non-rencontre avec la psyché de l'autre. L'impact plus ou moins désorganisant d'une situation potentiellement traumatique est ainsi également lié aux aléas du processus de structuration ou de la destruction de la pensée dans la non-rencontre avec l'objet. ■

RÉFÉRENCES

- Abraham, N. & Torok, M. (1978). *L'Écorce et le Noyau*. Flammarion.
- Aisenstein, M. (2005). Échec ou destruction du processus de pensée. In F. Richard (Ed.), *Autour de l'œuvre d'André Green : Enjeux pour une psychanalyse contemporaine* (pp. 193-199). Puf.
- Aulagnier, P. (1975). *La Violence de l'interprétation : Du pictogramme à l'énoncé*. Puf.
- Bollas, C. (1989). *The shadow of the objet: psychoanalysis of the unthought-known*. Columbia University Press.
- Bokanowski, T. (2005). Variations sur le concept de « traumatisme » : traumatisme, traumatique, trauma. *Revue française de psychanalyse*, 69, (3), 891-905.
- Botella, C. & S. (2001). Le négatif du trauma. In *La figurabilité psychique*. Delachaux et Niestlé.
- Botella, C. (2015). Sur la remémoration : la notion de mémoire sans souvenirs. *L'Année psychanalytique internationale*, 1, 195-231.
- Bion, W.R. (1959). Attacks on linking. *The International Journal of Psychoanalysis*, 40, 308-315.
- Bion, W. R. (1962). *Aux sources de l'expérience*. Puf.
- De Vincenzo, M. (2020). La double limite : du regard au pensable. *Adolescence*, 38 (1), 135-148.
- De Vincenzo, M. (2020). L'impossibilité de penser : du vide à la désertification psychique. Une étude psychanalytique sur les défaut de symbolisation. [Thèse de doctorat, Université de Paris]
- Fédida, P. (1978). *L'Absence*. Gallimard.
- Ferenczi, S. (1934a). Réflexions sur le traumatisme. In *Psychanalyse IV*. Payot, 1982.
- Ferenczi, S. (1934b). *Psychanalyse IV*. Payot, 1982.
- Freud, S. (1895 a). Esquisse pour une psychologie scientifique. In *La naissance de la psychanalyse, lettres à W. Fliess, notes et plans 1887-1902*. Puf, 1956.
- Freud, S. (1914). Remémoration, répétition et perlaboration. In *De la technique psychanalytique*. Puf, 1981.
- Freud, S. (1915). Deuil et mélancolie, In *Métapsychologie*. Gallimard, 1968.
- Freud, S. (1937). Constructions dans l'analyse. In *Résultats, Idées, Problèmes*. Puf, 1985.
- Freud, S. (1938). Le clivage du moi dans le processus de défense. In *Résultats, idées, problèmes*. Puf, 1985.
- Freud, S. (1939). *L'homme Moïse et la religion monothéiste*. Gallimard, 1986.
- Green, A. (1982). *La folie privée*. Gallimard.
- Green, A. (1983). La mère morte. In *Narcissisme de vie, Narcissisme de mort* (pp. 222-254). Éd. De Minuit.
- Green, A. (1993). *Le Travail du négatif*. Éd. de Minuit.
- Green, A. (1995). *La causalité psychique : entre nature et culture*. Odile Jacob.
- Green, A. (2005). Le syndrome de désertification psychique. In F. Richard. (Ed.), *Le travail du*

- psychanalyste en psychothérapie* (p. 17-34). Dunod.
- Janin, C. (1996). *Figures et destins du traumatisme*. Puf.
- Levine, H. B., Scarfone, D., & Caiazzo, F. (2019). *Transformations de l'irreprésentable : Théories contemporaines de la cure*. Ithaque.
- Martín Cabré, L. (2013). La fonction traumatolytique du rêve. *Revue française de psychosomatique*, 44 (2), 51-59.
- Marty, P., & de M'Uzan, M. (1963). La pensée opératoire. *Revue française de psychanalyse*, 1963, n° 27, 345-356.
- Ogden, Th. (2016). *Reclaiming Unlived Life: Experiences in Psychoanalysis*. Routledge.
- Pontalis, J.-B. (1974). Bornes ou confins? *Nouvelle revue de psychanalyse*, 10, 5-16.
- Pontalis, J.-B. (2000). Préface. In D. W. Winnicott (Ed) *La crainte de l'effondrement et autres situations cliniques*. Gallimard.
- Platon. (n.d.). *Le Banquet*. Les belles lettres.
- Roussillon, R. (1991). *Agonie, clivage symbolisation*. Puf.
- Scarfone, D. (2014). L'impassé, actualité de l'inconscient. *Revue française de psychanalyse*, 78 (5), 1357-1428.
- Winnicott, D. W. (1959). *La crainte de l'effondrement et autres situations cliniques*. Gallimard, 2000.
- Winnicott, D. W. (1960). Distorsion du moi en fonction du vrai et du faux "self". In *Processus de maturation chez l'enfant, développement affectif et environnement*. Payot, 1983.
- Winnicott, D. W. (1969). *Jeu et réalité*. Gallimard, 1975.

O Negativo do Trauma: Para uma Metapsicologia do Irrepresentável

Resumo

O autor propõe-se problematizar as concepções psicanalíticas de trauma a partir da consideração das condições clínicas marcadas pelo vazio psíquico que se encontra nas patologias-limite caracterizadas por traumas precoces não representados. Através de uma análise teórica e metapsicológica das diferentes concepções freudianas e pós-freudianas de traumas primários, o autor propõe conceber as restrições do ego e as dificuldades de acesso à representação como questões subjetivas vinculadas ao negativo do trauma. Este último será entendido como o vestígio vazio e não representado de experiências fundamentais, tais como a ausência de espelhamento, que não ocorreram na pré-história do sujeito e que, deste modo, se revelam traumáticas, dificultando a construção de um aparelho para pensar pensamentos.

Palavras-chave

Negativo do trauma, vazio, representação, construção, não representado.

The Negative of Trauma: for a Metapsychology of the Unrepresentable

Abstract

The author proposes to problematise psychoanalytical conceptions of trauma by taking into account the clinical conditions marked by the psychic void found in borderline pathologies characterised by unrepresented early traumas. Through a theoretical and metapsychological analysis of the different Freudian and post-Freudian conceptions of primary traumas, the author proposes to conceive the restrictions of the ego and the difficulties of access to representation as subjective outcomes linked to the negative of trauma. The latter will be understood as the hollow and unrepresented trace of fundamental experiences, such as the absence of mirroring, which did not take place in the subject's prehistory and which, as a result, are traumatic, thus hindering the construction of an apparatus for thinking thoughts.

Keywords

Negative of trauma, emptiness, representation, construction, irrepresented.



Trauma Cumulativo

Quando a Estória Sobrevive entre a Repetição Relacional do Trauma e o Corpo

Paulo Ferrajão¹

António Esteves²

Mairí Stumpf³

Resumo

As formulações dominantes na literatura descrevem a perturbação pós-traumática como uma perturbação da memória. No âmbito de extensa investigação extra clínica e prática clínica, apresentamos um modelo das consequências pós-traumáticas como uma perturbação da identidade, especificamente uma dissociação estrutural da personalidade. Descrevemos a dissociação estrutural terciária associada ao trauma cumulativo precoce ocorrido num contexto relacional. Apresentamos a expressão da narrativa psíquica na dissociação estrutural terciária em duas modalidades: 1) *enactment* de sistemas relacionados dissociados na qual a divisão de múltiplas representações do self e dos objetos instauram a oscilação entre múltiplos sistemas relacionais: vítima, perseguidor e salvador; 2) preocupações ou sintomas somáticos com predomínio de um pensamento concreto que origina que o corpo seja o continente dos afetos não-elaborados e dessimbolizados expressos como memórias corporificadas. Propomos que a repetição relacional do trauma no triângulo do drama e/ou as preocupações ou sintomas somáticos deverão ser analisadas na relação transferência-contratransferência destes pacientes como procedimento de explicitação no aqui-e-agora dos sistemas relacionais implícitos. Este processo auxilia na estruturação e integração progressiva das partes dissociadas no self que promovem a mudança estrutural do psiquismo.

Palavras-chave

Trauma cumulativo, identidade, dissociação estrutural da personalidade, triângulo do drama, memórias corporificadas.

¹ Psicólogo Clínico, Professor Auxiliar. Faculdade de Ciências da Saúde e do Desporto, Universidade Europeia. E-mail: pauloferrajao@gmail.com

² Psicólogo. E-mail: antonio.esteves@gmail.com

³ Psicóloga e Psicoterapeuta. E-mail: mairio7@gmail.com

© do Autor 2021. Publicado online em <https://rpppsicanalise.org>, sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

As manifestações clínicas do trauma destacam-se por questionarem diversas conceptualizações da teoria psicanalítica. Neste particular, a organização das memórias tem sido destacada como influenciando a narrativa dos pacientes com história de trauma. As narrativas dos pacientes traumatizados parecem refletir a combinação das diferenças intrassubjetivas e intersubjetivas dos indivíduos, a organização do psiquismo, o período do desenvolvimento em que ocorreu o trauma, bem como a natureza do trauma. Em resultado de mais de 10 anos de investigação extra-clínica fundamentada na teoria psicanalítica e na prática clínica com indivíduos traumatizados em diferentes contextos (primeiro autor), apresentamos um modelo conceptual do trauma cumulativo na organização da memória e construção narrativa da experiência.

A conceptualização dominante na literatura sobre o trauma entende a perturbação pós-traumática como uma perturbação da memória associada ao processamento disfuncional do acontecimento. Janet (1889) introduziu esta noção ao propor a neurose traumática como o resultado do fracasso na integração do trauma no psiquismo. O autor propôs a dissociação como fenómeno nuclear da perturbação traumática que se caracterizava pela divisão das memórias do trauma (armazenadas como ideias fixas inconscientes) relativamente às representações conscientes. Este processo era responsável pela perturbação da integração das memórias do trauma no psiquismo, acedendo à consciência como re-experiência com manifestações somáticas do trauma ou sentimentos de ameaça (Janet, 1889).

Na proximidade desta formulação, Freud (1895) propôs originalmente que o trauma era originado por um acontecimento externo com uma natureza incompatível relativamente ao Ego. Nesta formulação inicial, o trauma era entendido como um traumatismo sexual (“sedução”). O acontecimento traumático permanecia fora da consciência, por ação do recalçamento. A memória recalçada existia isolada como um “corpo estranho” do Ego, mas capaz de originar efeitos, isto é, os sintomas nos quais ocorria a revivência do trauma acompanhada de afetos de

pavor e conversão somática (Freud, 1895).

Porém, Cohen (1985) distingue dois processos defensivos associados ao recalçamento em face do trauma: recalçamento primário e recalçamento propriamente dito. O primeiro envolve o fracasso na representação do trauma e o afastamento da restante estrutura psíquica. Este processo defensivo envolve a formação de uma região “isolada” do *Self*, ou *casulo*, que protege da retraumatização. Porém, este processo defensivo traduz-se num empobrecimento dos “recursos psíquicos” e manifestações fisiológicas e agressivas de angústia. O recalçamento propriamente dito mantém a ligação associativa entre o trauma e os desejos durante a traumatização, que possibilita a representação simbólica do trauma e o controlo dos sentimentos de ameaça (Cohen, 1985).

Mais recentemente, Bokanowski (2005) propôs que a intensidade do trauma causa o colapso dos processos psíquicos envolvidos no recalçamento. Como resultado, ocorre o predomínio de processos defensivos mais primitivos (e.g., clivagem, identificação projetiva patológica) que origina a fragmentação do *Ego*. A clivagem do *Ego* e dos objetos desencadeia, secundariamente, a dissociação do *Ego* e da realidade interna e externa (Brown, 2005; Laub & Lee, 2003). Neste processo sucede a formação de uma parte “traumática” do psiquismo com manifestações clínicas diversificadas, entre as quais se incluem imagens e sensações de um mundo alienado (Varvin, 2003).

PERTURBAÇÃO DA IDENTIDADE E DISSOCIAÇÃO ESTRUTURAL DA PERSONALIDADE

Os processos psíquicos consequentes ao trauma levam-nos a propor a perturbação traumática, não como uma perturbação da memória, tal como é sustentado pelos modelos mais próximos da Psiquiatria, mas como uma perturbação da identidade, especificamente, uma dissociação estrutural da personalidade. A dissociação é uma organização psíquica, secundária à clivagem do Eu nuclear, caracterizada pela separação e proteção das partes do Eu sobrevivente ao trauma re-

lativamente à parte do Eu danificada pelo trauma (Bokanowski, 2005; Brown, 2006; Ferrajão & Oliveira, 2015). Esta conceptualização aproxima-se do conceito de dissociação estrutural da personalidade (van der Hart et al., 2004), descrevendo a divisão entre uma, ou várias, “parte(s) aparentemente normal/normais da personalidade” (ANP; envolvida(s) no funcionamento da vida quotidiana após o trauma e no evitamento das memórias traumáticas) e a “parte emocional da personalidade” (EP; organização da personalidade que permanece fixada às manifestações sensorio-somáticas, representações, comportamentos e processos defensivos associados ao trauma).

van der Hart et al. (2004) descrevem diferentes níveis de dissociação estrutural subjacentes a diferentes níveis de integração da personalidade: 1) a dissociação estrutural primária envolve a divisão entre uma ANP e uma EP (alternância entre amnésia e hiperamnésia do trauma); 2) a dissociação estrutural secundária envolve a divisão entre uma ANP e dois ou mais EP (diferentes processos defensivos, ou dissociação entre um EP observador e um EP agente da experiência); 3) a dissociação estrutural terciária envolve a divisão da ANP concomitante à dissociação de vários EP (ruptura do Eu nuclear em dois, ou mais, Eu parciais com sistemas de modalidades relacionais independentes).

Como resultado da nossa investigação extra-clínica e da prática clínica junto de indivíduos com experiência traumática em diferentes contextos, propomos que os diferentes níveis de dissociação estrutural refletem níveis diferenciados de perturbação pós-traumática, com expressões diferenciadas da narrativa psíquica do trauma. A dissociação estrutural primária aproxima-se do conceito de dissociação “saudável” (Alayarian, 2011), envolvendo o evitamento deliberado e consciente, nalgumas situações, de alguns conteúdos mentais associados ao trauma como estratégia de prevenção do colapso psicológico. Nesta organização psíquica, sucede a formação de uma membrana traumática, na qual as representações angustiantes associadas ao trauma são encapsuladas (Lindy, 1985; Lindy & Wilson, 2001), mas em que existe contato e comunicação

com outras partes do *Self* que permite a manutenção da coerência e integridade do *Self* (Hopper, 1991).

A dissociação estrutural secundária envolve o isolamento dos conteúdos mentais associados ao trauma e a sua divisão, sem contacto relativamente às restantes representações do *Self* (Bohleber, 2007; Knox, 2003). Neste nível de dissociação, os processos de clivagem, subjacentes à dissociação, envolvem a clivagem do *Ego* e a clivagem dos objetos internalizados pré-traumáticos (idealizados) e o repúdio dos maus objetos internos e externos pós-traumáticos (Bokanowski, 2005). A narrativa psíquica deste nível de dissociação estrutural caracteriza-se pela representação de um passado prévio ao trauma idealizado e fantasias de um mundo alternativo que contrastam com o período posterior ao trauma, povoado de conteúdos mentais com carácter concreto e persecutório (Bromberg, 2001; Grubrich-Simitis, 1981).

DISSOCIAÇÃO ESTRUTURAL TERCIÁRIA

A dissociação estrutural terciária apresenta características distintas relativamente aos restantes níveis de dissociação estrutural da personalidade. A investigação clínica e extra-clínica tem observado que a dissociação estrutural terciária é mais comum no contexto de traumatizações precoces e/ou crónicas (Ferrajão & Elklit, 2021; van der Hart et al., 2004). O trauma precoce não é habitualmente uma experiência singular, mas ocorre de forma repetida. A natureza recorrente desses acontecimentos ativa processos defensivos marcados por utilização excessiva de clivagem. Como resultado, assiste-se à organização de um *Self* atomizado no qual as suas diversas partes - associadas, ou não, ao trauma - permanecem sem contato entre si (Ferenczi, 1949). Esta formulação encontra suporte em estudos de neuroimagem em crianças e adolescentes vítimas de traumas precoces, que observaram processos dissociativos associados a uma redução na área de secção transversal do Corpo Caloso, responsáveis pela manifestação de descontinuidade entre percepção, compreensão e resposta aos es-

tímulos nesses indivíduos (De Bellis et al., 1999; Jackowski et al., 2009).

Estes processos refletem-se em narrativas psíquicas características da dissociação estrutural terciária, comparativamente à dissociação estrutural secundária. Na última, a representação do *Self* é descrita como diferente após o trauma; na dissociação estrutural terciária, a(s) experiência(s) habitualmente ocorrida(s) numa fase precoce do desenvolvimento originam a perturbação do desenvolvimento de uma organização sólida e coesa do *Self* (Herman, 1992). No trauma cumulativo precoce, a figura cuidadora é simultaneamente uma figura traumatogénica, isto é, um objeto materno patogénico, a insanidade materna (Bokanowski, 2005). Ferenczi (1949) introduziu esta conceptualização na sua descrição do trauma como ocorrendo num contexto relacional, associado a uma “confusão de línguas” entre a linguagem da ternura da criança e a linguagem da paixão do adulto. O trauma ocorre face às falhas repetidas do objeto primário na resposta adequada às necessidades afetivas da criança, originando um estado generalizado de desamparo e a clivagem narcísica do *Self* na criança (Bokanowski, 2005).

A natureza eminentemente relacional do trauma foi igualmente descrita por Winnicott e Masud Khan. Winnicott (1948) descreve a experiência traumática como *impingements* originados pelas falhas no seu papel como “mãe suficientemente boa” na regulação dos estímulos (internos e externos), perturbando a integração de um *Self* verdadeiro da criança. Na proximidade desta formulação, Kahn (1965) descreve o trauma cumulativo como a experiência de tensão e angústia sentida pela criança como resultado das falhas repetidas da mãe como barreira protetora no seu papel de *Ego* auxiliar. O trauma cumulativo, neste contexto, ocorre de forma silenciosa e invisível o que dificulta a sua deteção durante a infância.

TRIÂNGULO DO DRAMA

Por seu turno, Liotti (1999), baseando-se nas evidências empíricas da teoria da vinculação e nas suas observações clínicas, descreve o trau-

ma como ocorrendo na relação com figuras de vinculação ameaçadas e/ou ameaçadoras. O autor descreve o trauma como ocorrendo de forma cumulativa, à semelhança de Winnicott e Kahn, na relação da criança com uma figura cuidadora traumatogénica. A figura traumatogénica é uma figura igualmente traumatizada e ameaçada (trauma anterior), que expõe a criança às recordações fragmentadas e intrusivas do seu trauma no contexto da relação interpessoal. A projeção de conteúdos mentais intoleráveis para o cuidador, projetados sobre a criança, origina a acumulação de elementos-beta (Bion, 1962), resultando num ataque à função-alfa como defesa contra as emoções intoleráveis no seio da experiência relacional (Hartke, 2005).

A relação com um objeto primário (interno-externo) traumatizado e/ou ameaçador é vivida com extrema angústia, isolamento e evitamento da figura traumatogénica (Khan, 1963; Liotti, 1999). Porém, o evitamento da figura traumatogénica agrava o sentimento de isolamento e solidão (interna e externa) que reativa comportamentos de procura de suporte. Neste contexto, desenvolve-se um sistema relacional paradoxal de repúdio do objeto e repúdio da ausência do objeto. A formação deste sistema relacional ameaça a queda na anobjectalidade, i.e., a perda catastrófica das representações do *Self* e dos objetos em que domina a solidão com a representação dum mundo interno morto e deserto (Laub & Auerhahn, 1989). Esta experiência evoca o questionamento da existência da empatia e possibilidade da comunicação humana, e, em última instância, da humanidade do próprio (Laub & Auerhahn, 1989). O estado de desamparo intolerável vivido pela criança origina a internalização e identificação com o derradeiro objeto sentido como disponível: o objeto traumatogénico (Abraham & Török, 1987; Ferenczi, 1949; Grubrich-Simitis, 1981).

O desenvolvimento deste sistema relacional paradoxal abre a via à dissociação estrutural terciária com a formação de múltiplas representações do *Self* dos objetos internos divididas e sem contato entre si. O medo-evitamento e a procura de proteção-proximidade, e de identificação, com a figura traumatogénica instauram o “triân-

gulo do drama”. O triângulo do drama envolve a oscilação entre representações do *Self* do objeto interno nos papéis de salvador, perseguidor e vítima, bem como a oscilação entre múltiplos sistemas relacionais. Ocorre a formação de três sistemas relacionais internalizados: 1) representação do objeto como ameaçador e do *Self* como vítima desamparada de um “monstro”; 2) representação do *Self* como ameaçador (interiorização e identificação à maldade do objeto) e do objeto como vítima desamparada; 3) representação do *Self* como salvador onipotente (*wise baby*) de uma figura cuidadora frágil (inversão da relação cuidador-criança) na qual o cuidador é confortado e distraído das memórias dolorosas e intrusivas do seu próprio trauma pela criança (Liotti, 1999).

As oscilações entre múltiplos sistemas relacionais dão conta de clivagens múltiplas do *Self* como salvador, perseguidor ou vítima complementares à clivagem do objeto (interno e externo) como perseguidor (poderoso e maléfico) ou vítima (incompetente, ou ameaçado e desamparado). A oscilação entre representações múltiplas, incoerentes e contraditórias do *Self* e do objeto é reveladora de um sistema de representações dos objetos e do *Self* fragmentado e dissociado (Liotti, 1999).

Porém, esta organização fragmentada de representações dos sistemas relacionais não cumpre os seus objetivos. A formação deste múltiplo sistema relacional quebra o vínculo libidinal com os objetos com a consequente queda na anobjetividade (Davies & Frawley, 1994).

A dissociação das representações do *Self* origina que os acontecimentos traumáticos sejam vividos, mas não assimilados e organizados no mundo interno do sujeito. Por outro lado, as múltiplas representações dos objetos intensificam a interiorização de objetos internos maléficos, os quais internamente impõem o silêncio e a proibição da recordação das memórias do trauma. A falha no desenvolvimento de um bom objeto interno impossibilita a representação das experiências na comunicação com um objeto diferenciado do *Self* e que torne possível a regulação emocional de afetos intensos, a organização e recordação das experiências, assim como a cons-

trução de uma narrativa sobre o trauma (Laub & Lee, 2003). Os estudos na área das neurociências suportam esta formulação ao evidenciarem que o traumatismo crónico na infância e adolescência está associado a fatores estruturais e ao dano funcional nas estruturas cerebrais, nomeadamente a redução do volume do hipocampo, reguladoras do stress e das emoções (Bremner & Vermetten, 2001; van Harmelen et al., 2010) e distúrbios da memória verbal (Bremner, 2007).

A oscilação entre os múltiplos sistemas de representações *Self*-objeto manifesta-se no *enactment* dos diferentes papéis na relação com os objetos, nomeadamente na compulsão à repetição ocorrida na relação terapêutica (Liotti, 1999). O retorno à situação traumática na compulsão à repetição na situação clínica (Freud, 1920) é vivida, mas não compreendida, e atuada na relação com o terapeuta (Garland, 1998). Complementarmente, podem ocorrer *enactments* do terapeuta, na contratransferência, que dão conta da atuação, inconsciente, dos múltiplos papéis (salvador, perseguidor ou vítima) na díade terapêutica.

Este processo dá conta da rutura, dano ou destruição do vínculo interno aos objetos, tornando a ligação aos outros uma experiência ameaçadora (Varvin & Rosenbaum, 2015). Consequentemente, o investimento de novos objetos é orientado por uma compulsão de negativização de qualquer relação real e genuína com o outro (Bokanowski, 2005). A anulação ou negativização do vínculo com os objetos inviabiliza o estabelecimento de uma ligação genuína consigo próprio. A ausência de vínculo libidinal com os objetos internos e com o próprio, instaura a perda de representação e a incapacidade de compreensão e de recordação dos traumas, que, por seu turno, agrava a perda de coerência da identidade pessoal (Laub & Lee, 2003).

De acordo com esta perspectiva, a dissociação estrutural terciária associa-se à perda da proteção de um bom objeto, privando o indivíduo de um continente no qual os conteúdos mentais sensoriais e crus associados ao trauma possam ser transformados e pensados (Garland, 1998; Varvin, 2003). A ausência de um bom objeto interno inviabiliza a simbolização da experiência e

a sua historicização como experiências psíquicas do passado (Bokanowski, 2005). Consequentemente, o predomínio de objetos maléficos instaura a proibição de conhecer, recordar e assimilar a experiência traumática, que cria vácuos no psiquismo do indivíduo (Laub & Lee, 2003). Igualmente, ocorre o reforço do uso de processos defensivos primários que intensificam os sentimentos de ameaça no contexto relacional associados ao receio da re-traumatização (Garland, 1998; Varvin, 2003).

A reversão da função-alfa, que ocorre habitualmente nos indivíduos com trauma precoce, origina que a dinâmica da relação continente-conteúdo seja francamente devastadora. Tal ocorre em virtude de os conteúdos serem igualmente destrutivos para o continente (Hartke, 2005). Os ataques destrutivos dirigidos aos objetos (internos e externos) acentuam as perturbações do processo de pensamento e o agravamento da divisão interna do psiquismo (dissociação) (Bokanowski, 2005). O predomínio destes processos psíquicos resulta no dano ou perda da capacidade de simbolização, formando “ilhas” mentais com níveis diferenciados de dessimbolização – áreas mentais dissociadas – que dessimbolizam igualmente as experiências atuais organizadas de acordo com esquemas ou cenários de pavor/ameaça primitivos (Varvin, 2010).

MEMÓRIAS CORPORIFICADAS

O predomínio de processos defensivos primários e de maus objetos persecutórios acentuam as falhas na discriminação e diferenciação entre mundo interno e externo (Bokanowski, 2005). Como resultado, a recordação do trauma é vivida como a repetição da experiência no presente (Garland, 1998). Aqui observa-se a reversão da função-alfa (Bion, 1962) e a formação de uma tela-beta como processos defensivos que favorecem a concretização das experiências e emoções (Brown, 2005). Por seu turno, a manutenção da função-alfa nos conteúdos mentais das partes da personalidade sobrevivente à traumatização é utilizada na produção compulsiva de elementos tela-beta, que reforçam a barreira de estímulos de

modo a prevenir o cataclismo psíquico (Hartke, 2005).

A formação duma organização traumática rígida – tela-beta (Bion, 1962) – visa restaurar a coerência interna e a proteção da ansiedade de fragmentação através duma concretude cognitiva (Brown, 2005). Nalguns casos, a concretude do pensamento face à experiência pode originar que o corpo seja tomado como continente das projeções que se expressam em preocupações hipocóndricas ou somatizações (Grinberg, 2001). Estes processos psíquicos são mais habituais na relação com uma “mãe psicossomática” cuja natureza traumática da relação precoce está associada à dominância excessiva e intrusividade. Neste caso, a ausência de objetos continentes e transformadores da angústia contribui para o *acting in* das experiências afetivas dolorosas como expressões somáticas (McDougall, 1984).

Propomos que a narrativa psíquica na dissociação estrutural terciária, para além da sua expressão em padrões repetitivos de *enactments*, pode expressar-se através de preocupações ou sintomas somáticos. As manifestações somáticas dão conta de perturbação da interação dialética entre as posições esquizoparanóide, autístico-contígua e depressiva (Ogden, 1989). Neste caso, sucede o predomínio de modalidades da experiência esquizoparanóide e autístico-contígua (Rosenbaum & Varvin, 2007). Assiste-se à expressão de modalidades pré-simbólicas caracterizada pela ameaça da dissolução dos limites do *Self* corporal e dos limites protetores da pele psíquica (Boulanger, 2002; Ogden, 1989). Neste funcionamento sucede a clivagem entre o *Self* mental e o *Self* corporal em que os afetos traumáticos são depositados no corpo (Miliora, 1998). A dissociação entre mente e corpo instaura uma lacuna entre ambas as entidades, em que os sintomas somáticos são registos de descargas sobre o corpo de afetos sem elaboração psíquica e dessimbolizados (Meissner, 2006).

A intensificação das clivagens entre mente e corpo é um dos processos defensivos subjacentes à dissociação entre ambas as entidades, a qual tem sido identificada como fator primordial do processo de somatização associado ao trauma

precoce (Meissner, 2006; van der Kolk, 1996). As expressões somáticas associadas ao trauma precoce refletem, igualmente, uma dissociação estrutural da personalidade com divisão de diversas áreas da personalidade sem contacto entre si, numa organização psíquica arcaica (Mittrani, 1995). Nesta organização psíquica predomina a ausência de objetos capazes de transformar as experiências somatossensoriais em símbolos ou representações mentais (Auerhahn, Laub, & Peskin, 1993; Mittrani, 1995). As experiências não-mentalizadas são projetadas sobre um continente concreto, o corpo, num funcionamento dominado pela concretude do pensamento (Brown, 2005)

O fracasso na capacidade de simbolização e de comunicação intersubjetiva resulta na inibição comportamental e na concretude do pensamento, que se expressa na ausência de uma estória verbal dotada de significado pessoal sobre o trauma. A narrativa do trauma revela-se nas expressões somáticas e queixas localizadas no corpo, que constitui um continente anti-simbólico onde são somatizados os sentimentos e sensações associadas ao trauma (Bonomi, 2003; Miliora, 1998). No *setting* clínico, nas situações clínicas, as preocupações ou manifestações somáticas constituem expressões de memórias corporificadas (*embodied memories*) as quais constituem memórias sensório-motoras inconscientes associadas ao trauma, manifestando-se como sensações corporais, afetos e/ou fantasias associadas à interação traumática (Leuzinger-Bohleber, 2008).

Por outro lado, a relação com este objeto concreto – o corpo – instaura um sistema relacional que se aproxima do triângulo do drama: 1) a representação do *Self* como vítima de um objeto (corpo) doente e maléfico nas queixas e doença física; 2) a representação do *Self* como salvador de um objeto frágil – o corpo doente – no foco e cuidados às manifestações físicas da doença; 3) a representação de um *Self* perseguidor que pune ou castiga um objeto desamparado através de comportamentos autodestrutivos dirigidos contra o corpo, como forma de transformação da dor emocional incompreensível e intolerável associada ao trauma numa dor física concreta e

tolerável (Allen, 2005; Ferrajão, 2017). O sistema relacional dissociado dá conta de ansiedades catastróficas associadas ao trauma, expressando-se numa ameaça de fragmentação da imagem corporal (Boulanger, 2002).

IMPLICAÇÕES DO MODELO PARA A PRÁTICA CLÍNICA

A narrativa psíquica na dissociação estrutural terciária é eminentemente um relato des-simbolizado expresso na repetição relacional do trauma no “triângulo do drama”, ou por meio de preocupações ou de sintomas somáticos. Esta organização psíquica desenvolve-se face a um trauma precoce na relação com uma figura traumatogénica que origina o dano do vínculo a bons objetos internos que instauram o predomínio de processos defensivos primários. Em resultado, o processo de simbolização das experiências é perturbado ou inviabilizado, e apenas expresso em *enactments* de um sistema relacional dissociado e/ou depositado no corpo.

O *enactment* da reexperiência do trauma ocorre nas relações atuais e com o terapeuta (na transferência) expressa em múltiplos sistemas de representações *Self*-objeto internalizados e dissociados (triângulo do drama) sem que ocorra a sua recordação consciente (Freud, 1914). A atuação dos sistemas relacionais dissociados não permite obter o domínio sobre o trauma passado, mas perpetua o desamparo e vulnerabilidade despertadas pelas sensações associadas à traumatização. Na transferência, sucede a manutenção do padrão cíclico de oscilação entre representações do *Self* e dos objetos internalizados (Daud et al., 2008; Gerzi, 2005).

Na sessão, o terapeuta deverá considerar que a repetição dos padrões relacionais e os sonhos de angústia indicam respostas de alarme face à ameaça de retorno à situação traumática e reveladoras de uma reduzida capacidade de regulação emocional das sensações associada a perturbações nos processos de simbolização e fantasia (Kramer et al., 1987). Essas manifestações clínicas constituem a única modalidade possível de recordação do trauma (Yorke, 1986), constituin-

do os *enactments* dos múltiplos sistemas relacionais dissociados na transferência uma tentativa de expressão de uma realidade ainda desconhecida pelo indivíduo (Caruth, 1989). Desta forma, tal como é proposto por Stein (2007), os *enactments* constituem uma nova experiência da relação traumática ocorrida no aqui-e-agora da relação terapêutica.

A produção deste material clínico na sessão constitui uma tentativa do paciente em procurar ordenar experiências caóticas e fragmentadas visando a restauração da função simbólica e a representação das experiências (Gerson, 2009). A atitude clínica do terapeuta desempenha um papel nuclear neste processo, efetuada através da explicitação no aqui-e-agora dos sistemas relacionais internalizados implícitos. Tal sucede na análise da relação transferência-contratransferência como processo de promoção da estruturação e integração progressiva das partes dissociadas no *Self* da sua organização afetiva e cognitiva em modalidades de relacionamento mais estruturadas (Varvin & Rosenbaum, 2015).

A repetição dos sistemas relacionais dissociados num *setting* seguro, na relação com um bom objeto (terapeuta), introduz o vínculo libidinal aos objetos, que é promotor da reelaboração e reconstrução da estória do trauma (Orlandini, 2004). Simultaneamente, a validação empática, ou o espelhamento, por parte do terapeuta, promovem a narcisização saudável de um *Self* profundamente desinvestido (Gerzi, 2005). Desta forma, o paciente será particularmente susceptível às falhas do terapeuta, na contratransferência, às suas necessidades afetivas, requerendo deste, no seu papel de “mãe suficientemente boa”, a capacidade de regular as experiências internas e inter-relacionais que promovem a restauração, possível, de um *Self* verdadeiro (Winnicott, 1948).

Por outro lado, o foco prematuro na exploração das memórias do trauma é sentido pelos indivíduos como uma intrusão que reativa fantasias e processos defensivos da relação com a figura traumatogénica (Ferrajão & Elkit, 2020). Tal atitude terapêutica poderá reativar o trauma associado a uma “confusão de línguas” entre a linguagem da ternura (busca de afeto) do paciente

e a linguagem da paixão (intrusiva na exposição a conteúdos mentais não-metabolizados) do terapeuta (Ferenczi, 1949). Esta dinâmica relacional desperta no terapeuta, na sua contratransferência, a sensação de resposta inadequada da figura traumatogénica à angústia do indivíduo ocorrida no trauma.

O nosso propósito não é sugerir a ausência de necessidade da (re)construção de uma narrativa histórica sobre o trauma, já que, nos casos em que a narrativa psíquica se expressa, predominantemente em manifestações somáticas, a reconstrução biográfica detalhada do trauma auxilia na reintegração do trauma infantil na identidade (*Self*) nuclear do paciente e na mudança estrutural (Ferrajão et al., 2017; Leuzinger-Bohleber, 2008). Neste particular, o conceito de “memórias corporificadas” revela-se particularmente útil, considerando que estas memórias sensório-motoras inconscientes associadas ao trauma permitem a reconstrução das sensações corporais, afetos e fantasias associadas à interação traumática (Leuzinger-Bohleber, 2008). A metabolização e ligação às relações de objeto que ativam as memórias corporificadas do trauma no aqui-e-agora da relação transferencial permite a reconstrução biográfica do trauma (Bonomi, 2003; Varvin, 2003).

Em conclusão, propomos que a reconstrução intelectual dos factos biográficos da história do trauma, a sua narrativa histórica, não origina uma mudança terapêutica, já que a mudança estrutural parece ocorrer, sobretudo, pela compreensão detalhada e aprofundada dos *enactments* (agidos na transferência ou nas manifestações somáticas) na relação terapêutica e nas relações de objeto.

Este processo ocorre através da contenção (relação continente-conteúdo), elaboração e transformação dos conteúdos mentais e afetos. Finalmente, esta abordagem diferencia-se das conceptualizações e intervenções mais próximas dos modelos biomédicos, realçando a aceitação das consequências e das vulnerabilidades inalteráveis associadas ao trauma como nucleares na minimização da dissociação estrutural. ♣

REFERÊNCIAS

- Abraham, N., & Török, M. (1995). *A casca e o núcleo*. Escuta.
- Alayarian, A. (2011). *Trauma, torture, and dissociation: A psychoanalytic view*. Karnac Books.
- Allen, J. (2005). *Coping with trauma: Hope through understanding*. American Psychiatric Publishing.
- Auerhahn, N. C., Laub, D., & Peskin, H. (1993). Psychotherapy with Holocaust survivors. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training*, 30(3), 434-442. <https://doi.org/10.1037/0033-3204.30.3.434>
- Bion, W. R. (1962). *Learning from experience*. Karnac Books.
- Bohleber, Werner. (2007). Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 41(1), 154-175. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pd=So486-641X2007000100015&lng=pt&tlng=pt.
- Bokanowski, T. (2005). Variations on the concept of traumatism: traumatism, traumatic, trauma. *The International journal of psycho-analysis*, 86(2), 251-265. <https://doi.org/10.1516/pplt-h9dr-dw3a-x1xu>
- Bonomi, C. (2003). Between symbol and antisymbol: The meaning of trauma reconsidered. *International Forum of Psychoanalysis*, 12(1), 17-21. <https://doi.org/10.1080/08037060310005214>
- Boulanger, G. (2002). Wounded by reality: The collapse of the self in adult onset trauma. *Contemporary Psychoanalysis*, 38(1), 45-76. <https://doi.org/10.1080/00107530.2002.10745806>
- Bremner, J. D. (2007). Neuroimaging in posttraumatic stress disorder and other stress-related disorders. *Neuroimaging Clin N Am*, 17(4), 523-538, ix. <https://doi.org/10.1016/j.nic.2007.07.003>
- Bremner J. D. (2007). Neuroimaging in posttraumatic stress disorder and other stress-related disorders. *Neuroimaging Clinics of North America*, 17(4), 523-ix. <https://doi.org/10.1016/j.nic.2007.07.003>
- Bremner, J. D., & Vermetten, E. (2001). Stress and development: behavioral and biological consequences. *Dev Psychopathol*, 13(3), 473-489. <https://doi.org/10.1017/S0954579401003042>
- Bremne, J. D., & Vermetten, E. (2001). Stress and development: behavioral and biological consequences. *Development and Psychopathology*, 13(3), 473-489. <https://doi.org/10.1017/S0954579401003042>
- Bromberg, P. M. (2001). The gorilla did it: Some thoughts on dissociation, the real, and the really real. *Psychoanalytic Dialogues*, 11(3), 385-404. <https://doi.org/10.1080/10481881109348619>
- Brown, L. J. (2005). The cognitive effects of trauma: reversal of alpha function and the formation of a beta screen. *The Psychoanalytic quarterly*, 74(2), 397-420. <https://doi.org/10.1002/j.2167-4086.2005.tb00212.x>
- Brown, L. J. (2006). Julie's museum: the evolution of thinking, dreaming and historicization in the treatment of traumatized patients. *The International journal of psycho-analysis*, 87(6), 1569-1585. <https://doi.org/10.1516/bv7n-l9px-yjbr-cwej>
- Caruth, C. (1995). *Trauma: Explorations in memory*. The John Hopkins University Press.
- Cohen, J. (1985). Trauma and repression. *Psychoanalytic Inquiry*, 5(1), 163-189. <https://doi.org/10.1080/07351698509533580>
- Daud, A., af Klinteberg, B., & Rydelius, P. A. (2008). Trauma, PTSD and personality: the relationship between prolonged traumatization and personality impairments. *Scandinavian journal of Caring Sciences*, 22(3), 331-340. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6712.2007.00532.x>
- Davies, J. M., & Frawley, M. G. (1994). *Treating the adult survivor of childhood sexual abuse: A psychoanalytic perspective*. Basic Books.
- De Bellis, M. D., Keshavan, M. S., Clark, D. B., Casey, B. J., Giedd, J. N., Boring, A., Frustaci, K., & Ryan, N. D. (1999). A.E. Bennett Research Award. Developmental traumatology. Part II: Brain development.

- Biol Psychiatry*, 45(10), 1271-1284. [https://doi.org/10.1016/S0006-3223\(99\)00045-1](https://doi.org/10.1016/S0006-3223(99)00045-1)
- Ferenczi, S. (1949). Confusion of tongues between adults and the child: The language of tenderness and of passion. *Contemporary Psychoanalysis*, 24(2), 196-206. <https://doi.org/10.1080/00107530.1988.10746234>
- Ferrajão, P. C., Badoud, D. M., & Oliveira, R. A. (2017). Mental strategies as mediators of the link between attachment and PTSD. *Psychological trauma: Theory, research, practice and policy*, 9(6), 731-740. <https://doi.org/10.1037/tra0000251>
- Ferrajão, P. C., & Elklit, A. (2020). World assumptions and posttraumatic stress in a treatment-seeking sample of survivors of childhood sexual abuse: A longitudinal study. *Psychology of Violence*, 10(5), 501-508. <https://doi.org/10.1037/vio0000280>
- Ferrajão, P., & Elklit, A. (2021). Attachment and social support mediate associations between polyvictimization and psychological distress in early Uganda and Kenya adolescents. *Child Abuse & neglect*, 121, 105271. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105271>
- Ferrajão, P. C., & Oliveira, R. A. (2015). From self-integration in personal schemas of morally experienced to self-awareness of mental states: A qualitative study among a sample of Portuguese war veterans. *Traumatology*, 21(1), 22-31. <https://doi.org/10.1037/trm0000019>
- Freud, S. (1895). Studies on hysteria. In *Standard Edition 2*. Hogarth Press.
- Freud, S. (1914). Remembering, repeating, and working-through. In *Standard Edition 12* (pp. 147-156). London: Hogarth Press.
- Garland, C. (Eds.) (1998). *Understanding trauma – A psychoanalytical review*. Karnac Books.
- Gerson, S. (2009). When the third is dead: Memory, mourning, and witnessing in the aftermath of the Holocaust. *The International Journal of Psychoanalysis*, 90(6), 1341-1357. <https://doi.org/10.1111/j.1745-8315.2009.00214.x>
- Gerzi, S. (2005). Trauma, narcissism and the two attractors in trauma. *The International Journal of Psychoanalysis*, 86(4), 1033-1050. <https://doi.org/10.1516/2TTK-GoTL-9DWL-UHWY>
- Grinberg, L. (2001). *Teoria da identificação*. Climepsi.
- Grubrich-Simitis, I. (1981). Extreme traumatization as cumulative trauma -Psychoanalytic investigations of the effects of concentration camp experiences on survivors and their children. *Psychoanalytic Study of the Child*, 36(1), 415-450. <https://doi.org/10.1080/00797308.1981.11823352>
- Hartke, R. (2005). The basic traumatic situation in the analytical relationship. *International Journal of Psycho-Analysis*, 86(2), 267-290. <https://doi.org/10.1516/T89E-QAL4-P81C-XDXJ>
- Herman, J. (1992). *Trauma and recovery: The aftermath of violence*. Basic Books.
- Hopper, E. (1991). Encapsulation as a defence against the fear of annihilation. *The International journal of psycho-analysis*, 72(4), 607-624. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/1797716/>
- Jackowski, A., de Araújo, C., de Lacerda, A., Mari, J. J., & Kaufman, J. (2009). Neurostructural imaging findings in children with post-traumatic stress disorder: Brief review. *Psychiatry Clin Neurosci*, 63(1), 1-8. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1819.2008.01906.x>
- Janet, P. (1889). *L'automatisme psychologique*. Alcan.
- Khan, M. R. (1963). The concept of cumulative trauma. *Psychoanalytic Study of the Child*, 18(1), 286-306. <https://doi.org/10.1080/00797308.1963.11822932>
- Knox J. (2003). Trauma and defences: their roots in relationship. An overview. *The Journal of Analytical Psychology*, 48(2), 207-233. <https://doi.org/10.1111/1465-5922.t01-2-00007>
- Kramer, M., Schoen, L. S., & Kinney, L. (1987). Nightmares in Vietnam veterans. *The Journal of the American Academy of Psychoanalysis*, 15(1), 67-81. <https://doi.org/10.1521/jaap.1.1987.15.1.67>
- Laub, D., & Auerhahn, N. C. (1989). Failed empathy: a central theme in the survivor's

- holocaust experience. *Psychoanalytic Psychology*, 6(4), 377-400. <https://doi.org/10.1037/0736-9735.6.4.377>
- Laub, D., & Lee, S. (2003). Thanatos and massive psychic trauma: the impact of the death instinct on knowing, remembering, and forgetting. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 51(2), 433-464. <https://doi.org/10.1177/00030651030510021201>
- Leuzinger-Bohleber, M. (2008). Biographical truths and their clinical consequences: understanding 'embodied memories' in a third psychoanalysis with a traumatized patient recovered from severe poliomyelitis. *The International journal of psycho-analysis*, 89(6), 1165-1187. <https://doi.org/10.1111/j.1745-8315.2008.00100.x>
- Lindy, J. D. (1985). The trauma membrane and other clinical concepts derived from psychotherapeutic work with survivors of natural disasters. *Psychiatric Annals*, 15(3), 153-160. <https://doi.org/10.3928/0048-5713-19850301-06>
- Lindy, J. D., & Wilson, J. P. (2001). Respecting the trauma membrane: Above all, do no harm. In J. P. Wilson, M. J. Friedman, J. D. Lindy (Eds.), *Treating psychological trauma and PTSD* (pp. 432-445). Guilford Press.
- Liotti, G. (1999). Understanding the dissociative processes: The contribution of attachment theory. *Psychoanalytic Inquiry*, 19(5), 757-783. <https://doi.org/10.1080/07351699909534275>
- McDougall J. (1984). The "dis-affected" patient: reflections on affect pathology. *The Psychoanalytic Quarterly*, 53(3), 386-409.
- Meissner, W. W. (2006). Psychoanalysis and the mind-body relation: Psychosomatic perspectives. *Bulletin of the Menninger Clinic*, 70(4), 295-315. <https://doi.org/10.1521/bumc.2006.70.4.295>
- Miliora, M. T. (1998). Trauma, dissociation, and somatization: a self-psychological perspective. *The Journal of the American Academy of Psychoanalysis*, 26(2), 273-293. <https://doi.org/10.1521/jaap.1.1998.26.2.273>
- Mitrani, J. L. (1995). Toward an understanding of unmentalized experience. *The Psychoanalytic quarterly*, 64(1), 68-112. <https://doi.org/10.1080/21674086.1995.11927444>
- Ogden, T. H. (1989). *The primitive edge of experience*. Jason Aronson.
- Orlandini, A. (2004). Repetition compulsion in a trauma victim: Is the "Analgesia principle" beyond the pleasure principle? Clinical implications. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis*, 32(3), 525-540. <https://doi.org/10.1521/jaap.32.3.525.44777>
- Rosenbaum, B., & Varvin, S. (2007). The influence of extreme traumatization on body, mind and social relations. *The International Journal of Psycho-analysis*, 88(Pt 6), 1527-1542. <https://doi.org/10.1111/j.1745-8315.2007.tb00758.x>
- Stein H. H. (2007). Combat veterans: impressions of an analytic observer in a non-analytic setting. *The Journal of the American Academy of Psychoanalysis and Dynamic Psychiatry*, 35(4), 575-589. <https://doi.org/10.1521/jaap.2007.35.4.575>
- van der Hart, O., Nijenhuis, E., Steele, K., & Brown, D. (2004). Trauma-related dissociation: conceptual clarity lost and found. *The Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 38(11-12), 906-914. <https://doi.org/10.1080/j.1440-1614.2004.01480.x>
- vander Kolk B. A. (1989). The compulsion to repeat the trauma. Re-enactment, revictimization, and masochism. *The Psychiatric Clinics of North America*, 12(2), 389-411.
- van der Kolk, B. A. (1996). The body keeps the score. Approaches to the psychobiology of posttraumatic stress disorder. In B. A. van der Kolk, A. C. McFarlane & L. Weisaeth (Eds.), *Traumatic stress: The effects of overwhelming experience on mind, body, and society* (pp. 214-241). Guilford Press.
- van Harmelen, A., van Tol, M. J., van der Wee, N. J., Veltman, D. J., Aleman, A., Spinhoven, P., van Buchem, M. A., Zitman, F. G., Penninx, B. W., & Elzinga, B. M. (2010). Reduced medial prefrontal cortex volume in adults reporting childhood emotional maltreatment. *Biol Psychiatry*, 68(9), 832-838. <https://doi.org/10.1016/j.biopsych.2010.06.011>

- Varvin, S. (2003). Extreme traumatization: Strategies for Mental Survival. *International Forum of Psychoanalysis*, 12 (1), 5-12. (1976).
- Varvin, S. (2007, July). *Trauma and resilience*. Paper presented at 45th International Psychoanalytical Association Congress, Berlin, Germany.
- Varvin, S., & Rosenbaum, B. (2015). Trauma: Depletion and resilience. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 34(2), 6-17.
- Winnicott, D. W. (1997). Introdução primária à realidade externa: os estágios iniciais. In D. W. Winnicott, *Pensando sobre crianças*. Artmed.
- Winnicott, D. W. (1956/2000). A preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 399-405). Imago.
- Yorke C. (1986). Reflections on the problem of psychic trauma. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 41, 221-236. <https://doi.org/10.1080/00797308.1986.11823458>

Cumulative Trauma: When the Story Survives Between the Relational Repetition of Trauma and the Body

Abstract

In the trauma literature, the dominant conceptualizations describe post-traumatic disorder as a memory disorder. In the context of extensive extra-clinical research and clinical practice, we present a model of trauma-related disorder as an identity disorder, specifically a structural dissociation of the personality. The tertiary structural dissociation is described as associated with early cumulative trauma occurring in a relational context. We present the expression of the psychic narrative in tertiary structural dissociation in two modalities: 1) enactment of dissociated related systems in which the division of multiple representations of the self and objects establish the oscillation between multiple relational systems: victim, persecutor and savior; 2) worries or somatic symptoms with a predominance of a concrete thought that causes the body to be the container of non-elaborated and de-symbolized affects expressed as embodied memories. It is proposed that the relational repetition of trauma in the drama triangle and/or the concerns or somatic symptoms should be analyzed in the transference-countertransference relationship of these patients as a procedure for making explicit the implicit relational systems in the here-and-now. This process helps in the structuring and progressive integration of the dissociated parts of the self that promote the structural change of the psyche.

Keywords

Cumulative trauma, identity, structural dissociation of the personality, trauma triangle, embodied memories.



Controversies on psychoanalytic psychotherapies

Is Psychodynamic Psychotherapy Effective for the Treatment of PTSD?

Joana Becker¹

Rui Paixão²

Manuel João Quartilho³

Abstract

Psychoanalysis is indispensable when writing and discussing traumatic stress, but in the treatment of these conditions it is ultimately disregarded. Since they are considered long-term treatments, therapies derived from psychoanalysis, such as Psychodynamic Psychotherapy (PDT), are not the first choice in health centers and clinics, which may be also a reflection of a scarcity of publications on its effectiveness. Through a literature review, focused on the effect size of PDT in the treatment of Posttraumatic Stress Disorder (PTSD), we have confirmed this scarcity. However, in the few studies conducted on this topic, findings have shown similarities between PDT and other therapies in reducing PTSD symptoms, both in post-therapy and follow-up assessments. The time of psychoanalytic psychotherapies is often pointed out as an obstacle, although studies have indicated that patients treated through these techniques present a continuous state of improvement.

Keywords

Psychodynamic psychotherapy, psychoanalysis, effectiveness, PTSD, trauma.

INTRODUCTION

The search for understanding the symptoms of traumatic experiences began more than a century ago, and contributed to the development of one of the best-known theories of psychology: Psychoanalysis (Freud, 1893; 1913). The psychoanalytical technique and its theoretical foundations have their origins in the study and treatment of hysterical patients. “Viewed as the public expression of symptoms, hysteria was, from the outset, associated with traumatic expe-

¹ Investigadora do Observatório do Trauma do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Docente Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. E-mail: joanabecker@gmail.com

² Doutorado em Psicologia Clínica. Docente e investigador na Universidade de Coimbra, FPCE e CES. E-mail: rpaixao@fpce.uc.pt

³ Psiquiatra. Docente na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. E-mail: mjquarti@ci.uc.pt

© do Autor 2022. Publicado online em <https://rpppsicanalise.org>, sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Seguindo a exigência da preservação do anonimato dos pacientes e da confidencialidade, o material clínico é apresentado com alteração da identidade do paciente e de dados clínicos.

riences, although some afterwards were revealed as fantasies” (Becker, 2017, p. 19). Through theories about hysterical phenomena (Freud, 1893), group psychology (Freud, 1921), signal and automatic anxiety (Freud, 1926), Freud developed the technique of the “talking-cure” (Cabaniss, Cherry, Douglas, & Schwartz, 2011, p. 04). From Freudian concepts, the Psychodynamic Psychotherapy (PDT) emerged, a therapy that uses uncovering and supporting techniques. As stated by Cabaniss et al. (2011, p. 6):

Psychodynamic psychotherapies that primarily use uncovering techniques are often called insight oriented, expressive, interpretive, exploratory, or psychoanalytic psychotherapies, while those that primarily use supporting techniques are often called supportive psychotherapies. Unfortunately, these are often seen as completely separate from one another. On the contrary, uncovering and supporting do not constitute separate therapies but rather they are two types of techniques that are used in an oscillating manner in all psychodynamic psychotherapies. One patient may benefit from a therapy in which a preponderance of uncovering techniques is used, while another may benefit from a therapy in which supporting techniques predominate, but all treatments use some of each at different points.

Despite the historical importance of Psychoanalysis, especially for the understanding of stress-related symptoms (Quartilho, 2016), studies on the efficacy of treatments based on this theory are scarce (Ben-Itzhak et al., 2012). As consequence of the lack of research, we have witnessed the gradual marginalization of psychoanalytic therapies. As stated by Busch and Milrod (2010, p. 01), “without more carefully conducted evaluations of efficacy that can be understood and accepted by clinicians and scientists outside the narrow discipline of psychoanalysis, psychoanalysis and related mental health interventions remain at risk of perishing as treatments for psychiatric and emotional disorders”. This study aimed at discussing PDT as a method of treat-

ment of Posttraumatic Stress Disorder (PTSD), while recognizing the psychoanalytical approach not only as a means of explaining the origin of the symptoms, but also as a possibility of treatment.

PSYCHODYNAMIC PSYCHOTHERAPY & PTSD

“Psychoanalysis is a psychological theory, a therapeutic practice, and a research method on unconscious processes developed by Sigmund Freud. Through the treatment of his patients, Freud realized that the mind was an ever-changing system, and most of its activities took place outside consciousness” (Becker, Paixão, & Aragão-Oliveira, 2020, p. 97). As a means of treatment, psychoanalysis is based on the free association method. Through encouraging patients to say whatever comes into their minds, this method seeks to reveal associations and connections that might otherwise not go uncovered. Psychodynamic Psychotherapy (PDT), as beforementioned, was derived from psychoanalysis. It is a kind of therapy “that postulates that unconscious mental activity affects conscious thoughts, feelings, and behavior”, being its aim “to uncover unconscious material or support mental functioning in the way that will best help the patient” (Cabaniss et al., 2011, pp. 3-4).

In general, the first session is longer, consisting of an experimental therapy, or trial therapy, in which a psychodiagnostic evaluation can be performed. According to this method, the path to establishing therapeutic alliance is through overcoming resistances. The main therapeutic interventions, which aim to unlock the unconscious, include confrontation, clarification, challenge to resistance, head on collision, facilitation of emotional experiences and recapitulation (Becker, Paixão, Silva, Quartilho, & Custódio, 2019, p. 3).

As a product of Psychoanalysis, PDT focuses on “the emotional conflicts which are caused by the traumatic experience”, not focusing on symptoms alone, but on their meaning (Landolt

& Kenardy, 2015, p.371). PDT “concerns itself with identifying and addressing unconscious emotions and processes that result in a broad range of symptoms (anxiety, depression and, somatic) and character problems” (Abbass, Town, & Driessen, 2012, p. 97). “There is evidence for the efficacy of PDT in depressive disorders, prolonged or complicated grief, anxiety disorders, posttraumatic stress disorder, eating disorders, somatic symptom disorders, substance related disorders, and personality disorders” (Leichsenring, Klein, & Salzer, 2014, p. 119). According a comprehensive review conducted by Fonagy (2015), PDT has particularly benefitted patients who presented mental disorders as consequence of traumatic experiences. Specifically, regarding PDT for PTSD treatment, D’Andrea and Pole (2012, p. 438) defined it:

One of the earliest approaches to treating trauma, psychodynamic therapy seeks to foster insights about factors that create hypersensitivity to overt and covert trauma reminders. Thus, the goals of psychodynamic trauma therapy include bringing unconscious material into awareness; establishing a sense of meaning, purpose, and safety; examining affects such as guilt and shame; fostering insights into how threatening thoughts and feelings are kept from awareness in order to reduce hyperarousal; and examining the therapeutic relationship for symbolic reenactments of past trauma.

These activities have presented as providing many positive psychological benefits including improving emotion regulation (D’Andrea & Pole, 2012). Corroborating this, Levi, Bar-Haim, Kreiss and Fruchter (2015, p. 2) emphasized that “PDT also addresses the maladaptive defense mechanisms that are thought to fuel the symptoms of PTSD by helping patients come to terms with the idiosyncratic meaning of the traumatic event”. Summarizing the PDT approach, this technique considers the unconscious conflicts, failures and distortions of the intrapsychic structures, mental representations, transference and countertransference and makes use of confrontation,

clarification and interpretation (Coderch, 1990). Through emotional exploration, identification of patterns in the patients’ life, confrontation of defensive functioning and interpretative interventions about intrapsychic conflicts, the treatments obtained favourable outcomes, with the reduction of symptoms and an increase in patients’ quality of life (Becker et al., 2019).

“Clinical studies have shown that patients benefit from PDT, and that psychoanalysis-based psychotherapies have presented a continuous state of improvement in patients” (Becker et al., 2020, p. 93). However, the time length of psychoanalytic psychotherapies has been considered an obstacle to the proper investigation of its effectiveness, placing these therapies outside the first line of treatments for mental disorders (Becker et al., 2019).

Although PDT has presented similar effectiveness in comparative studies (D’Andrea & Pole, 2012; Levi et al., 2015; Sherman, 1998), the meta-analyses conducted by Sherman (1998), Tran and Gregor (2016), and Van Etten and Taylor (1998), including the same study about PDT (Brom et al., 1989), presented distinct positions regarding its efficacy. While Sherman (1998) suggested that PDT is comparable to Prolonged Exposure Therapy (PE), Van Etten and Taylor (1998) indicated Cognitive-behavioral Therapy (CBT) as the most effective psychotherapy and Eye Movement Desensitization and Reprocessing therapy (EMDR) as superior to PDT, placing PDT at the end of the list of effective treatments for PTSD. In contrast, Tran and Gregor (2016) began by mentioning PDT as non-trauma focused and therefore less effective than other therapies, but later designated PDT as non-categorizable for their study, which was focused on the comparisons between trauma focused treatments and non-trauma focused treatments.

In these three meta-analyses, the authors’ assessments were based on the reduction of PTSD symptoms, including the comparison of effect sizes in the analyzed studies (Sherman, 1998), the clinical significance of the results between trauma focused treatments and non-trauma focused treatments (Tran & Gregor, 2016) and the effect

size across treatment conditions (Van Etten & Taylor, 1998). Additionally, although all of them concluded that cognitive-behavioral therapies were more effective in the treatment for PTSD, Sherman (1998) pointed out PDT as comparable to PE. The only study found in their search (Brom et al., 1989) that evaluated the effectiveness of PDT, hypnotherapy, and trauma desensitization (a behavioral therapy) in comparison with a waiting-list control group. The sample consisted of 112 people (79% women with a mean age of 42 years old) who were diagnosed with PTSD resulting from traumatic events (bereavement, acts of violence, and traffic accidents). The assessment of the experimental group was taken in pre-treatment, post-treatment and 3-month follow-up, while the waiting-list group was measured before and after a waiting period of 4 months. This RCT (randomized controlled trial) concluded that at post-treatment assessment the effects of the PDT were fewest, but they were continuous when evaluated against the other therapies at follow-up assessments.

As highlighted by D'Andrea and Pole (2012, p. 438), “despite its long history and widespread use, psychodynamic trauma therapies are relatively understudied”, while “cognitive-behavioral therapies, on the other hand, have been widely studied”. Regarding the lack of studies on PDT in the treatment of PTSD, Levi et al. (2015, p. 1) stated:

Much research indicates that cognitive-behavioral therapy (CBT) approaches such as prolonged exposure (PE) therapy and cognitive processing therapy (CPT) have much to offer to PTSD patients. Much less research exists on psychodynamically oriented treatment approaches despite the fact that in real-world settings, psychodynamic psychotherapy (PDT) is still a common treatment for PTSD.

In Psychodynamic Psychotherapy, the patient “must reconcile the occurrence of the traumatic event and its meaning with his or her concept of the self and the world” (Sherman, 1998, p.

416), understanding “the effect of the traumatic event on his or her personality, embedding in the context of his or her current experience” (Levi et al., 2015, p. 2). The psychodynamic process “may be more effective for trauma survivors than commonly realized”, since the focus of the treatment is on raising awareness of unconscious thoughts and feelings associated with the traumatic event. Also, the goal of PDT is to reconstruct memories and meanings, which may slow down “automatic processing of trauma stimuli and enhanced emotion regulation” in the face of traumatic experiences (D'Andrea & Pole, 2012, p. 444). Through the processing of avoided emotions, the reexperiencing of affects within therapeutic relationship, and the replacement of inappropriate attitudes, expectations and behaviors with more adaptive ones, PDT seeks symptomatic relief, while helping patients to face traumatic memories, enhance self-understanding, and overcome their symptoms, which may allow them to maintain therapeutic improvements, or even to continue to improve after the end of treatment (Becker et al., 2020).

Levi et al. (2015) mentioned the Brom et al. (1989) study, highlighting that PDT, hypnotherapy and behavioral therapy appeared equally effective, and that the effect of PDT on PTSD is because this technique increases patients' ability to resolve emotional reactions related to trauma by improving his or her reflective capacity. Regarding the D'Andrea and Pole (2012, p. 442) study on the relation of the psychotherapy process to change PTSD symptoms, they found that PDT and Stress Inoculation Training (SIT) were significantly associated with greater reductions in PTSD symptoms, but only PDT was significantly associated with greater reduction in depression symptoms and marginally related to greater reduction in interpersonal sensitivity and anxiety. Although PE is touted as the first-line treatment for trauma survivors, this study found little evidence that this therapy is helpful. However, the author believes that their results were influenced by some characteristics of the sample, such as patients with complex trauma and multiple diagnoses, “resulting in a more distressed sample than

typically found in the literature”.

Corroborating the finding about the similarity of therapeutic processes outcomes, in the naturalistic study of Levi et al. (2015), the comparison between PDT (n=148) and CBT (n=95) indicated non-significant differences in remission of PTSD symptoms. The CBT was a combination of CPT and PE. While 35% of the patients in the CBT group presented remission, 45% of patients in the PDT group were in remission at the post-treatment assessments. At follow-up assessments, these numbers were 33% and 36%, respectively, providing evidence that both therapies remained in remission after 8-12 months of the treatments. Although both therapies induced significant reductions in PTSD symptoms and functioning level, Levi et al. (2015, p. 8) referred that CBT may be preferable to PDT “because it is shorter and more cost effective”.

“Time has proved to be an important factor, especially because it is considered an obstacle to scientific research aimed at validating the effectiveness of psychotherapies, which seems to be the main reason why PDT remains outside the front-line of treatments for mental disorders” (Becker et al., 2020, p. 114). However, the results of brief therapies are controversial.

According to a recent theoretical review (De Geest and Megank, 2019), several authors have agreed that the application of a time limit is one of the features that enables an acceleration of therapeutic change, as it is believed that therapists and patients are encouraged to work harder and faster with the deadline in sight. On the other hand, the pressure of time can lead to the choice of an inappropriate focus, and work can be conducted superficially, without addressing crucial issues (Becker et al., 2020, p. 106).

Studying the effects of psychotherapies has been shown to be a critical issue, especially in the validation of long-term therapies. PDT have been the subject of empirical studies, presenting outcomes similar to other therapeutic approaches, and even superior in studies that cover post-treatment assessment measures (Becker

et al., 2019). However, long-term treatments are not easily measured, being research on this technique complex and time-consuming (Levenson, 1995).

CONCLUSIONS

For the last years, we have conducted literature reviews and studies on the effectiveness of PDT in order to identify the obstacles and advantages of this technique. Our clinical experience has also been instrumental in verifying the benefits of PDT in the treatment of mental disorders, mainly those resulting from traumatic experiences. We have found that “despite being similar to other therapeutic approaches during treatment, this technique leads to long-term results, with patients maintaining their state of improvement after the end of their treatments” (Becker et al., 2020, p. 96). However, the effectiveness of PDT is questioned, mainly due to the impossibility of applying certain research methods, such as RCT – since it is a long-term therapy that does not strictly follow a manual by considering the specificities of each case, of each patient.

“Time has proved to be an important factor, especially because it is considered an obstacle to scientific research aimed at validating the effectiveness of psychotherapies, which seems to be the main reason why PDT remains outside the front-line of treatments for mental disorders” (Becker et al., 2020, p. 114). This paper emphasizes the need for studies that verify the effectiveness of PDT through the comparison with other therapies, and using an untreated control group. On the other hand, although RCTs have been considered a statistical credible mean of verifying the effect size of therapies, it may “mask an important heterogeneity that is often revealed by careful scrutiny of individual investigations” (Fonagy, 2015, p. 138). As stated by Brom et al. (1989, p. 612):

We should look for instruments that are capable of incorporating clinically relevant issues, such as different mechanisms within each of the ther-

apeutic approaches... conclusions make it clear that the process of psychotherapy must be taken into consideration if we want to establish a more explicit link among theory, therapy, research methods, and disorders. ■

REFERENCES

- Abbass, A., Town, J., & Driessen, E. (2012). Intensive Short-Term Dynamic Psychotherapy: Systematic Review and Meta-analysis of Outcome Research. *Harvard Review of Psychiatry*, 20(2), 97-108. <https://doi.org/10.3109/10673229.2012.677347>
- Becker, J. P., Paixão, R., & Aragão Oliveira, R. (2020). Dynamic Psychotherapy: Is Time the Enemy that Proves to Be an Ally? in H. Boyd (Ed.), *Psychotherapy: Perspectives, Strategies and Challenges* (pp. 93-122). New York: Noa Science Publishers.
- Becker, J. P., Paixão, R., Silva, Simone S., Quartilho, M. J., & Custódio, E. M. (2019). Dynamic Psychotherapy: The Therapeutic Process in the Treatment of Obsessive-Compulsive Disorder. *Behavioral Sciences*, 9 (12): 141. <https://doi.org/10.3390/2Fbs9120141>
- Becker, J. P. (2017). Modern Hysteria? Somatization as the Discourse of Conflicts. 21st International Conference of the Association of Psychology and Psychiatry for Adults and Children - Proceedings, 19-25.
- Ben-Itzhak, S., Bluvstein, I., Schreiber, S., Aharonov-Zaig, I., Maor, M., Lipnik, R., & Bloch, M. (2012). The Effectiveness of Brief Versus Intermediate Duration Psychodynamic Psychotherapy in the Treatment of Adjustment Disorder. *J Contemp Psychother*, 42, 249-256. <https://doi.org/10.1007/s10879-012-9208-6>
- Brom, D., Kleber, R., & Defares, P. (1989). Brief Psychotherapy for Posttraumatic Stress Disorders. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57(5), 607-612.
- Busch, F. N., & Milrod, B. L. (2010). The ongoing struggle for psychoanalytic research: some steps forward. *Psychoanalytic Psychotherapy*, 24(4), 306-314. <https://doi.org/10.1080/02668734.2010.519234>
- Cabaniss, D., Cherry, S., Douglas, C., & Schwartz, A. (2011). *Psychodynamic Psychotherapy: A Clinical Manual*. Wiley-Blackwell.
- Coderch, J. (1990). *Teoría de la Psicoterapia Psicoanalítica*. Editoria Herder.
- D'Andrea, W., & Pole, N. (2012). A Naturalistic Study of the Relation of Psychotherapy Process to Changes in Symptoms, Information Processing, and Physiological Activity in Complex Trauma. *Psychological Trauma: Theory, Research, and Policy*, 4(4), 438-446. doi:10.1037/a0025067
- Fonagy, P. (2015). The effectiveness of psychodynamic psychotherapies: An update. *World Psychiatry*, 14(2), 137-150, doi:10.1002/wps.20235.
- Freud, S. (1976). Inibições, ansiedade e sintomas (1926) [Inhibitions, anxiety and symptoms]. In *Obras Completas de Sigmund Freud Imago*.
- Freud, S. (1996). Algumas Considerações para o Estudo Comparativo das Paralisias Motoras e Orgânicas e Hísticas (1893) [Some Considerations on a Comparative Study of Organic and Hysterical Motor Paralysis]. In *Obras Completas de Sigmund Freud: versão standard brasileira, vol I (1888-1893)*. Imago.
- Freud, S. (2010). O Início do Tratamento (1913), Novas Recomendações sobre a Técnica da Psicanálise [On Beginning the Treatment, further recommendations on the technique of psychoanalysis]. In *Obras Completas volume 10, Observações Psicanalíticas sobre um Caso de Paranoia Relatado em Autobiografia ("O Caso Schreber")*, Artigos sobre a Técnica e outros Textos (1911-1913). Companhia das Letras.
- Freud, S. (2011). Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921) [Group Psychology and the Analysis of the Ego]. In *Obras Completas volume 15: Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros Textos*. Companhia das Letras.
- Landolt, M., & Kenardy, J. (2015). Evidence-Based Treatments for Children and Adolescents. In U. Schnyder, & M. Cloitre, *Evidence Based Treatments for Trauma-Related Psychological Disorders: A Practical Guide for Clinicians*. (pp.

- 363-380). Springer.
- Leichsenring, F., Klein, S., & Salzer, S. (2014). The Efficacy of Psychodynamic Psychotherapy in Specific Mental Disorders: A 2013 Update of Empirical Evidence. *Contemporary Psychoanalysis*, 50 (1-2), 89-130. doi: 10.1080/00107530.2014.880310.
- Levenson, H. (1995). *Time-Limited Dynamic Psychotherapy: A Guide to Clinical Practice*. Basic Books.
- Levi, O., Bar-Haim, Y., Kreiss, Y., & Fruchter, E. (2015). Cognitive-Behavioural Therapy and Psychodynamic Psychotherapy in the Treatment of Combat-Related Post-Traumatic Stress Disorder: A Comparative Effectiveness Study. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 23(4), 298-307. doi:10.1002/cpp.1969
- Quartilho, M. (2016). *O Processo de Somatização: conceitos, avaliação e tratamento*[The Somatization Process: concepts, evaluation and treatment]. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Sherman, J. (1998). Effects of Psychotherapeutic Treatments for PTSD: A Meta-Analysis of Controlled Clinical Trials. *Journal of Traumatic Stress*, 11(3), 413-35. <https://doi.org/10.1023/A:1024444410595>.
- Tran, U., & Gregor, B. (2016). The relative efficacy of bona fide psychotherapies for post-traumatic stress disorder: a meta-analytical evaluation of randomized controlled trials. *BMC Psychiatry*, 16(266), 1-21. doi:10.1186/s12888-016-0979-2
- Van Etten, M., & Taylor, S. (1998). Comparative Efficacy of Treatments for Post-traumatic Stress Disorder: A Meta-Analysis. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 5 (3), 126-144. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-0879\(199809\)5:3%3C126::AID-CP-P153%3E3.O.CO;2-H](https://doi.org/10.1002/(SICI)1099-0879(199809)5:3%3C126::AID-CP-P153%3E3.O.CO;2-H)

Controvérsias sobre as psicoterapias psicanalíticas: A Psicoterapia Dinâmica é Eficaz no Tratamento de PTSD?

Resumo

A psicanálise é indispensável quando se pretende abordar o stress traumático, mas no tratamento de tais condições é, em última análise, desconsiderada. Por se enquadrarem nos tratamentos de longo prazo, as terapias derivadas da psicanálise, como a Psicoterapia Dinâmica (PD), não estão entre as terapias de escolha em centros de saúde e clínicas, o que pode ser também reflexo da escassez de publicações sobre sua eficácia. Através de uma revisão de literatura sobre os efeitos da Psicoterapia Dinâmica no tratamento da Perturbação do Stress Pós-Traumático (PSPT), tal escassez foi confirmada. No entanto, nos poucos estudos encontrados sobre o tema, os resultados obtidos revelaram semelhanças entre a PD e outras terapias na redução dos sintomas de PSPT, tanto em avaliações pós-terapia como em entrevistas de follow-up. O tempo das psicoterapias psicanalíticas é frequentemente apontado como um obstáculo, embora estudos indiquem que os pacientes tratados através dessas técnicas costumam apresentar um estado contínuo de melhoria.

Palavras-chave

Psicoterapia dinâmica, psicanálise, eficácia, PSPT, trauma.



Intervenção Clínica no Trauma: Implicações Terapêuticas

Rui Aragão Oliveira¹

Resumo

O tratamento psicanalítico é habitualmente referido como indicação terapêutica para situações de trauma com perturbações graves do processo de pensamento. Neste artigo procuramos sintetizar o conhecimento da expressão clínica de acontecimentos traumáticos, realçando as principais implicações terapêuticas na atualidade, à luz da psicanálise, e apresentar as principais linhas de carácter clínico no âmbito da escola psicanalítica associadas às problemáticas do trauma psíquico.

Palavras-chave

Trauma, intervenção clínica no trauma, trauma extremo.

A conceptualização do trauma esteve, desde sempre, na origem da definição do objecto de estudo da teoria psicanalítica. Também os cuidados daqueles que realizaram as primeiras intervenções terapêuticas assumiram o trauma como problemática central (Levine, 2014): quer aqueles que utilizavam o *setting* psicanalítico clássico, quer aqueles outros que trabalhavam no âmbito de outro tipo de ações mais vastas e ambiciosas no que diz respeito à acção terapêutica em saúde mental.

Neste artigo procuramos sintetizar o conhecimento da expressão clínica de acontecimentos traumáticos, realçando as principais implicações terapêuticas à luz da psicanálise contemporânea, e apresentar as principais linhas de carácter clíni-

co no âmbito da escola psicanalítica associadas às problemáticas do traumatismo.

De forma genérica, a abordagem da psicanálise em relação ao trauma psíquico deu um contributo determinante para a definição evolutiva de um progressivo distanciamento relativamente ao conceito médico tradicional associado a este tema (Bohleber, 2021). Na circunstância médica, e no senso comum, o trauma corresponde a uma brusca disrupção no equilíbrio homeostático do sistema somatopsíquico, por introdução de um acontecimento identificável (e que pode ter uma abrangência considerável na sua expressão, desde visualizar e/ou ouvir uma circunstância inesperada, até sentir intensa e massivamente uma espécie de “choque” em diferentes órgãos ou tecidos do corpo).

Na psicanálise o conceito fundamenta-se necessariamente no funcionamento dos processos inconscientes, introduzindo diferenciações muito significativas de elevado impacto conceptual e terapêutico.

Num primeiro momento, e não fosse ele mesmo um jovem médico, Freud compreendeu

¹ Presidente da Comissão de Ensino e Psicanalista Titular com funções didáticas da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. E-mail: raragao20@gmail.com

a importância do trauma no tratamento dos seus pacientes neuróticos, em que destacou o impacto de uma superestimulação para a débil capacidade psíquica da criança (Freud, 1887-1894; 1895, 1896). No entanto, através da sua autoanálise e com a evolução da investigação clínica psicanalítica, ele rapidamente se apercebeu de que as “memórias” regularmente produzidas pelos seus pacientes nem sempre correspondiam à realidade histórica. Desta forma, compreendeu que estas “memórias” representavam transformações, maioritariamente criadas e organizadas de forma inconsciente, e que se produziam retrospectivamente. Tal parece, de facto, suceder num determinado tipo de pacientes que Freud recebia em tratamento psicanalítico num momento inicial desta nova abordagem.

Mais tarde, com o afastamento da “teoria da sedução”, Freud altera a concepção de que nos pacientes neuróticos a doença era invariavelmente provocada por experiências traumáticas da infância. E, de um modo extraordinário, acaba por explorar exaustivamente o significado da fantasia inconsciente. De certa forma, este movimento genial em direção ao mundo interno pode ser pensado como um verdadeiro ponto de partida para o desenvolvimento da teoria psicanalítica.

No entanto, Freud nunca descartou o significado patogénico de fatores externos. A introdução da “repetição à compulsão” (Freud 1914) e a reelaboração da sua teoria da pulsão (Freud 1920), retoma o tema das experiências traumáticas. Concebeu-as como um excesso de estímulos, capaz de quebrar um escudo psíquico protetor, que ele considerava essencial para a manutenção do equilíbrio psíquico. Como esses estímulos não são absorvíveis pela psique imatura do sujeito, a sua carga afetiva fica retida numa espécie de ciclos repetitivos, associados à compulsão à repetição, e que Freud assume estarem “além do princípio do prazer” (1920).

Resulta assim que o elemento traumático fica colocado essencialmente na fantasia e na realidade interna como protagonistas dominantes do efeito patogénico, diferenciando-se consideravelmente da ocorrência externa (Levine,

2014; 2021; Bohleber, 2021). Evidentemente que existem acontecimentos externos que, pela sua disrupção e violência, pela ocorrência inesperada e pela extensão dos efeitos se tornam, de facto, traumáticos no mundo interno da generalidade da população, favorecendo enormemente processos de natureza mental, que de seguida iremos descrever de forma compreensiva. Penso que será correto afirmar que algumas dessas ocorrências contêm um elevado potencial traumatizante - o exemplo da experiência de guerra, o envolvimento num atentado, ou a participação num acidente que envolve situações de morte, são exemplos habituais, comprovados em estudos clínicos e, simultaneamente, empíricos (Ferrajão, 2016).

No entanto, nesta circunstância conceptual, é importante clarificar que se um evento ou situação tem, ou não, um efeito traumático depende, no essencial, da qualidade da vivência do sujeito que contêm e contextualiza esse mesmo acontecimento, e que liga o sujeito à representação interna dessa circunstância. O acontecimento não vale apenas só por si. E por isso, um mesmo episódio ou incidente pode ser profundamente traumático e desorganizador para um sujeito, enquanto, para o companheiro do lado, pode ser experienciado com uma qualidade e intensidade bem diferentes.

A vivência traumática, em termos psíquicos, implica uma excitação excessiva, para a qual o sujeito sente que não dispõe dos meios adequados para definir, nomear, processar, transformar, elaborar ou escoar psiquicamente. A sua resolução implica habitualmente uma urgência de experiência intensa, com características manifestas algo desorganizadas e descontroladas na sua expressão mental e/ou sensitivo-motora.

Esta conceptualização aumenta a diversidade e complexidade das situações ditas traumáticas, que correspondem a uma disrupção de organização psíquica, nem sempre de ordem consciente, identificável, compreendida e comunicável pelo próprio sujeito.

Sucedem, por exemplo, que no decorrer do trabalho analítico ou psicoterapêutico o sujeito e o analista podem confrontar-se inesperadamente com vivências traumáticas disruptivas e pertur-

badoras, e que até então permaneciam no plano inconsciente (Bohleber, 2016, 2021).

Neste sentido, aquando da vivência traumática não estamos somente perante um distúrbio da economia psíquica ou uma alteração do equilíbrio dinâmico, mas antes de circunstâncias que afetam a integridade e a coesão do ego, geram elevados níveis de ansiedade e são acompanhadas de um sentimento de estar profundamente indefeso, sem ajuda possível, sob o impacto de um esmagador sentimento de impotência e de um desamparo tremendo (Alayarian, 2011; Akhtar, 2014).

Na ocorrência do trauma o sujeito perde confiança no que diz respeito aos seus próprios conteúdos do mundo interno: não entende o que sente e tem um pensamento confuso e inseguro, com um sentimento de incapacidade para pensar sobre si mesmo. Pode mesmo experienciar um sentimento de empobrecimento da mente (Varvin, 2003, Bohleber, 2016) e uma vivência de fragilidade, que o sensibilizam a ficar “colonizado pela mente de um terceiro” de forma inconsciente, i.e., numa intensa demanda de amparo. Nestas circunstâncias pode aderir com facilidade a alguém que se apresente seguro, confiante e a quem reconheça autoridade, com o preço elevado de uma parte de si mesmo ficar inconscientemente identificada ao “cuidador/agressor/abusador”, numa complexidade de fenómenos mentais que Ferenczi genialmente clarificou.

No célebre texto “Confusing of tongues”, Sandor Ferenczi (1933) diferenciou a situação traumática em termos intrapsíquicos como caracterizando-a em dois tempos: um primeiro tempo associado aos movimentos passionais do adulto, que faz uso de uma linguagem diferente, favorecendo uma hiperestimulação ou hipostimulação, no qual a “criança psíquica” não é reconhecida. Num segundo momento, sucede algo patognomónico da vivência traumática, e que se relaciona com o desmentido do sofrimento causado, que impede o sujeito de tomar consciência da perturbação.

A vivência interna não fica somente circunscrita a uma falência da representação de um bom objecto interno. Implica igualmente o colapsar

da constituição de um objecto interno capaz de manter uma função protetora, o que origina a inevitabilidade de um sentimento de profunda insegurança, de enorme intranquilidade e de ansiedade extrema.

O sujeito confronta-se com a vivência interna de que algo ou alguém falhou ao executar o que seria expectável, ou suposto (e que transmitiria um sentimento de proteção e de segurança); ou então que fez algo que não era suposto fazer, promovendo uma circunstância que o aproxima do “terror sem nome” (Varvin, 2003). E que se manifesta numa subida extrema, descontrolada e incompreensível dos níveis de ansiedade, que, quando assume um carácter repetitivo, com sintomatologia evidente (expressa em sentimentos ou comportamentos) poderá ter também um fim comunicacional, já que pode ser compreendida como um primeiro processo de procura de elaboração e de resolução possível da situação traumática por parte do sujeito.

Desta forma, o principal efeito traumático será um estado intenso de desproteção, de desamparo, em que o sujeito se sente indefeso e incapaz de pensar sobre si mesmo. Um estado a que se associa um afeto doloroso desproporcional e de extrema ansiedade.

No plano manifesto, consciente e que é relativamente acessível ao processo de avaliação, encontramos níveis diferenciados da expressão sintomática da vivência traumática, a saber (Alayarian, 2011):

- 1) Ao nível físico: distúrbios alimentares e de sono, disfunção sexual, baixa energia e dores somáticas, hipervigilância, nervosismo,
- 2) Ao nível emocional: depressão, choro espontâneo, desespero e desesperança, ansiedade extrema, ataques de pânico eventuais, medo, funcionamentos compulsivos e/ou obsessivos, sensação de ausência de controlo, irritabilidade, desapego, sentimentos de culpa, reações de “luto”, raiva e ressentimento súbitos, medos obsessivos sobre a morte, dormência emocional, e uma dificuldade para construir e manter relacionamentos saudáveis e gratificantes,
- 3) Ao nível cognitivo: lapsos de memória inusi-

tados, dificuldade para tomar decisões, amnésia, diminuição da capacidade de concentração, evitamento de situações que lembram o evento inicial, alteração da dimensão temporal, *flashbacks* ou revivências do trauma, sensação de distração, ou de estar ausente, ou meio desorientado, em momentos de maior pressão emocional.

Como principais características do processo mental encontramos a presença de memórias traumáticas impróprias seja para a capacidade de expansão da mente, seja para realizar conexões associativas, e que, deste modo, não promovem a elaboração transformativa. Frequentemente o sujeito refugia-se num processo regressivo (Bohleber, 2021), na busca de “objecto mágico” onipotente e securizante (pode ser uma pessoa, uma instituição, uma “escola de pensamento”, ou até mesmo o processo terapêutico idealizado ou a pessoa do psicoterapeuta).

Por outro lado, o sentimento de “congelamento temporal”, em que o acontecimento traumático assume um papel atrativo dominante, não permite investimentos libidinais gratificantes tanto noutros domínios relacionais, como no domínio do mundo interno do sujeito, reforçando, desta forma, uma espécie de empobrecimento do mundo interno, que parece ficar estagnado e pouco criativo.

Do ponto de vista da dinâmica da mente inconsciente, estamos perante uma predominância de fusão Self-objecto associada às vivências traumáticas, em que a capacidade de identificar, delimitar, compreender, e de se situar e refletir sobre as diferentes representações afetivas e cognitivas fica particularmente comprometida.

Para o delinear de uma qualquer intervenção terapêutica é importante ter em conta que as áreas que denominamos traumáticas são aquelas que se constituem como pré ou protomentais, e que, deste modo, não estão em condições de serem adequadamente transformadas pelo processo de pensamento do sujeito. Ao estarem sujeitas a processos inconscientes, acabam por ser essencialmente negadas, evacuadas, somatizadas, ou agidas em *enactments* caracterológicos.

Salman Akhtar (2014), num texto brilhante-

mente construído, só aparentemente simplista, e que propõe diretrizes para a estruturação de uma qualquer intervenção terapêutica nesta área, salienta, entre os diversos aspectos a ter em conta, os seguintes:

- a pessoa do terapeuta e a necessidade de um conhecimento pessoal em profundidade, a manutenção de uma atitude de recetividade genuína, apta a lidar com o desconhecido, com o que não é compreensível e com o sentimento de desamparo desorganizador,
- a capacidade do exercício das funções de *holding* de forma prolongada e não convencional em *settings* psicoterapêuticos comuns,
- a capacidade da flexibilização da técnica, com a manutenção de uma atitude ética coerente com os objetivos terapêuticos,
- a disponibilidade e a sensibilidade para a importância de realizar a validação do impacto psíquico das vivências traumáticas.

O exercício da intervenção terapêutica no âmbito da vivência traumática pode frequentemente obrigar a processos psíquicos que habitualmente relacionamos com a elaboração dos processos de “luto” psíquico (Alayarian, 2011). Estes devem ainda ter em conta a exigência temporal a que obedecem as transformações psíquicas em geral, a fim de auxiliar o sujeito a alcançar a capacidade de retomar a libidinização do seu próprio mundo interno.

Independentemente do enquadramento do seu trabalho, isto é, quer se realize em *setting* individualizado mais tradicional em que são oferecidas as melhores condições terapêuticas, quer se concretize em intervenções de base psicanalítica em contextos que exigem flexibilidade e criatividade, o psicoterapeuta vai oferecer-se, num dado momento, como uma espécie de ego auxiliar, capaz de organizar espaços e tempos para que a ambivalência do sujeito possa emergir. No caso de uma psicoterapia de frequência elevada, deverá ser depois possível uma evolução para uma intervenção mais diferenciada do terapeuta.

A preparação analítica, no caso dos terapeutas psicanalistas, deverá permitir-lhes a difícil ta-

refa da escuta dos processos inconscientes, que remetem necessariamente às particularidades do que denominamos o “trabalho do negativo”, que foi conceptualizado por André Green (1999).

Na avaliação e tratamento de pacientes com traumatizações que apresentam fenómenos dissociativos é determinante o cuidado de estabelecer uma sensação de construção do *holding* (Alayarina, 2011; Diamond, 2020; Abram, 2021) que promova um sentimento de segurança, a fim de que o paciente possa vivenciar o seu próprio corpo, os pensamentos, os sentimentos e os relacionamentos, e obter, deste modo, uma melhor noção de si mesmo e do seu espaço psíquico e uma maior resiliência.

É fundamental dar oportunidade ao sujeito de reconstruir a sua história, atribuindo-lhe significados pensáveis, com um ritmo temporal e uma carga afetiva o mais individualizadas possível, a despeito das semelhanças que este possa identificar em outras descrições de situações do mesmo tipo. Fazer-lhe sentir que é a sua vivência particular, no seio de um mundo diverso, por vezes mais próximo outras vezes mais distante, é estarmos a auxiliá-lo na reconstrução integrativa das forças egóicas e de uma futura segurança identitária.

O que significa que, em diferentes tempos da intervenção, o terapeuta deverá optar por meios e estratégias diversas, que se devem flexibilizar, desde a simples compreensão ou postura empática, até à escuta activa ou à eventualidade de recorrer a meios explicativos e informativos (Bohleber, 2016).

Com efeito, é essencial para o indivíduo conseguir superar o momento de profunda desorganização e o sentimento de desamparo, bem como ter a oportunidade de suplantar e elaborar perdas (reais ou simbólicas) e de recuperar o sentimento de controlo da sua vida.

É igualmente importante ter em conta que o trabalho com pacientes traumatizados é difícil e frequentemente desanimador, pois deparamos com uma transformação habitualmente lenta. O paciente muitas vezes tem pouca esperança e, por longos períodos de tempo, a função de manter o otimismo e a esperança re-

cai unicamente sobre o técnico/terapeuta. O que implica que este esteja preparado para ser muito paciente com a ausência de mudanças significativas, ou mesmo com os frequentes retrocessos.

O terapeuta deve ser capaz de ultrapassar questões narcísicas, pelo que o trabalho regular de supervisão pode ser um mecanismo fundamental. Tem também o compromisso de ser capaz de organizar uma resposta emocional genuína e específica ao que é solicitado inconscientemente pelo paciente. Como tal, fica exposto a experimentar curiosidade, raiva, simpatia, tristeza, interesse erótico e excitação, ciúme, pena, desgosto, horror, amor ou simpatia, de forma intensa, fluida e inexplicável (Dalenberg, 2000).

Neste contexto, não nos parece estranho que o terapeuta se organize defensivamente, de forma inconsciente, para resistir ao acesso a informações traumáticas do paciente, suscitando receios sobre a exposição a emoções disruptivas, a impulsos primitivos e a uma eventual desorganização egóica. Suportar afetivamente este tipo de vivências requer uma maturidade elevada.

Para finalizar, gostaria de salientar a importância de intervenção em situações de traumatização extrema (Scarfone, 2017). Esta terminologia é utilizada para uma sequência especial e complexa de eventos (Varvin, 2003): designa um ou mais atos intencionais, de carácter maligno, que tenham sido desencadeados por pessoas ou organizações mais ou menos formais, com a intenção de causar danos ou produzir estados de medo, desamparo e destabilização profunda e prolongada.

Pode ser implementado em contextos de supressão ou de opressão, em estados políticos de violência extrema ou de terror dirigidos a um grupo específico, a comunidades étnicas, a movimentos políticos ou a grupos sociais.

Em alternativa, podem também ser dirigidos a uma situação pacífica, atingindo pessoas inocentes, na plenitude do seu dia a dia (como por exemplo sucedeu no 11 de Setembro de 2001 em Nova York, ou em 11 de Março de 2004 na estação da Atocha, em Madrid).

Em todas estas situações o objectivo é produzir medo numa escala alargada e profun-

damente intensa, com forte impacto, habitualmente num contexto de extrema desorganização e destruição, com o objetivo de destabilizar fortemente a rede de ligações sociais e os vínculos afetivos estabelecidos. Também fazer sentir às vítimas que se encontram abruptamente num cenário bizarro, construído por outros, por estranhos, que, por não disporem de referências ou de propósitos claros, tendem a favorecer a desorganização dos processos de pensamento.

Durante os terríveis momentos em que é exposto a vivências intoleráveis, o que o sujeito vai vivendo não pode nem ser compreendido, nem suscitar uma verdadeira resposta construtiva. Não se pode compreender, porque as capacidades mentais do sujeito estão total ou parcialmente paralisadas: fica rigidificado, física e mentalmente, e incapaz de fazer algo para se ver livre da dor, como, por exemplo, fugir ou atacar/defender, elaborar uma qualquer estratégia, incluindo o pedido urgente de auxílio ou de proteção.

Este tipo de total desamparo é vivido pelo sujeito como se tivesse sido deixado só no meio do deserto, sem o mínimo de elementos que lhe possam ser úteis para se organizar. Muitas vezes é acompanhado por um sentimento de que alguém ou algo deveria ter lá estado para prestar auxílio e apoio, mas que, inesperadamente, tal não sucedeu.

Muitas destas pessoas re-experienciam esta situação em sonhos, nos quais revivem através do processo onírico o sentimento de se sentirem expostos a grandes perigos, frequentemente com outras pessoas nas proximidades e/ou aparentemente acessíveis, mas que nada fazem para os auxiliar. Estas vivências, quando ignoradas, persistem e deixam uma marca interna sob a forma da incapacidade de confiar nas outras pessoas, ou mesmo de recuperar uma situação de confiança básica.

Quando os traumas foram causados por atos malignos de outras pessoas, encontramos frequentemente um sentimento de profunda humilhação e vergonha associado (Varvin, 2003, Rosenbaum, 2007).

Ao instalar-se um sentimento de desamparo, as funções mentais envolvidas na capa-

cidade simbólica e de raciocínio abstrato são profundamente afetadas, e estamos perante circunstâncias que dificilmente permitem ao sujeito dar significado próprio ao mundo interno (Bohleber, 2016). É frequente, em casos extremos, que a própria noção temporal que organiza o sentido histórico do sujeito possa ser afetada, por vezes mais permanentemente (e enfrentamos um discurso algo louco e confuso), mas muitas vezes apenas pontualmente. Contudo, estes estados, quer sejam mais permanentes ou pontuais, são sempre vividos com enorme ansiedade, e acompanhados do sentimento de estar a ficar louco e a perder as suas capacidades mentais, fenómeno detetável em entrevistas clínicas de profundidade (Ferrajão, 2016, 2016a).

Do ponto de vista psíquico, a experiência de trauma pode ser concebida na sua natureza como um elemento que impede o desenvolvimento maturativo. Alguns sujeitos conseguem integrar a experiência e encontrar algum ajustamento independentemente das lesões experienciadas, enquanto outros irão viver com incapacidades e problemas por muito tempo, talvez para toda a vida (Bohleber, 2016).

No entanto, para todos sem exceção o trauma nunca mais será esquecido: ficará sempre recordado como uma experiência que de alguma forma transformou a sua vida ou, pelo menos, a sua perspectiva de vida - como por exemplo as circunstâncias de pessoas com grandes incapacidades físicas adquiridas (Aragão Oliveira, 2004)). O trauma não irá somente persistir na sua memória, uma vez que também afecta a forma como o mundo é percebido, como as experiências com os outros são vividas, e como a pessoa se relaciona com os outros e constrói a relação consigo próprio.

Quando estas capacidades representacionais estão afetadas, as pessoas em redor podem ser percebidas facilmente em termos dos próprios receios projetados. Por exemplo, se o sujeito vive num estado mental em que se sente profundamente inseguro pode facilmente considerar que os outros o querem prejudicar, convencendo-se disso e agindo com esse pressuposto, e, deste modo, colocando-se quer em situações de

fuga ou de “ataque”, quer adotando uma postura estranhamente defensiva e deturpando a interpretação da realidade e das intenções do outros. Nestas circunstâncias, os outros são compreendidos de uma forma projetiva muito concreta, o que habitualmente é acompanhado de uma enorme tensão interna e de estados de intensa ansiedade.

A intervenção psicanalítica com pessoas expostas a acontecimentos traumáticos é parcialmente fundamentada na ideia de que essa vivência desestabilizadora pode ser simbolizada, ressignificada e elaborada mentalmente, ou em alternativa, de que o efeito do encapsulamento mental da vivência traumática pode ser integrado e contribuir para um sentimento de maior coesão interna (Bohleber & Leuzinger-Bohleber, 2016).

O trauma representa a perda de um sentimento interno de proteção relacionado com a vivência humana (Abram, 2021) – o sentimento de confiança básico torna-se quase impossível, ou então é experienciado de um modo reduzido (Bohleber, 2021). Pode ser vivido como a perda de um Outro empático e protetor, capaz de dar significado e auxiliar o sujeito a pensar (o que remete a experiências regressivas e primitivas). Na pior das hipóteses, o trauma desencadeia a experiência da passagem do tempo numa vivência fragmentada que é totalmente desconectada do registo temporal biográfico.

Esta fragmentação temporal permite que emoções associadas à ansiedade, agressividade e depressividade dominem, e, em certa medida, destruam os esforços de dar sentido e de simbolizar aspectos da vida pessoal.

Os efeitos do trauma podem perdurar imenso tempo e serem bem complexos, com implicações em múltiplas áreas, mas que aqui apenas iremos sumarizar em três grandes dimensões (Varvin, 2003):

1º a relação do sujeito e do seu corpo com os outros – a retirada emocional irá diminuir a sua capacidade para se relacionar significativamente com os outros, e o sujeito apenas tira partido destas relações para modelar afetos depressivos e ansiógenos. A permanência de representações

internas de prazer, segurança e de boas qualidades encontra-se profundamente afetada;

2º a relação individual com o grupo – a retirada emocional e as dificuldades de relacionamento irão afetar o sentimento de pertença a uma família ou a um grupo, que não são representados como capazes de proporcionar segurança e suporte;

3º uma dimensão cultural – uma dimensão que concebe o indivíduo em relação com a cultura alargada, e que pode ser profundamente perturbada – isto é, a sua religião, os códigos morais, os valores éticos, as normas e as narrativas histórico-culturais.

Todas estas dimensões ganham especial preponderância, mesmo que por vezes o próprio não tem consciência desse facto.

Finalmente, os sintomas individuais e os problemas traumáticos fazem-se sentir no acompanhamento clínico:

- na vivência de intrusividade descontrolada das memórias, das imagens e dos sonhos decorrentes de cenas traumáticas;

- na conseqüente retirada emocional e no evitamento do contacto com as pessoas, circunstâncias ou ideias que promovam essa intrusividade, ou mesmo na retirada emocional interna (distanciamento emocional que pode originar processos clivados internos e a negação de partes de si próprio, que habitualmente estão associados a sentimentos de insegurança pessoal).

As experiências repetidas de intrusividade, por exemplo, com os sonhos recorrentes, podem ser entendidas como uma tentativa inconsciente de elaborar, no plano fantasmático, uma experiência dolorosa de desamparo profundo. Já a retirada emocional pode ser encarada como um método para o sujeito se proteger de memórias dolorosas (Diamond, 2020).

Penso que um aspeto essencial no trabalho clínico é a procura da sobrevivência psíquica, mesmo se o sujeito é confrontado com outros sintomas que sabemos serem comuns, mas que

dificultam a capacidade reflexiva, tais como a expressão de fortes dores corporais, sintomas psicossomáticos, ou o dependência de drogas ou de álcool (Alayarian, 2011).

O processo de recuperação consiste, então, num aspeto fundamental que podemos denominar genericamente de libidinização do mundo interno – que autoriza representações e imagens mentais de coisas prazerosas, a retenção de boas memórias, de conforto, e de ligação humana forte e intensa que podem ter lugar no mundo mental do sujeito. Podem ser traduzidas no plano físico (voltar a ter prazer e desejo sexual, ou no cuidar de si, no tratar-se bem), mas podem igualmente influenciar uma multiplicidade de aspectos da sua vida, social, profissional e cultural.

Enfim, conseguir que o sujeito se sinta entusiasmado e com vitalidade, capaz de retirar satisfação e de diminuir o sofrimento inevitável na vida, deverão ser os objetivos últimos da intervenção no domínio das vivências traumáticas. ♣

REFERÊNCIAS

- Abram, J. (2021). On Winnicott's concept of trauma. *International Journal of Psychoanalysis*, 102(4), 778-793. <https://doi.org/10.1080/00207578.2021.1932079>
- Akhtar, S. (2014). Psychoanalytic Treatment of Trauma and the Analyst's Personality. *Psychoanalytic Inquiry*, 34, 204-213. DOI: 10.1080/07351690.2014.889468
- Alayarian, Aida. (2011). *Trauma, torture, and dissociation a psychoanalytic view*. Karnac, London.
- Aragão Oliveira, R., Milliner, Eric, & Page, R. (2004). Psychotherapy with physically disabled patients. *Psychoanalytic Psychotherapy*, 58(4), 430-441. <https://doi.org/10.1176/appi.psychotherapy.2004.58.4.430>
- Bohleber, W. (2021). Concepts of external and internal reality and their relationship to traumatic experiences. *European Psychoanalytical Federation Bulletin* 75.
- Bohleber, W., & Leuzinger-Bohleber, M. (2016). The special problem of interpretation in the treatment of traumatized patients. *Psychoanalytical Inquiry*, vol. 36(1) 60-76. <https://doi.org/10.1080/07351690.2016.1112223>
- Dalenberg, C. J. (2000). *Countertransference and the treatment of trauma*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10380-000>
- Diamond, M. (2020). Return of the repressed: revisiting dissociation and the psychoanalysis of the traumatized mind. *Journal of the American Psychoanalytical Association* 68(5):839-874. <https://doi.org/10.1177/0003065120964929>
- Ferenczi, S. (1933). Confusion of the Tongues Between the Adults and the Child – (the Language of Tenderness and of Passion). *The International Journal of Psychoanalysis* 30 (1949), 225-230.
- Ferrajão, P., Aragão Oliveira, R. (2016). The Effects of Combat Exposure, Abusive Violence and Sense of Coherence on PTSD and Depression in Portuguese Colonial War Veterans. *Psychological Trauma Theory Research Practice and Policy* 8(1):1-8 · January 2016. <https://doi.org/10.1037/tra0000043>
- Ferrajão, P., Aragão Oliveira, R. (2016a). Portuguese War Veterans: Moral Injury and Factors Related to Recovery From PTSD. *Qualitative Health Research* 26(2):204-214 · January 2016. <https://doi.org/10.1177/1049732315573012>
- Freud, S. (1887-1904). *The Complete Letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess 1887-1904*, ed. and trans. J.M. Masson. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press, 1985.
- Freud, S. (1895). Project for a scientific psychology. S. E., 1.
- Freud, S. (1896). The aetiology of hysteria. S. E., 3
- Freud, S. 1914. "Remembering, Repeating and Working Through." S.E 12: 145-156.
- Freud, S. (1920). Beyond the pleasure principle. SE 18.
- Levine, H. (2014). Psychoanalysis and trauma. *Psychoanalytic Inquiry*, 34:214-224, 2014. <https://doi.org/10.1080/07351690.2014.889475>
- Levine, H. (2021). Trauma, process and represen-

- tation, *The International Journal of Psychoanalysis*, 102(4), 794-807. <https://doi.org/10.1080/00207578.2020.1841923>
- Rosenbaum, B., & Varvin, S. (2007). The influence of extreme traumatization on body, mind and social relations. *International Journal of Psychoanalysis*, 88(6). <https://doi.org/10.1111/j.1745-8315.2007.tb00758.x>
- Scarfone, D. (2017). Ten short essays on how trauma is inextricably woven into psychic life. *The Psychoanalytic Quarterly*, 2017 Volume LXXXVI, Number 1, 21-43. <https://doi.org/10.1002/psaq.12125>
- Varvin, S. (2003). Trauma and its after-effects. In Sverre Varvin & Vamik Volkan (ed.) *Violence or dialogue? Psychoanalytic insights on terror and terrorism* (pp. 206-216). International Psychoanalytical Association. London.

Clinical intervention in Trauma - therapeutic implications

Abstract

Psychoanalytic treatment is usually referred to as a therapeutic indication for trauma situations, with severe disturbances in the thought process. In this article we seek to synthesize the knowledge of the clinical expression of traumatic events, highlighting the main therapeutic implications in the light of today's psychoanalysis, further presenting the main clinical features within the psychoanalytic school associated with the problematic of psychic trauma.

Keywords

Trauma, clinical intervention in trauma, extreme trauma.



Rebeldía y Obediencia: Una Dualidad Necesaria

Olmo Jesús Sierra Moreno ¹

Resumen

Este artículo reflexiona sobre la paradoja en la que se encuentra la rebeldía y la obediencia desde los planteamientos del marxismo y los relaciona con ideas fundamentales del psicoanálisis. A partir de ahí realiza una crítica al modelo político y económico, evidenciando la paradoja actual en la que se halla el sujeto con su goce. Solo la verdad le brinda al sujeto librarse de las imposiciones del capitalismo, le posibilita la rebeldía. El artículo finaliza con una crítica a los movimientos contrahegemónicos.

Palabras clave

Capitalismo, psicoanálisis, marxismo, obediencia, rebeldía

INTRODUCCIÓN

Durante los últimos años en el mundo han surgido movimientos contrahegemónicos y desobedientes que van en contravía de las elites gobernantes, representan un cambio en las políticas neoliberales que han afectado a las distintas sociedades, una vez estos partidos se toman el poder realizan reformas políticas y económicas que intentan volver más amigable la explotación capitalista, pero no logran transformar las estructuras sociales ni económicas, sino refuerzan el modelo capitalista, dado que se hacen evidentes las contradicciones surgidas con el capitalismo que tienden a acabar con la insurrección política.

En la sociedad capitalista actual se le ofrece la libertad al sujeto, se le da la opción de escoger una amplia gama de estilos de vida, además, puede identificarse con muchas visiones políticas, las que proponen beneficios para la sociedad, pero, lastimosamente se cambia todo para que todo siga igual. Al parecer la libertad ha segado la vista de la realidad social del sujeto, en la actualidad, tal y como en *El Mundo Feliz* de Aldous Huxley, el capitalismo ha banalizado la vida del sujeto, convirtiéndolo en un ignorante a quién solo le interesa su vida, sin cuestionarse sobre su papel en la historia. La trivialidad toma importancia, mantiene saturado al sujeto en modelos de vida que no lo satisfacen ni benefician, el empuje al goce, le imposibilita ver más allá, lo sumerge en un mar de olvido y el sujeto no puede asumir su papel en la historia.

En este artículo se pretende analizar la realidad actual a la luz de los planteamientos del psicoanálisis y del marxismo. Por ello se relacionan los dos pensamientos con un concepto fundamental que aborda sus teorías, es decir, la verdad.

¹ Psicólogo y Magister en Psicología Clínica de la Universidad Nacional de Colombia. Doctorante de la Universidad de Brasilia Email: ojsier-ram@unal.edu.co

© do Autor 2022. Publicado online em <https://rpppsicanalise.org>, sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Seguindo a exigência da preservação do anonimato dos pacientes e da confidencialidade, o material clínico é apresentado com alteração da identidade do paciente e de dados clínicos.

En ambos campos, asumir la verdad es un acto insurreccional contra las imposiciones sociales.

MARXISMO Y REBELIÓN

La época de Karl Marx fue influenciada por el inicio del capitalismo con el ascenso de la burguesía al poder, la mercantilización de la vida y el inicio de revueltas obreras. El fantasma del comunismo recorría Europa, al obrero se le privaba de todo lo que producía y su poder adquisitivo solo le alcanzaba para sobrevivir en un mundo de cambios científicos y de ritmos de vida, al vender su fuerza de trabajo, el proletario se sumergía en un mundo donde las ideas que pensaba no eran producto de su intelectualidad, sino de las clases dominantes, su realidad dependía de los intereses de la clase burguesa y solo representaba una cifra.

A partir de este momento, Karl Marx plantea; las ideas y valores de una sociedad que justifican el orden existente provienen de las clases dominantes, estos valores son transmitidos por El Estado, la iglesia y la familia. Los hombres son los productores de sus ideas, pero estas se encuentran condicionadas a un determinado desarrollo de su fuerza productiva, se expanden gracias al intercambio, lo que obliga al obrero a relacionarse con una sociedad mercantil e intercambiar su fuerza de trabajo por la posibilidad de solventar algunas de las necesidades básicas. En este intercambio se transmiten las ideas y valores que dominan la sociedad, estableciendo un orden, por lo tanto, las relaciones que hacen de una determinada clase, la clase dominante, son también las que confiere el papel dominante de sus ideas a todas las clases (Marx & Engels, 1932/2014).

Todos los cambios políticos dentro de una sociedad no son transformaciones de fondo que beneficien a las clases oprimidas sino formas ilusorias (*Fantasmie*), distorsionan la realidad y no alteran los modos de producción, sino que establecen otro tipo de explotación a la que el obrero cede fácilmente, su poder adquisitivo aumenta un poco, pero esto no quiere decir que sea adinerado, el dinero no es sinónimo de riqueza, son los medios de producción los que la generan, con

esto se subestiman las verdaderas transformaciones.

Lo paradójico es que el sujeto alienado a la economía del mercado, el esclavo, el obrero, aseguran ser más libres, la sociedad le permite adquirir más bienes para su beneficio, pero en realidad están subordinados a un poder material. La mercancía comienza a nublar las ideas de los sujetos, la relación mercantilista por el fetiche esconde una verdad, la subordinación al trabajo y la explotación a la clase obrera (Marx, 1867/1981). El obrero desconoce su propio poder, está sumergido en relaciones de producción, además, el goce vivido lo invita a repetir hasta el fin de sus días.

Siguiendo con lo anterior Antonio Gramsci planteo el concepto de hegemonía, él vivió en un período donde se dio una revolución proletaria que reivindicaba al Fascismo. Las bases ideológicas de la revolución fascista impusieron estilos de vida al obrero para mantenerlo inactivo políticamente, sin embargo, aún existía una clase revolucionaria que se oponía a la falsa libertad y luchaba por la unidad de la clase trabajadora.

Otro aspecto importante del momento histórico que vivió Gramsci, fue el de la expansión del capitalismo Keynesiano-Fordista (Gramsci, 1984) (el término Fordismo lo planteo Gramsci) en Estados Unidos, esto generó migraciones de muchos obreros a ese país, podían ganar más dinero para garantizar su existencia y adquirir bienes para subir su status social, conciliaban en aspectos importantes sobre el bienestar de los trabajadores y a la vez podían adquirir los bienes producidos, esto implicó que hubiera más fluidez de capital dentro de la sociedad norteamericana.

Así, los obreros podían disfrutar de los mismos bienes que los burgueses y la producción aumentaba, debido a que había más turnos de trabajo con menos horas de duración, al adoptar este modelo muchos sindicatos y movimientos políticos adoptaron el pensamiento de Ford y lo volvieron propio, esto posteriormente se transformó en el sueño americano. Durante ese momento, en Estados Unidos se vivió la época de prohibición del alcohol para garantizar la producción óptima del obrero y que gastase su dinero en las empre-

sas donde trabajaba, repitiendo el eterno retorno de la lógica capitalista.

La definición que plantea Gramsci de hegemonía; implica lograr la conciencia de que los propios intereses corporativos, en su desarrollo actual y futuro, superan los límites de la corporación, de un grupo puramente económico y pueden y deben convertirse en los intereses de otros grupos subordinados. Esta es la fase más estrictamente política, que señala el neto pasaje de la estructura a la esfera de las superestructuras complejas, es la fase de las ideologías, que transforman en partido, esta tiende a prevalecer e imponerse, a difundirse por toda la aérea social, determinando, los fines económicos y políticos, El Estado es concebido como organismo propio de un grupo, destinado a crear las condiciones favorables para la máxima expansión del mismo grupo (Gramsci, 1984).

El Estado posee herramientas para mantener el control al interior de la sociedad, una de ellas es la escuela, donde forman a los niños a seguir las normas, la formación legitima prácticas sociales que mantienen al sistema. La escuela no es un espacio donde surge la rebeldía sino la obediencia, no hay espacio para expresar la inconformidad. Una vez que termina con su principal función, la cual es formar a nivel intelectual, los jóvenes quedan obligados a vender su fuerza de trabajo.

La escuela como función educativa positiva y los tribunales como función educativa represiva y negativa, son las actividades estatales más importantes para mantener el control al interior de la sociedad. Pero en realidad, hacia el logro de dicho fin, tienden una multiplicidad de iniciativas y actividades denominadas privadas, que forman el aparato de la hegemonía política y cultural de las clases dominantes (Gramsci, 1999A). A diferencia de la dominación que es coercitiva, esta se realiza sin usar la violencia para ejercer el control, se podría plantear en la actualidad que la hegemonía es una dominación social y psicológica. Esto se logra con las nuevas formas de gozar que ha impuesto la sociedad de consumo, la vida queda subyugada al goce.

Otras de las prácticas con las que se establece la hegemonía, se da con el régimen parlamen-

tario, es una forma con la que aparentemente el pueblo, a través, de sus líderes políticos es representado.

El ejercicio normal de la hegemonía en el régimen parlamentario se caracteriza por la combinación de la fuerza y el consenso, que se equilibran en formas variadas, sin que la fuerza rebase demasiado al consenso, o mejor tratando que la fuerza aparezca apoyada por el consenso de la mayoría, que se expresa a través de los órganos de la opinión pública (periódicos y asociaciones), los cuales, con ese fin, son multiplicados artificialmente, la información expresada por los medios es idéntica, con esto se obtiene un consenso en los ciudadanos, lo que legitima sus acciones dentro de la sociedad, perjudicando a los mismos ciudadanos sin que ellos sean conscientes de lo que están padeciendo (Gramsci, 1999B).

El Estado puede ser definido como representante de toda tentativa de cristalizar de forma permanente una determinada etapa de desarrollo, una determinada situación. La sociedad política monopolizada por un determinado grupo privilegiado, que anexa la iglesia, medios de comunicación y educación para defender mejor su monopolio, con el sostén de aquel sector de la “sociedad civil” representada por esta última (Gramsci, 1999B).

La cristalización del personal dirigente que ejerce el poder coercitivo y que hasta cierto punto se transforma en casta. De ahí la reivindicación popular de la elegibilidad de todos los cargos representativos que constituyen el punto extremo del liberalismo y al mismo tiempo su disolución, no hay una hegemonía sin una clase dirigente que pueda aparecer como la clase progresiva del país, que ayuda a toda la sociedad, concilia pocas cosas para aparentar un gobierno de todas las clases (Gramsci, 1999B).

Por lo tanto, la elite política ejerce el poder desde la formación académica hasta imponiendo estilos de vida, para instaurar un aparente consenso que invisibiliza las contradicciones de la producción capitalista y el régimen político. La lucha por la hegemonía trasciende el campo de lo económico y político.

La hegemonía adquiere la lucha de las rela-

ciones de fuerza, se da en distintos momentos, unos sectores en lucha buscan validar su propia hegemonía, que se convierta por la dirección y ética de la sociedad. De ahí surge el concepto de contrahegemonía, las clases explotadas buscan la construcción de conciencia política, busca pasar de los intereses particulares a intereses generales. A través, de medios de comunicación alternativos, reuniones políticas y la reivindicación de la subjetividad, realizan trabajo político para convencer a los explotados de las posibles transformaciones, que harán si toman el poder, buscan transformar al sujeto, en un sujeto rebelde que debe obedecer unos principios revolucionarios.

La hegemonía homogeniza al ciudadano bajo sus propios intereses, su objetivo principal es la obediencia, la búsqueda de acumulación de objetos, de esta manera se aprovecha de su fuerza de trabajo y sostiene su régimen político, impone estilos de vida, para que el sujeto viva en el goce. Las instituciones se convierten en herramientas de dominación, regulan las relaciones entre los ciudadanos y propone unos estándares correctos de relación, por ejemplo, intentan aprobar y desaprobar prácticas sexuales en medio de la cuarentena mundial.

UNA NOTACIÓN SOBRE LA REBELDÍA DESDE FREUD

La rebeldía surgió tras el asesinato del padre primordial, sus hijos querían desobedecer las normas para disfrutar de todas las mujeres, pero el asesinato crea un orden que se impone como ley, restringiendo el comercio sexual. Es decir, el padre sigue gobernando, dado que sus hijos legitiman la ley con la práctica y exigen su cumplimiento, sus hijos son portadores de la ley, quieren crear un nuevo orden. Las nuevas sociedades se edifican con el sepultamiento definitivo del padre anterior y el surgimiento de otro (Freud, 1913/2006).

La rebeldía es algo natural de la esencia del sujeto, a lo largo de su vida se rebela de ciertas imposiciones y crea unas nuevas para imponer su ley. Por eso, toda rebeldía busca establecer un nuevo orden, como sociedad es imposible esca-

par a la ley, ella organiza la vida colectiva. Las revoluciones son paradójicas buscan liberarse del antiguo régimen para imponer otro.

Lo subalterno, lo contrahegemónico o lo rebelde necesita de un sistema de pensamiento y obedecer a dichos principios, necesita de un orden interno para legitimar sus prácticas. Sin una consigna revolucionaria es imposible construir un nuevo proyecto político, se reduciría a acciones desadaptadas.

El final de los tiempos sobreviene cuando se impone un nuevo orden y se supera el momento de concluir. La sociedad actual no ha logrado superar sus propias contradicciones, por eso es incapaz de imaginarse una sociedad anticapitalista, pero la sociedad actual llegó a un momento donde su discurso no produce nada. No obstante, el capitalismo permanece en el tiempo, se sostiene por medio de una promesa incumplida.

En este sentido la rebelión se trataría de una lucha por una sociedad anticapitalista, el problema, es que para la mayoría de masas es imposible pensar en un nuevo mundo, el socialismo, no logró superar sus propias contradicciones, fue incapaz de dar un salto cualitativo, no obstante, los procesos históricos no son lineales, siempre hay retrocesos para acumular aprendizajes, esto se evidencia con la precariedad laboral que el mundo se encuentra. El problema actual de los rebeldes es que no tienen principios políticos claros y en medio de la pluralidad creada por el neoliberalismo, surgen contradicciones que debilitan su accionar.

Mientras el capitalismo invada la subjetividad será imposible acabarlo, por eso la desobediencia se da en otros campos no solamente el de confrontación política, sino en otros espacios. Se trata de una lucha por la hegemonía y esta se sostiene con las prácticas que legitima el sujeto en su cotidianidad.

Es imposible conciliar lo incompatible, por eso los movimientos políticos deben tener claros los principios ideológicos, la lucha política se trata de crear un nuevo sistema y no reformar el antiguo, dado que el sistema político está cimentado en sus propias contradicciones. Los cambios históricos se dan con la superación de sus contradic-

ciones e implican saltos cualitativos, el sistema no cambiará de manera inesperada y rápida, no obstante, hay que aprovechar los momentos coyunturales. Aunque es evidente la fragilidad de la sociedad, cualquier crisis destapa su decadencia.

La contradicción que se da entre la obediencia y la rebeldía, se supera en la medida que las masas vayan asumiendo su responsabilidad. Ambas irán de la mano, surgen en el mismo momento, sin ellas es imposible construir lazo social. El capitalismo en medio de sus propias contradicciones, destruye el lazo social entre los ciudadanos, les impone la acumulación excesiva de fetiches de mercancía, pero en realidad la promesa es incumplida, el sujeto proyecta en los objetos cualidades que no posee.

La rebelión es un medio para recuperar lo perdido, lo explotado, pero es imposible de reconquistar, debido a que el sujeto se encuentra con la falta para liberar su singularidad. Con el triunfo de la rebelión y la imposición de un nuevo orden se evidencia que no existe un retorno de lo perdido, Lacan ejemplificaba esta situación con la idea que un Estado socialista nacionalizara toda su riqueza, no quiere decir que la plusvalía dejara de existir (Lacan, 1969-1970/1992).

LAS PARADOJAS DEL CAPITALISMO

“El capitalismo está en crisis”, “estamos cerca del final de capitalismo”, “vivimos en el fin de los tiempos”, son frases que se escuchan a menudo en conversatorios filosóficos, protestas, contiendas políticas, etc., pero ¿realmente estamos *ad portas* de la caída del capitalismo? Como sistema político puede mantenerse en el tiempo y condenarse a una repetida crisis, todas sus anteriores crisis remiten a lo mismo, su “cura” no se ha dado porque el sujeto es incapaz de apoderarse de la angustia.

Con el pasar del tiempo, las sociedades se han transformado en beneficio del libre mercado, imponiendo cambios abruptos en el ritmo de vida del ciudadano, de ahí surge el desinterés del sujeto por la política. El capitalismo impone un sin-límite, donde no hay prohibiciones que regulen la vida colectiva y se busque solo la satisfac-

ción, todo absolutamente todo es posible dentro del capitalismo, la ausencia de restricciones lleva al sujeto a la búsqueda de objetos que puedan satisfacerlos, pero a cambio el sujeto se debe someter a las leyes del mercado que lo enajenan de su propia realidad.

En teoría el capitalismo no genera insatisfacciones en el sujeto, aparentemente puede satisfacer todo lo inimaginable, pero es imposible debido a la naturaleza del ser humano. El objetivo del capitalismo es enajenar al sujeto político de su realidad, ofreciéndole un mundo sin sufrimiento y de máximo placer, a cambio debe venderse como fuerza productora. Sin embargo, el sufrimiento persiste, porque proviene del interior del cuerpo, del mundo exterior y las relaciones con los otros (Freud, 1931/2006).

La libertad que promueve el capitalismo se da bajo la supuesta promesa de alcanzar la felicidad a costa de la acumulación de objetos de mercancía, a través, de esto se promueve una obediencia cultural que limita el accionar subjetivo de los ciudadanos. En el capitalismo el sujeto pierde algo, es homogeneizado, por eso se vuelve obediente a sus imposiciones. El goce vivido por las mercancías, es un intento repetitivo truncado de recuperar lo perdido. Entre más sienta libre el sujeto de gozar con mercancías más se somete a la obediencia.

El goce es un término propuesto por Jacques Lacan a partir de su lectura del *Más allá del principio de placer*, remite a la tendencia del sujeto a transgredir los límites del placer, pero el resultado de esta operación no da más placer, sino al contrario, se genera dolor, el sujeto solamente puede resistir una cierta cantidad de placer, se convierte en un placer doloroso, Lacan se dio cuenta que el sujeto repite penosamente sus malestares sin saber el motivo, el hombre es un animal que puede caer en el mismo abismo muchas veces (Chemama, 2008). Esto ocasiona que el sujeto repita las experiencias y circunstancias dolorosas sin encontrar una explicación alguna. La definición expresa la satisfacción paradójica que se obtiene a partir del síntoma, pues siempre hay una satisfacción inconsciente (Lacan, 1969-1970/1992, págs. 52-53).

A través de la lectura de Hegel, Lacan plantea que el goce es algo subjetivo, particular, imposible de compartir, inaccesible al entendimiento humano y opuesto al deseo, es una forma particular de satisfacción, busca exceder los límites de la ley. La búsqueda de goce desenfrenado, es un intento frustrado de tapar la falta primordial, es imposible revivir la primera satisfacción, repetir lo mismo no traerá consigo el primer goce.

Para gozar es necesario que exista un cuerpo habitado por el lenguaje, no se puede gozar con el cuerpo del otro, solo hay goce en el cuerpo propio. El goce ata al sujeto a la repetición de un placer que nunca obtendrá, una vida guiada bajo los designios del goce, le traerá más rápido la muerte, el cuerpo no resiste tanto placer doloroso (Braunstein, 2009).

Debido a las características del capitalismo, la explotación mercantil, el excesivo consumismo y la soledad constante en la que se encuentra el sujeto, se agudiza el sufrimiento humano, muchos de los males del ser humano son producto de la vida, entorno a la acumulación de bienes, estos producen alguna satisfacción, el goce producido por estas mercancías imposibilita al obrero asumir su papel en la sociedad, este goce se sostiene con la fantasía de satisfacción completa, el goce es el conductor de la vida del sujeto, pero lo lleva a la muerte, el cuerpo no puede resistir.

Realmente ningún ser humano verá cumplir las promesas propuestas del capitalismo, el sufrimiento persistirá en la vida del sujeto, nada lo hará feliz, pero el obrero sigue sumergido en la ilusión, se satisface con las mercancías ofrecidas por el capitalismo, esto hace que no se dé cuenta, que el sostiene al sistema, él es esclavo que perpetúa su propia desgracia.

Los nuevos desarrollos de la ciencia, han fortalecido al capitalismo, el imperativo actual es consumir y gozar con mercancías, en este momento, todos los proletarios pueden gozar con los objetos mercantiles que produce sin la necesidad de ser un burgués, ya que su poder adquisitivo ha aumentado y sus horas de trabajo han disminuido. Con los medios de comunicación que son herramientas de la hegemonía, se imponen modelos de vida que legitimen sus ideas políticas

y mantengan un orden dentro de la sociedad. Esas imposiciones tienen como meta hacerle pensar al proletario que la vida solo se trata de obtener placer a toda costa. El placer es la mejor forma de control, seduce al sujeto a venderse como fuerza de trabajo. La hegemonía a través de imperativos controla y legitima sus acciones a través del goce.

El capitalismo no está cerca de su fin, las crisis son de su propia naturaleza. Se sostiene a partir de la hegemonía, dado que cada día se hacen más notables las divisiones de clases, pero no ocurre un estallido social, sino por el contrario se afianzan políticas que perjudican al ciudadano, obrero o sujeto. El goce experimentado por las mercancías hace que el sujeto se quede inmóvil y no asuma posiciones críticas frente a la realidad, el obrero prefiere vivir gozando e ignorar su miseria.

El goce es la mejor forma de control, seduce al sujeto a venderse como fuerza de trabajo, sin cuestionar los acontecimientos de la realidad, ya que el goce sentido por las mercancías, lo hace repetir esa sensación, dado que el cuerpo lo demanda, los sentimientos que emergen después del consumo de estos objetos, suelen ser aterradores y siniestros que obligan al sujeto a consumir lo mismo o algo más “satisfactorio” que elimine estas conmociones y para lograr esto debe venderse como fuerza de trabajo sin preocuparse por el otro. La hegemonía a través de imperativos controla y legitima sus acciones a través del goce.

El sujeto espera encontrar el goce real al consumir el producto, pero ese goce real no se consigue. El individuo siempre va a tener una necesidad constante de encontrar ese goce real. El consumismo ha logrado su objetivo, debido a que hoy en día se ha reconfigurado la lógica del deseo, por medio de efectos fantasmáticos y las vivencias de goces momentáneos (Stavrakakis, 2010). El goce que vive el sujeto existe algo que no puede ser simbolizado, que produce una relación de dependencia de los objetos, es un intento frustrado de recuperar lo perdido, se asemeja al goce primordial. La falta parece ser cancelada por una satisfacción plena de múltiples objetos a, transformando al sujeto en consumidores de goce.

EL OBRERO Y EL GOCE

El encuentro mítico con el objeto, imposible de repetir, da como resultado el surgimiento del sujeto y su falta incalculable. La elite política se aprovecha de esta situación para vender la promesa de llenar al sujeto con felicidad (Freud, 1931/2006). La libertad válida para la hegemonía surge a partir de la obediencia a la norma, esto quedó en evidencia, al sistema le perjudica las multitudes que se rebelan y no las que van a comprar, en medio de una pandemia, teniendo más posibilidad de contagiarse que en una protesta pacífica. El goce homogeniza y condena bajo la repetición, por eso la política del deseo implica la sublevación de las imposiciones del Otro, se torna subversiva, se da prioridad hacia la transformación y lo singular contribuyendo con un cambio social.

El goce atrapa, consume y destruye al sujeto, el producto rellena la falta, pero se desvanece y hace sentir el vacío de forma abrupta, se consume para olvidar su carencia. Cuando se niega la falta y se intenta tapanla saturándola con objetos, surge la depresión. No es raro que, en este momento, la depresión sea la enfermedad mental más frecuente en el mundo, la sociedad está repleta de goce, sin el deseo no hay nada que impulse al ser humano y la levedad se vuelve insoportable.

El obrero obedece a la producción, en la actualidad acumula más dinero para comprar, pero esto no quiere decir que acumule riqueza, sino que puede gozar con más facilidad. A partir, de esa ilusión la clase trabajadora legitima la hegemonía, acepta la imposición del estilo de vida propuesto por la élite en el poder. La consolidación de la hegemonía, se da con la práctica de la obediencia, se acepta las reglas del juego y hay un consenso sobre la manera de vivir.

El sujeto se vuelve un instrumento de la clase dominante, del amo, puede vivir en libertad, pero no puede ejercerla, está subyugado por las ideas dominantes y las sostiene. No puede plantearse otra visión del mundo, solo ha visto lo que el amo le deja ver, pero no se da cuenta que la fuerza del

amo depende exclusivamente de su fuerza y se conforma con las migajas que el amo le da, el esclavo no deja de ser esclavo cuando su amo muere (Lacan, 1968-1969/2008).

El individualismo se ha impuesto como una práctica cotidiana del sujeto, surge en las sociedades, a medida que se va estableciendo el capitalismo en la cultura, dado que el capitalismo exalta la satisfacción individual con bienes y genera estereotipos de vida entorno a la acumulación de bienes.

El goce impuesto por el consumismo hace que el sujeto se encierre en sí mismo, se olvide de los otros y que solo se preocupe por sí mismo, prima el bienestar individual sobre lo colectivo; se evidencian comportamientos, como el egoísmo, avaricia, esto dificulta relacionarse con los otros, el ser humano está sumido en las lógicas de acumulación. El otro no es visto como soporte, apoyo, ni contención, con esto surgen enfermedades mentales, el dolor se torna insoportable, de ahí; la depresión y la soledad.

El ciudadano se pone al servicio de la producción capitalista, reproduce la ideología como un intento fortuito de recuperar lo perdido. El goce se vincula al cumplimiento de los mandatos de la sociedad capitalista, lo que somete al sujeto a gozar de las imposiciones culturales. La hegemonía somete al sujeto a la vivencia de goces efímeros, para limitar su realidad. Existe una ilusión de libertad, debido a que hay la posibilidad de consumir desafortunadamente, el goce permite la dominación del sujeto, su objetivo es el de negar la falta.

El otro solo existe para satisfacer las demandas del sujeto, pero no para propiciar cambios. El goce en los últimos tiempos ha propiciado el crecimiento del narcisismo, no se necesita al otro para gozar, los otros son sombras que apenas están en la vida del sujeto, el goce acumulado impide la búsqueda del deseo. El narcisismo impide ver al otro como a alguien independiente de sí mismo, por eso, en este momento histórico han surgido tendencias intelectuales que validan la existencia de múltiples realidades y que cada sujeto vive en su mundo, pero la verdad es que existen acontecimientos que afectan a la realidad independientemente de la realidad del sujeto,

como la pandemia actual, las crisis económicas y sociales.

El goce en los últimos tiempos ha propiciado el crecimiento del narcisismo, no se necesita al otro para gozar, los otros son sombras que apenas están en la vida del sujeto, el goce acumulado impide la búsqueda del deseo. El narcisismo impide ver al otro como a alguien independiente de sí mismo, por eso, en este momento histórico han surgido tendencias intelectuales que validan la existencia de múltiples realidades, que cada sujeto vive en su mundo, pero la verdad es que existen acontecimientos que afectan a la cotidianidad independientemente de las vivencias del sujeto, como la pandemia actual, las crisis económicas y sociales.

Los individuos en el mundo actual buscan prescindir de la realidad, dado que es más difícil para el sujeto crear lazo con el otro. La realidad es frustrante, no es como la hace ver la hegemonía, el *American way life* no es más que una patraña, inventada para aumentar la explotación y enajenar al sujeto de la vida política, el aumento de libros motivacionales que terminan estresando al sujeto, por su incapacidad de no lograr sus metas propuestas. El sujeto busca desprenderse de la realidad, crear su propio mundo, donde posea el control, pero eso no es una solución, lo Real emerge y se impone abruptamente en el sujeto. El sujeto puede subvertir el orden, para crear uno nuevo, pero jamás podrá vivir sin orden.

El goce está ligado a hacer siempre lo mismo, el obrero sueña con un goce absoluto, por eso es obediente, quizás por eso sueña que al final de su vida le será retornado su sacrificio en el reino de dios, el goce completo es imposible, debido a esto Marx, criticó la religión (Marx, 1843-1844/1982), por su contribución a la opresión del sujeto, lo ilusiona. Planteaba que era necesario abolirla para que el sujeto construyera su propia felicidad, luchando por un futuro sin explotación, desenmascarar al goce para que emerja el deseo (Lacan, 1966/1980). Esto significa que renunciar a la religión o al capitalismo es dejar la ilusión de completud y exigencia de su propio deseo.

En el capitalismo actual el sujeto termina obedeciendo al goce, sus imperativos de consu-

mo, hasta que el cuerpo aguante, es una situación similar a la que planteó Aldous Huxley en el mundo feliz, donde el placer conducía la vida del individuo, y era a la vez imposible escaparse de esa situación, toda la vida social del sujeto esta permeado por las imposiciones del placer, al parecer la única escapatoria es la muerte. El goce con mercancías es un intento de recuperar lo perdido, lo vivido, la alienación implica la renuncia a ciertos momentos de la vida para recibir a cambio dinero, que le permitirá sobrevivir y gozar con el tiempo libre que tiene, la repetición es un intento de regresar al inicio, pero fracasa, el tiempo jamás regresa.

La mejor forma de condenar al sujeto es infringiéndole placer para que tenga la ilusión y sueñe sobre las posibilidades que su vida mejore con un goce absoluto, esto se sostiene a través de la hegemonía, debido a que ella promulga estilos de vida y limita el goce a las mercancías. El ciudadano renuncia a su propio deseo para saciar las demandas de goce, que lo terminan homogeneizando. No obstante, el sujeto no está constituido para la obediencia incondicional, algo lo traicionará.

Las transformaciones históricas imponen un cambio de la realidad en la que se encuentra el sujeto, además de la superación de contradicciones sociales, económicas y políticas. Por ejemplo, el paso de la edad media, implicó cambiar la concepción del ser humano. Considero que la actualidad enmarcada por el capitalismo, ha imposibilitado la superación de las contradicciones desde las ideas de Kant que es el filósofo que inicia con la modernidad. Por eso es común en esta época que resurjan visiones que se suponen que ya fueron superadas, por ejemplo, se habla de un retorno a Freud, a Lacan, también a Marx y Lenin, incluso a Milton Friedman. En la política también sucede lo mismo con el retorno del fascismo en las contiendas electorales, como si no hubieran sido derrotados en 1945. El capitalismo actual vive en constantes repeticiones, que no han sido superadas.

Los nuevos tiempos no han cambiado la sumisión del sujeto ante su contexto social, político y económico, por lo que se puede decir que

su realidad sintomática sigue siendo similar a la descrita por los grandes maestros como Freud, Klein, Lacan, lo único que cambia es el objeto debido a los desarrollos científicos, tecnológicos de la sociedad actual. La imposibilidad de superar el momento histórico actual se debe a la repetición, la historia se repite como tragedia y farsa. Considero que la superación del momento actual convertiría al sujeto más crítico acerca de su dominación y su rebeldía. No ha existido ningún momento en la historia en el que el sujeto se encuentre tan sometido como en la actual, pero a la vez posee herramientas de análisis y rebelión para resistir las imposiciones.

LA DEMOCRACIA EN TIEMPOS DE OBEDIENCIA

El ser humano se encuentra dominado por fuerzas hegemónicas que el mismo legitima en su vida cotidiana, estas le imponen gozar y acumular todo lo que pueda, mientras el sujeto está sometido a las cadenas de explotación. En ningún otro momento de la humanidad, el sujeto había acumulado tanta libertad, como la tiene hoy, puede gozar con objetos inimaginables. Su libertad y felicidad, queda sometida a la voluntad de un objeto o a su capacidad de compra. Al someterse a la cultura capitalista queda subyugado a los espejismos de goce que ofrece el capitalismo, pero no es libre, sus cánones de felicidad son impuestos por la clase dominante que buscan siempre lo imposible, el sujeto debe aceptar lo imposible de la felicidad (Koren, 2008).

La gran paradoja del sujeto alienado a la sociedad capitalista, es que alberga la ilusión de independencia, autonomía, libertad, originalidad y singularidad, cuando en realidad nunca antes los sujetos han llegado a ser tan dominados como en la época actual, el capitalismo ha dominado todos los aspectos de la vida del hombre, hasta el punto que el sujeto no encuentra otra forma de vivir sin él. El sujeto se encuentra en una paradoja debe obedecer a la supuesta libertad para permanecer en la sociedad, sacrifica su libertad para vivir un goce efímero.

El modelo de la democracia actual no se di-

ferencia de los anteriores modelos políticos, el ciudadano participa, pero las clases dominantes deciden. Las crisis políticas son el reflejo de la incapacidad de las clases dominantes, pero no reflejan una transformación, el capitalismo ofrece un sinnúmero de opciones para escoger lo mismo. El sujeto concilia, intenta transformar y fracasa, no construye un nuevo mundo sino legitima al anterior.

En la democracia actual, la publicidad es cada vez más utilizada en las contiendas políticas, las ideas políticas, no se debaten entre sí, excepto solo para cautivar al elector dentro de una campaña publicitaria. En el presente no hay debates políticos, sino una lucha por apresar a las masas y así legitimar su poderío político. El ciudadano no participa en las decisiones políticas, solo vota cada vez que hay elecciones, además, el ciudadano no tiene interés en la política y prefiere que alguien más tome las decisiones.

Las elecciones políticas solo se tratan de vender candidatos. A través, de los aparatos de la hegemonía, no se debaten las ideas políticas, hay un consenso entre las clases dominantes para mantener el “orden”; se asemeja a una venta de servicios. Debido a esto, en muchos países los candidatos compran los votos a los ciudadanos, intercambian favores para recibir apoyo y grandes inversionistas terminan apoyando a un grupo. ¿Acaso eso es democracia? Las votaciones solo legitiman al grupo que va a dominar por un tiempo determinado, no transforman la realidad, con esto la clase dominante perjudica siempre al ciudadano con las reformas políticas y económicas, ellos gobiernan para beneficio de su grupo político, además, de algún lado deben pagar la inversión realizada para cautivar al elector.

Los escándalos y crisis que son generadas por la clase dominante, se hacen evidentes por las rivalidades que hay entre sectores de las mismas. Las crisis se hacen notorias cuando hay intereses de una parte del grupo dominante para ejercer el poder, esta escisión de la clase dominante solo busca obtener más beneficios para los suyos.

La dominación se hace evidente, pero nadie se arriesga a cambiarla, las nuevas tecnologías han transformado las relaciones con los otros y

aparentemente han mejorado la calidad de vida, pero el ser humano sigue siendo el mismo y sostiene la ilusión de ser libre. Se institucionaliza la mentira para mantener el orden en las distintas esferas de la sociedad. La historia oficial se impone a través de un despliegue propagandístico para legitimar sus acciones frente a la ciudadanía e imponer su visión particular sobre la realidad.

La democracia no se trata de legitimar las acciones de la hegemonía. Se trata de una práctica de acción común y construcción común de nuevas posibilidades capaces de introducir la idea de autogobierno y el respeto a las singularidades que conforman el colectivo, a partir, de esto se transforman las relaciones de dominación (Rodríguez & Seco, 2007).

Por lo tanto, en el momento actual no hay democracia, sino un modelo político impuesto para legitimar las acciones políticas de las elites. En un modelo político democrático, hay una interacción participativa entre todos los miembros de la sociedad, los pueblos no están para aceptar las imposiciones políticas sino para protagonizarlas, es decir, participar activamente en el proceso y asumir la responsabilidad de las mismas. En la democracia, el sujeto no elude su realidad, sino busca transformarla.

La construcción de la democracia no solo se trata de crear nuevos movimientos contrahegemónicos, sino crear un lenguaje político que transforme la conciencia política, donde exista la diversidad y no la unificación de prácticas capitalistas, el lenguaje también es un campo de batalla. A partir de ahí, los movimientos políticos dirigen sus esfuerzos hacia la edificación de una nueva realidad política (Rauber, 2015).

La rebeldía no trata de conciliar, sino transformar el sistema antiguo por uno nuevo, debido a que en la conciliación no se resuelven los problemas de raíz, se evita la radicalidad, la sociedad no logra concebir un mundo sin capital. Algunos movimientos políticos buscan integrar la hegemonía no para transformarla, sino para recibir beneficios. La desobediencia política debe ir encaminada a transformar el sistema político, no a la obtención del poder. Soñar con un mundo diferente y hacer lo imposible por crear un nuevo mundo.

LA VERDAD Y LA DESOBEDIENCIA

El psicoanálisis y el marxismo concuerdan que el desarrollo sano de la personalidad del sujeto depende de la verdad, la ausencia de la verdad deteriora la personalidad, aliena al sujeto a una sociedad de apariencias. El objetivo principal de las dos disciplinas es que el sujeto descubra su verdad, para que actúe conforme a ella. Para el psicoanálisis el inicio de la transformación se da cuando el sujeto asume su verdad inconsciente y para Gramsci el inicio de los cambios políticos se da cuando el explotado asume la verdad.

En este sentido, es necesario que la clase revolucionaria adopte la verdad como soporte de su lucha política, para diferenciarse de las elites. La verdad para Gramsci no es algo que se revele de improviso o que se posee, la verdad está ligada a intereses individuales que deben confrontarse y moderarse recíprocamente, la verdad es revolucionaria, le permite al sujeto asumir una lucha política frente al capitalismo. Los momentos de lucha son inevitables, por tanto, para que la verdad se forme y sea reconocida con el consenso activo de los interesados, se obedece a la verdad revolucionaria que desobedece a los ideales de la clase dominante (Gramsci, 1999A). La verdad es una revelación que tiene efecto emancipador en el sujeto, pero el hecho de conocerla no conducirá al acto (Lacan, 1966/1980).

La verdad es el fiel testimonio de la realidad, eludirla trae consigo el sometimiento al goce, se acepta las imposiciones del Otro, asumir la verdad implica darle rienda al deseo e insurreccionarse. El psicoanálisis y el marxismo han demostrado en su práctica que el sujeto puede vivir engañado toda su vida, sobre aspectos esenciales de la vida social y privada, desconociendo que es un sujeto, que puede contribuir a cambios sustanciales al interior de la sociedad, después de asumir la verdad, han propiciado cambios transformadores al interior de sí mismo y en la realidad, la verdad implica desafiar al goce.

En la medida que una clase hegemónica logra articularse con la sociedad civil se mantiene un orden establecido. Para Gramsci toda sociedad entra

en crisis y son las revoluciones las que vienen a resolver el conflicto histórico. Lo más importante es el triunfo de la verdad en el campo político no dentro del militar, debido a que se crean nuevas prácticas políticas que legitiman el nuevo orden.

En la actualidad la hegemonía transforma la verdad en sevicia, es una verdad que no le interesa reparar el daño causado, sino eximir a la élite de su responsabilidad y fomenta la repetición de transgresiones (Sanmiguel, 2016). Es decir, es una verdad que falta la verdad. Los movimientos contrahegemónicos deben asumir la verdad y debe influir en sus principios políticos para la transformación de la realidad, si no se asume la verdad, se estaría asumiendo como real lo que propone la hegemonía. Sin comprensión es imposible la indignación.

El acto no se trata solamente de tres momentos, el instante de ver, tiempo para comprender y momento para concluir, estos son insuficientes para comprenderlo. Después, viene luego un nuevo instante de ver, el momento de concluir donde el tiempo para comprender es igual a cero, si no es igual a cero, el sujeto se pierde en un tiempo para comprender infinito (Lacan, 1966/ 1980). Todo acto lleva al sujeto a volverse en objeto de la verdad, en el acto mismo no hay sujeto, no obstante, lleva a su liberación. El paso al acto es montar una escena para que el sujeto sea objeto de la verdad y consiga su liberación. La verdad es una revelación que tiende a abrirse paso.

La verdad no es algo que se posea, ni se crea con caudillos, sino se produce con la integración de todos los saberes que le confieren a los principios revolucionarios. Es un reconocimiento que los sujetos le hacen a través de la práctica, la verdad contiene al saber en su estructura. El psicoanálisis y el marxismo tienen muchos aspectos en común. El psicoanálisis busca que el sujeto se encuentre en otra posición frente a la verdad (Lacan, 1966/1980), se espera que logre ver más allá de las imposiciones, en ese sentido el psicoanálisis es revolucionario. El marxismo busca la emancipación del sujeto, a través de la verdad para transformar la sociedad, además revela la contradicción en la que se encuentra la sociedad y promueve la rebelión de las masas por un mundo mejor.

CONSIDERACIONES FINALES

El capital se ha beneficiado, reafirmandose en las crisis, el modelo de producción no ha cambiado, solo se han dado más beneficios adquisitivos a los obreros. Se produce solo para consumir, para lograr una verdadera transformación, se deben cambiar los modelos de producción y consumo, que sigan una lógica propia y no impuesta por el modelo neoliberal. Algunas de las crisis sociales generadas por los movimientos alternativos se deben a que el sujeto consume excesivamente y luego hay una ausencia de productos, debido a que los acaparó y desperdició. Al elevar el poder adquisitivo, el sujeto puede adquirir más mercancías que le proporcionan un goce que lo atan a un mundo feliz y el viejo orden político sigue igual. La revolución no trata de conciliar el sistema sino de transformarlo.

El concepto actual de libertad, se soporta en la capacidad de compra que tenga el individuo y la posibilidad de comprar, en este sentido, los únicos libres son las personas adineradas. En los países en los que el sujeto no pueda comprar algo, se les considera como represores, por lo tanto, no importa el modelo político con el que se organice el país, si al interior de su sociedad no hay impedimentos para comprar, el país será calificado como libre. Cuando en un país, no cambian los modelos de producción, sigue existiendo la explotación del hombre por el hombre y se intenta volver más amistoso al capitalismo, equivaldrá a lo mismo que viva en un país capitalista a un “socialista del siglo XXI”, aunque tengan contextos culturales diferentes, la hegemonía y el capital dominaran la vida del sujeto. Se obedece al viejo orden, esto es lo que origina las crisis.

La revolución no depende de un cambio de padre para transformarlo en amo, no hay un sujeto del supuesto saber, se trata de un proceso colectivo, una lucha por la nueva hegemonía donde se acepte la diversidad y la subjetividad, la lucha por un nuevo orden depende de integrar los grupos marginados y aceptar las singularidades.

El concepto de libertad y obediencia se relacionan en la actualidad, el sujeto puede ejercer su libertad en la medida que el sistema lo apruebe,

tiene libertad para comprar y acumular, pero se le restringe su posibilidad de manifestarse en contra del sistema, además las instituciones regulan el goce, la posibilidad real de ejercer la libertad es desobedecer y obedecer a unos principios.

A los movimientos contra hegemónicos actuales se les ha olvidado ser anticapitalistas, parece que no pudieran vivir sin el goce proporcionado por las mercancías, asumen el imperativo de consumir impuesto por el capitalismo, para realmente transformar a la sociedad, es necesario abandonar los intentos fallidos de conciliación con el modelo político, el sistema se debe transformar.

El capitalismo ha establecido una relación de mutua dependencia con el modelo político actual que impide el surgimiento de nuevos modelos políticos, esto ha ocasionado que muchos individuos de la sociedad ataquen cruelmente a los nuevos desarrollos críticos. La idea o la persona son despojadas de su valor. Por lo tanto, la aparición de cualquier tendencia a buscar la verdad es atacada para imponer una superioridad moral en la sociedad e impedir nuevos avances en la transformación del modelo político.

El sujeto siempre se encontrará en la dualidad entre obediencia y rebeldía, a pesar, de vivir en la libertad está sometido a los mandatos del capitalismo. El síntoma, en especial el depresivo es una forma de rebelarse ante aquellas imposiciones, el inconveniente es que ese malestar le consume la subjetividad y lo anula. El síntoma es un grito de rebelión, inconsciente que cuestiona la posición del sujeto. En cambio, la rebeldía surge de la comprensión y crítica del momento histórico, pero se debe someter a los principios políticos y ser consecuente con ellos, es imposible ser rebelde sin ideas revolucionarias, sin ellas se estaría replicando lo mismo, cumplir con las imposiciones del goce.

Aunque el marxismo y el psicoanálisis no tengan los mismos campos de estudio, comparten el objetivo de transformar al sujeto dentro de la sociedad a partir de su historia, que el sujeto asuma la verdad. Ambas disciplinas operan con lo que tenga el sujeto. A partir de sus análisis evidencian como la hegemonía construye un mundo fantástico, donde cada sujeto es el centro del

mundo, es libre e independiente, pero en realidad es un ser dominado por el consumo, donde su voz no es escuchada. Su única aspiración es vivir lo que le han impuesto.

La cuestión de la verdad en el marxismo y el psicoanálisis tiene bastantes similitudes, dado que se acepta que se acepta que no existe una verdad absoluta o única que responda los cuestionamientos de los sujetos. Lo más importante no es querer llegar a la verdad última, sino el deseo de conocerla, este deseo transforma el interés del sujeto por el conocimiento. La verdad se convierte en una práctica que a la vez puede ser transformada de acuerdo al momento histórico y así sucesivamente. De ahí la importancia de la Fe que el sujeto pone en su práctica. Sucede en la revolución, también en el consultorio, la verdad se construye, se emplea y se transforma.

La rebeldía es un intento de recuperar lo perdido, pero no logra cumplir su cometido. Cuando triunfa y se impone como un nuevo sistema de pensamiento, transforma la sociedad. Para que la revolución se imponga es necesario que se soporte con la verdad, una sociedad no se puede edificar sin un orden impuesto por la ley. La revolución es obediente a unas ideas, por eso es paradójica, desobedece al sistema anterior en especial sus normas, pero exige el sometimiento a las suyas. En una nueva etapa histórica, se espera que el sujeto se posicione de manera crítica frente a los mandatos culturales del momento, además de conocer más acerca de su subjetividad. Si esto sucede el psicoanálisis y marxismo tendrían la posibilidad de sobrevivir al siglo.

Con lo mencionado anteriormente, se hace evidente que la división entre pulsiones de vida y de muerte no existe, ya que en ocasiones las pulsiones de vida son de muerte y viceversa. La rebelión por un nuevo orden, puede ser vista como una imposición o una transformación de una nueva realidad. Considero que las pulsiones son el resultado de la sexuación del sujeto. En la actualidad la pulsión se reduce a la repetición, esa es la incongruencia en la que se encuentra el sujeto, dado que el goce lo ata a su realidad y reproduce la hegemonía actual, relegando su subjetividad al consumo. •

REFERENCIAS

- Braunstein, N. (2009). *El Goce. Un concepto lacaniano*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- Chemama, R. (2008). *Goce. Contextos y Paradojas*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Freud, S. (1913/2006). Totem y Tabú. En S. Freud, *Obras Completas XIII*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1931/2006). El Malestar en la Cultura. En S. Freud, *Volumen XXI - El porvenir de una ilusión, El malestar en la cultura, y otras obras* (págs. 57-140). Buenos Aires: Amorrortu.
- Freud, S. (1950/1890-2006). Proyecto de una psicología para neurólogos. En S. Freud, *Obras Completas Volumen I - Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud* (1886-1899). Buenos Aires: Amorrortu.
- Gramsci, A. (1984). *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado Moderno*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Gramsci, A. (1999A). *Cuadernos de la Cárcel Tomo III*. Mexico: Ediciones Era.
- Gramsci, A. (1999B). *Cuadernos de la Cárcel V*. Mexico: Ediciones Era.
- Koren, D. (2008). Cultura sexual y Nerviosidad hipermoderna. En N. Braunstein, & B. Fuks, *Cien años de novedad. La moral sexual "cultural" y la nerviosidad moderna* (págs. 107-146). Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Lacan, J. (1966/1980). El tiempo lógico y el aserto de certidumbre anticipada. Un nuevo sofisma. En J. Lacan, *Escritos 1*. (Ciudad de México: Siglo XXI Editores.
- Lacan, J. (1966/1980). Función y Campo de la Palabra. En J. Lacan, *Escritos 1*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores.
- Lacan, J. (1966/1980). La cosa freudiana o sentido de retorno a Freud. En J. Lacan, *Escritos 1*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores.
- Lacan, J. (1966/1980). Seminario Sobre La Carta Robada. En J. Lacan, *Escritos* (págs. 11-62). Ciudad de México: Siglo XXI Editores.
- Lacan, J. (1968-1969/2008). *Seminario XVI: De un Otro a un otro*. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J. (1969-1970/1992). *Seminario XVII: El Reverso del Psicoanálisis*. Buenos Aires: Paidós.
- Marx, K. (1843-1844/1982). Crítica de la Filosofía del Estado de Hegel. En K. Marx, *Escritos de Juventud* (págs. 319-438). Mexico: Fondo de cultura económica.
- Marx, K. (1867/1981). *El Capital Tomo I*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, K., & Engels, F. (1932/2014). *La Ideología Alemana*. Madrid: Akal.
- Rauber, I. (2015). Hegemonía, poder popular y sentido común. *El Ágora*, 29-62.
- Rodríguez, R., & Seco, J. (2007). Hegemonía y Democracia en el siglo XXI: ¿Por qué Gramsci? *Cuadernos electrónicos de filosofía del derecho Dedicado a: XXI Jornadas de la Sociedad Española de Filosofía Jurídica y Política, "Problemas actuales de la Filosofía del Derecho"*.
- Sanmiguel, P. (2016). Función de la verdad en los discursos y efectos de su capitalización. *Desde el jardín de Freud* 16, 19-35.
- Stavrakakis, Y. (2010). *La Izquierda Lacaniana*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Rebeldia e Obediência: Uma Dualidade Necessária

Resumo

Este artigo reflete sobre o paradoxo em que se encontram rebelião e obediência a partir das abordagens do marxismo e relaciona-as com ideias fundamentais da psicanálise. A partir daí, o autor critica o modelo político e económico, evidenciando o paradoxo atual em que o sujeito se encontra com seu gozo. Só a verdade liberta o sujeito das imposições do capitalismo e torna possível a rebelião. O artigo termina com uma crítica aos movimentos contra-hegemónicos.

Palavras-chave

Capitalismo, psicanálise, marxismo, obediência, rebelião.

Rebellion and Obedience: A Necessary Duality

Abstract

This article reflects on the paradox in which rebellion and obedience are found from the standpoint of Marxism and relates them to fundamental ideas of psychoanalysis. From there understanding, it makes a critique of the political and economic model, evidencing the current paradox in which subject finds himself with his jouissance. Only the truth offers the subject freedom from the impositions of capitalism, it allows him to rebel. The article ends with a critique of counterhegemonic movements.

Keywords

Capitalism, psychoanalysis, marxism, obedience, rebellion.



Eros e Tanatos

Reflexões Sobre A Destrutividade Contemporânea¹

Emílio-Eduardo Salgueiro²

Resumo

O psicanalista Vamik Volkan hipotetiza a necessidade absoluta, reequilibradora, de ter amigos e inimigos, tanto a título pessoal, como grupal, como, até, nacional. São assim criados objectos externos e internos, depressivos ou desamparados e persecutórios, e chega-se, por esta via, à criação das áreas mentais de Eros e de Tanatos, instrumentos fundamentais na classificação da realidade. “Bodes-persecutórios e desesperados”, e “bodes animadores e exaltantes”, são assim criados e usados. São feitas reflexões sobre a pedofilia ou a corrupção, como males sociais prevalentes, e o medo de as entender, é lembrado o diálogo entre Einstein e Freud sobre a violência e a agressão e a sua inevitabilidade. Freud admite que só educação poderá minorá-las, mas não fazê-las desaparecer. O episódio bíblico de Sansão e Dalila ajuda a entender estes conceitos e, finalmente, acrescentam-se algumas considerações sobre as crises contemporâneas.

Palavras-chave

Eros e Tanatos, destrutividade, “bodes expiatórios”, “bodes animadores”.

¹ Conferência proferida na Associação de Estudos Judaicos, no Hotel Real Parque, Lisboa, em 19 de Abril de 2007.

² Pedopsiquiatra e psicanalista. Professor Catedrático jubilado de Psicologia e Psicanálise. Membro Titular, com funções didáticas, da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). E-mail: emilioeduardo.salgueiro@gmail.com

© do Autor 2022. Publicado online em <https://rpppsicanalise.org>, sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Seguindo a exigência da preservação do anonimato dos pacientes e da confidencialidade, o material clínico é apresentado com alteração da identidade do paciente e de dados clínicos.

I

Há uns vinte anos colaborei com um grupo de estudos internacional, com a sede em Londres, chamado “*Psicanalistas contra as armas nucleares*”, em que se procurava entender e aprofundar as motivações, existentes tanto num plano consciente como num plano inconsciente, que estariam por detrás da defesa das armas nucleares e do provável Apocalipse a que o seu uso conduziria. Esforçávamo-nos por dar, na medida das nossas limitadas capacidades, um contributo para que tal não viesse a acontecer.

O psicanalista britânico Moses Laufer, um dos animadores desse grupo, chamou, uma vez, a atenção para um livro e para um autor. O livro tinha como título “*A necessidade de ter inimigos e aliados*” e, como subtítulo, “*Da prática clínica às relações internacionais*” e o autor chamava-se Vamik Volkan (1988), psicanalista de origem cipriota, terra dividida por ódios profundos. Volkan emigrou para os Estados Unidos e baseando-se na sua experiência clínica, no que foi aprendendo com o que vira em Chipre e com o que refletira, inserido num grupo de estudo sobre política internacional, afirmava, nesse livro, que todos temos uma absoluta necessidade classificatória dicotómica da realidade, de amigos para um lado e de inimigos para outro, não podendo dispensar nem de ter amigos, nem de ter inimigos, mostrando-se esta dicotomia como reequilibrante, tanto a um nível pessoal, como grupal, ou nacional, como iremos percebendo no decurso desta conferência.

Este grupo de estudos contra as armas nucleares perdeu força e capacidade motivadora, num primeiro tempo, com os sucessivos acordos de desarmamento que foram sendo assinados entre os Estados Unidos e a União Soviética, num segundo tempo com a ‘*débaçle*’ do mundo comunista e a fantasia, que então se viveu, de que teríamos chegado ao fim de todos os conflitos armados importantes, onde se incluiria necessariamente a abolição completa da existência e do uso de armas atómicas. Como sabemos, o futuro não se tem vindo a revelar tão risonho.

Mas vem deste período, e deste autor, o meu interesse pela compreensão de fenómenos sociais em que se insiram destrutividade e violência.

A época que estamos a atravessar é considerada de particular crispação nacional e internacional. Mas será assim tão diferente de outras épocas? Partilho convosco algumas reflexões sobre um entendimento possível deste sentimento de crise, ou de crises, contemporâneo, e sobre o papel das crises como reguladoras ‘naturais’ de um ‘metabolismo’ pessoal e social alterados. Por fim, falarei na necessidade de uma atenção sustida, para que os factores de destrutividade

intrínsecos às crises possam ser contidos pelos factores de construtividade, que também nelas existem sempre, ou, transpondo para uma outra linguagem, metafórica, ou mesmo mitológica, que Tanatos não leve a melhor sobre Eros ou, pelo menos, que não o consiga durante muito tempo.

Para entendermos as raízes da violência e da destrutividade talvez se justifique irmos ao início da vida, ao bebé pequeno, às descobertas que ele vai fazendo, a pouco e pouco, do mundo e dos outros. Do intrigante que há em tudo o que o rodeia, do que o fascina e encanta, do que lhe dá bem-estar e prazer, mas também do que para ele é incompreensível ou inaceitável, por excesso ou por insuficiência, por desprazer e mal-estar, e que se exprime em dores, choro e gritos, zanga e raiva. O bebé sente que é entendido numas coisas, noutras não, descobre que tem algum poder sobre o que o rodeia e sobre quem o rodeia, mas que esse poder nem sempre é o que ele desejaria ter, nem sempre é o suficiente para o aliviar.

Começa a esboçar-se uma dupla linhagem de estados do corpo e da mente, como dois longos dentes de um garfo, a linha de Eros, ou do bem-estar e da conciliação com o mundo e com os outros, e a linha de Tanatos, ou do mal-estar, do desespero, da zanga com os outros, da ira e da destrutividade. É grande a proximidade entre os dois dentes, que têm uma mesma origem se alternam em importância relativa, se cruzam, quase se fundem um no outro, se separam, se distanciam, se reaproximam: nesta dinâmica residirá a origem da capacidade de uma distinção, que se vai tornando mais clara, entre o que é bom e o que é mau, primeiro passo para a formação dos conceitos fundadores de bem e de mal.

Neste período dramático primordial, o bebé começa, também, a distinguir o familiar do estranho, o primeiro conotado com o bem, com Eros, o segundo com o mal, com Tanatos. A construção do outro como um estranho, sentido como portador potencial do mal, na realidade, as mais das vezes apenas recipiente do mal-estar que o bebé nele deposita pelo mecanismo da identificação projectiva evacuativa, constitui um ganho psíquico importante para a criança, um recurso classificativo da sua realidade, que utilizará quando

necessitar de ‘metabolizar’ inquietações e de se reequilibrar corporal e emocionalmente. Com esta nova capacidade dinâmica o estranho também pode ser reclassificado como familiar se os mecanismos identificatórios do bebé permitirem essa maleabilidade; mas o estranho também pode transformar-se, numa evolução mais perturbada, no estrangeiro ominoso, transmutação esta onde creio que poder encontrar-se a raiz do racismo.

O bebé torna-se mais poderoso. Aumenta a sua capacidade de controlo sobre o que se passa com ele próprio e sobre o que o rodeia, mas pode sentir o poder sobre os outros ainda como insuficiente, coartado no exercício necessário de um poder pessoal, transformador da realidade. Poderá situar-se aqui, como reacção, a raiz primária do autoritarismo, talvez mesmo, a do nascimento das posições e atitudes ditatoriais.

É logo nos bebés que o amor pelos outros alternará com o ódio, a preocupação pelos outros e pelo que de mal se lhes possa ter feito e a descoberta da culpa reparadora, alternará com o desprezo, o sentir-se disponível para os outros, alternará com a vontade de os afastar, diminuir, mesmo destruir.

O bebé primeiro, depois a criança e o adolescente, por fim, o adulto, de acordo com o que tiverem sido as vicissitudes do seu crescimento e do seu amadurecimento, alternarão, assim, entre sentimentos fundadores tanto depressivos, como persecutórios – entre o fiz-lhe mal, não me pode amar, e o quer mal, só o posso odiar – intercalados por períodos curtos de eutimia, ou de passagem quase neutral entre uns e outros. Os sentimentos depressivos, os persecutórios e a eutimia constituirão os tijolos básicos na construção do equilíbrio emocional do próprio e do seu grupo, com a culpa como regulador decisivo. Há, ainda, que considerar a curiosidade e o desejo de apropriação, como grandes propulsores pessoais.

II

Dos bebés, passemos aos crescidos. Procuremos fazer, agora, uma reflexão sobre os momentos de crise adulta e sobre o papel das inquietações persecutórias e depressivas, não só no seu

desencadeamento, mas também na sua resolução e na recuperação de um equilíbrio pessoal e grupal.

Toda a situação de crise grave, provoca um primeiro momento de sideração e de confusão, momento insuportável de angústia que não pode durar muito tempo. Procura sair-se desta situação pela construção impulsiva de uma bifurcação primordial entre as boas e as más qualidades do que a causou, ou de quem se supõe que causou a crise, criando-se o que aparentam ser dois ‘objectos externos’: um ‘objecto externo’ perseguidor e um ‘objecto externo’ depressivo, ou desamparado, com pesos e funções específicas. O termo objecto é aqui utilizado, num sentido psicanalítico, como o oposto do sujeito.

O ‘objecto externo’ perseguidor é eleito/construído sobretudo através dos ‘mecanismos de defesa’ psíquicos designados projecção e identificação projectiva evacuativa, com expulsão de dentro do próprio para dentro desse outro, de todos os aspectos desse próprio considerados como profundamente inaceitáveis.

Na construção desse ‘objecto externo’ perigoso, podem participar, ainda, processos identificatórios introjetivos e, até, adesivos, isto é, de apropriação de qualidades de personagens de força e de exemplo de intolerância, que sirvam como guias, como aliados e protectores, no processo de ‘cruzada’ contra o eleito ‘infiel’, assim lhe reforçando as características persecutórias.

O próprio fica, aparentemente, purificado e fortalecido, e o outro, o apontado, o inimigo designado, torna-se ‘pária’, contaminado, enegrecido, sem valor ou com valor negativo.

Quanto ao outro ‘objecto externo’, o outro ramo da bifurcação inicial, que designei depressivo ou desamparado, e cuja eleição/construção acompanha a do ‘objecto’ perseguidor, sê-lo-á, também, através dos mecanismos psíquicos defensivos’ da projecção e da identificação projectiva. Mas aqui por um processo de atribuição, de entrega e de dádiva a esse outro, dos melhores aspectos dos ‘objectos’ internos pessoais ou grupais, isto é, do que de mais íntimo e valioso possuem, das suas facetas mais capazes de admiração, de gratidão e de esperança.

Também, aqui, surgem processos identificatórios introjectivos a personagens de exemplo, afirmadas mais pela força da razão e da sensibilidade, do que pela razão da força. O ‘objecto externo’ desamparado pode, numa primeira fase, ser sentido como mais vulnerável do que o ‘objecto externo’ perseguidor, mas conseguirá, paradoxalmente, vir a tornar-se mais forte do que ele.

Quer a construção do objecto persecutório, quer a construção do objecto depressivo implicam, também, a utilização de processos de idealização ou de superlativação, negativa no primeiro caso, positiva no segundo.

Instala-se um pensamento dicotómico exacerbado, em todo o seu esplendor. Exemplos, a nível dos grupos: os maus políticos, os perseguidores, e os bons políticos, os desamparados; a má “função pública” e a boa “iniciativa privada”; os maus capitalistas e os bons trabalhadores; os maus americanos e os bons europeus. Estas clivagens, que têm sempre uma conotação ética indignada de escolha evidente do bem e de recusa do mal, podem transformar-se exactamente no seu inverso, dependendo do impulso classificatório dominante no momento.

O grau de equilíbrio ou de desequilíbrio dinâmico conseguido entre as projecções persecutórias e as projecções depressivas, determinará o resultado final do período de crise: ou uma saída saudável, reconciliada, reequilibrada, ou uma saída doentia, uma pseudo-saída de ruminação crónica de destruição do “inimigo” e de inocentação do “amigo”, inocência onde, em princípio, o próprio se incluiu.

Eros e Tanatos mostram aqui, à luz do sol, os seus rostos bem conhecidos e o combate interminável que os une.

Nas crises sociais e políticas complexas, como as que estamos atravessando, momentos persecutórios e momentos depressivos procuram, alternadamente, tomar a ribalta, terminando cada representação com vitórias efémeras, umas vezes de Eros, outras de Tanatos.

Uma nova peça, com os mesmos personagens, embora possam aparentar ser outros, já está nos bastidores à espera do toque da campanha de entrada.

Não podemos, no entanto, esquecer que Eros e Tanatos são as duas faces de uma mesma moeda, tal como as inquietações depressivas e persecutórias são irmãs siamesas, inseparáveis, qualquer uma delas necessitando da outra para sobreviver, para adquirir pujança, contraste e relevância.

Encontra-se, aqui, um aspecto do que Edgar Morin (2001, *in* Green, 2002) designa por pensamento hipercomplexo, nomeadamente o seu instrumento dialógico, isto é, em que duas lógicas, ou duas entidades, ou instâncias, são complementares, mas, também, simultaneamente concorrentes e antagonistas, permanecendo um estado de tensão entre elas, sem que isso as leve a transformarem-se numa unidade de ordem superior: a contradição existe para ficar.

Voltaire (1756), no seu “*Poema sobre O Desastre de Lisboa*”, reflecte sobre a enormidade das consequências sobre os homens, as mulheres e as crianças de Lisboa, tanto sobre os bons como sobre os maus, do terramoto de 1755. Diz, a dada altura:

*Elementos, animais, humanos, tudo está em guerra.
Há que reconhecê-lo, o mal está sobre a terra:
Seu princípio secreto não nos é de todo conhecido.
Do autor de todo o bem, terá o mal decorrido?
Será o negro Tifão, o bárbaro Arimane,
Cuja lei tirânica a sofrer nos condena?
Tais monstros odiosos meu espírito não incorpora
Deles o mundo trememente fez deuses outrora.
Mas como conceber um Deus, a bondade mesma,
Que prodigalizasse seus bens aos filhos que ama
E sobre eles lançasse os males em torrente?
Que visão penetraria os recessos de sua mente?
Do ser perfeito não poderia o mal ganhar teor;
Porém ele não vem de outrem, pois só Deus é o senhor;
Ele existe, contudo. Ó tristes verdades!
Ó mistura espantosa de contrariedades!*

Lisboa, e mesmo a Europa, ficaram num estado de grande vulnerabilidade, sujeitas a um sentimento de serem só objectos e sujeitos desamparados, mesmo hiper-desamparados, como as populações da Ásia perante o tsunami, sem poderem acusar ninguém dessas catástrofes. En-

tre nós, um dos grandes méritos do Marquês do Pombal foi o ter ajudado a construir um objecto persecutório credível, o caos e a destruição e as ‘forças da natureza’, contra as quais virou as forças reconstrutivas do país, que ajudaram a reequilibrar o anel recursivo depressão / paranoia.

Aqui encontramos outro aspecto do pensamento hipercomplexo de Edgar Morin (2001), o aspecto recursivo, em que se constitui um anel, em que as causas produzem efeitos que se reflectem sobre as causas, numa circularidade de difícil, quase impossível, destrição quanto ao seu início.

III

Inimigo é quem nos faz sentir insuportavelmente vulneráveis quer num plano pessoal, quer num plano grupal.

Os grupos e as instituições grupais podem constituir-se como barragens protectoras poderosas contra as inquietações persecutórias e depressivas (Elliot Jacques, 1955). Mas estes grupos e instituições podem, num segundo tempo, fomentar as próprias angústias que se propunham neutralizar, numa circularidade recursiva maligna: podemos aqui entrever um exemplo de outra característica do pensamento hipercomplexo (Edgar Morin, 2001), que é a faceta hologramática, em que, simultaneamente, o todo, neste caso a instituição, contém uma parte, as inquietações persecutórias e depressivas, para a própria parte acabar por conter, ou se apoderar, do todo.

Grupos e instituições podem, assim, gerar climas insurreccionais ou de pré-guerra, como forma de rejeição absoluta, com expulsão dessas angústias, que só esperam uma “chispa”. Recordemos, por exemplo, as rebeliões dentro das grandes penitenciárias, as revoltas contra as ditaduras, a ‘guerrilha urbana’ incendiária, os atentados fratricidas no Iraque, que continuam, tragicamente, a fazer parte do nosso dia-a-dia.

A eleição/construção/consolidação do “bode expiatório”, o objecto externo a combater deriva, pois, de todo um processo complexo, e constitui um momento decisivo, fundador, na procura de um alívio para as inquietações persecutórias: num

tom leve, o Futebol Clube do Porto é o inimigo, ou o Benfica é o inimigo; o P.S. é o inimigo, ou o P.S.D. é o inimigo; num tom muito mais sério, os árabes são o inimigo ou os judeus são o inimigo.

Esta necessidade classificatória “normal” constitui, no entanto, a base em que pode assentar, quando se reúnem as condições propícias, a mutação para o “bode-expiatório – a - destruir”.

A consolidação do “bode expiatório - a - destruir”, dá-se pela convergência de diversas correntes elementares, conscientes e inconscientes, que acabam por formar uma grande torrente imparável, onde a psicopatologia pessoal e grupal encontram condições favoráveis ao seu florescimento: esta consolidação, que permite um apontar de dedo acusatório, acompanha-se de um empobrecimento e de um estreitamento do campo do pensamento, com regresso a uma causalidade linear, unívoca, “mecanicista”, militantemente simplificadora, ela própria persecutória para quem a usa.

“É tudo por causa do petróleo!” ou “Os políticos são todos iguais, são todos uns corruptos”, são explicações lançadas aos ventos, acompanhadas por sorrisos escarninhos, cínicos, de superioridade evidente, como se tivesse acabado de ser descoberto o segredo da “pedra filosofal”, com a inocentação de quem proferiu essas “máximas”!...

Quem não é claramente contra o “bode expiatório” é porque é a favor dele e fica incluído no inimigo a destruir. O grande inquisidor faz a sua aparição.

A partir deste momento, mutativo ou transfigurador, a realidade sofre uma distorção interpretativa estrutural, por vezes um verdadeiro delírio interpretativo, que, para adquirir entendimento e sentido, necessita, por sua vez, de ser interpretado. O objecto depressivo, ou “desamparado”, deixou de ter força, quase desapareceu, a crise perdeu maleabilidade transformadora, arisca-se a enquistar.

IV

O bom “bode expiatório” ou é todo-poderoso ou é muito fraco, mais frequentemente do

primeiro tipo a fim de que possa desempenhar adequadamente as suas funções de “para-raios” para sentimentos insuportáveis de admiração invejosa, de raiva e de ciúme, de ofensa e de humilhação, de vergonha pela fraqueza própria, ou pela fraqueza do outro, ou de culpabilidade pela intensidade desses sentimentos. Todo este emaranhado, como resultado final, conduz então a um sentimento de necessidade, até de mérito, na destruição do outro, mesmo que isso possa implicar a destruição do próprio, como a psicanalista Hanna Segal (1997) nos chamou a atenção, em relação ao uso sempre possível das armas atómicas.

O “bode-expiatório” fraco, eleito por uma necessidade de destruir a fraqueza própria, “despejada” ou intuída no escolhido, ficando o “executante” a sentir-se mais forte e completo depois da violência, é o que se observa nos abusos e maus-tratos a crianças, talvez também nos “serial-killers” de mulheres.

Surge, ainda, uma terceira modalidade, a da destruição de um “bode-expiatório” sentido como forte, mas que se encontra numa situação de fraqueza, cedendo-se ao impulso contido na expressão popular “dá-lhe agora que está de costas”, como parece acontecer nos massacres em escolas americanas, com a matança de indefesos anónimos, sentidos como indivíduos com privilégios insuportáveis dentro da instituição, dentro da família, dentro da sociedade.

A história de Sansão e Dalila, do Velho Testamento, constitui um paradigma adequado para o entendimento destas sequências mortíferas.

Havia em Israel um homem chamado Manué, cuja mulher era estéril. Um dia aparece à mulher o Anjo de Iahweh, que lhe anuncia: “*Tu és estéril e não tiveste filhos, mas conceberás e darás à luz um filho*”... “*Sobre a sua cabeça não passará navalha, porque o menino será nazireu³ de Deus desde o ventre de sua mãe. Ele começará a salvar Israel das mãos dos filisteus.*”

Havia quarenta anos que Israel era dominada pelos filisteus; no entanto, chegado a homem,

este filho, de nome Sansão, sente-se atraído por uma filha dos filisteus e com ela quer casar. Os pais mostram-se desagradados com a escolha do filho, por ignorarem que, por detrás da sua inclinação e decisão, estava um desígnio de Iahweh, que “buscava um desentendimento com os filisteus”.

Com efeito, Sansão vai tendo uma série de conflitos graves com os filisteus, em que mostra a sua força prodigiosa, que surge quando o espírito de Iahweh cai sobre ele: mata trinta convidados da sua boda, incendeia as searas dos filisteus e arrasa e massacra quem se lhe quer opor, e, com uma queixada de jumento, abate mil homens, sempre filisteus...

As mulheres que Sansão escolhe – e é sempre entre os filisteus que o faz – acabam por se mostrar pérfidas, e é essa perfídia que desencadeia ou reforça a sua ira contra os filisteus, que, naturalmente, o consideram seu inimigo e tramam influenciá-las contra ele.

Sansão apaixona-se por uma mulher chamada Dalila. “Os príncipes dos filisteus foram procurá-la e disseram-lhe: “*Seduze-o e descobre de onde vem a sua grande força, e com que meio poderíamos dominá-lo e amarrá-lo para então o prendermos. Cada um de nós te dará mil e cem siclos de prata*”.

Dalila disse a Sansão: “*Conta-me, eu te rogo, de onde vem a tua grande força e com o que seria preciso amarrar-te para que fosses dominado*”.

Por três vezes Dalila procura obter o segredo, por três vezes Sansão a ilude com as respostas que lhe dá, por três vezes os filisteus o atacam convencidos de que o sucesso lhes sorrirá, por três vezes Sansão os destrói.

À quarta tentativa: «Como todos os dias ela o importunasse com as suas palavras e o fatigasse, ele se angustiou até à morte. Então lhe abriu todo o seu coração: “*A navalha jamais passou pela minha cabeça*”, disse-lhe ele, “*porque sou nazireu de Deus desde o seio da minha mãe. Se me cortarem os cabelos, a minha força se retirará de mim, perderei meu vigor e me tornarei um homem como qualquer outro*”.

Sansão não sabia que Iahweh se tinha retirado dele por ter revelado o seu segredo, e que, por isso, ficara sem força quando lhe cortaram os cabelos, enquanto dormia sobre os joelhos

3 NAZIREU - Hebreu que se consagrava ao sacerdócio, conquanto não fosse da tribo de Levi. | Hebreu que fazia o voto de não cortar o cabelo nem beber vinho. (António de Moraes Silva, *Novo dicionário compacto da língua portuguesa*, Matosinhos: QuidNovi, 2002).

de Dalila: “Os filisteus o agarraram, vazaram-lhe os olhos e o levaram a Gaza, onde o encadearam com uma dupla cadeia de bronze, e girava a mó no cárcere”.

Sansão fica mergulhado num estado de desespero, mas, ao fim de algum tempo, os cabelos começaram a crescer. Os filisteus, entretanto, preparavam-se para oferecer Sansão em grande sacrifício ao seu deus, Dagon.

Trouxeram Sansão para uma sala, onde se encontrava reunido um grande número de filisteus: “Fizeram, pois, que viesse Sansão do cárcere, e ele os divertia; depois o colocaram de pé entre as colunas. Sansão disse ao moço que o conduzia pela mão: “*Guia-me e faze-me tocar as colunas sobre as quais se sustenta o edifício, para que eu me encoste nelas*”. Ora, a casa estava repleta de homens e de mulheres. Estavam lá todos os príncipes dos filisteus e, no terraço, havia três mil, entre homens e mulheres, que observavam as brincadeiras de Sansão. Sansão invocou a Iahweh e exclamou: “*Senhor Iahweh, eu te suplico, vem em meu auxílio; dá-me forças ainda esta vez, ó Deus, para que, de um só golpe, eu me livre dos filisteus por causa dos meus dois olhos*”. E Sansão tocou as duas colunas centrais do edifício sobre as quais este se sustentava, e se apoiou nelas, numa com o braço direito e na outra com o braço esquerdo, e disse: ‘*Morra eu com os filisteus*’. Ele empurrou com todas as suas forças, e o edifício desmoronou sobre os príncipes e sobre todo o povo que ali se encontrava. Aqueles que ele fez morrer com a sua morte foram em maior número do que aqueles que fez morrer durante a sua vida.”

(*Bíblia de Jerusalém*, 1995, “Juízes” 12-16, pp. 398-404).

V

Sansão, filho muito especial desde o ventre de sua mãe, designado por Iahweh para grandes feitos, sente-se possuidor de uma força sobrenatural.

Os israelitas estão subjugados pelos filisteus há quarenta anos, e Sansão tem como missão divina começar a salvar Israel das mãos dos opressores. Assim, desde o início, os filisteus são ofere-

cidos como o objecto externo perseguidor.

Sansão escolhe sempre as suas mulheres, objectos externos desamparados, no seio dos filisteus: mandato exogâmico, competição deslocada com o pai – a trama edípica subjacente, começa a transparecer.

A perfídia feminina, as mulheres que sucessivamente o traem, a cupidez dessas mulheres pelo dinheiro, revelam, sobretudo, a insegurança de Sansão, o seu fantasma inconsciente de que há sempre um outro homem, invencível, a quem essas mulheres amam e a quem são verdadeiramente fiéis.

A persistência de Sansão nessa competição transgressiva com o *ímago* paterno, arrasta-o para o castigo que o Édipo infligira a si próprio, o vazamento dos olhos.

Após a punição irreversível, Sansão reflecte sobre a sua situação, procura reconciliar-se com Deus-Pai, e decide levar até ao fim o seu mandato de destruir filisteus. O objecto-externo-perseguidor-que-urge-destruir consolida-se pelo apelo à misericórdia divina, e concede-lhe, de novo, a mercê da força: sentindo-se perdoado por Deus-Pai, Sansão assume tornar-se um vingador-suicida-por-amor-a-Deus, verdadeiro kamikaze japonês, ou homem-bomba palestino, iraquiano, afegão ou marroquino.

O castigo dos fortes e dos poderosos induz um estado de exultação, um alívio do sentimento insuportável de perseguição interna, que a impunidade ofensiva dos “culpados designados” produzia.

Assim se entende a emergência, em certos momentos, de manifestações da chamada “justiça popular”, quando a “outra justiça”, a pessoal, a grupal, a nacional ou, mesmo, a internacional, for sentida como insuficiente ou ausente.

Deste poderoso “caldo de cultura” podem emergir, em tom menor, a turbamulta popular, de que são exemplo as ‘claques’ de futebol exaltadas, em tom maior, os grupos de linchamento que se formam à porta dos tribunais ou das esquadras de polícia e, em tom máximo, as guerras civis genocidas, como na Bósnia e no Ruanda.

No entanto, as manifestações pela paz de há poucos anos, contra a guerra no Iraque, aparen-

temente em movimento de reforço do objecto externo desamparado, tiveram, na realidade, como função principal, proporcionar, aos que nelas participaram, um sentimento de estarem do lado do bem, de serem os escolhidos, de ficarem desprovidos de agressividade ou de violência, de se tornarem, no fundo, o verdadeiro objecto externo desamparado, de readquirirem um estado de graça ou de inocência primordial, à custa do repúdio do Grande Satã, a América, transformada num gigantesco objecto externo perseguidor.

Creio que uma das raízes mais fortes do momento crítico que atravessamos, caracterizado por um sentimento de vulnerabilidade e de desorientação pessoal, grupal, nacional e internacional, teve a sua origem no 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque, e nas insuportáveis inquietações persecutórias e depressivas que em todos instilou, de um modo brutal e duradouro.

É que, com este acontecimento, foi gravemente lesado o sentimento de haver um invólucro protector e contentor societário, nacional, eficaz para amortecer ou não deixar crescer, as inevitáveis inquietações persecutórias e depressivas, derivadas das crises sociais correntes do dia-a-dia.

Ficaram a nu os invólucros protectores mais interiores, o grupal e o individual, sentidos como insuficientes perante tão grande ameaça, e, por isso, desencadeou-se a cascata regressiva construtora de “bodes expiatórios”, neste caso o Afeganistão e o Iraque, com cuja invasão se pretendeu reparar os rasgões do invólucro protector mais exterior.

VI

Mesmo o apontar a dedo, actual, na nossa Sociedade, dos presumíveis pedófilos e dos presumíveis corruptos, surge como uma “pseudo-saída” para esta crise contemporânea: “Cá estão os poderosos com os seus vícios ocultos! Finalmente, vamos poder vingar-nos!”

“Valha-nos a justiça!”, apela-se à instância social tradicionalmente acreditada como neutral e cega, isto é, que é suposta não sofrer a influência dos acontecimentos inquietantes que nos ro-

deiam, como se os/as juízes que a compõem não fossem homens e mulheres inquietos como os outros.

O poder judicial e a sua componente policial são chamados a colmatar indignação popular, melhor dizendo, a aliviar as inquietações persecutórias e depressivas que lhe subjazem, descobrindo e punindo os culpados.

Este deslocamento das inquietações de um mundo globalmente sentido como pouco seguro e demasiadamente complicado, para as preocupações internas de um Estado-Nação, a cujas “autoridades” se exige este ritual de purificação, facilita a aparição de “falsos-culpados”.

Não é necessário pensar em “cabalas”, para se encontrar um entendimento para o que se passa à nossa volta, a partir desta exigência societária de que o Estado e a Justiça apresentem uma “folha-de-serviço” aliviadora das inquietações que perpassam a nossa mente.

O estado, o governo, a justiça e, ainda, a comunicação social, são formados por pessoas imersas no mesmo “caldo-de-inquietação” em que todos estamos mergulhados.

Todos estamos, de algum modo, desejosos de encontrar os culpados e de nos sentirmos inocentes, e os falsos-reconhecimentos derivados de notoriedades mediáticas que podem conduzir a “autos-da-fé”, ocorrem quase naturalmente.

Ao castigar pedófilos e corruptos, ou a quem se procura fazer vestir essa “pele”, não se produz necessariamente justiça reparadora, antes o alívio temporário para as inquietações subjacentes à consciência da vulnerabilidade à destruição.

Os pedófilos são os destruidores da credulidade e da inocência infantis, como os corruptos são os destruidores da credulidade e da inocência adultas: os tempos parecem estar mais propícios para turbas ululantes exigindo “autos-da-fé” dos culpados ou dos falsos-culpados, do que para os esforços de todos e de cada um de nós para proceder a uma análise interpretativa e serena da realidade, bem mais complexa, que nos circunda.

A mente acaba por se sentir forçada a um movimento regressivo, a uma procura de retorno à causalidade linear, “mecanicista”, a uma procura de destruição do pensamento complexo e hiper-

complexo, através de ataques ao pensamento que procuram separar o inseparável, como seja a ligação “dialógica” de Eros e de Tanatos.

Procura-se, assim, com a espada flamejante da Justiça, separar cegamente os puros dos impuros, os inocentes dos culpados, os que merecem a vida dos que merecem a morte.

O retorno a este pensamento dicotómico feroz, derivado remotamente do sentimento de “ofensa social grave”, acaba por exigir vingança sangrenta.

Aqui e ali, ouve-se dizer, quase como declaração de princípios: “Confio na Justiça!”, tendo subjacente a ideia da confiança cega no seu funcionamento, que justificaria, de um modo axiomático, uma entrega desarmada nos seus braços.

Na realidade, o que se deveria pensar e dizer, seria qualquer coisa como: “A Justiça, mesmo com toda a sua eventual boa vontade, está, ela própria, imersa na crise contemporânea, com tanta necessidade de análise da sua própria estrutura e dos seus mecanismos de funcionamento, conscientes e inconscientes, e de ajuda, como qualquer outro protagonista social”.

VII

Sigmund Freud, na carta que dirigiu a Albert Einstein em setembro de 1932 (*Freud/Einstein correspondence*, 1932), procura responder à pergunta: “Há alguma maneira de libertar a humanidade da ameaça da guerra?”, questão que, sob os auspícios da Liga das Nações, Einstein lhe propusera.

Freud afirma colocar-se na posição de um observador psicológico, que pode expor um ponto de vista sem necessariamente possuir uma solução para o problema.

Continua Freud, que, tal como acontece no reino animal, desde o início da espécie humana, os conflitos de interesse entre os homens foram sendo resolvidos pelo recurso à violência, à força bruta: além do mais, matar um inimigo satisfazia, também, uma inclinação instintiva.

A vitória pela força muscular foi substituída pelo domínio possibilitado pela posse de armas e, depois, pela superioridade intelectual que permite fabricar as melhores armas.

A afirmação do poder sem limites do mais forte, só poderia encontrar uma oposição válida na união de vontades dos mais fracos, que conseguiriam, assim, chegar à construção e à imposição da lei – “*L’union fait la force*”, como diz Freud –, mas esta maioria “legalista” tem de ser duradoura e manter-se estável.

A lei necessita de uma autoridade que a faça cumprir, e o reconhecimento progressivo de que há uma comunidade de interesses que, deste modo, ficam mais bem protegidos, cria laços emocionais fortes entre os membros do grupo. No entanto, desde início, a comunidade é formada por membros de força desigual, e as leis começam por ser feitas para defender os interesses dos mais poderosos.

A partir daí, duas tendências opostas se esboçam: por um lado, a procura, pelos membros dominantes, de se colocarem acima da lei, por outro lado, o esforço feito pelos oprimidos sociais, de obterem mais poder e conseguirem, dessa forma, a aproximação a uma justiça igual para todos.

O reequilíbrio social pretendido ora é conseguido por meios pacíficos, ora, como acontece mais frequentemente, por rebeliões, que podem chegar à guerra civil.

Sublinha Freud, que a história da raça humana mostra uma série infinita de conflitos entre comunidades e, mesmo, dentro de comunidades, quase sempre resolvidos pelo recurso à força.

Certas guerras nada trouxeram que não fosse o mal, outras contribuíram para a transformação da violência em lei: algumas revelaram-se meios apropriados para se chegar a uma paz aceitável, duradoura, como a “Pax Romana”. No entanto, a paz mostrou-se quase sempre precária, temporária, e as guerras foram-se sucedendo, interminavelmente.

Freud afirma que a prevenção das guerras só seria possível se houvesse acordo entre as nações para a instituição de uma autoridade central, suprema, com um poder real aceite por todos os membros, o que não tinha ainda sido conseguido, porque emergiam sempre conflitos de interesses insanáveis, que faziam falhar todas as tentativas de substituição duradoura do uso da força pela força das ideias.

E, continua Freud, o entusiasmo pela guerra é fácil de entender, se dermos conta do peso que têm, em todos nós, os instintos mobilizados pelo ódio e pela destruição.

Recorda Freud, que somos portadores de dois tipos de instintos, aqueles que estão ligados à preservação e à união, ou a Eros, e os que procuram separar, destruir e matar, inspirados em Tanatos.

Nenhum destes tipos de instinto é menos essencial do que o outro, pois que não podem actuar isolados, só em ligação, sendo que cada um deles é acompanhado por uma certa quota-parte do outro, para que possa chegar ao objectivo pretendido.

No assentimento à guerra há sempre uma multiplicidade de razões, umas nobres e outras mesquinhas e vis, umas defendidas abertamente, outras mantidas em segredo, algumas conscientes outras inconscientes.

Freud acentua que não vale a pena tentar deitar fora as inclinações agressivas dos homens, o que pode ser feito, é tentar desviá-las do seu alvo, de modo a que não necessitem de se exprimir pela guerra.

Com essa finalidade, recorrer-se-á a métodos indirectos de combater a guerra, pela procura de um reforço de Eros, através de tudo o que o que possa encorajar o crescimento dos laços emocionais entre os homens.

Freud afirma que a educação talvez possa, lentamente, vir a ajudar formar um estrato social superior de mentes independentes, capazes de procurarem a verdade e o bem-comum sem se deixarem intimidar, e de conduzirem a bem os estratos sociais inferiores no caminho para a paz: Freud reconhece, no entanto, que a utopia ronda de perto estas ideias...

De qualquer modo, nem todas as guerras são condenáveis em grau igual e algumas são mesmo necessárias, e só muito lentamente o processo civilizacional virá a dar frutos, no sentido de as tornar ainda mais desnecessárias.

Freud diz ter, no entanto, não só um repúdio intelectual e emocional à guerra, como, ainda, uma intolerância constitucional: todos os homens têm direito à vida e a uma vida esperançosa,

têm direito a não terem de sujeitar-se a humilhações, a não terem de matar os outros homens, a não terem de destruir os objectos materiais preciosos que constituem património da humanidade, e, ainda, a não terem de se submeter ao rebaiamento estético que a guerra impõe.

Freud termina dizendo ter esperança de que tanto a atitude cultural e o amadurecimento civilizacional, como o entendimento das consequências previsíveis de uma futura guerra, possam conduzir ao seu evitamento.

VIII

Esta carta-resposta de Freud a Einstein, é datada de 6 de Setembro de 1932, e a entrada que Freud faz no seu 'Diário: 1929-1939', para esse mesmo dia, regista as palavras "*Terminada a discussão com Einstein*".

O tom da carta não aparentaria ser propriamente o de uma discussão. Parece ter havido, sim, uma vontade de Freud, meio a contragosto, em amenizar o que dissera sobre a inevitabilidade e a inseparabilidade dos instintos de vida e dos instintos de morte, pelas considerações que faz acerca do seu desagrado pessoal pela guerra e pelo desejo que expressa de que o progresso no processo civilizacional venha, a longo termo, dar frutos antiguerra.

O escritor Henri Barbusse dirigira, nesse mesmo ano de 1932, um apelo aos médicos de todo o mundo, para que participassem num Congresso Contra a Guerra, a ter lugar em Genève, com início a 28 de Julho desse ano. Freud apõe a sua assinatura no apelo (Freud *et al.*, 1979, p.263).

No entanto, numa carta que escreve a Max Eitingon, em 18 de Agosto, também desse mesmo ano de 1932, Freud refere-se à resposta que irá dar, poucos dias depois – como vimos, ocorreu a 6 de Setembro – à questão posta por Einstein, expressando-se nos seguintes termos: "*Infelizmente tem a ver com o que pode ser feito para evitar a desgraça da guerra. Não penso que venha a receber o Prémio Nobel da Paz pela minha contribuição.*" (Freud Museum of London (1992). *The diary of Sigmund Freud: 1929-1939*, p.132).

Aparentemente, Freud está desconfortável

com toda esta situação por, de algum modo, se sentir forçado a atenuar o seu pessimismo quanto à inevitabilidade da guerra, pessimismo que se terá vindo a acentuar ao longo desse Verão de 1932.

Nos comentários de Michael Molnar ao “Diário: 1929-1939”, na entrada referente ao dia 1 de agosto de 1932 (p.128), é sublinhado que, quando o livro que contém a resposta de Freud a Einstein, intitulado “Porquê a guerra?”, foi editado algum tempo depois, já Freud tinha cortado as suas conexões com a Liga das Nações e condenado a Conferência de Desarmamento que, sob os auspícios da Liga, sempre veio a desenrolar-se em Genève, entre 1932 a 1934.

As eleições que confirmaram Hitler como Chanceler do Reich só tiveram lugar em 5 de Março do ano seguinte, 1933, e a Guerra Mundial renunciada, que não se conseguiu evitar e que, tudo parece indicar, deveria ter ocorrido mais cedo, desencadeada preventivamente pelos países democráticos que, mais tarde, se vieram a ter de aliar contra a Alemanha, estava, ainda, a seis anos de distância. Pelo menos o Holocausto e os seus seis milhões de mortos não teriam tido lugar.

Freud vai observando, ao longo desses anos 30, as restrições crescentes e muito graves, que os Nazis vão impondo aos judeus, incluindo as suas próprias obras, a psicanálise e o movimento psicanalítico, tudo *‘produtos semíticos’*.

O “antisemitismo” constitui o paradigma do sentimento do “bode-expiatório”, ou do “núcleo de intolerância básica” da nossa civilização, que por vezes parece adormecido ou desaparecido, para regressar com pleno vigor, como um recurso sempre fiável, perante a aproximação de crises políticas e societárias complexas.

Os amigos, os colaboradores e os familiares de Freud, insistem veementemente com ele, para que deixe a Áustria.

Freud resiste a estes conselhos realistas, aduzindo que, apesar de tudo, o que se estava a passar na Áustria era diferente do que se estava a passar na Alemanha, acrescentando não acreditar que a protecção às minorias, que o Tratado Internacional de Paz assegurava, deixasse de ser considera-

do válido na Áustria sem que as potências vencedoras da 1ª Guerra Mundial intervissem.

Freud nega o perigo evidente, procura não ver a realidade e parece sentir-se protegido pelo “invólucro-fronteira” da Áustria.

Só quando se dá o *Anschluss*, em 11 de março de 1938, verdadeira “rasgadura” e violação da identidade austríaca, e passa a haver na Áustria regulamentos e leis em tudo idênticas às alemãs, só quando Freud sente que os invólucros restantes, o grupal da psicanálise, o pessoal e o familiar, não têm capacidade protetora e contentora suficientes contra o terrorismo nazi, concorda refugiar-se na Inglaterra.

IX

A psicanálise constitui uma arma poderosa de ajuda para a compreensão não só das crises pessoais, como, ainda, das crises grupais e, mesmo, das crises sociais, nacionais e internacionais.

Tem sido pouco usada com esta finalidade, mesmo pelos próprios psicanalistas, que se sentem num dever de prudência, de falarem, com cautela, em tudo o que ultrapasse o pessoal, ‘intrapésico’.

Esta prudência não era partilhada pelo próprio Freud, como toda a sua obra largamente o demonstra.

A psicanálise não pode ser entendida como “milénarista”, anunciando a boa-nova do fim de uma análise pessoal como se do acesso ao paraíso se tratasse, com a entrada do analisando num mundo sem conflito e sem sofrimento, na realidade, com a desapareção do pensamento hiper-complexo (Edgar Morin, 2001).

Não é este o sentir profundo e final de Freud, como reafirma com as suas ideias sobre a interminabilidade de uma psicanálise pessoal e a persistência inultrapassável de Eros e de Tanatos (Freud, 1937).

Seja como for, creio que estaremos a responder ao apelo de Freud, no fim da carta a Einstein, se ajudarmos, com os nossos instrumentos, o processo cultural e civilizacional, mais ao lado de Eros do que de Tanatos: a psicanálise pode e deve ser ouvida.

A real complexidade da humanidade é-nos, também, lembrada, numa outra linguagem, por Edgar Morin no seu livro “L’identité humaine” (2001), através do estabelecimento que ele faz de um anel de recursividade que vai do *homo sapiens* ao *homo demens*, o homem enlouquecido, retornando ao *homo sapiens* para, de novo, se reconduzir ao *homo demens*, e assim sucessivamente: reaparecem os dois dentes de um mesmo garfo.

Uma ajuda fundamental à recondução do *homo demens* actual ao *homo sapiens*-que-está-sempre-à-espera-que-o-chamem pode ser dada por uma psicanálise que não se considere nem cega, nem surda, nem muda.

A cegueira de Édipo, a cegueira de Sansão, a cegueira da Justiça, a confiança cega na Justiça, a cegueira de Freud perante o perigo, são o oposto do que a visão psicanalítica tem obrigação de ser.

A psicanálise tem de assumir que vê e ouve o que se passa à sua volta, que reflecte, lê e interpreta, em suma que analisa e que transmite o que viu e ouviu, através do processo originalíssimo de leitura das “realidades”, que Sigmund Freud lhe doou.

Esta transmissão específica da psicanálise, pode conduzir a um fortalecimento dos objectos externos desamparados, à custa do enfraquecimento dos objectos externos perseguidores, primeiro passo do processo lento, reparador e cicatrizador, dos rasgões dos invólucros pessoal, grupal, nacional e internacional.

Creio que este processo, sempre inconcluído, está, no entanto, em movimento: há sinais disso, por exemplo, em Portugal, no momento actual, em que o afrontamento, em relativo equilíbrio, entre inquietações depressivas (“não prestamos”) e persecutórias (“os outros não prestam”), em anel recursivo dinâmico, parece conter, pela sua intensidade crítica, um potencial locomotor de mudança.

Também, a nível internacional, se encontram sinais vivos que permitem alguma esperança, com o empenhamento de muitos, no doloroso e difícil processo de paz no Médio Oriente, em que afegãos, iraquianos e americanos, israelitas e palestinianos, para já não falarmos nos iranianos e nos sírios, se implicam na transforma-

ção mútua dos seus objectos externos, tanto dos perseguidores como dos desamparados, que até agora apelavam sobretudo para a vingança e para a destruição do outro. A pacificação sem vingança é sempre muito dolorosa, o que torna mais do que necessária a ajuda de todos nós, para os penosos processos de “luto” e de renascimento, que conduzirão a dar força aos objectos desamparados e enfraquecer os objectos perseguidores. A psicanálise pode ajudar tanto na compreensão destes processos, como na sua modificação (Sibony, 2003).

Os “objectos internos” de cada um de nós, os que melhor representam o nosso íntimo, aproveitarão e seguirão o movimento dos “objectos externos”, na grande reparação, no sentido psicanalítico do termo, que a crise actual invoca.

Convém que esta reparação esteja bem avançada, antes que novas crises de vulto – que serão sempre inevitáveis – venham a ganhar força. ❧

REFERÊNCIAS

- A *Bíblia de Jerusalém*. S. Paulo: Paulus, 7ª impressão, 1995.
- Bion, W. R. (1967). *Second thoughts – Selected papers on psycho-analysis*. London: Maresfield Reprints, 1984.
- Covington, C., Williams, P., Arundale, J. & Knox, J. (Eds.). (2002). *Terrorism and War – Unconscious dynamics of political violence*. London: Karnac Books.
- Derlieu, A. (1997). *Sigmund Freud – Index thématique*. Paris: Anthropos.
- Eigen, M. (2005). *Emotional storm*. Middleton, Connecticut: Wesleyan University Press.
- Freud/Einstein Correspondence. (1932). In Covington, C. et al, Eds. (2002). *Terrorism and war – Unconscious dynamics of political violence* (pp. 187-202). London: Karnac Books.
- Freud, E., Freud, L. & Grubrich-Simitis, I. (Dir.) (1974). *Sigmund Freud, lieux, visages, objets*. Bruxelles: Editions Complexe/Gallimard, 1979.

- Freud Museum of London. (1992). *The Diary of Sigmund Freud, 1929-1939*. London: Hogarth Press.
- Freud, S. (1937). *Analysis terminable and interminable*. S.E. 23, (pp. 209-253).
- Gay, P. (1988). *Freud, a life for our time*. London : Papermac, 1989.
- Green, A. (2002). *Idées directrices pour une psychanalyse contemporaine*. Paris : PUF.
- Jaques, E. (1955). Os sistemas sociais como defesa contra a ansiedade persecutória e depressiva – Uma contribuição para o estudo psicanalítico dos processos sociais. In M. Klein, et al. *Temas de psicanálise aplicada* (pp.207-231). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Jones, E. (1953). *The life and work of Sigmund Freud*. London: Penguin Books/Hogart Press, 1964.
- Klein, M. (1948). *Contributions to psycho-analysis – 1921-1945*. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-analysis, 1968.
- Klein, M., Heimann, P., & Money-Kyrle, R.E. (1955). *Temas de psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- Klemperer, V. (1995). *I will bear witness 1933-1941 – a diary of the nazi years (vol.I)*. New York: The Modern Library, 1999.
- Meltzer, D. (1978). *The Kleinian development – Part III, The clinical significance of the work of Bion*. Perthshire: Clunie Press.
- Morin, E. (2001). *L'identité humaine*. Paris : Éditions du Seuil.
- Segal, H. (1997). *Psychoanalysis, literature, and war*. London: Routledge and the Institute of Psychoanalysis.
- Sibony, D. (2003). *Proche-Orient – Psychanalyse d'un conflit*. Paris: Éditions du Seuil.
- Volkan, V.D. (1989). *The need to have enemies & allies*. New Jersey: Jason Aronson Inc.
- Voltaire. (1756). *Poema sobre O Desastre de Lisboa*. Lisboa: Frenesi, (2005).

Eros and Thanatos - Reflections on Contemporary Destructiveness

Abstract

The psychoanalyst Vamik Volkan hypothesizes that there is the absolute, rebalancing need to have friends and enemies, both personally, as a group, and even nationally. In this way, external and internal, depressive, or helpless and persecutory objects are created, and in this way the mental areas of Eros and Thanatos are created, which are fundamental instruments in the classification of reality. “Persecutory and desperate goats” and “exciting and exhilarating goats” are thus bred and used. Reflections are made on pedophilia or corruption, as prevalent social evils, and the fear of understanding them, the dialogue between Einstein and Freud on violence and aggression and their inevitability is also remembered. Freud admits that only education can lessen them, but not make them disappear. The biblical episode of Samson and Delilah helps to understand these concepts and, finally, some considerations about contemporary crises.

Keywords

Eros and Thanatos, destructiveness, “scapegoats”, “animating goats”.



“This work opens my mind... It is a marvellous gift...”

An interview with Franco De Masi

Nuno Sousa Monteiro¹
Franco De Masi²

¹ Psychologist. Candidate member of the SPP. E-mail: nunosmonteiro@yahoo.co.uk

² Titular Member with Didactic Functions (Full Psychoanalyst) of the Italian Society of Psychoanalysis. He was President of the Milan Psychoanalytic Center and Secretary of the Milan Training Institute. He is a Psychiatrist, having worked for twenty years in psychiatric hospitals. He lives and works in Milan, exclusively dedicated to Psychoanalysis. He has published several articles in the International Journal of Psychoanalysis and in the Rivista Italiana di Psicoanalisi. He is the author and editor of several books, translated into English, French, German, Spanish and Polish, including: *The Sadomasochistic Perversion; Making Death Thinkable; Vulnerability to Psychosis; Working with Difficult Patients and A Psychoanalytic Approach to Treating Psychosis.*

© do Autor 2022. Publicado online em <https://rpppsicanalise.org>, sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional. Seguindo a exigência da preservação do anonimato dos pacientes e da confidencialidade, o material clínico é apresentado com alteração da identidade do paciente e de dados clínicos.

Nuno Sousa Monteiro: *Having worked so much on the understanding of psychosis, in which ways do you consider today the benefits of the application of the psychoanalytical process with severe psychotic patients?*

Franco De Masi: Well...it is a good question... but, first of all, I think that we need to consider how psychoanalysis, in general, looks today at the psychotic illness. In my opinion, psychoanalytic thought has not been systematically applied to the psychotic illness... There has been very important work from great analysts, in the past, such as the work of Frieda Fromm-Reichmann;

Searles; Federn...and also Jacques Lacan, who had some interesting thoughts concerning psychosis, even though he did not develop them, but showed great intuition on the psychotic process... After that, of course, we had the Kleinian group...not Melanie Klein herself. Albeit having profound intuitions, she did not focus her attention on the nature and developing of psychosis...but the likes of Hanna Segal; Rosenfeld; Meltzer, and specially Wilfred Bion... But, after the work of these great minds, there have been a progressive decrease... Nowadays, there are very few psychoanalytic contributions concerning psychosis...which, for me, is a very important state of mind...

NSM: *And why do you think that has happened?*

FDM: I think that these great works that I mentioned are not easily translated into the clinical work...and the analysts have been finding themselves in great difficulty in the course of the therapies with psychotic patients... So, the interest in this area has stopped, and this disinvestment happened in silence...there has not been an open scientific debate about it. I think that that is the main problem: the scientific enquiry on the nature of the psychotic illness has really stopped.

NSM: *But not in your mind...*

FDM: No... I have worked, during two or three decades, systematically, on the psychoanalytic therapy with psychotic patients. Thirty years ago, I formed a group of colleagues in Milano...and we carried on a continuous clinical reflection on the problems and difficulties found in treating such kind of patients. We examined many patients, and not only in analytic settings, but also in psychotherapeutic settings...

But, to me, what was really important was that the therapist or the psychoanalyst had to give the patient what was necessary, in order that the patient could understand his own ways of thinking.

NSM: *Wouldn't you say that that also applies to the treatment of every patient in general?*

FDM: Yes, but with psychotic patients it is really important to treat him for his condition, that is, to not treat him as a neurotic...and, working with that perspective in mind, we found that, even patients in psychotherapeutic treatment on a two-session a week program have improved, with very few relapses... So, I think that one has to treat this kind of patient along these lines, and enquire more and more about the psychotic state of mind.

NSM: *In each session with such patients, I believe that there are some very concrete clinical problems, such as the way of communicating. Don't you agree that the way of listening, and also probably of speaking, is the first difficulty encountered by the psychoanalyst in such situations?*

FDM: Yes, but I think that we have to understand, first of all, that the psychotic patient is not using his mind in a psychic way for understanding himself and other people... He is using his mind in a sensorial way. He is continuously producing images, sounds, narrations...because he is in a psychotic withdrawal... Regarding this matter, my main idea is that the psychotic patient, during his childhood, lived in a childhood withdrawal. This thought came from the work I did with another group, which had in treatment young children... very ill children... I discovered that some of them lived in an alternative world in which they were captured. And they used their mind to construct a sensorial world...in which they seemed not to suffer when they were alone. On the contrary, they often showed that they did not want to be with other children, ignoring their classmates. They really seemed captured in this dissociative world of a sensorial nature.

NSM: *And what happens to such children? I mean, do you think that is any improvement possible?*

FDM: Well when this process continues for years... And it is destined to continue, because it has a psychopathological structure, their minds continue to be devoid of intuitive functions. This

kind of mind does not work with the dynamic unconscious, symbolism, and repression, as typically happens with the neurotic mind...

But, returning to your question regarding communication, I think that, in order to communicate with psychotic patients, we have to...not to interpret but to listen...to listen...to listen to them and try to intuit how that mind works. And to try to locate when, in that patient's life, the psychotic process begun. We have to investigate in the patient's childhood, in his first and closest relations, so we can have a picture of his evolution.

NSM: *You were saying that in such situations one should not interpret...*

FDM: Yes. We are not to use the interpretative method... Well, we are trained, since the beginning of our analytic training, not to listen to our patients as in a communication between two people. We are trained to listen to our patients in order to interpret the hidden meaning of what the patient says... If we do the same with a psychotic patient, there will be a confusion, because his mind is devoid of intuitive and symbolic functions. So, he will not understand your interpretation as regarding the unconscious meaning of his mind. He will think that you are revealing to him a new reality...

NSM: *And that, as you were saying, can be very confusing...*

FDM: Confusing and very dangerous... I think that a lot of psychotic transferences that these patients develop in analysis are originated by this kind of approach by the psychoanalyst. So, you are to listen...a lot...

NSM: *In your work, how do you deal with these difficulties?*

FDM: In my work, I try to get in touch with the healthy part of the patient's personality and try to help him to understand how he constructs

his delusions. In my latest book on psychosis, I described my work with a patient which I had in analysis for sixteen years. I listened to him very carefully...and kept asking myself how he constructed his delusions. My system is to describe the patient's hallucinatory world. Not to interpret but to describe. And when I describe it, I am in contact with the sane part of his personality, with which I can form a therapeutic alliance. Then, that sane part of his personality can begin to see the psychotic part of his personality. And so, when this happens, the healthy part of the patient's personality can grow and contain the psychotic part of the personality. But it is a very difficult and long process...

However, the timing to begin the treatment is also very important. I prefer to treat psychotic patients after the first psychotic episode. Usually, the psychotic breaks will recur many times, but if you begin analysis after the first crisis, you will find that the patient's healthy part is more integrated, more alive.

NSM: *And, as you had also wrote in your latest book, A Psychoanalytic Approach to Treating Psychosis, the prognosis is generally a lot better.*

FDM: Yes, that's right.

NSM: *In that book, stressing that you don't follow a kleinian perspective on the concept of phantasy concerning psychosis, you wrote: "Fantasy that leads to psychosis is founded not on representations of objects or on aspects of reality, but on sensory impressions proper; and what is produced via a sensory use of the mind is unfortunately not easily modifiable." (p. 140) Could you comment on that?*

FDM: I think that that concept still lacks some clarity in psychoanalytic thinking, because the kleinian concept 'phantasy' is the psychic equivalent to the impulses. But there are various kinds of fantasy, such as the creative fantasy in dream-like states. But the fantasy of the psychotic is sensorial. The kind of fantasy of the psychotic patient is a new reality; the psychosis is a new reality.

That's why I think that the psychotic patient uses his mind as a sensorial organ, and not as an organ used to understand the psychic reality. So, this fantasy is a special fantasy...it is a concrete, realistic, substitute of the psychic reality. That is why we have to keep remembering, and being aware, of the special use of his mind by the psychotic patient.

NSM: *Would you say that, working with psychotic patients demands an extra strength from the analyst, which has to remain observing and listening, closer and closer to the psychotic part of the patient's personality, in order to describe to him that psychotic world in which he lives?*

FDM: Yes, I agree...

NSM: *...and preferably, resisting the urge to escape to a more comfortable world by means of interpretation?*

FDM: Yes, yes...but, you see, I am interested in investigating, not the known but the unknown parts, and the unknown functions, of the mind. Our mind is really very interesting, it is mysterious, and that is what interests me. As psychoanalysts, we know just a part of the mind functioning, but certainly not the total potentiality of our minds. And I think that psychosis is an expression of the potentiality of the mind. We use the intuition in order to try to know the unknown territories of the mind, and to me psychosis is one of those territories.

NSM: *When you say that you are 'interested', I feel that you mean a lot more than that. Would you agree with the idea that you have a passion for psychosis?*

FDM: Oh yes, for me it is a passion... Not in the beginning of my psychoanalytic work though, because I was very timid, and I would not take a psychotic patient for analysis. I worked for twenty years in a psychiatric hospital, and I followed a lot of psychotic patients there. When I left the hospital and my work as a psychiatrist, in order to become a psychoanalyst, I had this thought

in my mind: I believed that, having had all that experience, I would be able to understand, as a psychoanalyst, more about psychosis. Really, as a psychiatrist, I have treated many psychotic patients, but without knowing and understanding why patients got better or suffered crisis. I used medication; psychotherapy; social psychotherapy...but I did not know how and why patients improved or aggravated their conditions.

NSM: *But that understanding changed with psychoanalysis...*

FDM: Well, yes, but not at first. When I began my work as a psychoanalyst, I didn't accept psychotic patients for a long time...around fifteen years. And that was because I had to have a more and more skilled psychoanalytic attitude. For me it was not possible to translate my knowledge as a psychiatrist into a psychoanalytic setting. However, it was not possible to keep avoiding some psychotic patients asking to be treated analytically, and so it happened to me... I took into analysis a psychotic patient. I remember that he asked to start his analysis in July...in July... Well, we started the analysis in September.

NSM: *And being your first psychotic patient in analysis, how did the work go?*

FDM: Well, I followed this patient for seven years, on a four session-a-week in the couch model – and I wrote about this patient on the paper "Intimidation at the helm: superego and hallucinations in the analytic treatment of a psychosis", that I published in the *International Journal of Psychoanalysis* (1997).

But, after seven years of work, the patient had a terrible crisis during the holidays...for me it was a good shock, a very good shock.

NSM: *How so, a 'good shock'?*

FDM: Yes, it was a good shock...we really have, as psychoanalysts to be able to tolerate frustrations...

It was very important for me, because I could think why this analysis was a failure. I realised that, during this analysis, I had worked with him as he was a neurotic patient: I waited for associations; gave interpretations of his dreams...but I recognise that I have avoided the psychotic part of his personality. I also did not discuss with him his psychotic break, because whenever I tried to discuss it with him he refused to do it. He was terribly afraid of what happened with him... After this analysis, I understood that he was afraid that if he would remember the psychotic episode, he would suffer another one. This patient showed me that he was unable to distinguish between a memory of a psychotic crisis and suffering a real psychotic crisis.

NSM: *After that experience, how did you face the prospect of working with other psychotic patients in a psychoanalytical setting?*

FDM: Well, after that experience I continued to work on the mysteries of psychosis. When I published this case, I wrote about the reasons for this failure...

NSM: *I would say that even in a more passionate way after that first experience...*

FDM: Yes, yes... I carried on working on the understanding of psychosis, also working in groups...both adult and children groups. This brought me more and more ideas on the psychotic process...

NSM: *Wouldn't you say that writing about failure also requires that extra strength that we were thinking about, not only with psychotic patients but with all patients in general, concerning the observation and listening, when we are able to refrain from interpreting, enduring the frustration of not knowing?*

FDM: Yes... Yes, that is right. But, you see, for me what is most important is the interest on this fascinating subject that is psychoanalysis. We received a beautiful gift from Freud...and, yes, I am passionate. I am 81 years old now, and

I am always interested...in new patients, supervisions... this work opens my mind... It is a marvelous gift...

NSM: *With all these years of experience, what is your vision on the future of psychoanalysis?*

FDM: ...it's not a simple question... In my opinion, the future of psychoanalysis is uncertain... It is not clear. In my opinion, in the last decades, it seems that the development of psychoanalysts, both from a theoretical and a clinical perspective, has undergone a progressive slow down. There is not a good development of our discipline. In my opinion, one of the problems is that the attention of psychoanalysts has shifted from clinical investigation to the functioning of the analyst's mind in the session. The attention of the psychoanalysts has moved from the patient to themselves...

NSM: *What is the origin of that shift?*

FDM: Well, I think that some of the interpretations of Bion's ideas have contributed to this shift...and sometimes, it is as if the patient's development depends on the analyst's subjective response; on his fantasy, on his so-called *rêverie*. For example, Ogden's statement that we have to dream the dream not dreamt by the patient...

Well, psychoanalytic clinical work is very hard, very difficult...it is not easy to dream the patient's undreamt dream.

NSM: *When you started your training, was the psychoanalytical atmosphere different?*

FDM: Yes... My experience as a young analyst started in a different environment, yes. I was trained during a period of great progress in psychoanalysis. The kleinian group, all of them, worked with very ill patients, which contributed greatly to the discovery of new and very important concepts, such as projective identification; communicative identification; adhesive identification; the psychotic part of the personality... many important concepts and ideas.

NSM: Which you think that does not happen today...

FDM: Well, it seems to me that most of today's contributions are more “elegant”, but not so deep. Today we are able to present very “elegant” contributions, very smart contributions...but without a cognitive and creative impact on the clinical work. There are many very ill patients, such as borderline; anorectics; psychotics; perverse...that escape from our vision.

NSM: And why do you think that that is happening?

FDM: It is mainly because, today, many analysts are not able to tolerate frustration. To tolerate frustration... I think that, as I have stated in my book *Working With Difficult Patients*, working with very difficult patients is not rewarding... Many psychoanalysts today prefer to work with psychiatrists; analysts in training, but not very ill patients. There are but a very few that still work with difficult patients, as we can also confirm by the papers generally produced these days. Psychoanalysis is escaping from the clinic. Today we have a lot of comments on movies; comments on novels...we turned psychoanalysis into a subject for conversation in *piccolo salotto*, parlor talk. Small talk, really...

NSM: I was also thinking of Bion's statement that: “(...) a lot of analysts seem to be bored with their subject; they have lost the capacity for wonder.”... don't you think that this is one of the reasons for what you were describing?

FDM: Yes, yes...that is true. I also think that it is necessary to extend our research to the least explored territories of the mind. Specially in the case of those mental conditions which show us processes of mental functioning that we do not know. Well, we know some very important mental processes. But there are other territories not yet well explored, that are new, in which the possibility for interpretation, and the symbolic function of the mind and the dreams...are different. They are not what Freud started to explore. For me it

is necessary to develop a new metapsychology that goes beyond what was intuited by Freud, and that deals with the dynamic unconscious and repression. We have to broaden, to amplify, the field of what is already known, because we keep repeating continuously what we already know. For me, the main danger is that psychoanalysis may remain prisoner of itself.

I think that we have a difficult problem that concerns the new generations, which is this: are we able to transmit that the analysis is not a clinical application, it is a research; it is a science, to discover new territories.

NSM: Considering that danger, and the necessity of exploring new ideas and approaches, with all your experience in the Milano Institute, what do you think that can be done to solve that problem?

FDM: Well...it is not easy to answer that question. I don't really know the training programme in other societies, I can only speak about my society. The Italian Psychoanalytical Society is well organized regarding the training. The training takes four years with the presence of the students, which have to take two cases, for two years, under the supervision of a training analyst. I think that this system is efficient, but, in my opinion, it is too similar to a high school type of education. There is little freedom, and autonomy, on the student's part. In the past, I have made some proposals to my colleagues with the intention of improving this system, but it was very difficult... One of the reasons was that, since the analysts do not get paid to teach at the institutes, sometimes there can be little motivation to spend a lot of time with this activity. So, each one, teaches two or three lessons and another colleague takes over. I proposed that the students should form research groups, with a tutor, functioning throughout the year. This would be a very different model, and I think a better one, than the old teaching model, where the teacher is above and the student below, like in high school.

NSM: *And what do you think that change could accomplish?*

FDM: I think that such a system would stimulate student's initiative and could allow the students to see how psychoanalytical ideas were born...how they evolved, and how they are present today. I wrote a book entitled *Psychoanalytic Lesson*, which is mainly derived from my lessons in psychopathology, in which I try to show some fundamental concepts, their place in the history of psychoanalysis and how they evolved. I think that this is an example of how to construct a new way of teaching, to offer the student a more open system, rewarding the autonomy of the students and not infantilizing them. This infantilization is still the current system, students cannot choose their way to grow and develop.

NSM: *Why do you think that your proposed system is still not in use?*

FDM: Well, we have to be careful, because if you have a colleague that works with a group of students throughout a whole year, we will have envy, confrontations...this is a real problem. There are many, many conflicts which are not expressed, between training analysts.

NSM: *Which we could say it is surprising...*

FDM: No, no...I was the secretary of the Milanese Institute...it was not a good experience for me. All the proposals I have presented were not accepted... So, for me there is a problem in transmitting knowledge in the psychoanalytical community. When I was very young, in Milano there was not such a structured teaching as today, so we were really free. We organized clinical meetings and conferences, we invited Rosenfeld, Bion, Hanna Segal... We were free to learn and explore psychoanalytical thinking.

NSM: *But not anymore...*

FDM: No, no... Well, a structured system still has its advantages. In those days, we were alone

for some time, and didn't have the organisation that there is today. However, we were able to communicate all the time between us, and not just in Milano. We had many students in Firenze, Rome... We were always in contact, organising work between us and inviting other people, because we were very anxious to know. At the same time, there was a great development of psychoanalytic thinking in England...

NSM: *So, at that time, you didn't have a well organised structure and were more alone, but more passionate. How can we bring back some of that passion?*

FDM: Well...I think that there are some young people that are very passionate about psychoanalysis...

NSM: *In your perspective, there is hope after all...*

FDM: I don't know...here, in Italy, we are not in a crisis. There are many people who come to our Society in order to become psychoanalysts...but I don't know if they are passionate. I think that most of them are not really passionate but want to be recognised as psychoanalysts and want to be included in a well organised Society like the Italian Psychoanalytical Society. So, I don't know... I don't know...

NSM: *How was your clinical experience during the confinement periods originated by the COVID 19 pandemic?*

FDM: We were well organised. We discussed, from the start, what we had to do to cope with the situation, and to continue our work. So, the Italian Society was really present in helping us all to deal with the situation. We had to close our consulting rooms, and had to think of possible ways of keeping our relationships with our patients. Me, like many other psychoanalysts have tried to adapt to the conditions imposed by the pandemic, and asked my patients to continue the treatments by Skype or by telephone. Almost everyone accepted... I didn't accept new patients, because in the beginning of the therapy is not advised to estab-

lish a communication from a distance. So, for me, it was not difficult to continue a dialogue with my patients. Among the few that did not accept, and expressed discomfort continuing the therapy without being with me personally, was a psychotic patient who was convinced that his phone was being controlled by the persecutor. So, he refused to maintain the therapy under those conditions...

NSM: *Have you already resumed the treatment with that patient, and with all the other patients, personally in your consulting room?*

FDM: Yes, yes. After the confinements, I resumed all the treatments in person. In almost all cases I prefer to use the telephone and not a system with image, like Skype...

NSM: *Why?*

FDM: Because the telephone allows for greater concentration. When you use Skype, or other system with image, the attention and intimacy of the communication is disturbed by the vision of the facial expressions of the two people. Well, I use Skype mainly for supervisions, even now, but not for most cases of psychotherapy and not for psychoanalysis. In some cases of psychotherapy, when I know very well the patient, I think that it is acceptable.

NSM: *How did your patients react to the fact that, during the confinement periods, they could not come to your consulting room?*

FDM: Some of them felt deprived, deprived of the sensory experience of coming to the consulting room...their route through the streets to arrive, the shops nearby... These sensory experiences accompany each session. We can see that the transference is not only rooted in the analyst, but also affects the objects that accompany the analytic encounter.

NSM: *When you resumed the sessions in your consulting room, how did the patients show you that sense of deprivation?*

FDM: Well, they were really happy to come for their sessions. It is true that, during the more dangerous periods of the pandemic, having sessions by telephone was safe, and gave us the possibility of continuing the treatments. But, as soon as it was possible, the patients decided to come because there is no doubt that the atmosphere of the consulting room is more communicative. And that allows for more intuition... and the hearing of the voices in the physical presence. I think that it is very important to differentiate a session without body from a session with body... If we think that when we were very little boys, that physical contact with our mothers was certainly very important. The vision, the noises, the hearing, it was all very important. And so, it is also very important in analysis...

NSM: *You mentioned that in some cases of psychotherapy it is more acceptable to use a remote method... how do you differentiate psychotherapy from psychoanalysis. Is it the traditional and formal way that says that if the patient sees you at least 3 sessions a week on the couch, that is psychoanalysis?*

FDM: Well, among the various positions on that matter, there is one perspective that says that the main difference is that in psychoanalysis we use the transference interpretation but not in psychotherapy... Personally, I don't agree with this idea...

Well, in any case, we are psychoanalysts...if it is a psychotherapy, it is a psychoanalytic psychotherapy. But what is most important is that we have to think what is better for the patient... For me, psychoanalysis is the most creative of all the therapies, it is really a continuous discovery of the potentialities of the mind. Ferenczi said that psychoanalysis is not a form of therapy, but a process of development...In this sense, psychoanalysis, in my opinion, differs from other forms of therapy, including psychoanalytic psychotherapy. With psychoanalytic psychotherapy, we still want to eliminate the symptoms, the discomforts, but with psychoanalysis we want to develop the patient's personality.



Comentário à entrevista

“This work opens my mind... It’s a marvellous gift...” a Franco de Masi por Nuno Sousa Monteiro

Sandra Oliveira¹

É com prazer que lemos esta cativante entrevista que Nuno Sousa Monteiro generosamente realiza ao psicanalista Franco De Masi.

De Masi expõe-nos um percurso reflexivo de mais de 30 anos, tão pertinente quanto estimulante, acerca de uma das áreas clínicas que mais desafios e dificuldades técnicas é capaz de trazer ao psicanalista, e que por tal razão tem sido, na sua opinião, objeto de um desinvestimento quase silencioso nas últimas décadas: a psicose. É também ao longo do discorrer das suas ideias que admiramos a sua coragem em refletir sobre o modo como situações de falha e de insucesso no seu trabalho psicanalítico com estes pacientes, o impulsionaram a melhor compreender a dinâmica da mente psicótica, bem como a técnica que melhor se adequa ao seu manejo.

O autor e psicanalista De Masi tem-nos sublinhado ao longo de vários dos seus escritos como todos nós somos na verdade vulneráveis a ansiedades psicóticas, sendo que tal não significa naturalmente que todos nos tornaremos psicóticos. Contudo, nas pessoas que de algum modo sucumbem à tirania do pensamento psicótico ocorre uma forma particular de catástrofe psíquica, que inescapavelmente denuncia graves perturbações da sua identidade, perda ou alte-

ração do sentido e do significado das suas vidas, bem como perda do controlo de partes de si e da sua capacidade para usar a mente. A psicose impõe-se assim como uma patologia capaz de aniquilar as relações humanas e destruir o senso de observação do “self”, do corpo e da mente (De Masi, 2009).

Não obstante esta leitura e compreensão teóricas serem, como sabemos, conhecimentos bem firmados, De Masi faz, contudo, notar que o que nem sempre é suficientemente reconhecido e subsequentemente trabalhado é o modo como o contacto clínico com estes pacientes faz justamente emergir estes mesmos aspetos na mente do analista. É aqui que reside uma boa parte das especiais dificuldades no trabalho analítico com estes pacientes, já que ao analista é exigida uma particular capacidade de tolerância à frustração, confrontado como está com uma tarefa amiudadamente vivenciada como potencialmente pouco gratificante e recompensadora. Tal como nos relembra na presente entrevista, o psicanalista é fundamentalmente treinado e formado para escutar o paciente com o intuito de interpretar o significado latente do que é dito, pressupondo, portanto, a presença de um sujeito com uma mente capaz de trabalhar com o inconsciente dinâmico, com o simbolismo e a repressão.

Ora, De Masi defende que o método interpretativo clássico não é passível de ser usado para comunicar com o paciente psicótico, uma vez que a sua mente se encontra tendencialmente destituída da função simbólica. Insistindo o analista nesta abordagem técnica potenciar-se-á a confusão e o desenvolvimento da transferência psicó-

¹ PHD. Psicanalista. Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise/IPA. E-mail: sandraoliveira442@gmail.com

tica. Deste modo, é-nos recomendada uma intervenção assente na escuta persistente do paciente, bem como na via da desconstrução ou da interpretação descritiva, capaz de auxiliar o paciente a compreender o seu próprio mundo interno e subsequentemente a diferenciar os objetos que favorecem o seu desenvolvimento, daqueles que o danificam (De Masi, 2015). O autor considera assim que sempre que descrevemos ao paciente o mundo peculiar em que ele vive e do qual se faz refém, estamos em contacto com a parte saudável da sua mente, criando, não só, boas condições para a aliança terapêutica, como proporcionando também a possibilidade dessa parte saudável da mente se tomar observadora da parte psicótica da sua personalidade. Não podemos aqui deixar de mencionar alguns dos seus mais impactantes livros sobre esta matéria, como sejam “*Vulnerability to Psychosis*” e “*Working with Difficult Patients*”, nos quais, de forma brilhante, o autor explora e aprofunda muitos aspetos desta complexa patologia.

Naquele que diríamos ser um segundo momento da entrevista, elegantemente conduzida por Nuno Sousa Monteiro, De Masi expressa-nos a sua visão sobre o estado da arte da psicanálise, anotando quer algumas das vicissitudes do modelo geral formativo dos candidatos a psicanalista (e que no seu parecer nos deveria merecer uma mais apurada reflexão crítica), quer alguns dos aspectos mais críticos no que diz respeito à praxis da psicanálise contemporânea e às suas consequências futuras.

Prende-nos a atenção a ideia que desenvolve, segundo a qual têm sido demasiadas as vezes em que a psicanálise se vê algo distante do seu objeto e campo de ação mais nobre, desviando-se tentadoramente para a leitura de vários deleites e acontecimentos culturais da nossa sociedade. Comentam-se filmes, romances, artes, etc. Todavia, o objeto mente e a continuidade da investigação dos seus mistérios, parcialmente desinvestido ou desapaixonado, parece ver-se como que ofuscado pela tentação narcísica de realçar o estético, como que aligeirando o contacto com o objeto psicanalítico.

Comenta ainda, de um modo algo desafiador, que, mesmo no que diz respeito à prática clínica, um dos problemas mais delicados com que a psicanálise se depara é o da mudança de foco da investigação clínica para o singular interesse sobre o funcionamento da mente do analista em sessão. Isto é, o psicanalista como que deslocou a sua atenção do paciente para si mesmo. Diríamos que tal “desvio” se tem traduzido num campo de estudo pertinente e sem dúvida necessário, mas que não deve fazer esquecer aquele que é o fim último do seu propósito: a mente do paciente.

É neste sentido que Franco De Masi nos convida à exploração e desenvolvimento de uma nova metapsicologia que, honrando os ensinamentos de Freud, seja, todavia, capaz de superar as suas intuições e firmar-se mais ainda como uma ciência da investigação de novos territórios e dinâmicas da mente. É que, se a psicanálise não se propuser a explorar novos territórios da mente, corre, em sua opinião, o sério risco de ficar prisioneira de si mesma, num registo em que os seus mestres e discípulos se encerrariam numa repetição interminável do já conhecido.

Embalados por este tom seguimos as suas interrogações e perplexidades que, sob o modo de uma exploração assumidamente apaixonada, nos informa que, aos 81 anos mantém, ainda mantém vivo um notável fascínio pelo objeto da psicanálise, além do interesse e da curiosidade em receber novos pacientes.

Creemos que um dos feitos mais admiráveis que esta preciosa entrevista nos oferece é o de nos fazer pensar não apenas no futuro da disciplina psicanalítica, mas também, e muito particularmente, no futuro de cada um de nós no exercício da nossa prática e função enquanto psicanalistas, à medida que os anos nos vão amadurecendo, mas também envelhecendo.

Só com uma insuspeita experiência e sabedoria clínicas estaremos em condições de nos depararmos com o desafio narcísico aos nossos limites. É que uma das “tarefas” mais nobres da psicanálise é a de ajudar o sujeito a aceitar a temporalidade da vida e a inevitabilidade da morte. Será que saberemos, nesse momento, reconhecer

esse limite, e, seremos, ademais, capazes de nos questionarmos, não sem coragem e dor, sobre a nossa prática clínica, e, em particular, ao serviço de quem estaremos ainda a exercê-la?

REFERÊNCIAS

- De Masi, F. (2009). *Vulnerability to Psychosis, A Psychoanalytic Study of the Nature and Therapy of the Psychotic Patient*. London: Karnac.
- De Masi, F. (2015). *Working with Difficult Patients, From Neurosis to Psychosis*. London: Karnac.



Temas em Debate

Memória, Transferência e Contratransferência: Aliados ou Inimigos?

Emílio-Eduardo Salgueiro¹

I

Não é fácil definir o que é a psicanálise. Como nasceu a psicanálise? Onde nasceu a psicanálise? São questões fundamentais que exigem uma resposta.

Afirmo que a capacidade psicanalítica, a psicanálise, é um dos modos mais fundamentais da vida mental de todos nós: nascemos com ele (será que não vem já da vida fetal?) mas não damos por ele. O transcurso da vida, o modo como o nosso socalco psicanalítico da mente se sente bem acarinhado ou maltratado por alguns outros, vem a determinar a pessoa em que nos tornamos, como somos. Melhor dizendo, como vamos sendo, como nos entendemos uns com os outros e, talvez sobretudo, conosco próprios.

A dimensão psicanalítica emerge do modo de estar com os outros: aproximemo-nos da Grécia, e do nascimento de tanta coisa, do teatro, do drama e da tragédia, da poesia, da música e da dança, da arte e da filosofia, da democracia. Em todos estes campos do saber o socalco psicanalítico é que forneceu a chama, o enriqueceu, e se constituiu como o núcleo vivo essencial para a nossa humanidade.

¹ Pedopsiquiatra e psicanalista. Professor Catedrático jubilado de Psicologia e Psicanálise. Membro Titular, com funções didáticas, da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). E-mail: emilioeduardo.salgueiro@gmail.com

Muito tempo depois, no século XIX, com os grandes avanços da ciência, do positivismo radical próprio do século, procurou-se retirar o saber psicanalítico do seu próprio campo, e reduzi-lo a uma ciência exacta.

Esqueceu-se, ou procurou apagar-se, o que já se sabia desde a Grécia, que há saberes irreduzíveis a outras formas de saber. Mesmo agora se sabe que a força da psicanálise incomoda, a psicanálise magoa, e a psicanálise atrai como um objecto a destruir.

II

O incómodo e a mágoa levaram a que se procurasse, numa atitude “positivista” extrema, reduzir a psicanálise ao que permite que ela emerja: ao sistema nervoso, central e periférico. Em vez de se procurar dar nomes próprios, nomes novos ao ressuscitado, ao seu fulgor próprio, irreduzível ao que permite que ela exista.

Imaginemos um piano de boa qualidade, pronto a tocar, e procuremos caracterizá-lo quanto às suas dimensões físicas: por mais que se procure defini-lo pela madeira usada, pelas teclas, pelas cordas, pelo verniz usado, nunca se chegará à caracterização e ao entendimento da música que dele poderá emergir. É outro o método para o estudo da música: por mais que se procure caracterizar o sistema nervoso, não se chegará, por aí, ao entendimento, à descoberta da psicanálise.

III

Karl Popper, filósofo austríaco, com o seu conceito dos três mundos, o físico, o biológico e o psicológico, em evolução sucessiva, aponta para a necessidade da existência prévia de cada um dos mundos para que os outros possam emergir.

O mundo psicológico incluiria a psicanálise. No entanto, apesar do brilho e da profundidade das ideias de Popper, ele tem reservas a pôr à psicanálise, como a da não falsificabilidade possível dos dados da psicanálise, ou seja, todos os dados psicanalíticos poderiam ser aceites como verdadeiros, por definição. Tal não seria possível no campo da ciência dita exacta, única ciência ‘respeitável’.

Na realidade, nem todos os entendimentos e interpretações psicanalíticas são considerados aceitáveis pelos psicanalistas. Pretende-se uma aproximação de rigor, não de exactidão. Os esclarecimentos do campo psicanalítico e do processo psicanalítico, e da convicção na inseparabilidade dos conceitos de transferência e de contratransferência, ajudariam a entender melhor a riqueza e a autenticidade do que a psicanálise procura aprofundar e dar a conhecer, para benefício de todos. Da tentativa originária de empurrar a psicanálise para o campo de uma ciência objectiva como a neurologia, com separação completa entre o observado e o observador, à terapia psicanalítica actual, objectiva-intersubjectiva, vai uma distância quase infinita. Exige uma imersão temporária do psicanalista no mar do analisando, mapeando e transmitindo ao analisando detalhes dramáticos pertinentes do mapa.

IV

Edgar Morin, filósofo, psicólogo, sociólogo francês, homem do saber, que recentemente, ao comemorar os seus 100 anos escreveu dois livros que merecem ser lidos (*Leçons d'un siècle de vie*, 2021, Paris: Denoel e *Penser Global: l'homme et son univers*, 2021, Paris: Flammarion), Morin foi aprofundando, ao longo do tempo, o que designou por pensamento complexo e hipercomplexo (Morin, 2008).

A complexidade incluiria uma componente dialógica (diálogo sem fim, não dialéctico), uma recursiva (o que é produzido é também causa da produção, em ciclo interminável), e uma hologramática (a parte está no todo, como o todo está na parte), ligados, inseparáveis.

São conceitos essenciais para a psicanálise.

Também os pequenos livros escritos e editados pelo psicanalista francês, Jean Bertrand Pontalis², pelo calor humano que transmitem, merecem ser bem lidos, relidos e falados pelos psicanalistas ou, simplesmente, pelos interessados na psicanálise, os interessados na humanidade: Pontalis ajuda-nos a entender melhor o que é a psicanálise viva, a que nos “aquece a alma”.

A poesia também é outro bom “aquecedor da alma”, e é uma recomendação que faço a todos os que se sentem atraídos pela psicanálise: leiam poesia, muita poesia. E aqui, não posso deixar de sublinhar a importância dos escritos da nossa Sophia de Mello Breyner Andresen.

Pontalis e Sophia são de leitura obrigatória por todos nós.

REFERÊNCIAS

- Andresen, S. de M. B. (1993) *Poesia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Morin, E. (2008) *On Complexity*. New Jersey: Hampton Press Inc.
- Popper, K. R., & Eccles, J. C. (1977). *The self and its brain*. Springer-Verlag. <https://doi.org/10.1007/978-3-642-61891-8>

2 (Sugestões de livros de J.-B. Pontalis: *L'amour des commencements*, 1986, Gallimard; *L'enfant des limbes*, 1998, Gallimard; *Fenêtres*, 2000, Gallimard; *En marge des jours*, 2002, Gallimard; *En marge des nuits*, 2010, Gallimard.)

Discussidores

Para uma Teoria do Erro e uma Ética da Relação

Conceição Tavares de Almeida ²

*Se eu te pudesse dizer
Aquilo que nunca te direi,
Tu terias que entender
Aquilo que nem eu sei*
Fernando Pessoa

Em hipótese alguma deve-se ter vergonha de reconhecer, sem restrições, os erros passados. Que nunca se esqueça que a análise não é um procedimento sugestivo, em que o prestígio do médico e sua infalibilidade devem ser preservados a qualquer custo.

A única pretensão levantada pela análise é a da confiança na franqueza e sinceridade do médico, e a esta, o reconhecimento sincero de um erro não ameaça.

Ferenczi (1928/1988, p. 307)

“*Todos os nomes*”, de Saramago, é a história de um pacato funcionário da Conservatória Geral do Registo Civil que coleciona recortes de jornal sobre inúmeras pessoas famosas e inacessíveis, até que, impelido pela curiosidade sobre uma mulher em particular, é tentado a cometer pequenos delitos, sucumbindo aos seus desejos. Retira(n)do assim desse anonimato, numa espécie de trama kafkiana, abre-se ao mundo, na procura de uma verdade que dê sentido à sua vida.

Bolognini, no seu artigo “Todas as vezes que...: a repetição entre o passado, o presente, o futuro temido e o futuro potencial na experiência analítica”, desenvolve a ideia de *Confluência e Consustancialidade*. Ele refere-se à experiência analítica como um quadro mútuo em que o tempo e a separação são entidades mantidas e respeitadas, mas onde, em simultâneo, o analista expe-

rimenta equivalência e *consustancialidade* sem confusão. Tal experiência reporta ao *aqui e agora*, mas também ao *interior e exterior*. Essa é a dinâmica da relação de objeto que habita o paciente e dentro da qual ele vive nas suas profundezas interiores, i. e. existe, em qualquer caso, impressa dentro do próprio, viva e pronta para se reproduzir indefinidamente.

Num anúncio plasmado nos corredores do aeroporto, regressada a Lisboa de um congresso, deparo-me com a seguinte mensagem “*In order to break the rules, first you have to master them*”. Desde então aconteceu a pandemia, temos “viajado” em modo remoto, e o debate sobre (os limites) do *setting* alargou-se para além dos limites desta nova realidade. Atualmente membro eleito pela Europa na direção da IPA, tenho tido acesso privilegiado ao debate sobre a natureza e a relevância daquilo que é (e não é psicanálise), naquilo que serão os seus constructos conceptuais, técnicos, éticos, definidos através dos requisitos básicos, regulamentos de formação e transmissão.

À luz dos desenvolvimentos da psicanálise contemporânea, o encontro analítico é visto através das qualidades inerentes ao funcionamento do inconsciente, que se consustanciam no quadro transferencial-contratransferencial experienciado e compartilhado, o que resulta na criação de uma área de intemporalidade e de criatividade, através da qual as mudanças a um nível mais profundo podem ocorrer. A plasticidade deste fenómeno sugere que, através dele, se acedam a *todos os nomes, todos os lugares da realidade interna de cada um*. O meu percurso psicanalítico denuncia o meu interesse por estes temas, esculpindo, moldando e consustanciando a minha identidade a partir do estudo de autores clássicos e contemporâneos, refletindo sobre a importância da contratransferência em geral e do *enactment* em particular, na procura de entender

² Membro titular, com funções didáticas, da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP). E-mail: conceicaotavaresdealmeida@gmail.com

a psicanálise nas suas dimensões metapsicológica e clínica, mas também formativa, no seu valor poético e terapêutico, mas também na sua vocação cultural e social. No texto “O efeito dos raios gama no crescimento das margaridas”, Almeida, C. T. (2012), proponho uma leitura metafórica sobre o tema inspirada numa obra cinematográfica, na qual os elementos gama são enunciados como a qualidade contida na dimensão contratransferencial da relação analítica, percebida enquanto potencialidade com valor evolutivo ou destrutivo, conforme o seu manejo e enquadramento.

Esta psicanálise atual, concebida como um corpo vivo, situado na interface entre o intrapsíquico e o intersubjetivo, adapta-se, reflete e promove (trans)formação. Dessa vitalidade, parte a noção de que o campo transferencial-contratransferencial funciona como uma espécie de observatório basculante em que as variáveis pessoais do analista se constituem como marca artesanal de um objecto de ressonância imperfeito e irreproduzível, cuja escuta e retorno preveem no erro e na falha, tanto a inevitabilidade da comunicação, como a oportunidade de transformação. Para Ogden, a identificação projetiva é *uma dimensão de toda a intersubjetividade, às vezes como qualidade predominante da experiência, outras somente como um subtil pano de fundo* (Ogden, 1994, p.99). Defendo, como enuncia Zwiebel, R. (2019), a necessidade de se abraçar uma teoria do erro, onde a dimensão humana, plástica, criativa, evolutiva da nossa atividade, contemple tanto a estrutura como a abertura, como variáveis de uma equação onde o negativo e a incerteza se constituem como condição de compaixão para o conhecimento.

Este paradigma comporta necessariamente uma dimensão ética. A psicanálise partilha com outras atividades de prestação de cuidados, uma delimitação no que respeita à necessidade, dignidade, liberdade do outro, numa posição de vulnerabilidade e dependência. O problema da confiança é fulcral e, nessa medida, a assimetria e a complementaridade determinam graus diferentes de responsabilidade em relação a si próprio, ao outro, mas especialmente perante a situação que se constitui como um terceiro. Assim, os fe-

nómenos que são gerados, reativados ou estimulados pelo encontro analítico, são sustentados pela própria técnica e visam alcançar relevância terapêutica. Nessa medida, o manejo da situação é particularmente sensível e faz apelo a mecanismos de compreensão, regulação, transmissão, que requerem rigor e delicadeza. Britton alerta que (...)” *learning more about tigers doesn’t make them less dangerous.*” (Britton, 2013, p.5). O ensino da psicanálise responsabiliza as sociedades e os institutos a praticar e promovê-la, assegurando critérios na formação e capacitação em matéria de conhecimentos, competências e valores. A inclusão do erro convoca a uma posição ética perante o objeto psicanalítico, tornando-o cada vez mais presente – previsto, reconhecido, nomeado, integrado – nos múltiplos momentos formativos, como seminários, supervisões, mas também nas atividades científicas, e nas próprias análises. A posição ética inerente à prática da psicanálise deve constituir-se como um bom objeto a ser internalizado, superego regulador porque protetor, instância funcional, compassivo perante a dúvida, o desconhecido e o negativo. A idealização, a clivagem, a negação, mas também o moralismo exacerbado e a rigidez persecutória por um lado, ou o laxismo permissivo, e o niilismo do politicamente correto, por outro, são modos extremos que a mente encontra para lidar com a dor mental, mas que tendem a funcionar como obstáculos à tomada de consciência das angústias implícitas, comprometendo uma melhor resolução e crescimento. Estas defesas narcísicas, como tão bem sabemos, operam tanto nos indivíduos, como nos grupos e os seus mecanismos de transmissão transgeracional podem perpetuar-se, afetando a cultura institucional. O conceito de *enactment* segundo Cassorla é legitimamente extensível ao campo alargado das instituições psicanalíticas. Na nossa história, forças repressivas tenderão a manter em *enactment* crónico algumas destas dificuldades e, em momentos críticos, poderão surgir episódios de aguda dramatização; importa no episódio agudo reestabelecer o sentido e recuperar verdade e emoção. Nós, os psicanalistas, somos particularmente vulneráveis a estes acontecimentos. A nossa responsabilidade decorre do

facto de fazermos uso do conhecimento sobre a natureza desses fenómenos, reclamando perícia quanto ao seu manejo, o que acresce e se traduz na necessidade de desenvolvermos formas mais saudáveis de os integrar, visando como superior interesse e benefício, a verdade interna e o crescimento emocional que potencialmente encerram.

Para uma ética da relação fundada na teoria do erro, importa a promoção de uma cultura de reflexão, de respeito e de humanização. Bollas usa a expressão *regressão contratransferencial produtiva* segundo a qual o analista é convocado, na sua contratransferência, a perder-se para que o paciente encontre o seu verdadeiro *self*, na sua ânsia de objeto e eventualmente de amor (Bollas, 1987, p.208). Nesta lógica em que o analista admite ser usado como objeto-afetivo, há que prepará-lo para o jogo de projeções que perturba o campo a um nível inconsciente. A prevenção das falhas técnicas e éticas será tanto mais possível quanto a negação das mesmas não for (inconscientemente) veiculada. Da mesma forma importa prevenir movimentos reparadores subsequentes aos percalços. Se errar é organicamente inevitável, é essencial acolher e integrar o erro para que, ao ser trabalhado, sejam encetados movimentos de luto e reparação.

Uma ética decorrente da teoria do erro reflete-se em flexibilidade e complexidade e introduz uma escala relativa que assenta na ideia de processo e de co-construção. Cada vez mais a contemporaneidade parece deslocar as questões fundamentais da psicanálise para o quadro interno, onde a identidade psicanalítica emerge tanto mais robusta quanto mais capaz de se adaptar, sem o sacrifício da sua essência: uma relação que reativa a verdade intrapsíquica de cada uma das partes para criar uma terceira fundada numa verdade intersubjetiva da qual resulte a possibilidade de expansão do autoconhecimento e a transformação decorrente da experiência emocional profunda.

RESUMO

Quando se trata de Contratransferência e *Enactment*, questões de ordem técnica e ética são necessariamente colocadas. A dimensão pessoal do analista está sempre presente no seu enunciado, o que o expõe inexoravelmente, mas abre-se também à possibilidade de aceder a áreas obscuras do outro e da relação. Na lógica do valor de comunicação e de transformação, a reflexão é reforçada e validada ou, em sentido inverso, é o facto disruptivo que criará o contraditório, suscitando a investigação. Para refletir sobre a natureza dos movimentos contratransferenciais ativados, é fundamental começar por saber reconhecê-los para depois manejá-los. Verdade em construção, numa lógica de *insight* e de metáfora que dê sentido à experiência emocional, a técnica possibilita ao analista o acesso a um outro ângulo sobre o facto, pelo que a contratransferência encerra em si esse carácter de potencialidade. Mas também de responsabilidade. Alargada a lente às instituições que formam psicanalistas, é absolutamente necessário que se caminhe para uma cultura que integre as dificuldades, onde os limites éticos sejam mais promotores e preventivos do que punitivos, para uma ética da relação através da qual é possível revisitar (todos) os *nomes e os lugares* do mundo interno para lhes devolver intimidade, alteridade, subjetividade e humanidade.

REFERÊNCIAS

- Almeida, C. T. (2012). O efeito dos elementos gama no crescimento das Margaridas – Um olhar sobre a contratransferência. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, Vol.32 (2), p.61-72.
- Bollas, C. (1987). *A sombra do objeto*. Rio de Janeiro: Tempo, 1992.
- Bolognini, S. (2006). Todas as vezes que...: a repetição entre o passado, o presente, o futuro temido e o futuro potencial na experiência analítica. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 13, 2, 307-324.

- Britton, R. (2013). *The love that dare not speak its name*. [Paper presented at Transference, Countertransference and Enactment]. London: University College London Conference.
- Cassorla, R. M. S. (2009). Reflexões sobre não-sonhos a dois, *enactment* e função-alfa implícita do analista. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43,91-120. [Versão reduzida in H. Levine & Brown, L. (2011), *Growth and Turbulence in the Container and Contained*. (pp. 149-176.) Londres: Taylor Francis/Routledge]
- Ferenczi, S. (1928). Elasticidade da técnica psicanalítica. In *Obras completas de Sándor Ferenczi*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. v. 4, p. 25-36.
- Zwiebel, R. (2019). How to face ethics issues in training societies and institutes. [Paper presented for discussion at the Director of Training Institutes Meeting in the IPA London Congress].

Jorge Câmara¹

Ao ler o texto de Emílio Salgueiro em associação livre recordei um poema de Álvaro de Campos “A canção sobre a esperança”. Nesse poema o poeta escreve “Tudo na vida/se faz por recordação/ ama-se por memória”

Luís Buñuel no seu livro “Mon dernier soupir” diz-nos que o que o levou a escrevê-lo estava relacionado com a memória, mas que não iria contar a sua vida de uma maneira histórica. Diz Buñuel “eu não me apoiei em nenhuma nota, em nenhum livro, com as minhas afirmações e hesitações as minhas repetições, lacunas, com as minhas verdades, as minhas mentiras, para dizê-lo numa palavra – A minha memória”. É um livro em que ele se interroga “como é que nos tornamos no que somos?” O que o motivou a escrever este livro foram as visitas que fazia à sua mãe demenciada, onde a mesma revista era lida como se fosse sempre a primeira vez. Buñuel pensou que gostaria de apresentar as memórias antes que elas se diluíssem num quadro demencial, tal como o que experimentava com a sua mãe.

Qual o lugar da memória no pensamento psicanalítico? Sem memória, sem desejo e sem compreensão como nos diz Bion?

Estará Emílio Salgueiro a falar-nos de uma mentalização implícita, arcaica e pré-verbal, um complexo mecanismo de regulação psicofisiológico presente em tudo o que esteja relacionada

com a vida mental, Intra e intersubjetiva?

A psicanálise poderá começar dentro da barriga da mãe, no invólucro sensorial do interior materno, universo complexo de marcadores biológicos, num acontecimento psicossomático único, onde as fantasias inconscientes interagem com o psicossoma, engramaticamente informando-nos e condicionando-nos? Essa memória nunca ficará perdida, que nos diga Proust, “A La recherche du temps perdu” Como nasceu a psicanálise e a capacidade psicanalítica? Reflectir sobre estas questões implica o recuar na memória do já pensado da psicanálise, ou como na “Thalassa” de Ferenczi abandonar as formas habituais do pensar?

E o lugar da linguagem em todo o processo da transmissão de conhecimentos em que a psicanálise se apoia? Pensei na importância do pré-verbal, nas várias memórias, na memória implícita, e na linguagem verbal articulada, do que nos terá proporcionado nestes últimos 10 mil anos. Como seria o nosso conhecimento psicanalítico sem a linguagem? Um avanço cultural mais rápido do que nos milhares de anos anteriores aconteceu. Por outro lado, o advento da escrita permitiu a preservação e acumulação de conhecimentos para além da memória individual e do curto tempo de vida do indivíduo, como escreve Bizzacchi, linguista da Universidade de S. Paulo, no livro “O Universo da Linguagem”. Num momento indeterminado da nossa espécie a linguagem verbal

¹ Médico psiquiatra e psicanalista. E-mail: jorgecamar@gmail.com

articulada emergiu como uma função biológica vantajosa à nossa sobrevivência, passando desde então a ser transmitida geneticamente, ideia defendida por Chomsky, para quem a aptidão linguística é inata, um atributo biológico. Esta aptidão do ser humano passou a um registo nas nossas mentes mesmo antes do nascimento. Estaria Emílio Salgueiro a colocar a hipótese de que o pensamento psicanalítico é inato e contemporâneo com a aquisição da linguagem articulada ao dar um sentido às emoções mais arcaicas e primárias? Será a linguagem humana uma invenção como defende o linguista Daniel Everett, que ainda que não desconsidere o valor da genética na linguagem defende que é preciso considerar o papel da cultura humana no desenvolvimento de símbolos, que por sua vez levam às línguas. Contudo os estudos mais recentes das neurociências e das ciências cognitivas dão ênfase ao “Inatismo linguístico” de Chomsky. Porquê incluir esta reflexão no debate que é proposto por Emílio Salgueiro? Uma parte importante da linguagem é a capacidade de repensar as coisas ausentes, passadas, presentes, futuras, hipotéticas ou abstratas.

Sobre o começo da função psicanalítica, da memória, transferência e contratransferência lembrei-me do cuidador ferido usando a imagem mitológica de Asclépio. Podemos pensar que o paciente tem um cuidador dentro dele e que o cuidador tem um paciente no seu interior Carl Jung interpretando o mito grego do cuidador ferido, enfatizou que “só o terapeuta ferido pode curar, seja o médico ou o padre.” A função psicanalítica da mente estará presente desde que alguém esteja para amparar as profundas feridas narcísicas, traumáticamente abertas perante o contacto com a força da pulsão de morte e reanimadas no acolhimento e contenção parental. James Knight, voltando ao mito, descreve o drama de Asclépio, filho de Apolo e da mortal Corónis, ferido antes de nascer. Corónis foi infiel engravidando de Apolo. Enquanto Corónis estava na pilha funerária, Apolo salvou das chamas o seu filho Asclépio e deu-o a um cuidador, Chiron, que o introduziu na arte de curar. O mito descreve a entrada de Asclépio no mundo como um nascimento miraculoso da morte. Chiron, que era meio

humano meio divino, estava atingido por uma ferida incurável infligida por uma seta envenenada de Hércules. Deste modo, Chiron era um cuidador que necessitava curar-se a si próprio, transmitindo a Asclépio a arte de curar, a capacidade de estar em casa na escuridão do sofrimento e aí procurar a semente e luz da recuperação. Na tradição de Asclépio, da cura, um paradoxo encontra-se no coração do mistério. O cuidador cura, mas ao mesmo tempo o cuidador permanece ferido. Ninguém existe sem as suas próprias feridas, mas o princípio subjacente ao mistério está relacionado com a verdadeira consciência interna da ferida do cuidador. Ferenczi tinha abordado este estado de desamparo original no seu texto “A criança mal acolhida e a sua pulsão de morte” “em que nos coloca perante as forças inatas do feto e do recém-nascido que poderiam não ser suficientes para neutralizar a pulsão de morte, acaso não encontrassem um acolhimento contentor.

Qual o nosso contentor na ciência/arte psicanalítica? Emílio Salgueiro fala-nos dos filósofos da ciência, Popper e Morin. Sobre estes, considero que Morin sempre foi buscar a Popper o racionalismo neopositivista, a Khun o estruturalismo científico e as proximidades e descontinuidades quanto às conceções particulares acerca da natureza, da verdade e do progresso científico, avançando muito além dos outros pensadores. Penso que Morin está próximo da complexidade do pensamento psicanalítico., com o seu assistemático “pensamento complexo”. Morin aborda o actual *status* atribuído à ciência, da primazia da ciência sobre outras formas de conhecimento, em que a hiperespecialização do cientista, impossibilita a comunicação entre diferentes campos, mutilando o próprio conhecimento e sua função libertadora. É a dialética, a dualidade que possibilita a construção da ciência, bem como a percepção do cientista inscrito numa cultura.

Poderemos pensar que o pensamento iluminista com a rígida relação sujeito /objecto representou a emergência da natureza como algo a ser dominado? O fracionamento do homem, como homem-sujeito domina a natureza-objecto, agora também o intelecto-sujeito manipula o corpo-objecto. Como admitir o homem como uma

totalidade? Para Morin a objetividade está na intersubjetividade científica. Nega a existência da verdade, para ele a única verdade é o conflito, a pluralidade ideológica. Para Morin a descoberta é um momento da criação artística que foge às regularidades, que não pode ser explicado cientificamente. Parece-me que estas contribuições e diálogos dos diversos campos de saberes são um enriquecimento para o pensamento psicanalítico, entre a arte e a ciência.

A aparente simplicidade do texto de Emílio Salgueiro levanta importantes reflexões que me levaram novamente a articular com o pensamento de Morin e a psicanálise. Com efeito, o princípio dialógico de Morin permite toda a organiza-

ção. A autonomia, por exemplo, só pode existir a partir da relação de dependência. Morin introduz o acaso e a desordem como agentes na produção da estabilidade e da organização. O pensamento de Morin é um apelo ao resgate do sujeito, mas um outro sujeito que se reconheça na multiplicidade da sua unidade, que não pressuponha que o real se pode esgotar no mental, como a racionalização iluminista. E, voltando aos pequenos livros, qual a nossa transferência com estes autores e qual o lugar na memória do futuro que eles nos despertam? A ciência em geral e a ciência psicanalítica são uma obra em aberto.

Mas não será esta a questão levantada por Emílio Salgueiro?

Sobre a «Capacidade Psicanalítica»

Maria José Martins de Azevedo¹

Emílio Salgueiro postula a existência de uma «capacidade psicanalítica» inata, universal, presente desde o início da vida. Desenvolveremos essa hipótese. A capacidade psicanalítica incipiente defronta-se, à partida, com idêntica força oponente: o ódio à realidade psíquica emergente. Este constitui uma defesa primitiva contra a angústia (Klein, 1932; Bion, 1962), com os correlatos mecanismos de clivagem, projeção e negação. Num ímpeto vital, o organismo repele a pulsão de morte no exterior. É aí, no continente-contentor de existência prévia à do organismo, que o traço mnésico primevo será rastreado na psicanálise. A capacidade psicanalítica incipiente do organismo, introjetada pelo meio, é depois reprojeta no organismo, o qual reintrojeta e reprojeta, numa complexificação interminável de ciclos («hipercomplexidade» de Morin) nos quais se transportam tanto a capacidade psicanalítica em crescimento, como os traços particulares do

meio e do organismo.

Uma mulher desespera-se, solicitando explicações urgentes: o neto de três anos, quando sabe que vai sair consigo, fica ansioso, temendo que ela falte. O *insight* é de que este facto é da sua responsabilidade: – O que estará a causar-lhe sofrimento? O filho também a adorava assim, mas, agora, despreza-a. Na contratransferência/memória-induzida, sentimos o desconforto irrespirável de um amor sufocante e irrepreensível. Na transferência/memória-atuada, a analista representa uma mãe mimada por uma filha esforçada. Acaso assim não fosse, o ódio na sombra manifestar-se-ia. Assinalamos a repetição do passado: a sedução do bebé/paciente para ser amado, forçando o que não ocorreu. Transparece na transferência a incompreensão. A paciente justifica os seus cuidados: sempre foi cuidadora extrema. Também à outra neta, triste porque vai ter um irmão, comprou um boneco com o tamanho e o peso de um recém-nascido. Ri-se: há mais loucos como ela.

Recém-nascido e pais, paciente e psicanalista, participam neste movimento de formação de uma capacidade psicanalítica. Diz Popper (1989, p. 37), a propósito da criação de uma realidade:

¹ Psicóloga Clínica, Psicoterapeuta, Psicanalista e escritora, Formadora na Sociedade Portuguesa de Psicanálise, Titular, Formadora e Supervisora na SPPC, colaboradora também na Formação na SEPEA (Société Européenne pour la Psychanalyse de l'Enfant et de l'Adolescent), membro IPA (International Psychoanalytical Association), FEP (Fédération Européenne de Psychanalyse). E-mail: mjmazevedo@hotmail.com

[...] «Nós somos o autor da obra, do produto, e, simultaneamente, somos por ela moldados. Esta criatividade é especificamente humana: ao mesmo tempo que criamos, criamo-nos a nós próprios através da nossa obra. A formação da realidade é uma realização nossa». A capacidade psicanalítica é um produto da criatividade: podendo existir como potencial, só se torna realidade se tiver sido gerada na relação analítica, tal como o potencial herdado só se tornará bebê se encontrar a mãe suficientemente boa (Winnicott, 1960).

A analista pareceu incompreensiva por não sublinhar a reparação do passado infantil, pela qual a paciente cuida como precisaria de ter sido cuidada. Acrescentamos: algo correu mal: o filho evita a mãe, em adulto. O bebê real, o filho/neto, terá representado uma parte do *self* da paciente, carente por um renascimento, e a prestação materna/avoenga, uma nova mãe. Na contratransferência a opressão diminui, expectante, sem ódio, alguma tristeza. Uma conceção desponta: a perfeição maternal sufocou a expressão da agressividade natural da criança. A paciente para de chorar. A memória/ atuada, repetida, inconsciente, não fora aliada do processo.

Esta é uma verdade. Para o filósofo «[...] a verdade é algo de objetivo, a certeza, algo de subjetivo [...], e o conhecimento, a procura da verdade, não de certezas [...]» (Popper, 1989, p. 18); «[...] a certeza subjetiva representa um dogma [...] e, a verdade, uma necessidade ontológica» (Morin, 2015, pp. 374-5). A psicanálise tornou o subjetivo objetivamente concebido. À busca do prazer (Freud, 1920, p. 20), Bion cresceu a procura pela verdade como corolário da capacidade de pensar. A verdade desponta com o sentimento de tristeza para alcançar nomeação e integração; desistiu-se do pensamento primitivo causal, indutor de erro, porque baseado na perseguição.

Uma lembrança emerge: colocava na mesa os talheres de brincadeira, quando a mãe pôs uma panela escaldante por cima, derretendo-os. Foi calada à força de tabefes. Na análise o ambiente é de ternura e tristeza; a lembrança nomeada, aliada, integrou-se numa constelação com significado. A verdade amanhecera: para além da repa-

ração do par ideal mãe-bebé, a nova capacidade psicanalítica despontara com a emergência da lembrança e do afeto suprimidos. Algo impossível de ocorrer na infância, o ódio à mãe agressiva, dada a total dependência, pôde ser vivido no novo contexto.

Concluimos: a capacidade psicanalítica sem o amor, é uma realização impossível. Parafraseando Ferry (2014, p. 161): «*l'amour est le problème, mais il est aussi la solution*».

REFERÊNCIAS

- Bion, Wilfred Ruprecht. (1962). «A theory of Thinking». *The International Journal of Psycho-Analysis*, 43, 06- 310, in *Second Thoughts*, London, Karnac Books, 1987.
- Ferry, Luc. (2014). *De l'amour. Une philosophie pour le XXIe siècle*. Paris: Odile Jacob.
- Freud, Sigmund. (1920). Além do princípio do prazer. Vol. XVIII, *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, (pp. 11-75). Rio de Janeiro, Imago, 1996.
- Klein, Melanie. (1997 [1932]). A psicanálise de crianças – Volume II das Obras Completas [*The psycho-analysis of children*, London, Hogarth, 1932], tradução de Liana Pinto Chaves, Rio de Janeiro, Imago Editora.
- Morin, Edgar. (2015). *O âmagô da questão*. Lisboa: Edições Piaget.
- Popper, Karl, R. (1989). *Em busca de um mundo melhor*, [tradução Teresa Cuvelo]. Lisboa: Fragmentos, Lda.
- Winnicott, Donald W. (1960). The Theory of the Parent–Infant Relationship. *The International Journal of Psychoanalysis*, 41, 585–595.

Roosevelt Cassorla¹

O estímulo de Emilio Sagueiro me conduz à questão da complexidade. A psicanálise contemporânea se afasta definitivamente de relações causais explicativas e se desenvolve através da complexa noção de campo analítico, espaço/tempo das trocas emocionais entre paciente e analista. As ideias sobre *campo* fazem com que o observador se interesse menos pelos fatos em si que pelas relações e influências que existem entre eles. Nada ocorre em um dos membros do campo que não repercuta no outro. As relações estão em constante transformação e é essa percepção que torna o campo dinâmico.

Sendo o campo produto da capacidade de observação do observador se torna evidente que este, o observador, influencia os fatos observados. Portanto, o observador faz parte do campo. A observação “objetiva” perde seu lugar e o observador, como participante do campo, terá que aprender a objetivar sua subjetividade.

Podem identificar-se regras que determinam o funcionamento dos campos. Os princípios da incerteza e da incompletude nos mostram que a observação será sempre provisória, incerta, parcial e transitória. Aquilo que é observado, enquanto é observado, já se transformou, tanto por estar em constante movimento como porque o próprio processo de observação já transformou o observado. Não será possível, tampouco, decidir sobre o grau de influência do observador no que é observado e vice-versa.

O psicanalista participa das experiências emocionais que manifestam fatores do campo que estimulam os processos de simbolização, e que também os atacam. O modelo do sonho (“sonhar a sessão analítica”) se revela útil. O sonho acordado do analista, sua capacidade imaginativa, sua função de *rêverie* se confundem com a ideia de contratransferência. As *rêveries*, isto é, as imagens que vêm à mente do analista se ampliam

para tudo o que o analista vivencia. A intuição analiticamente treinada - com obstrução ativa de memória, desejo e a intenção de compreender - permite que o analista se identifique com a verdade emocional do momento. Em outros momentos a capacidade de sonhar do analista é atacada, com o analista enganchado em partes projetadas do paciente. A nomenclatura psicanalítica, necessariamente pouco precisa, nomeará esses fenômenos como contratransferência patológica, contraidentificação projetiva, contratransferência complementar, atuação, descarga, não-sonho-a-dois, *enactment* etc. Sua identificação, que costuma ocorrer *a posteriori*, promove desenvolvimento.

Um exemplo, limitado pelo espaço. Inicialmente o fluxo emocional entre a paciente P. e a analista A. fazia com que A. gostasse de atender P. O termo “gostasse” mereceria investigação. A. imaginava que P. também gostasse dela e da análise, que parecia produtiva. A. se sentia fascinada pelos relatos de P, uma artista que compartilhava suas ideias, fantasias e sucessos.

Aos poucos, porém, P percebeu que os problemas de A. se conectavam a sua intensa necessidade de controlar o objeto. Quanto esse controle fracassava A., magoada, se tornava agressiva. A. percebeu que P. rivalizava com ela e o clima das sessões se tornou competitivo. No entanto, subjacente se mantinha a admiração e satisfação que os encontros proporcionavam a ambas.

Um dia A. recebe a notícia que sua vacinação contra Covid havia sido agendada para o mesmo horário da sessão de P. Envia-lhe uma mensagem comunicando esse fato e lhe propondo trocar o horário. P concorda.

Na sessão seguinte P afirma, transtornada, que vai encerrar o tratamento porque A é uma analista não ética. Como ela aceitou tomar a vacina sabendo que existe tanta gente necessitando vacinar-se? Gente pobre que sai para trabalhar e não como A. que trabalha em forma virtual. Mais

¹ Membro Titular da IPA. Docente na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: roocassorla@gmail.com

ainda, A. é uma assassina, porque tempos atrás havia dito que voltaria a trabalhar presencial quando vacinada e a vacinação de P. ainda demoraria, por não ser profissional de saúde.

Durante semanas a dupla teve que haver-se com cobranças, ameaças e ataques violentos. Ficou claro que antes desse episódio o campo analítico escondia rivalidade e inveja, encobertas por exibicionismo e admiração.

Espero que a vinheta estimule os colegas leitores a aplicarem suas próprias ideias ao descrito. A psicanálise contemporânea tem se voltado para

a imaginação e os sonhos do analista e do leitor para além da compreensão teórica que poderia saturar as experiências emocionais. As ideias expostas são aprofundadas nos textos:

Cassorla, R.M.S. (2016). The dreaming field. In S.M. Katz, R.M.S., Cassorla, & G. Civitarese, (Orgs.). *Advances in Contemporary Psychoanalytic Field Theory*, (pp. 91-112). New York: Routledge.

Cassorla, R.M.S. (2017). *O psicanalista, o teatro dos sonhos e a clínica do enactment*. São Paulo: Editora Blucher (em inglês Ed. Routledge).



Recensão

Psicanálise em Linguagem Intermediária¹

João Mendes Ferreira²

Ficha Técnica

Título

Psicanálise em Linguagem Intermediária.

Conversas com educadores

Autor

Maria Teresa Sá

Edição

Colecção 12catorzebold, #22

Edições Húmus, 2021



Apresentar um livro da Teresa Sá sem falar da autora, conhecendo-a, é difícil. Por isso não o farei. Quando a Teresa me convidou para a acompanhar, no contexto das atividades de *Outreach* da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, na formação do Grupo de Reflexão e Supervisão em Educação e Relação Educativa, aceitei com entusiasmo e verdadeiro prazer. O grupo, que integrava educadoras, professores e psicólogos a trabalhar em contexto educativo, esteve ativo durante três anos, com renovada vitalidade, e a sua extinção não ocorreu por causas naturais: foi salutarmente decretada, em nome do mesmo princípio que determina substituírem-se, na primavera, os gerânios nas floreiras – por já ser tempo.

Por falar em gerânios – plantas pelas quais já fui discretamente obcecado – este livro constituiu-se como um florilégio, isto é, uma antologia, uma coleção de textos, reunidos tendo como critério o universo a que reportam: o diálogo entre psica-

nálise e educação. O termo em latim *florilegium* também designa os tratados ou livros antigos com representações de flores e plantas ornamentais, diferentes dos herbários, dedicados às plantas utilitárias ou medicinais. As belas e as úteis. Nos escritos sobre educação abundam os herbários, pródigos em receitas úteis, e escasseiam os textos dedicados às flores – as estruturas mais belas, complexas e evoluídas do reino das plantas, aquelas em que reside a diferença e onde são formados e acolhidos os gâmetas, os agentes da continuidade e da transformação, da diversidade e da mudança.

Inspirada – matricialmente, diria – em João dos Santos, mas também em Jacques Lévine, Jeanne Moll, Mireille Cifali, entre outros e no trabalho que desenvolve na sua participação nos grupos AGSAS, de apoio ao apoio, de diálogo entre a pedagogia e a psicanálise, os grupos Balint para a Educação que a Teresa Sá coordena, constituem, nesse sentido, jogos florais, não enquanto competições poéticas, mas – numa

¹ Texto de apresentação do livro na Livraria Almedina Rato, em Lisboa, no dia 11 de março de 2022

² Psicanalista, Sociedade Portuguesa de Psicanálise. E-mail: jmendesferreira5@gmail.com

acepção winnicottiana – como encontros transformadores e geradores de áreas intersubjetivas de criatividade e de pensamento. Uma poética do encontro, no contexto de grupos de trabalho (em sentido bioniano), que procuram, pela contenção e elaboração de conteúdos proto-mentais, evitar um funcionamento a partir de pressupostos de base patologicamente defensivos; podendo, assim, transformar criativamente, dissipando bloqueios mentais e ansiedades escotomizadoras.

Por isso, decretar o fim do grupo não foi uma Teresa-Rainha-de-Copas-da-Alice-de-Lewis-Carroll a decretar uma decapitação: representou, sim, a possível e desejada continuidade, em cada cabeça-floreira dos participantes do grupo, das flores-objetos gerados nesse encontro, evitando o anquilosamento do pensamento a que a idealização conduz. E também prevenindo o risco da dependência, do funcionamento em ataque-e-fuga face aos inimigos exteriores ao grupo, ou do emparelhamento messiânico dos líderes do grupo na resolução dos problemas – procedimentos em que o meio educativo é pródigo. Sobretudo, porque a não admissão do fim de algo que ameaça caducar resulta em hipertrofia da ilusão e da onipotência, inimigas da fertilização de uma realidade que se reconhece, com um desejo que se afirma e cultiva. Afinal de contas, o luto é expressão de vida.

A escrita da Teresa Sá, culta e fértil, enriquecida com a arte do ensino e a experiência psicanalítica, tem como destino (não *utilidade*) principal a comunicação; o chegar ao outro, o leitor, em forma por ele manejável: é uma escrita ergonômica, com pegadas macias a facilitarem a apreensão dos conteúdos; sem arestas vivas, que pudessem arranhar ou cortar os significados tecidos, nem superfícies ásperas, a causarem escoriações e queimaduras por atrito nos pensamentos. É uma escrita mais vocal e metafórica do que conceitual; é dialógica e não sentenciosa. Coloquial, no sentido virtuoso do termo, e nela estão presentes, em partes iguais, ideias e voz – ao lê-la, parece-nos ouvir a Teresa, interpelando-nos, leitores-ouvintes; um singular e impossível áudio-livro impresso – Teresa Sá, dita por Teresa Sá, na mente dos que a lêem. Creio que este aspeto apercebi-

vo da escrita da autora brota, quase diretamente, da sua condição mais profunda (self-objetal, diríamos) de psicanalista – como uma ressonância metassensorial dessa área da sua personalidade: “um envelope sonoro, verdadeira melodia que acompanha o professor, constrói um espaço de intimidade e de segurança” (p. 41).

Ler os presentes textos da Teresa Sá é, pois, uma construção mais auditiva do que visual; sendo que ela tem vindo a expressar-se, cada vez mais, visualmente, pela pintura. Uma professora em processo de abertura e expansão dos canais de irrigação da aprendizagem – assim os *cientistas* da educação os definiram, dividindo os alunos em mais visuais e mais auditivos. Será a Teresa uma professora em processo de construção e integração como aluna?

A psicanálise de que a autora é porta-voz neste livro escrito em *linguagem intermediária*, é uma psicanálise enquanto Humanismo. E a Família surge, creio, como matriz fantasmática, simbólica, cultural e afetiva do Humano. A estrofe de T. S. Eliot a que Winnicott vai roubar e adulterar o primeiro verso, “Home is where one starts from” (e que Teresa Sá cita no Cap. 6. *Escutando o que permanece*), termina com os versos: “In my end is my beginning.” Diz-nos a autora:

O futuro de cada ser humano parece decidir-se num acordo de princípios (desde os princípios) entre o que a sociedade oferece ao indivíduo e aquilo de que o indivíduo necessita. Será certamente histórica e socialmente datado mas, no mundo em mudança, terão mudado assim tanto as necessidades das crianças e as respostas de que necessitam? Através da escuta particular na qual a Psicanálise me formou, que é a do mundo interior e do inconsciente, no encontro com as crianças e os jovens que recebo, e também com adultos, que vivem e se constroem em configurações familiares bastante diversas, creio ouvir algo que permanece, o indivíduo relacional e cultural que nos religa a uma humanidade comum (pp. 87-88).

E continuo, já no cap. 7. *Uma Profissão do Humano*, com o seguinte – longo – trecho:

Uma aula começa sempre por uma encenação de si próprio, depois joga-se na capacidade de utilizar e canalizar esta encenação de si ao serviço de uma situação pedagógica, quer dizer, de uma situação colectiva de aprendizagem. O primeiro problema do professor não é pois tanto o de gerir o grupo, mas de se gerir a si próprio frente ao grupo. O essencial da formação psicológica do professor, com vista ao estabelecimento da relação pedagógica, decide-se, antes do mais, em torno do que é necessário para lhe permitir conhecer-se e dialogar eficazmente com as suas emoções, as suas atitudes e os seus comportamentos. Trata-se pois de uma formação psicológica no sentido estrito da palavra, de uma ajuda à compreensão dos fenómenos intrapsíquicos e das experiências emocionais associadas ao acto de ensinar, aplicados antes do mais a si próprio. A ideia de que bastaria aos professores uma *psicologia das superfícies*, visto que o seu encontro com os alunos é temporário e contextualizado e que, como ouvimos com cada vez maior frequência, *estão lá para ensinar*, deixa-os frequentemente desarmados face a comportamentos indecifráveis, vindos de si próprios ou dos outros, comportamentos que precisam, para serem compreendidos e para que se construam mediações pedagógicas mais eficazes, de uma *psicologia das profundidades*, que esclareça as raízes pulsionais e conflituais que movem o comportamento humano e a relação com o conhecimento (pp. 110-111).

E – perdoe-se-me a inconveniência... – tivesse sido eu o editor, segue o trecho do cap. 3. *En-*

velopes de Aprendizagem que teria sugerido para a contracapa, em alternativa ao que aí consta:

São muitas e complexas as variáveis que intervêm no processo de crescimento de uma criança e na sua aprendizagem escolar, variáveis de natureza biológica, psicológica, social e institucional, para além das intenções e das práticas dos seus professores. Crianças e jovens chegam à escola, ao conhecimento e a cada dia de aulas, com trajectórias de vida singulares. Algumas possibilitam boas intersecções e alargam o campo dos possíveis, outras estão marcadas por linhas quebradas, descontinuidades ou acidentes de percurso. Algumas mantêm confusões de planos que tornam improvável à criança saber com que linhas a vida se tece e qual o sentido para a sua vida dessa parcela do universo a que se chama Escola. Consciente do peso que têm todas as variáveis que se situam fora do campo escolar, a possibilidade de influência de um professor no crescimento, construção e reparação da vida psíquica de uma criança é, contudo, grande (pp. 32-33).

Creio que em Educação nada se ensina: tudo se transforma, tudo se constrói. E a posição do professor, como a do analista, tem que ser de renúncia ao poder sobre o Outro – que não é renunciar à autoridade e à preservação dos limites.

No encontro educativo, como no terapêutico, o Outro tem que ser respeitado, reconhecido e acolhido como sujeito desejante, dotado de linguagens próprias e de uma história pessoal e intergeracional. É acerca desta posição ética que a autora conversa connosco, apresentando-nos os seus textos como intermediários nesse diálogo. ■



Recensão

A “paixão” do analista e o campo emocional intersubjetivo, como espaço de cocriação de esperança

Ana Marques Lito¹

Ficha Técnica

Título

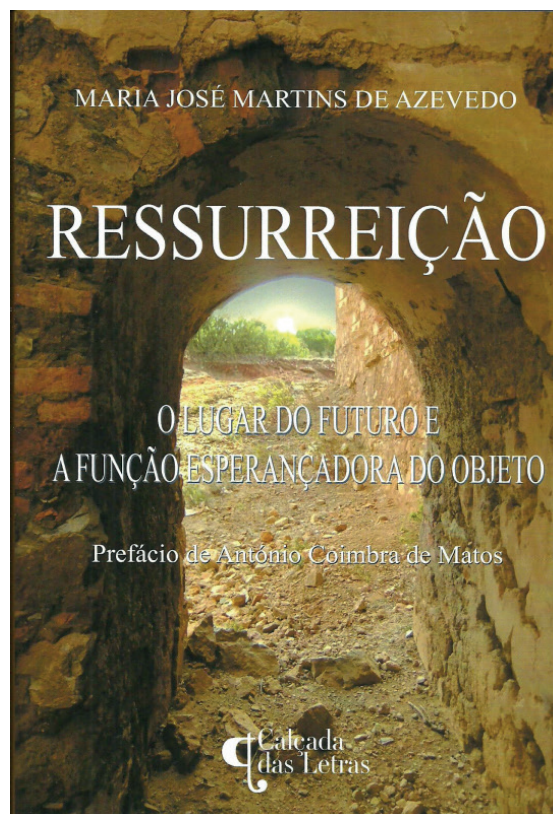
Ressurreição – O lugar do futuro e a função esperançadora do objeto

Autor

Maria José Martins de Azevedo

Edição

Calçada das Letras, 2021



Ao apresentar esta obra da minha querida amiga Maria José, não posso deixar de pronunciar algumas das minhas reflexões prévias:

1

a) É verdadeiramente uma grande alegria e honra estar aqui neste lugar a apresentar uma obra notável, um trabalho profundo e longo que a psicanalista Maria José de Azevedo nos oferece.

É incontornável a sua dedicação à Psicanálise, a disponibilidade e cuidado para com os pacientes que acolhe, bem como a sua disponibilidade para o seu processo de formação

continuado e bem assim à elaboração clínico-teórica que demonstra nas suas várias publicações científicas e na lealdade e devoção ao Outro, o que se reflete neste livro vivo e dinâmico.

Ao longo deste escrito revela-se o seu princípio da teoria da técnica: *vive-se, depois compreende-se, analisa-se e conceptualiza-se*.

b) Saliento, desde já, os aspetos inovadores deste trabalho científico: a psicanalista Maria José de Azevedo faz, de forma admirável, uma proposta de integração dos contributos das correntes da *psicanálise libidinal* com a da *psicanálise das relações de objeto*, conseguindo uma perspetiva integrativa nova no campo relacional. Esta visão agregada e coerente responde não só às exigências de uma clínica contemporânea, como ainda torna favorável a sua aplicação aos casos ditos difíceis, que, outrora dir-se-ia, não terem indicação para os processos de psicanálise.

Nesta obra, Maria José de Azevedo desenvolve conceitos pré-existentes e propõe outros, inéditos em psicanálise, como o de *Dimensão de Futuro* e de *Função Esperançadora do Objeto* que

¹ Psicanalista SPP/IPA. Psicanalista de Casal e Família; Doutorada em Psicologia Clínica e Professora no ISPA - Instituto Universitário. E-mail: anamarkeslito@gmail.com

brilhantemente ficam ilustrados ao longo das dez vinhetas clínica, as quais acompanham toda a obra.

c) O seu título, sendo bastante apelativo: *Ressurreição – O lugar do futuro e a função esperançadora do objeto*, no meu sentir, representa não só uma obra de criação pessoal como um manifesto de gratidão que a autora apresenta nesta bela publicação, como uma dádiva generosa para o leitor, que acima de tudo é produto das vivências da longa e intensa viagem de aprendizagem nacional e internacional realizada. Destaca-se neste percurso a proximidade e amizade com a pessoa do grande psicanalista Prof. Doutor Coimbra de Matos, enquanto seu professor na Faculdade de Psicologia em Lisboa, nas formações que foi realizando com ele, bem como nos encontros de supervisão e de diálogos sábios e amistosos que mantiveram, bebendo desses momentos, inspiração e conhecimento, que tão bem se refletem neste trabalho metódico e aprofundado.

Já Coimbra de Matos escreveu e homenageou o trabalho da autora, no prefácio de uma outra referência científica da autora, publicada em 2017, que recomendo vivamente: *A Oficina da Psicanálise, Ensaio sobre a experiência psicanalítica*, em que ele escreveu:

(...) *verdade universal para toda e qualquer terapia, a centralidade da aliança no trabalho não escapa à autora desta coletânea de artigos - não fora ela uma investigadora atenta e uma executante hábil.* (p.13)

2

Da minha leitura e releitura desta obra, apraz-me admirar, felicitar e agradecer à psicanalista, a sua subjetivação clara e livre e, enaltecer o grande e extenso valor científico, didático e estético do seu trabalho.

Cientificamente, trata-se de uma obra densa, bem organizada em termos estruturais e formais. Inicia-a por uma resenha histórica do pensamento psicanalítico a partir do seu fundador, Sigmund Freud, destacando-se uma visão detalhada da literatura psicanalítica, de diversos autores clássicos, dando ênfase a Mélanie Klein, Winni-

cott e Bion, até aos mais contemporâneos como Meltzer, Bollas e Ogden. Partindo destes contributos, Maria José de Azevedo desenvolve quer os conceitos de nova relação e de empoderamento, operacionalizando-os na clínica e dando-lhes um novo fundamento científico, como nos propõe os seus próprios conceitos, inovadores.

Quanto a estes últimos, Maria José de Azevedo apresenta-nos os conceitos de *lugar do futuro* na relação transfero-contratransferencial, de *função esperançadora do objeto* e de *ressurreição*, os quais ilustra na prática clínica no campo da intelecção do objeto inconsciente esperançador co construído no interior do processo de cura do paciente com o seu analista. Isto é: o analista *viu-se* na dinâmica inter e intrasubjetiva com o inconsciente do paciente, comunicando, como objeto esperançador, numa posição de resgate do seu passado e oferecendo-se como écran de mecanismos, que se repetem nas sessões, em que o analista se torna sujeito-objeto transformador, catalisador do sofrimento emergente. O material exposto nas vinhetas clínicas oferece ao psicoterapeuta, ou psicanalista, os fundamentos clínicos, os conteúdos elaborados a partir da sua investigação e do seu aprendizado psicanalítico, os quais alicerçam o desenvolvimento concetual.

Maria José de Azevedo na sua experiência de formadora e de supervisora alerta para os perigos e riscos de determinados processos psicanalíticos e realça a importância do trabalho psíquico que o próprio analista deverá realizar consigo próprio, atento aos seus mitos, estereótipos e nós cegos, que perturbam ou enviesam a prática deste *ofício impossível*.

Transmite-nos claramente, pela sua capacidade negativa, perlaboração e ressonância psíquica, a sua experiência clínica vivida e, o modo como se desenvolve a *nova relação* da dupla.

Para mim foi fascinante e admirável o *modus operandi* e a sensibilidade intuitiva e criativa que a psicanalista revelou ao longo da exposição dos casos clínicos. Mas a última vinheteta, a que dá o título ao livro, *Ressurreição*, e que constitui a III Parte do livro, revela-se como o apogeu de um trabalho psicanalítico profundo. Demonstra bem como ocorrem os processos transferenciais

e contratransferenciais num campo emocional muito adoecido, bem como o resgate, mediante os conceitos propostos pela autora nesta obra...

A psicanalista e a paciente Kelly – que procura pela terceira vez um tratamento psicanalítico, fechada numa tristeza encapsulada, quase sem esperança de viver, num estado de quase morte psíquica, atormentada pela vergonha da ideia constante da irmã falecida e, pela projeção dos fantasmas do luto patológico dos pais – enlaçam-se num processo transferencial-contratransferencial de sintonia empática, implicando-se na *pró-cura dos nós-problemáticos actuais e transgeracionais* (Lito, 2013) vínculos patológicos intrapsíquicos que sustentaram aquelas dinâmicas narcísicas e perversas, que empurraram a paciente a não desistir de encontrar uma outra ajuda psicológica, psicanalítica!

É um retrato vivo de um verdadeiro calvário que ambas viveram, embora de natureza distintas.

A paciente, apesar de tudo, não se resignou à sua condição de não existir para as figuras parentais, de não ter sido investida como filha viva e única, e, na falta desse amor primordial, de ter sido votada ao abandono.

Pró-cura-se num novo processo psicanalítico com a psicanalista Maria José de Azevedo.

Acreditando na Psicanálise, como processo de conceptualização da investigação clínica, a dupla desenvolve-se num processo dinâmico de encontros regulares, intensos, dolorosos e turbulentos com muito sofrimento mental e quiçá físico para analista e, não menor para a paciente. A presença idiossincrática do analista, na sua função epistemofílica e esperançadora, com a capacidade simbólica de sonhar-vivendo, acreditando na verdade última (O) Bion, proporcionou e co-construiu uma *nova relação* naquele campo emocional intersubjetivo de toxicidade e, com persistente *endurance* de tolerância à frustração e à dor mental e física progrediram para um futuro melhor.

Perante as múltiplas doenças orgânicas que a paciente ia revelando naquele calvário, naquele suplício psicossomático de desembaçamento e desembaraço dos objetos fantasmáticos, de não

querer desistir de viver, foi a relação com o *objeto esperançador*, a ênfase no papel do futuro, bem como a sua dimensão estética, incluo aqui as melhorias da paciente na reorganização da sua vida, o esclarecimento dos processos psíquicos no seu interior e a análise contratransferencial no espaço intrasubjetivo e intersubjetivo do par, que permitiu à analista encontrar sentido e beleza num percurso psicanalítico tão duro, árduo e impossível de suportar.

A coragem e a luz renascida que a paciente foi encontrando resultou pois dessa combinação de Amor, (L) Odio (H) e Conhecimento (K).

Para aqueles, não clínicos, aqui presentes, gostaria de realçar que este *ofício impossível*, porque sempre incompleto ou insuficiente no conhecimento e na técnica sobre a abordagem do paciente, no dizer de Freud, acontece quando um analista se compromete num acordo psicoterapêutico ou psicanalítico, inscrevendo nesse pedido, um compromisso ético de corresponsabilidade com o empenhamento psíquico e mental. Assemelha-se a uma *paixão*: resgatar a vitalidade interna do sujeito e o *verdadeiro self*, tornando-o objeto dinâmico e criativo, protagonista dos seus próprios projetos de vida até então suspensos ou obscuros ou ainda por concretizar; é a *paixão* do analista que provoca o *esperançar* novos sonhos!

Paixão surge, não no sentido religioso do termo, nem no sentido de deslumbramento amoroso, mas no sentido sensorial e alucinatório, com efeitos na identidade do psicanalista, no seu estilo pessoal de funcionamento inconsciente e pré-consciente, que se vai revelando no “*aqui e agora*” e no “*après-coup*”, em que os registos que o analista vai reunindo, bem como, com as diversas supervisões ou intervisões que realiza com outros psicanalistas-pares, se pondera em detalhe.

Não só as práticas da técnica dão azo à *rêverie* conjunta, naquele campo emocional intersubjetivo de expansão do mundo interno fantástico e poético, para se transformar nas, e pelas, interpelações-interpretações, que se oferecem ao paciente, tal como se desenvolve uma nova narrativa dos *factos analíticos* da historicidade emergente – lembremos que a minha amiga é filha do

poeta reconhecido António Vera, que tendo tido o prazer de conhecer, aqui aproveito para homenagear publicamente.

Portanto, no meu entender, *paixão* aqui quer dizer abraçar simbolicamente a paciente, investir o campo emocional intersubjetivo emergente na relação terapêutica no *setting* analítico, com a atenção flutuante e o pensamento onírico, desprovido de *pré-concepções, sem memória e sem desejo*, como Bion sugere.

E, igualmente, dedicando-se ao analisando com a *preocupação materna primária* (Winnicott) de bem cuidar com paciência, com lucidez, assente no seu corpo teórico e metapsicológico que, tal como os pais promove o espaço-tempo necessários para que ambos, em movimentos ondulantes e em espiral crescente, naveguem nas águas da vida, sem medo de enfrentar os terrores, medos, fantasmas e as fantasias inconscientes.

Assim, desenvolve-se um campo emocional genuíno e libertador, verdadeiro, mas por vezes sublime, quicá com ideias hologramáticas, com metáforas, com pensamentos e conhecimentos não saturados, que vão desembaraçando e aclarando em extensão e profundidade a complexa aventura do crescimento humano...

Nesse lugar de escuta a Maria José de Azevedo não se conforma com as verbalizações *stritu senso* dos pacientes, nem com as mensagens latentes decorrentes; vai muito mais além, sem cair numa posição de “cavaleira andante” animada em salvar ou renascer pacientes.

Partilha a sua experiência clínica, o corpo teórico que a tem sustentado no *saber-ser*, no *po-der-ser*, colocando-se numa posição esclarecida de fazer-saber.

Como já anteriormente escrevi,

...o saber do analista resolve-se num saber analisar, isto é: oferecer-se como um ser pensante capaz de amparar, conter, introjetar, digerir e transformar no seu interior, com benevolência, com a sua psique e com o Outro, como sujeito total em sofrimento, com os seus objetos internos e externos, que conosco se comprometeu nesta busca sistemática da decifração do seu texto inconsciente: analisar é um fazer-saber e não um saber fazer.

Enfim, *fazer-saber* não se concretizará sem uma busca sistemática, permanente e interrogativa do conhecimento teórico e clínico, que o progresso da Psicanálise tem demonstrado e que convoca a identidade evolutiva do Ser Psicanalista, do seu espírito criativo, crítico e autónomo, em constante atenção aos “velhos do Restelo” reprodutores de discursos e de práticas fechados e dogmáticos.

Para terminar agradeço vivamente à Maria José a sua amizade e aqui reitero a minha grande estima e admiração, pela sua bravura e aptidão em transmitir sabedoria, ao presentear-nos, mais uma vez, com uma escrita harmoniosa, consistente e poética pelas referências literárias e culturais.

A sua acentuada tonalidade imagética e a alma de psicanalista apresentam-na pois como escritora e literata incontornável. Já se lançou na ficção e na literatura infantil, tendo já publicado em 2016 *As transgressões do amor* e, em 2018 *O complexo de Lúcifer – Ensaio sobre a condição do homem contemporâneo: civilização e barbárie* e, agora, *As aventuras da Timinha na pandemia*.

Muito OBRIGADA querida amiga e muitos Parabéns!

Ficamos a aguardar por mais e boas surpresas... 🍀

REFERÊNCIAS

- Bion, W. (1963). *Elementos em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bion, W. (1970). *Atenção e Interpretação*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lito, Ana. M. (2013). *Família(s), Fratria(s) e Droga(s): A Perspetiva do Próprio e do seu Irmão(ã)*-Estudo comparativo de trajetórias de Vida. <http://hdl.handle.net/10451/8023>



Recensão

Psicanálise ao seu alcance: como ler e compreender Freud

Bruno Cavaignac Campos Cardoso¹

Ficha Técnica

Título

*Psicanálise ao seu alcance:
como ler e compreender Freud*

Autor

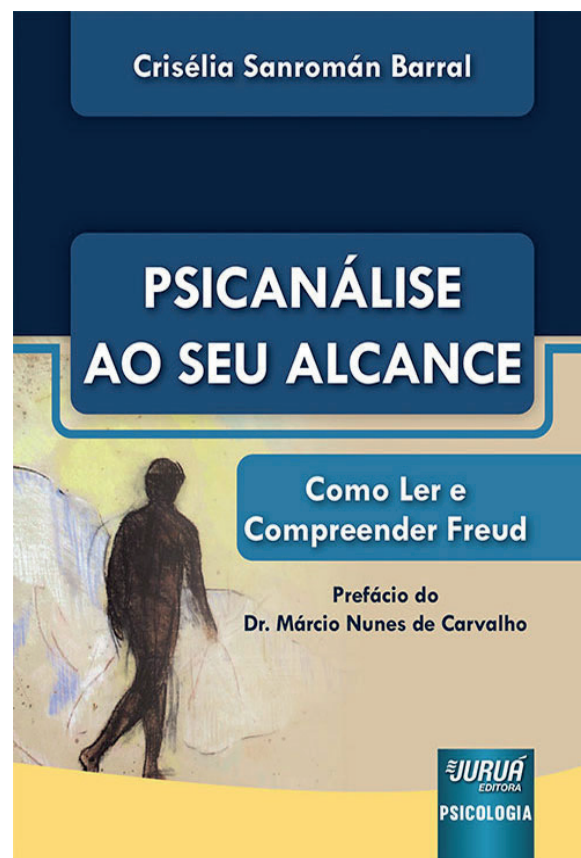
Crisélia Sanromán Barral

Edição

Juará Editora, 2021

O mais novo livro da psicóloga e psicanalista Crisélia Sanromán Barral, “Psicanálise ao seu alcance: como ler e compreender Freud”, publicado pela editora Juará, alcança o objetivo enunciado pelo título. Escrito de forma clara e objetiva, o livro está organizado em quinze capítulos, cada um destinado a tratar de um corte epistemológico importante para a teoria freudiana. Esta organização do texto e a clareza dos argumentos fazem com que a obra alcance o objetivo de acompanhar as mudanças teóricas e técnicas da teoria de Sigmund Freud, de modo a facilitar a sua leitura e compreensão. As razões de cada

¹ Psicólogo clínico. Investigador em Psicopatologia, Psicanálise e em Métodos projetivos, atua como supervisor, psicólogo clínico e professor universitário no IESB - Instituto de Educação Superior de Brasília / CESB-DF. E-mail: brunocavaignac22@gmail.com



uma das “mutações” teóricas e técnicas feitas por Freud, que tanto dificultam o entendimento da obra pelo leitor iniciante, são expostas minuciosamente. Isto é feito sem que se perca a objetividade do texto, o que permite ao leitor que alcance o raciocínio latente às mudanças da teoria e da técnica. Abertamente posicionada contra uma leitura dogmática da obra de Freud, a autora enfatiza o “amor pela verdade” como um dos princípios da técnica psicanalítica, mantendo-se fiel ao estilo de Sigmund Freud: A sedução do leitor é alcançada pela honestidade, autenticidade e simplicidade profunda da obra. E isto, nestes nossos tempos de retorno aos dogmatismos, já é uma lição por si só. Além disto, a autora presenteia o leitor com um cuidadoso trabalho de pesquisa, o qual lembra algo típico da experiência de se fazer análise: parte daquilo que pode ser descoberto, já havia sido antes esboçado, embora não tenha sido “escutado”. Neste ponto, a leitura de “Psicanálise ao seu alcance” permite que se acompanhe o percurso de importantes descobertas freudianas,

estas que raramente são lineares e que muito frequentemente foram inicialmente ensaiadas muito antes de serem publicadas. Crisélia Sanróman Barral acompanha o percurso de construção dos conceitos de complexo de Édipo, de associação livre, de transferência, de resistência e da análise dos sonhos, a teoria da sexualidade e a primeira tópica desde antes de 1900, a data da “fundação formal da psicanálise”, até às respetivas publicações oficialmente destinadas a estes conceitos, acompanhando historicamente a formação destes conceitos. O conceito de castração tem sua origem teórico-conceitual rastreada desde 1900 até 1938. Nos primeiros capítulos, a autora debruça-se sobre o arcabouço “pré-psicanalítico”, percorrendo a hipnose, o método catártico e a teoria da sedução. Os últimos capítulos são destinados aos últimos cortes epistemológicos propostos por Freud: a “viragem de 20”, a segunda tópica e o “masoquismo”. Sem dúvida que estas últimas três grandes mudanças na teoria freudiana forneceram um corpo sólido à teoria freudiana, embora esta ainda esteja em aberto, com constantes redescobertas. Inclusive, é interessante a maneira como a autora introduz outros autores no texto, por meio de notas de rodapé, com uma pequena biografia de cada um deles. Isto ajuda a desfazer a conceção que habita muitos leigos, sobre uma psicanálise escrita a uma só mão, além de propor

referências ao leitor iniciante. O entendimento da obra freudiana é um desafio que envolve um longo percurso; tal como um bom romance, nada adianta à sua compreensão que se leia apenas a parte final. O atravessamento deste percurso, que é inerente à compreensão de Freud, pode ser bem guiado pela reconstituição da teoria, a partir das viragens epistemológicas, segundo o andamento histórico. Esta é a proposta do livro de Crisélia Sanromán Barral. É notável como o livro “Psicanálise ao seu alcance” responde à reiterada demanda de apresentação da teoria freudiana a um público leigo, e em um curto intervalo de tempo. No que a isto se refere, o livro é um “curso”, no amplo sentido do termo, e sem dúvida serve muito bem às disciplinas de graduação e a cursos introdutórios, por propor um caminho para a exploração da anatomia, da “espinha dorsal” da teoria freudiana. Mas isto não é tudo, pois este livro pode também ser de grande valia para os leitores mais experientes, ávidos por um guia destinado à iniciação a uma leitura mais profunda. Neste sentido, a obra funciona como um dicionário, ou vocabulário, da teoria freudiana. “Psicanálise ao seu alcance: como ler e compreender Freud” é uma leitura muito prazerosa, leve, porém profunda, que tende a alcançar diferentes leitores, com distintos níveis de compreensão prévia, e em diversos contextos. ♣

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A *Revista Portuguesa de Psicanálise* (RPP) é o órgão oficial da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e sua propriedade jurídica e intelectual.

A RPP publica artigos originais de natureza teórica e epistemológica, teórico-clínica, conceptual, empírica qualitativa e quantitativa, na área da psicanálise e de outras disciplinas científicas das ciências naturais, das ciências sociais e das humanidades, nomeadamente literatura, arte e filosofia, com as quais o campo psicanalítico estabelece diálogo científico consistente. Os artigos psicanalíticos submetidos para publicação na revista devem ser inéditos e não poderão estar em processo de avaliação em outra publicação científica simultaneamente. Os artigos devem, ainda, possuir qualidades de rigor teórico-conceptual, clínico e empírico. O tema e o ângulo de abordagem temática do artigo deverão ser, simultaneamente, atuais e inovadores e a argumentação deverá ser precisa, bem articulada e adequadamente fundamentada. Serão aceites para revisão os artigos que respeitarem as Normas de Publicação da RPP adiante indicadas. A arbitragem científica prévia à decisão editorial sobre a publicação é realizada pelo método de *peer reviewing*, sendo os revisores científicos atribuídos de forma anónima e aleatória (*double blind*). Se o artigo submetido for aceite para revisão, os autores poderão consultar o comentário dos revisores, independentemente do parecer favorável ou desfavorável à sua publicação.

A RPP reserva-se o direito de não publicar artigos clínicos, ou teórico-clínicos, que não respeitem as normas éticas da investigação em ciências sociais e humanas, nomeadamente em que a identidade do paciente não tenha sido preservada através do anonimato e em que a confidencialidade do material escrito e da ilustração gráfica (desenhos e figuras) das vinhetas clínicas não seja escrupulosamente respeitada. Para assegurar que esta regra é cumprida, os autores deverão preencher o formulário disponível para o efeito no *website* (Sobre a Revista > Ética e Anonimato) e enviá-lo para rpp@rppicanalise.org. No caso em que subsista uma dúvida razoável

AUTHOR GUIDELINES

The Portuguese Journal of Psychoanalysis (*Revista Portuguesa de Psicanálise* – RPP) is the official journal of the Portuguese Psychoanalytic Society (SPP) and is its legal and intellectual property.

The RPP publishes original articles of a theoretical and epistemological, clinical, conceptual, empirical qualitative and empirical quantitative nature, in the field of psychoanalysis and other scientific domains of natural sciences, social sciences and humanities, namely literature, art and philosophy, with which the psychoanalytic field establishes a sustained scientific dialogue.

Psychoanalytic articles submitted for publication in the journal must not have been previously published and may not be under consideration for publishing in another scientific publication simultaneously. The articles must also have qualities of theoretical-conceptual, clinical and empirical rigor. The theme and angle of thematic approach of the article must be both current and innovative and the arguments must be precise, well-articulated and adequately grounded. It is always the author's responsibility to maintain the text in its original form or adapt it after the editorial review.

Articles that respect the Submission Rules of the RPP indicated below will be accepted for review.

Scientific arbitration prior to the editorial decision on the publication is carried out using the double-blind peer reviewing method. If the submitted article is accepted for review, the authors will be able to consult the detailed commentary of the reviewers, regardless of the favorable or unfavorable opinion to its publication.

RPP reserves the right not to publish clinical, or theoretical-clinical, articles that do not respect the ethical norms of research in the social and human sciences, namely in which the patient's identity has not been preserved through anonymity and in which the confidentiality of verbatim or graphically illustrated material (drawings and figures) of clinical vignettes is not scrupulously respected. To assure the compliance

em relação ao anonimato e confidencialidade do material clínico a publicar, o Conselho Editorial da revista reserva-se o direito de exigir a prova de consentimento informado da parte do paciente ou dos seus representantes legais (os pais, no caso de material gráfico infantil).

O corpo editorial da revista está, ainda, particularmente atento à deteção de situações de plágio, total ou parcial, no artigo submetido a publicação, e que, nessa circunstância, será rejeitado, com indicação aos autores da razão de tal decisão. Se o artigo não for aceite para publicação por outro motivo, o corpo editorial fará menção sucinta às razões da sua não aceitação.

A data de publicação do artigo será decidida pelo corpo editorial da revista, de acordo com critérios editoriais bem definidos.

Os artigos serão submetidos online no *website* da *Revista Portuguesa de Psicanálise*: <https://rppicanalise.org>

A título excecional, os artigos originais poderão ser enviados para submissions@rppicanalise.org em ficheiro Word (ou compatível), sem identificação pessoal, indicando no corpo da mensagem os nomes dos autores, afiliações, *e-mails* e endereços.

O título do artigo deverá sempre figurar em inglês, bem como o resumo, que não deverá exceder as 200 palavras.

Devem ainda ser indicadas entre três a cinco palavras-chave (em português e em inglês) que facilitem a indexação do artigo. Se o artigo for escrito em francês ou espanhol, o título, o resumo e as palavras-chave, em português e em inglês, devem figurar no final do artigo. As notas de fim de página e o uso de termos em itálico devem ser evitados. Os quadros, tabelas e figuras deverão ter boa qualidade gráfica (300 dpi no mínimo) e estar bem enquadradas no texto (no momento da edição, devem ser enviados em documentos separados). Interessa, muito particularmente, que a sua reprodução possa ser feita em escala adequada e sem perda de nitidez, ou de facilidade na consulta da informação que fornecem ao leitor.

to these rules, authors must fill the specific form available for that purpose on the website (see About the Journal > Ethics and Anonymity) and send it to rpp@rppicanalise.org. In case of persistence of a reasonable doubt concerning the anonymity and confidentiality of the clinical material, the Journal's Editorial Board reserves the right to demand proof of informed consent from the patient or his/her legal representatives (parents in the case of children's graphic material).

The journal's editorial board is also particularly attentive to detecting situations of plagiarism, total or partial, in the article submitted for publication, and which, in this circumstance, will be rejected, with indication to the authors of the reason for such decision. If the article is not accepted for publication for another reason, the editorial board will briefly mention the reasons for its non-acceptance.

The publication date of the article will be decided by the editorial board of the journal, according to well-defined editorial criteria.

Articles will be submitted online to the website of *Revista Portuguesa de Psicanálise*, <https://rppicanalise.org>

Exceptionally, original articles may be sent by e-mail to: submissions@rppicanalise.org in a Word file (or compatible) without personal information (instructions here) stating in the body of the message authors names, affiliations, emails and addresses. The title of the article must always appear in English, as well as the abstract, which must not exceed 200 words.

Keywords should be included (between three and five) to facilitate the indexing of the article. If the article is written in French or Spanish, the title, abstract and keywords, in Portuguese and English, should be at the end of the article. Endnotes and the use of terms in italics should be avoided.

Tables and figures must have good graphic quality (300 dpi minimum) and be well framed in the text

Os artigos não devem exceder as 8500 palavras, excluindo referências, resumo e palavras-chave, em letra Times New Roman, tamanho 12 a 1,5 espaços. A Direção da *Revista Portuguesa de Psicanálise* reserva-se o direito de decisão quanto à formatação editorial definitiva do artigo aceite para publicação. As citações no texto do artigo e as referências bibliográficas devem ser formatadas segundo as normas da 7.ª edição da APA (<https://apastyle.apa.org/>).

Podem ainda ser submetidas a publicação resenhas de livros, filmes ou peças de teatro, que devem ter até 1500 palavras, identificando o título e o autor/realizador/encenador, e, no que aos livros diz respeito, também o Editor, o ano de edição e o tradutor (se se tratar de versão portuguesa da obra original).

Declaração de Direito Autoral

O autor outorga à RPP o direito de publicar o artigo nas versões impressa e online. Os direitos autorais (*copyright*) são retidos pelo autor do artigo, embora o direito de primeira publicação/publicação original seja da RPP. O artigo pode ser usado para fins educacionais e outros fins não comerciais, desde que não só o autor como o título e número da revista e o URL completo do artigo, ou o URL DOI, sejam citados na publicação. O autor tem o direito de guardar o artigo no repositório, ou nos arquivos de documentação científica da organização a que pertence, por exemplo, uma Universidade ou Instituto Universitário, podendo mesmo utilizar a versão do artigo em PDF publicada pelo Editor. Os leitores da versão online dos artigos da RPP terão a oportunidade de partilhar o artigo, ou o *abstract*, em redes sociais, como o Facebook ou o Twitter, salvaguardando sempre a propriedade editorial da revista em relação aos conteúdos partilhados.

(at the time of editing they must be sent in separate documents). It is particularly important that their reproduction can be done on an adequate scale without loss of resolution, conveying the information with clarity to the reader.

Articles should not exceed 8500 words, excluding references, abstract and keywords, Times New Roman, size 12 and 1.5 linespacing.

The Editorial board of RPP reserves the right to decide on the final editorial formatting of the article accepted for publication.

In-text citations and references must be formatted in APA style, 7th edition (<https://apastyle.apa.org/>).

Book reviews, films or plays can also be submitted for publication, which must be up to 1500 words, identifying the title and the author/director, and, as far as books are concerned, also the Editor, the year of edition and the translator (in the case of an English language version of the original work).

Copyright Notice

The author grants the RPP Journal the right to publish articles in both the printed and online versions. The copyright is retained by the author so that the first/original publication right is in the RPP Journal. The article may be freely used for educational and other non-commercial purposes, provided that the author is quoted, as well as the title and number of the journal and the full URL of the article, or the DOI URL. The author has the right to keep the article in the publication archives/repository of its own organization, e.g. a university, and use the pdf version of the publisher. Readers of the online version of RPP have the opportunity to share articles or their abstracts on social media such as Facebook or Twitter, always preserving the editorial ownership of RPP over the shared contents.

DIRECTIVES AUX AUTEURS

La Revue Portugaise de Psychanalyse (*Revista Portuguesa de Psicanálise – RPP*) est la publication officielle de la Société Portugaise de Psychanalyse (Sociedade Portuguesa de Psicanálise – SPP) et sa propriété juridique et intellectuelle.

La RPP publie des articles de nature théorique et épistémologique, clinique, conceptuelle, empirique qualitative et empirique quantitative dans le domaine scientifique de la psychanalyse et aussi d'autres disciplines scientifiques des sciences naturelles, des sciences sociales et des humanités, à savoir la littérature, l'art et la philosophie, avec lesquelles la psychanalyse entretient un dialogue scientifique consistant.

Les articles psychanalytiques originaux soumis pour publication dans la revue doivent être inédits et ne peuvent pas être simultanément en processus d'évaluation dans une autre publication scientifique. Les articles doivent aussi avoir des qualités de rigueur théorique-conceptuelle, clinique et empirique. Le thème et l'angle d'approche thématique de l'article doivent être à la fois actuels et innovateurs et leurs arguments doivent être précis, bien articulés et correctement fondés.

Seule les articles qui respectent les normes de publication de la RPP, présentées ci-dessous, seront acceptés pour évaluation.

L'arbitrage scientifique préalable à la décision éditoriale sur la publication de l'article est effectué selon la méthode du « peer reviewing », les réviseurs scientifiques étant choisis de manière aléatoire et anonyme (« double blind »). Si l'article soumis est accepté pour évaluation, les auteurs pourront consulter le commentaire des réviseurs indépendamment de l'opinion favorable ou défavorable à sa publication dans la revue.

La RPP se réserve le droit de ne pas publier des articles cliniques, ou théorico-cliniques, qui ne respectent pas les normes éthiques de la recherche en sciences sociales et humaines, à savoir dans lesquels l'identité du patient ne soit pas préservée par l'anonymat et dans lesquels la confidentialité du matériel écrit ou de l'illustration graphique (dessins et figures) des vignettes cliniques ne soit pas

scrupuleusement respecté. Afin d'assurer le respect de ces règles les auteurs doivent remplir le formulaire disponible à cet effet dans le web site (voir À propos de cette revue > Éthique et anonymat) et l'envoyer à rpp@rppscanalise.org. En cas de persistance d'un doute raisonnable concernant l'anonymat et la confidentialité du matériel clinique, le Comité Éditorial de la revue se réserve le droit d'exiger la preuve du consentement informé de la part du patient ou de ses représentants légaux (parents dans le cas de matériel graphique des enfants).

Le conseil éditorial de la revue est aussi particulièrement attentif à détecter des situations de plagiat, total ou partiel, dans l'article soumis pour publication, et qui, dans ce cas, sera rejeté avec indication aux auteurs du motif de cette décision. Si l'article n'est pas accepté pour tout autre raison, le conseil éditorial ne mentionnera que brièvement les raisons de sa non-acceptation.

La date de publication de l'article sera décidée par le Conseil Éditorial de la revue, selon des critères éditoriaux bien définis.

Les articles seront soumis en ligne dans le site internet de la Revue Portugaise de Psychanalyse, <https://rppscanalise.org>.

Exceptionnellement les articles originaux peuvent être envoyés à submissions@rppscanalise.org dans un fichier Word (ou compatible), sans identification de l'auteur, en indiquant dans le corps du message les noms des auteurs, affiliations, e-mails et adresses.

Le titre de l'article doit toujours apparaître en anglais, ainsi que le résumé, qui ne doit pas dépasser les 200 mots.

Entre trois et cinq mots-clés (en français et en anglais) doivent aussi être indiqués pour faciliter l'indexation de l'article. Si l'article est écrit en français ou espagnol, le titre, le résumé et les mots-clés, en portugais et en anglais, doivent apparaître à la fin de si l'article. Les notes de fin de page et l'utilisation de termes en italique doivent être évités.

Les tableaux et les figures doivent avoir une bonne qualité graphique (300 dpi au minimum) et être bien cadrés dans le texte (au moment de l'édition ils doivent être envoyés en documents séparés). Il est

particulièrement intéressant que leur reproduction puisse se faire à une échelle adéquate et sans perte de clarté, ni de facilité dans la consultation des informations qu'ils fournissent au lecteur.

Les articles ne doivent pas dépasser 8500 mots, hors références, résumé et mots-clés en Times New Roman 12 avec 1,5 d'espacement.

Le conseil éditorial de la RPP se réserve de décider de la mise en forme éditoriale définitive de l'article accepté pour publication.

Les citations dans le texte de l'article et les références bibliographiques doivent être formatés selon les règles de la 7^{ème} édition de l'APA (<https://apastyle.apa.org/>).

Des critiques de livres, de films ou de pièces de théâtre peuvent également être soumis pour publication, pourvu qu'ils contiennent jusqu'à 1500 mots et qu'identifient correctement le titre et l'auteur/ réalisateur / metteur en scène, et, en ce qui concerne les livres aussi l'éditeur, l'année d'édition et le traducteur (dans le cas qu'il s'agisse de la version française de l'ouvrage original).

Mention de droit d'auteur

L'auteur accorde à la RPP le droit de publier l'article sur papier et en ligne (« online »). Le droit d'auteur (« copyright ») est conservé par l'auteur de l'article, bien que le droit de première publication/ publication originale appartient à la RPP. L'article peut être utilisé à des fins éducatifs et à d'autres fins non-commerciales à condition que non seulement l'auteur, mais aussi le titre et le nombre de la revue et l'URL complète de l'article, ou l'URL DOI, soient cités dans la publication. L'auteur a le droit de garder l'article dans le dépôt, ou les archives de documentation scientifique, de l'organisation à laquelle il appartient, Université ou Institut Universitaire, et peut même utiliser la version PDF de l'article publiée par l'éditeur. Les lecteurs de la version en ligne (« online ») des articles de la RPP auront la possibilité de partager l'article, ou son résumé, dans des réseaux sociaux, tels que Facebook ou Twitter, en préservant toujours la propriété éditoriale de la revue par rapport aux contenus partagés.

DIRECTRICES PARA AUTORES/AS

La Revista Portuguesa de Psicoanálise (*Revista Portuguesa de Psicanálise – RPP*) es la publicación oficial de la Sociedad Portuguesa de Psicoanálisis (Sociedade Portuguesa de Psicanálise – SPP) y su propiedad jurídica e intelectual.

La RPP publica artículos originales de carácter teórico y epistemológico, clínico, conceptual, empírico cualitativo y empírico cuantitativo en el área del psicoanálisis y de otras disciplinas científicas de las ciencias naturales, de las ciencias sociales y de las humanidades, a saber, literatura, artes y filosofía, con las cuales el psicoanálisis establece un diálogo científico consistente.

Los artículos psicoanalíticos presentados para publicación en la revista deben ser inéditos y no pueden estar en evaluación simultánea en otra publicación científica. Los artículos también deben tener cualidades de rigor teórico-conceptual, clínico y conceptual. El tema y el ángulo del enfoque temático del artículo deben ser actuales y innovadores y los argumentos deben ser precisos, bien articulados y adecuadamente fundamentados.

Los artículos que respeten las reglas de publicación de la RPP indicadas a continuación serán aceptados para revisión en la revista.

El arbitraje científico previo a la decisión editorial sobre la publicación se lleva a cabo utilizando el método de la « peer reviewing », y los revisores científicos son asignados de forma anónima y aleatoria (« double blind »). Si el artículo es aceptado para revisión, los autores podrán consultar los comentarios de los revisores, independientemente de la opinión favorable o desfavorable sobre su publicación.

La RPP se reserva el derecho de no publicar artículos clínicos, o teórico-clínicos, que no respeten las normas éticas de la investigación en ciencias sociales y humanas, es decir, en los que no se ha preservado la identidad del paciente a través del anonimato y en los que la confidencialidad del material escrito y de la ilustración gráfica (dibujos y figuras) de las viñetas clínicas no esté escrupulosamente respetado. A fin de asegurar el cumplimiento de estas reglas, los autores deben completar el formulario disponible a tal efecto

en el website (Sobre la Revista > Ética y Anonimato), y enviarlo a rpp@rppscanalise.org. En caso de persistir una duda razonable sobre el anonimato y la confidencialidad del material clínico, el Comité Editorial de la revista se reserva el derecho de exigir prueba del consentimiento informado del paciente o de sus representantes legales (padres en el caso de material gráfico infantil).

El consejo editorial de la revista también está particularmente atento a detectar situaciones de plagio, total o parcial, en el artículo sometido para publicación, y que, en esta circunstancia, será rechazado, con indicación a los autores del motivo de dicha decisión. Si el artículo no es aceptado para publicación por otro motivo, el consejo editorial mencionará brevemente los motivos de su no aceptación.

La fecha de publicación del artículo será decidida por el consejo editorial de acuerdo con criterios editoriales bien definidos.

Los artículos se enviarán en línea en el sitio web de la Revista Portuguesa de Psicoanálisis, <https://rppscanalise.org>

Excepcionalmente, los artículos originales pueden enviarse a submissions@rppscanalise.org en un fichero Word (o compatible), sin identificación del autor, indicando en el cuerpo del mensaje los nombres de los autores, afiliaciones, e-mails y direcciones.

El título del artículo siempre debe aparecer en inglés, así como el resumen, que no debe exceder las 200 palabras.

También se deben indicar entre tres y cinco palabras-clave, en español e inglés, a fin de facilitar la indexación del artículo. Si el artículo está escrito en español o francés, el título, el resumen y las palabras-clave, en portugués e inglés, deben aparecer al final del artículo. Se deben evitar las notas de fin de página y el uso de términos en itálico. Las tablas y figuras deben tener buena calidad gráfica (300 dpi el mínimo) y estar bien enmarcadas en el texto (al momento de la edición deben enviarse en documentos separados). Es particularmente interesante su reproducción se pueda realizar en una escala adecuada y sin pérdida

de claridad, o de facilidad de para consultar la información que proporcionan al lector.

Los artículos no deben exceder las 8500 palabras, excluyendo referencias, resúmenes y palabras-clave, en letra Times New Roman, tamaño 12 a 1,5 espacios. La Dirección de la RPP se reserva el derecho de decidir sobre el formato editorial final del artículo aceptado para publicación.

Las citas en el texto del artículo y las referencias bibliográficas deben formatearse de acuerdo con las reglas de la 7.^a edición de l'APA (<https://apastyle.apa.org/>).

Las reseñas de libros, películas o obras de teatro también se pueden enviar para publicación, y deben tener hasta 1500 palabras, identificando el título y el autor/ realizador/ director, y, en lo que respecta a los libros, también el Editor, el año de edición y el traductor (si es una versión española de la obra original).

Aviso de derechos de autor/a

El autor otorga a la RPP el derecho de publicar el artículo en forma impresa y en línea (« online »). El autor del artículo conserva los derechos de autor (« copyright »), aunque el derecho de primera publicación/ publicación original pertenezca a la RPP. El artículo se puede usar con fines educativos y otros fines no comerciales a condición de que se cite en la publicación no solo el autor, sino también el título y el número de la revista, y la URL completa del artículo, o la URL DOI. El autor tiene el derecho de guardar en el repositorio, o en los archivos de documentación científica de la organización a la cual pertenece, por ejemplo, universidad o instituto universitario, e incluso puede usar la versión PDF del artículo publicado por el editor. Los lectores de versión en línea (« online ») de los artículos de la RPP tendrán la oportunidad de compartir el artículo, o el resumen, en las redes sociales, como Facebook o Twitter, siempre salvaguardando la propiedad editorial de la revista en relación con los contenidos compartidos.

REVISTA PORTUGUESA DE PSICANÁLISE
Orgão oficial da Sociedade Portuguesa de Psicanálise

DIRETOR: Carlos Farate.
DIRETORA-ADJUNTA: Sandra Pires.

ASSISTENTES EDITORIAIS: Bruno Ferreira,
Conceição Melo Almeida, José Abreu Afonso.

ANTERIORES DIRETORES: Francisco Alvim (1977–1978), João dos Santos e Carlos Amaral Dias (1985–1986), Carlos Amaral Dias e Jaime Milheiro (1987–1989), Carlos Amaral Dias (1990–1994), Jaime Milheiro (1996–2003), Rui Coelho e Manuel Matos (2004–2005), Rui Coelho e António Coimbra de Matos (2006–2008), Rui Coelho e Manuela Ferraz da Costa (2008–2012) Rui Aragão Oliveira (2013–2015), Maria Fernanda Alexandre (2016–2019).

CONSELHO CIENTÍFICO
MEMBROS DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE:

Ana Catarina Silva, Ângela Vila-Real, Carla Cruz, Carlos Farate, Celeste Malpique, Conceição Melo Almeida, Conceição Tavares de Almeida, Cristina Fabião, Emílio Salgueiro, Jaime Milheiro, João França de Sousa, José de Abreu Afonso, Luisa Vicente, Maria do Carmo Sousa Lima, Manuela Fleming, Maria Fernanda Alexandre, Maria José Gonçalves, Maria Luís Borges de Castro, Orlando Fialho, Orlando von Doellinger, Rui Aragão Oliveira, Rui Coelho, Vasco Santos.

MEMBROS DE SOCIEDADES PSICANALÍTICAS ESTRANGEIRAS:

Alain Vanier — Espace Analytique, Université Paris-Diderot; Anna Potamianou — Hellenic Psychoanalytic Society (HPS); Anette Blaya Luz — Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA); Antonino Ferro — Società Psicoanalitica Italiana (SPI); Carlos Barredo — Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA); Charles Hanly — Toronto Institute of Psychoanalysis (TIP); Cláudio Laks Eizirik — Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA); Daniel Schoffer Kraut — Asociación Psicoanalítica de Madrid (APM); Eulália Torras de Beà — Sociedad Española de Psicoanálisis (SEP); Florence Guignard — Société Psychanalytique de Paris (SPP); Gunther Perdigão — New Orleans Psychoanalytic Institute (NOPI); Howard Levine — Psychoanalytic Center of New England East (PINE); Jan Abram — British Psychoanalytic Society (BPS); Joan Coderch — Sociedad Española de Psicoanálisis (SEP); Leda Herrmann — Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP); Luis Martín Cabré — Asociación Psicoanalítica de Madrid (APM); Paul Denis — Société Psychanalytique de Paris (SPP); Patrick Miller — Société Psychanalytique de Recherche et de Formation (SPRF); Pedro Gomes — Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ); Peter Fonagy — British Psychoanalytical Society (BPS) e Psychoanalysis Unit, University College London (UCL); Robert Hinshelwood — British Psychoanalytical Society (BPS) e University of Essex; Roosevelt Cassorla — Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP); Stefano Bolognini — Società Psicoanalitica Italiana (SPI).

MEMBROS DE OUTRAS SOCIEDADES CIENTÍFICAS:

Anselmo da Silva Borges — Faculdade de Letras Universidade de Coimbra (FLUC); António Damásio — University of Southern California; António Sampaio da Nôvoa — Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; Cândido Hipólito-Reis — Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP); Isabel Allegro de Magalhães — FCSH da Universidade Nova de Lisboa (UNL); Isabel Marcos — CICS da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CICS. NOVA FCSH UNL); João Gomes-Pedro — Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa; João Maria André — Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC); Joaquim Cerqueira Gonçalves — Universidade Católica Portuguesa (UCP); José Barata Moura — Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Luís Sobrinho — Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa (FMUL), Yale University Medical School; Marie-Hélène Piwnik — Universidade de Paris-Sorbonne – Paris IV; Rui Mota Cardoso — Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP); Rui Paixão — Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Coimbra (FPCEUC); Vasco Pinto de Magalhães — Universidade Católica Portuguesa.

LISTA DE REVISORES 2021

Ana Catarina Duarte Silva, Ângela Vila-Real, António Mendonça, Carla Cruz, Carlos Barredo, Celeste Malpique, Cristina Fabião, Emílio Salgueiro, Manuela Fleming, Manuela Harthley, Maria do Carmo Sousa Lima, Maria Fernanda Alexandre, Maria José Gonçalves, Orlando von Doellinger, Rita Marta, Rui Aragão Oliveira, Vasco Santos.